



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

UM VICE-REINADO NA REPÚBLICA DO PÓS-30: JUAREZ TÁVORA,
AS INTERVENTORIAS DO NORTE E A GUERRA DE 1932

RAIMUNDO HELIO LOPES

Rio de Janeiro, abril, 2014



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

UM VICE-REINADO NA REPÚBLICA DO PÓS-30: JUAREZ TÁVORA, AS
INTERVENTORIAS DO NORTE E A GUERRA DE 1932

APRESENTADA POR
RAIMUNDO HELIO LOPES

PROFESSORA ORIENTADORA: ANGELA DE CASTRO GOMES

Rio de Janeiro, abril, 2014



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

PROFESSORA ORIENTADORA: ANGELA DE CASTRO GOMES

RAIMUNDO HELIO LOPES

UM VICE-REINADO NA REPÚBLICA DO PÓS-30: JUAREZ TÁVORA, AS
INTERVENTORIAS DO NORTE E A GUERRA DE 1932

Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor em História,
Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, abril, 2014

Lopes, Raimundo Helio

Um Vice-reinado na República do pós-30 : Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32 / Raimundo Helio Lopes. – 2014.
315 f.

Tese (doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Ângela de Castro
Gomes. Inclui bibliografia.

1. Brasil – História – Revolução constitucionalista, 1932. 2. Revolucionários. 3. Távora, Juarez, 1898-1975. I. Gomes, Ângela Maria de Castro, 1948- . II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 981.06

RAIMUNDO HELIO LOPES

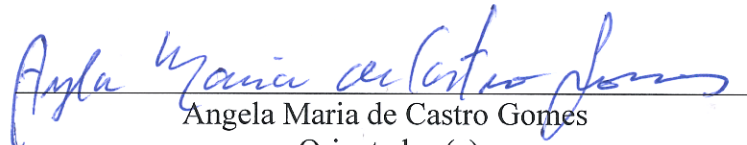
UM VICE-REINADO NA REPÚBLICA DO PÓS-30: JUAREZ TÁVORA, AS INTERVENTORIAS DO NORTE E A GUERRA DE 1932.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 04/04/2014

Aprovada em:

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE TESE


Angela Maria de Castro Gomes
Orientador (a)


Dulce Chaves Pandolfi


Frederico de Castro Neves


Jorge Ferreira


Maria Helena Capelato

RESUMO

Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932

Esta tese investiga a trajetória da região geopolítica conhecida como Norte, durante o Governo Provisório varguista (1930-1934). Ela começou a ser gestada no imediato pós-30 e, nos anos seguintes, tornou-se uma das forças políticas mais ativas de todo o período. O Norte era formado pelo então território federal do Acre e os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. Nesta conjuntura, as principais posições políticas e militares nesses estados passaram a ser ocupadas pelos que adotaram a autodesignação de revolucionários nortistas. A invenção e consolidação dessa identidade política tinha como elemento agregador o reconhecimento de Juarez Távora como grande líder e representante dos interesses da região junto ao Governo Provisório. Chamado ironicamente, por seus opositores, de “Vice-rei do Norte”, Távora liderou esse grupo durante todo o período, construindo uma importante aliança entre essa região geopolítica e o Governo Provisório. Desse modo, o Norte, seus revolucionários e seu líder foram os principais apoiadores de Vargas na defesa do projeto de centralização política, em oposição a outras correntes, sobretudo as que pregavam o retorno ao regime constitucional. Dessa forma, o Norte participou decisivamente do processo de radicalização que desembocou na guerra civil de 1932, enviando milhares de soldados para os campos de batalha e combatendo, dentro da região, os possíveis aliados do movimento rebelde liderado por São Paulo. Com o fim da guerra e confirmado o retorno do país ao regime constitucional, apesar da tentativa de permanecer como um grande bloco político, a região se fragmenta e os antigos laços que definiam a identidade dos revolucionários nortistas se dissolvem, assim como a liderança indiscutível de seu líder e herói, Juarez Távora.

PALAVRAS-CHAVE: Norte; revolucionários nortistas; Juarez Távora; guerra civil de 1932; centralização política

ABSTRACT

A “Vice-reinado” during the post-30’s Republic: Juarez Távora, the Northern “interventorias” and the War of 1932.

This thesis deals with the trajectory of the geopolitical region then called Northern Brazil, during the Provisional Government of Getúlio Vargas (1930-1934). This region started to get organized on the immediate aftermath of Vargas’ rise to power in 1930 and, in the following years, came to be one of the most active political forces of the period. The North was formed by the then federal territory of Acre and the states of Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. At that time, the main positions of power in these states, both in politics as well as within the military, were occupied by men who called themselves northern revolutionaries. The invention and consolidation of this political identity was built upon the recognition of Juarez Távora as the great leader and representative of the regional interests within the Provisional Government. Ironically called by his political opponents the “Vice-roy of the North”, Távora lead this group during the whole period, building an important alliance between this geopolitical region and the Provisional Government. Thus, the North, its revolutionaries and its leaders, were the main supporters of Vargas and his political centralization scheme, in opposition to other lines of thought, especially the ones that favored the return of the constitutional regime. In that way, the North decisively participated in the radicalization process which led to the civil war of 1932, sending thousands of troops to the battlefields and fighting, within the region itself, the possible allies of the rebel movement lead by the state of São Paulo. As the war ended and the country returned to the constitutional regime, despite attempts to remain as a large and important political block, the region breaks apart and the old bonds that defined the identity of northern revolutionaries vanish, along with the clear leadership role of its former leader and hero, Juarez Távora.

KEYWORDS: North; northern revolutionaries, Juarez Távora, civil war of 1932, political centralization.

DEDICATÓRIA

*Para minha mãe e meu pai,
por eles, nunca quis voltar atrás.*

*Para a Aline e para a Sol,
mais lindas que o mundo.*

*Para o João Francisco,
maior do que o mar.*

AGRADECIMENTOS

Explorar esse Vice-reinado não foi tarefa fácil. Mas, muitos tornaram essa jornada menos difícil e, de certo modo, mais prazerosa.

Inicialmente agradeço ao Cpdoc pelo ambiente estimulante de pesquisa e produção acadêmica. Entre seus profissionais, Renan Marinho e Bianca Silveira foram fundamentais, sempre atenciosos, competentes e pacientes com as mais difíceis e inusitadas dúvidas acerca dos arquivos que essa casa abriga. O trabalho deles contribuiu bastante para o Cpdoc ser o que é.

Muitos foram os professores e pesquisadores que me ajudaram, de diversas e importantes formas, nesses quatro anos. A Alzira Alves de Abreu, Dora Rocha, Américo Freire, Christiane Jalles, Fernando Lattman, Mônica Kornis, Mário Grynspan, Verena Alberti e Mariana Cavalcanti meu muito obrigado. Sou especialmente grato à Suely Braga, por sua constante gentileza em ouvir e indicar caminhos, e à Luciana Quillet Heymann, pela maneira afável e segura de ensinar a desvendar arquivos e por seu posicionamento correto e ético em lidar com os alunos. Devo agradecer também a Alan Carneiro e Juliana Gagliardi pela mão estendida e confiança depositada nos meus primeiros meses de Cpdoc. Sem vocês, patrão e patroa, a trajetória desse cearense nessas terras cariocas dificilmente teria sequer começado. Regina Vives, pela atenção e palavras carinhosas, e Lídia Cruz, sempre ajudando a encontrar mais um livro, contribuíram muito para esta tese. Carlo Romani, por estar sempre disposto a dialogar comigo desde o mestrado, foi peça importante na construção desse trabalho. Sou grato também a George Ermakoff pelas oportunidades e pelas conversas, nas quais sempre aprendi muito.

Agradeço igualmente ao Sr. Flávio Juarez Távora por ter dividido comigo parte de suas recordações sobre seu pai. Por suas palavras, pude “ver” outro Juarez, o que me deu mais ânimo para essa e outras jornadas.

Às professoras Dulce Chaves Pandolfi, por seu exemplo de coragem, e Maria Helena Capelato, por sua generosidade intelectual, agradeço imensamente pelas críticas, sugestões e incentivos dados durante a qualificação. O professor Frederico de Castro Neves, o Fred, não é de hoje que vem ouvindo e estimulando minhas ideias e projetos, e agradecê-lo é redundante. O professor Jorge Ferreira, mesmo sem saber, contribuiu bastante para esta tese, com seus textos refinados de história política. A presença de todos eles na banca de defesa, além de uma honra, é motivo de enorme alegria para mim.

Agradecer à Angela de Castro Gomes por tudo, ainda é pouco. Angela foi bem mais do que uma orientadora: foi uma constante fonte de inspiração. Mais do que o profissionalismo e a competência, levo como grande aprendizagem de nossa convivência a criatividade com as fontes e o entusiasmo pela história. Com ela divido todos os possíveis méritos que esta pesquisa venha a ter, apesar das falhas serem de minha inteira responsabilidade. Se ela quisesse, começaria tudo outra vez, sempre atento à “escrita da paixão” e à “paixão da escrita”.

Muitos amigos compartilharam comigo angústias, alegrias, dúvidas e cervejas. Samuel, Vicente, Luciana, Mauro, Vanuza, Renato, Lucina, Adrianna, Evelise, Wolney, Monique, Vivian e Silvana são amigos historiadores que estão para além das salas de aula. Guilherme, além de amigo querido, é meu “personal translator”. Eduardo, mesmo sem ligar muito, esteve perto. Gerson, meu “irmão gêmeo” e compadre, sempre me acompanhou nessas quase duas décadas de amizade, sem importar os milhares de quilômetros que nos separam. Emy e Cris já são da família, e nossos laços só aumentam.

Vanessa, Luis, Felipe, Bia, Luizinho, Evelyn e Tio João são minha família carioca que tornam o dia a dia, e, em especial, o fim de semana, mais animado e alegre. Agradeço imensamente ao S. Toninho e D. Fátima por toda amizade e carinho, além das inúmeras ajudas e longas conversas que me tornam uma pessoa melhor. Sem o apoio de ambos, tudo seria bem mais difícil.

Agradeço também a toda minha grande família cearense, pelos telefonemas fortuitos e visitas casuais. De todos, tio Messin e o Gabriel me mostram de onde vim e de onde nunca sairei.

Se eu tivesse tido a oportunidade de conversar com meu avô Raimundo sobre esta pesquisa, ela teria saído bem melhor. Mais do que o nome, dele herdei o olhar inquietante sobre a realidade. Minha avó Edite sempre me ensinou a ir mais longe, e, na verdade, tudo que eu faço é graças a ela. Para a vó Maria e vô Hélio, só queria que soubessem que foi mais doloroso para mim do que para eles esses anos de ausências e saudades.

Minha irmã Fernanda foi – e é – fundamental em tudo que faço. Seu constante apoio, cuidando de tudo e de todos, me permitiu ir bem mais longe, e por isso todas as minhas alegrias também são dela. Aos meus pais, Lêda e Fernando, dedico a mais intensa gratidão que um filho pode ter. Sem todos os esforços que fizeram – e não foram poucos – eu nunca teria chegado até aqui. Eles sempre me mostraram que, apesar de todas as barreiras e imposições, é possível sim acreditar e realizar sonhos.

Mais do que agradecer, devo me desculpar com a Sol por todos esses anos em que tive que deixar de lado nossas brincadeiras para escrever a “chata da tese”. Nesse período, aprendi algo fundamental: fazer doutorado é muito fácil se comparado aos desafios da paternidade. Com ela, tenho o compromisso de só aceitar novas empreitadas desse tipo se couberem em nossa agenda de jogos, filmes, desenhos e pracinhas. Nos meses finais de escrita, tudo ficou mais leve com a chegada do João Francisco, que já me olha dizendo que a vida é bem maior e mais surpreendente do que eu imaginava.

Por fim, agradeço a Aline por dividir comigo sua alegria e sua força, sem as quais tudo em mim seria incompleto e sem graça. Meu amor, você é o meu Norte, com toda a polissemia que essa palavra tem pra gente.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 - O Norte do pós-30: os revolucionários, seu herói e suas lutas	37
1.1- O Norte e os revolucionários nortistas	38
1.2- Juarez Távora: um herói nortista do Brasil e um herói nacional do Norte	45
1.3- Juarez Távora e o Governo Provisório: ser ou não ser general?	61
Capítulo 2 - A Delegacia Militar do Norte	73
2.1- Um Governo-Geral para o Norte: ministros e chefes militares	74
2.2- A criação da Delegacia Militar do Norte.....	85
2.3- O funcionamento da Delegacia Militar do Norte.....	95
2.3.1- Pelo fio do telégrafo: “transmito”, “informo”, “conversarei”, “pleitearei”	97
2.3.2- As diretrizes da administração: integrar e engrandecer.....	103
2.3.3- A política da Delegacia: orientar e apoiar	111
Capítulo 3 - O processo de militarização das interventorias do Norte.	121
3.1- Sob o crivo do Delegado: nomeando interventores.	122
3.2- Os governadores provisórios chegam às interventorias: os interventores civis.....	129
3.3- As primeiras crises e deposições: a confirmação dos interventores civis	136
3.4- Entre Manduca e Juá: os pecados dos civis e os porquês dos militares	141
3.5- Os interventores militares e a estabilização política do Norte	152
Capítulo 4 - O fim da Delegacia Militar do Norte e a crise que antecede a guerra civil	164
4.1- O fim da Delegacia Militar do Norte.....	166
4.2- “Conversas desocupadas”: Agildo Barata e as tentativas de aproximação entre o Norte e os rebeldes paulistas.	175
4.3- O Norte diante dos constitucionalistas	183
4.4- Por um Exército unido: a queda do ministro da Guerra, Leite de Castro.....	192
Capítulo 5 - A Guerra de 1932: as tropas do Norte no front de combate.....	199
5.1- A questão do alistamento voluntário na Guerra de 1932	200
5.2- As tropas nortistas.....	212

Capítulo 6 - A Guerra de 1932: os interventores do Norte no front da política	230
6.1- A Divisão do Norte: Juarez Távora e os interventores.	231
6.2- Os “inimigos da pátria”: a causa paulista vista pelo Norte	241
6.3- Os “inimigos da pátria” estão em armas.....	247
Capítulo 7 - O Norte “esbandalhado”	260
7.1- Os princípios de defesa do Norte e da revolução de 30 diante da constitucionalização	261
7.2- O declínio político de Juarez no Norte: o herói perde seu pedestal	268
7.3- Getúlio Vargas em viagem ao Norte: o presidente e os revolucionários nortistas	283
Considerações finais	298
Anexos	307
Bibliografia.....	311
Fontes pesquisadas	318

INTRODUÇÃO

I

Essa pesquisa começou no primeiro semestre de 2008, quando, ainda como estudante do mestrado em História da Universidade Federal do Ceará, cursei um semestre de estudos no Cpdoc-FGV. Naquele momento, pesquisava o envolvimento do Ceará na chamada Revolução Constitucionalista de 32 e, mais especificamente, a formação de batalhões provisórios cearenses que partiram para o *front*. No Rio de Janeiro, frequentei, durante meses, as principais instituições de pesquisa da cidade – Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Exército e diversos arquivos pessoais do próprio Cpdoc – na procura de fontes que me ajudassem a explicar porque milhares de cearenses, de diferentes classes sociais, envolveram-se tão ferrenhamente naquele conflito. Com isso, buscava responder a uma questão central que me assombrava desde quando passei a me dedicar ao tema: “mas, afinal, por que você quer estudar uma guerra que é paulista e pouco tem a ver com o restante do Brasil?”.

Nos vários fundos analisados, encontrei importantes fontes que me ajudaram a escrever minha dissertação, intitulada *Os Batalhões Provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)*. No entanto, à medida que resolvia as questões que me estimulavam naquele momento de minha formação, outras tantas se abriam a partir do contato com as novas fontes consultadas em “arquivos nacionais”.

O primeiro ponto que me saltou aos olhos foi o “nome” do conflito armado dos primeiros anos do Governo Provisório. Ele deixava de ser, cada vez mais, a Revolução Constitucionalista, para se tornar uma guerra civil que contou com a efetiva participação de milhares de militares, políticos e civis de todo o país, estivessem ou não nos campos de batalhas. Ou seja, a Guerra de 1932 – designação que adoto na tese para me referir ao conflito, buscando fugir de termos consolidados pela memória e carregados de significados – é um evento político e militar vastamente documentado, quando analisado a partir da ótica daqueles que compuseram a defesa do Governo Provisório. Além desse, outro ponto me intrigou quando fazia a pesquisa no Rio: o Ceará, na maioria das vezes, aparecia nas fontes que encontrava diluído no Norte, termo corriqueiro na época de produção daqueles documentos.

Assim, a pergunta inicial que esboçou meu interesse de pesquisa para o doutorado partiu dessas duas “descobertas”: Como esse Norte se envolveu na guerra civil de 1932 e por que, e de que modo, colaborou na defesa do Governo Provisório?

Com essas questões, redigi o projeto de doutorado com que ingressei no Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do próprio Cpdoc, com o título de *Os Exércitos Vargasistas: a formação das tropas do Norte do Brasil durante a Guerra de 1932*. Eu acreditava que o Norte, nesse momento, seria uma categoria básica para delimitar meu problema e entender como e por que os estados que o compunham participaram da Guerra de 1932.

Com o início do curso, e com as orientações que se seguiram, fui percebendo que esse Norte sobre o qual me debruçava era bem maior do que inicialmente eu imaginava. Ele, na verdade, não explicava o envolvimento dos estados que o compunham com a Guerra de 1932. Para entender tal envolvimento, era necessário, em primeiro lugar, explicar o que era esse Norte e como ele era entendido nos anos 1930. A trajetória desse Norte, como um sujeito coletivo, e seu envolvimento com o Governo Provisório estavam para além da guerra civil: o processo que o construía era anterior à guerra, e sua identidade permanecia para além do desfecho das armas, chegando à Constituinte de 1934. Dito de outra forma, o “novo” Norte que começava a se delinear como objeto de pesquisa não se explicava apenas pela eclosão da Guerra de 1932, momento excepcional e central para se entender os primeiros anos de Vargas no poder. Mas, para melhor compreender o combate dos nortistas aos revoltosos paulistas, na defesa do Governo Provisório, era preciso averiguar, com profundidade, como o conjunto de estados que compunham o Norte tornou-se aliado de Vargas nessa conjuntura.

O objeto inicial da tese de doutorado deveria ser reformulado. Dessa forma, eu precisava rever fontes já conhecidas e descobrir novas, na esperança de apreender e problematizar uma categoria que, até então, pouca atenção eu havia dedicado. Como toda pesquisa deve contar com uma dose de sorte, logo no primeiro fundo documental em que me debrucei, o Norte que eu buscava entender aparecia com enorme força e frequência. Tratava-se do arquivo pessoal de Juarez Távora, tão comumente citado na bibliografia como o “Vice-rei do Norte”. Analisando os documentos desse arquivo, a pesquisa ganhou mais fôlego e nova configuração. Também ganhou um novo personagem, central devido a sua simbiose com o Norte.

II

Juarez do Nascimento Fernandes Távora (1898-1975) teve uma intensa atividade política e militar por quase meio século. Sua atuação se inicia com as revoltas tenentistas da década de 1920 e se estende até 1967, quando se retira da vida pública, após ser ministro da Viação do primeiro presidente da ditadura civil-militar de 1964.

Dois momentos-chaves marcam sua longa trajetória. Um deles corresponde aos anos finais de sua carreira, momento em que Juarez Távora chegou ao posto de general e, em 1955, foi candidato a presidente da República, lançado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e apoiado pela União Democrática Nacional (UDN). Representando a oposição ao projeto varguista, Juarez foi derrotado por Juscelino Kubitschek, por uma pequena margem de votos, que girou em torno de 5%. Nessa conjuntura, Távora representava o grupo que caminhava celeremente para o rompimento institucional, sacramentado, em 1964, com a deposição do presidente João Goulart. Entre os militares, pode ser colocado como integrante da corrente chamada de “cosmopolitas de direita”, composta por anticomunistas, antitrabalhistas e defensores da abertura nacional ao capital estrangeiro e ao alinhamento total com os Estados Unidos.¹

Outro momento marcante foi sua ação nos últimos anos da década de 1920 e nos primeiros da década de 1930. Nesse período, Juarez foi um dos mais ferrenhos opositores da Primeira República, militando nas fileiras do tenentismo, e, durante e após a chamada Revolução de 30, um dos mais prestigiosos e destacados líderes do início da Era Vargas.

Esses dois eventos – o tenentismo e a Revolução de 30 – são complementares para se entender esse personagem. Olhando retrospectivamente, é possível perceber que, atuando neles, Juarez começou a forjar determinadas convicções que o acompanhariam durante décadas, chegando até mesmo naquela conjuntura dos anos 1950-1960. Defensor de uma “modernização pelo alto ou da modernização conservadora”, Távora foi um “batalhador incansável, arrojado e leal” de uma corrente tenentista, que possuía quatro características básicas, mais ou menos próximas das diretrizes de outros grupos do mesmo movimento: a nacionalização da política (defesa de um governo central forte

¹ Essa tipologia foi cunhada por José Murilo de Carvalho (1999: 344).

e capaz de implementar políticas em todos os domínios da vida nacional), o antiliberalismo, o anti-representativismo e o reformismo (Carvalho, 2005: 127-130).²

Acompanhá-lo em determinadas conjunturas específicas revela como tais ideais foram defendidos e executados, em diálogo com seus aliados e em situações peculiares. Foi durante o Governo Provisório, por exemplo, que atuou, militar e politicamente, como chefe do Norte, razão da centralidade de sua atuação nesse curto e denso período. Os papéis que acumulou ao longo de sua vida mostram a importância de sua ação nesse contexto, o que se evidencia em seu arquivo pessoal. Ele possui 16.200 documentos divididos em vários dossiês temáticos, que compreendem 42.252 folhas, com as datas limites de 1911 e 1975.

Mesmo não sendo o maior arquivo sob a guarda do Cpdoc, é, certamente, dos mais importantes, pois contempla uma documentação que cobre toda a atividade política e militar de seu titular. A série “Documentação política e funcional”, amplamente utilizada nesta tese, por exemplo, compreende documentos datados desde 1924 – quando Juarez foi um dos líderes do movimento tenentista irrompido em São Paulo (em 1922, apesar de apoiador, não teve papel de destaque) – até 1975, ano de sua morte. Concentrando a pesquisa nos 15 dossiês que abarcam o Governo Provisório, constata-se que eles, somados, correspondem a 8.369 documentos, divididos em 15.087 folhas.

Sobre esses dados são necessárias algumas observações. A primeira delas é que Juarez foi um personagem que “arquivou a própria vida”, como diz Philippe Artières. Tal prática, segundo o autor, “é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a uma íntima de si própria, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (Artières, 1998: 11). Entendo, dessa forma, o arquivo Juarez Távora como uma narrativa autobiográfica não pública, inspirado pelas considerações elaboradas por Priscila Fraiz ao analisar o arquivo pessoal de Gustavo Capanema. Távora, assim como Capanema, organizou seus papéis dando-lhe uma lógica e organicidade, presente em um meta-arquivo. Ou seja, em um conjunto de “documentos de autoria do titular, referentes ao planejamento e organização do próprio

² Esse texto é originalmente uma conferência realizada no IHGB, em sessão de homenagem a Juarez Távora, provavelmente pelo seu centenário, em 1998. Nele, intitulado “Juarez Távora e a Modernização pelo Alto”, afirma José Murilo de Carvalho que “o movimento de 64 representou a vitória final do tenentismo de Juarez Távora”.

arquivo”, que é sua parte integrante, o que é raro nesse tipo de acervo.³ Por tal razão, além de trabalhar com as informações que o arquivo fornece, é possível também entender as intenções de construção de imagem de seu criador, a partir dele. As considerações de Fraiz sobre Capanema cabem como uma luva para Távora:

Como homem público, a análise das relações entre sua escrita privada e sua atuação política pode contribuir para desvendar a maneira como ele elaborava uma autoconstrução moral, como construía uma imagem moral de homem público. Essa moral, marca da política brasileira dos anos 30, se verá refletida em seu arquivo, tanto pela construção do conjunto – o arquivo – quanto pelo exercício de sua escrita diária (Fraiz, 1998: 68).

Em diálogo com essas considerações, é importante que se ressalte que Juarez Távora, ao contrário de Capanema, escreveu suas memórias, também centrais para esta pesquisa. Sua autobiografia foi dividida em três volumes: o primeiro, datado de 1973, intitulado *Da planície à borda do planalto*, abrange o período de sua infância até o movimento militar de outubro de 30; o segundo, de 1974, chamado de *A caminhada no altiplano*, compreende desde a vitória do movimento de 30 até o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954; e o terceiro, de 1976, publicação póstuma (Juarez faleceu em 18 de julho de 1975), recebeu o título de *Voltando à planície*, vai da chefia do Gabinete Militar da Presidência da República no governo Café Filho até março de 1967, quando deixou o Ministério de Viação, no governo Castelo Branco.⁴ Nesse projeto autobiográfico público e dinâmico⁵, Juarez utilizou muito seu arquivo, citando constantemente documentos que o compõem. Entender esse arquivo, portanto, ajuda a entender, além da trajetória política e militar de Juarez, principalmente a própria imagem que ele queria deixar para a posteridade.

Cerca da metade de todo o arquivo é composta por documentos relativos à sua atuação ente 1930 e 1934, o que já diz muito sobre qual imagem Juarez queria demarcar para si mesmo, assim como sobre a importância que essa experiência teve em sua trajetória de vida. Juarez capitaneou os estados do Norte durante o movimento de 30 e o

³ Os papéis que dão conta da organização de Juarez Távora estão em Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dfp 0000.00.00/2. Esse conjunto corresponde a 336 folhas, o que mostra o empenho de seu titular nessa empreitada.

⁴ É importante que se esclareça que o segundo volume das memórias de Juarez foi o mais utilizado para a elaboração da pesquisa. No entanto, utilizo uma edição “revista” publicada em 1976 pela Biblioteca do Exército. Assim, nas citações, sempre que me referir à obra de Távora deste ano, falo de seu segundo volume, e não do terceiro. Quando utilizar este, deixarei claro no texto, para que não haja confusão para o leitor.

⁵ Na apresentação do primeiro livro, Juarez adverte que pretende escrever apenas mais um volume. No entanto, na apresentação do segundo volume, diz que “a matéria nele contida era bastante volumosa”, tendo assim que “reformular o plano inicial da obra, desdobrando-a” em mais um volume, o terceiro.

Governo Provisório e, em seu arquivo pessoal, ficaram diversos telegramas, cartas, relatórios, conferências telegráficas, bilhetes, anotações e tantos outros papéis que ajudam a compreender como se formou essa região geopolítica no pós-30. Por esses documentos, em especial pela correspondência ativa e passiva, fui conhecendo seus parceiros estratégicos: os aliados e admiradores de Juarez Távora, que o reconheciam como grande líder. Todos eles, em seus próprios termos, se autodefiniam como revolucionários nortistas, construindo, assim, uma identidade geopolítica singular para se reconhecer e serem reconhecidos no período.

Fui percebendo que os revolucionários nortistas passaram a ocupar, por ação direta de Juarez Távora, os principais postos de comando nos estados do que era definido como Norte, quer fossem militares – nas guarnições do Exército –, quer fossem políticos – muito especialmente, nas interventorias. A tese, desse modo, passou a investigar a ação dos personagens que assumiam essa identidade durante o Governo Provisório, tendo como fio condutor o grande agregador de todos eles: o Norte e seu líder; os interventores do Norte e seu representante no Governo Provisório; os revolucionários nortistas e Juarez Távora.

Reconfigurada a pesquisa, uma questão importante de ordem teórico-metodológica apareceu: o papel central assumido pelo arquivo pessoal de Juarez Távora e pela correspondência que ele abriga. No caso do arquivo de Juarez, foi a partir de seus documentos que pude desenhar o formato da tese e seu eixo principal de argumentação, construindo hipóteses que foram sendo confirmadas, refutadas e reconstruídas. No entanto, como já disse, entendo esse arquivo como um projeto autobiográfico de Juarez, devendo reconhecer seus silêncios e esquecimentos. Esses são elementos fundamentais para se entender o trabalho de construção memorial, também presente na escrita autobiográfica do arquivo de Juarez. O mesmo cuidado deve ser estendido a suas memórias, pois, o que se diz sobre o passado relatado, diz mais ainda sobre o presente no qual elas foram escritas. Assim, à medida que eu avançava na pesquisa das fontes, ia tendo a mesma inquietação que o historiador Christophe Prochasson, quando pensava sobre arquivos privados de intelectuais franceses:

A conservação sistemática da correspondência recebida por um intelectual e às vezes mesmo as cópias de suas próprias cartas (...) sempre me intrigaram. As razões que levam a um tal comportamento me parecem indicar uma consciência da história que vem pôr um limite inegável à autenticidade. Nada corre o risco de ser mais falso do que a “bela carta” ou o arquivo privado “que se basta a si mesmo”, que é “tão revelador”. Há aí algumas armadilhas preparadas (Prochasson, 1998: 112).

Ou seja, a documentação encontrada não foi tratada como uma “prova autêntica que se basta a si mesmo”, sobretudo no caso das cartas, muito frequentes, trocadas entre Juarez e dos revolucionários nortistas. Na verdade, procurei entendê-las como parte de um discurso e de uma prática política que, ao mesmo tempo em que apresentava informações, era também constituinte de sentidos que marcavam seus autores. Foi necessário criticar essas fontes e selecioná-las, em busca de uma lógica construída a partir de minhas escolhas. Desse modo, procurei fugir de seus “feitiços”, o que ocorre quando “o pesquisador não consegue fazer suas escolhas e, portanto, não tem coragem e segurança para descartar muito do que coletou, hierarquizando seus documentos e deixando claro para o leitor que é ele, pesquisador, quem conduz a fonte, e não é por ela conduzido/possuído” (Gomes, 1998: 125-126).

A crítica, assim, além de interna, foi externa: ao lado dos documentos encontrados no arquivo pessoal de Juarez, fui buscar diferentes fontes que me permitissem entender melhor os problemas levantados. Dessa forma, foram pesquisados também outros arquivos pessoais – como o de Getúlio Vargas, Juraci Magalhães, Osvaldo Aranha e Luís Vergara – e públicos, a exemplo, principalmente, do Gabinete Civil da Presidência da República, onde está guardada a correspondência oficial trocada entre os interventores e o presidente. Ainda com esse mesmo objetivo, merece destaque o *Diário* de Getúlio Vargas. Em seus registros íntimos, o presidente apresenta sua própria visão do Norte e de Juarez Távora, além dos “bastidores” de muitas articulações do que travava com seus aliados.

Outra questão metodológica de envergadura para a pesquisa foi o trabalho com a correspondência ativa e passiva de Juarez encontrada em seu arquivo. Nos dossiês pesquisados, os revolucionários nortistas são seus grandes correspondentes. Durante os dois primeiros anos do Governo Provisório, a atuação política de Juarez se centrava em ouvir e orientar esses personagens, através da troca de cartas e, principalmente, de telegramas. Por isso, entendo a correspondência desse grupo como uma rede de sociabilidade, como um dos suportes da identidade dos revolucionários nortistas. É uma espécie de “escrita de si” de um indivíduo coletivo – os revolucionários nortistas –, com método, modelos, frequência, construindo sociabilidades comuns. Como assevera Angela de Castro Gomes (2004: 19), a correspondência “implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê”. Escrever cartas – e

também telegramas – “é assim ‘dar-se a ver’, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo ‘visto’ pelo remetente, o que permite um *tête-a-tête*, uma forma de presença (física, inclusive) muito especial”. Diz a mesma autora, ainda de modo inspirador para essas reflexões:

Trabalhar com cartas, assim como outros documentos, privados ou não, implica procurar atentar para uma série de questões e respondê-las. Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais o(s) seu(s) objetivo(s)? Qual o ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagens? Essas questões podem se multiplicar, chamando a atenção do analista para as importantes relações estabelecidas entre quem escreve, o que escreve, como escreve e o suporte material usado na escrita (Gomes, 2004: 21).

As respostas para muitas dessas perguntas levantadas estão no próprio desenrolar da narrativa da tese. A partir dos telegramas e das cartas guardadas por Juarez, é possível acompanhar como ele foi atuando e construindo elos com o Norte nas funções que exerceu no período. Esses dois aspectos – a constante troca de correspondência e a descrição que ele mesmo vai fazendo de suas ações – explicam suas relações com os revolucionários nortistas e as decisões políticas que foram tomando naqueles anos. Essa correspondência, como se verá, é fonte primordial, porque informa sobre as estratégias e ações desses personagens, e também é objeto de análise, porque ela própria se constitui em um dos elementos que define a identidade do grupo.

Atentando à materialidade, percebe-se que a correspondência passiva de Juarez aparece como datilografada ou transcrita por funcionários dos Correios responsáveis pelo setor de telegramas. Estes estão com carimbos da “Estação Central” ou da “Estação do Largo do Machado”, sendo a imensa maioria enviada para Rua Marquês de Abrantes, 165. Esse era o endereço residencial de Juarez no Rio de Janeiro, especificamente a casa de seu tio e sogro Belisário Távora, antigo Chefe de Polícia do Distrito Federal, durante o governo do presidente marechal Hermes da Fonseca (1910-1914).⁶ O fato da correspondência ser remetida para sua casa já mostra como era direta e próxima sua relação com os revolucionários nortistas e como público e privado estavam entrelaçados.

Já o suporte da correspondência ativa é constituído, principalmente, de cópias em papel carbono dos telegramas escritos por Juarez. É isso que sugere o registro

⁶ No primeiro volume de sua autobiografia Juarez afirma ser este o endereço de seu tio (Távora, 1973: 219).

fragmentário de palavras e o recorte do texto nas bordas do papel. Em um dos telegramas enviados por Juarez a um de seus correspondentes, na tentativa de dirimir uma dúvida sobre a correspondência trocada entre eles, há uma passagem que diz: “acabo verificar meu bloco cópias telegramas”.⁷ É certo que alguns desses blocos foram preservados e fazem parte do arquivo pessoal de Juarez Távora, enquanto outros se perderam.

Os telegramas, forma de comunicação rápida, possuem linguagem direta e objetiva, marcada pela supressão de vogais e pela constante utilização de abreviações, o que torna, muitas vezes, sua leitura truncada.⁸ Dentro do universo pesquisado, chama a atenção o fato de uma parte desses telegramas ser codificada em uma linguagem secreta, necessitando assim ser decodificada. Tal linguagem é composta por grupos de dez letras, organizadas de uma forma que, *a priori*, não possuem inteligibilidade. Existiam vários códigos – cada um com uma chave numérica e outra alfabética – que, previamente fornecidas, permitiam decodificá-los para serem prontamente entendidos. Infelizmente, encontrei apenas um conjunto de chaves para entender parte dessa correspondência.⁹ No entanto, muitos deles foram decodificados e seu texto está manuscrito no próprio telegrama, ao lado da codificação ou no verso do papel. Nesses casos pude retirar as informações que utilizo e sempre que os cito, assinalo nas notas de rodapé: “codificado”.

Essa comunicação secreta era restrita aos revolucionários nortistas, fossem interventores ou militares das guarnições estaduais. Durante a pesquisa, verifiquei que ela já era usada durante o movimento armado de 30 e que, nesse momento, de todos os chefes nacionais, apenas Osvaldo Aranha (um tenente civil) recebia telegramas desse tipo. A utilização desses códigos evidencia que a articulação política do Norte datava do pré-30, estendendo os instrumentos de comunicação da fase conspiratória para o período do Governo Provisório. Ela ressalta, assim, a necessidade do segredo ante o temor de possíveis espionagens, além do fato de determinados assuntos não poderem ter ampla circulação, como é o caso de suspeitas de motins, crises políticas e confabulações envolvendo posicionamentos a serem tomados no Norte em relação ao Governo

⁷ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (6139/7455). Datado de 8 de fevereiro de 1932.

⁸ Para dar maior fluidez e facilidade ao texto para o leitor, muitas vezes insiro em seu conteúdo artigos, preposições e pronomes, que são sempre evidentes por estarem dentro de colchetes.

⁹ Ela está em Silva (1980: 27-28). No exemplo citado nesta obra, utilizado durante o movimento de 1930, a chave numérica é “41513621” e a alfabética “Parahyba”. Para decodificá-lo era necessário organizar as letras “embaralhadas” a partir das duas chaves sobrepostas e fazer uma contagem das letras no sentido anti-horário, tendo como base os números apresentados.

Provisório. Além disso, o fato de se ter elaborado uma linguagem restrita ao Norte, evidencia que esse foi um elemento integrador importante desses revolucionários, tornando-se mais um indicador de sua identidade política no pós-30. Os códigos potencializam o “pacto epistolar” entre remetente e destinatário, possuindo normas e protocolos compartilhados e consolidados entre seus membros. Essa intensa troca de cartas e telegramas que cobre a vasta região Norte construiu uma importante rede de sociabilidade e um espaço de discussão fundamental entre Juarez e os revolucionários da “região”, algo já evidenciado por trabalhos que lidam com correspondências políticas e, até mesmo, familiares.¹⁰

Ainda levando em conta a materialidade dessa correspondência e seus significados, é possível nos aproximarmos das articulações dessa corrente e dos vários significados de suas ações políticas: quais eram as palavras-chave utilizadas; que questões debatiam; quais eram os interesses defendidos; de quem suspeitavam; quem era definido como opositor; como viam seus aliados etc. Assim, nessa rede, procurei estar atento e privilegiar a análise de categorias nativas, sendo a principal delas, como se disse há pouco, a de Norte e revolucionários nortistas. Por fim, chama a atenção a ausência da categoria vice-rei ou vice-reinado do Norte. Portanto, a sua não utilização por esses correspondentes e sua inexistência no próprio arquivo de Távora demonstram que não era uma categoria nativa desse grupo, o que já ajuda a explicar o valor de seus significados.

III

O Vice-reinado do Norte é um termo recorrente na bibliografia sobre os primeiros anos da Era Vargas. No entanto, apesar de constante, seu significado e sua conotação positiva ou negativa, ainda não foram aprofundados.

O Governo Provisório e os anos sob o regime constitucional que antecederam o Estado Novo foram um período rico em disputas de projetos políticos. Ou seja, o golpe de 1937 não era o único fim que poderia ter a tomada de poder ocorrida em 1930. Como diz Angela de Castro Gomes, na introdução de um importante livro que procura analisar o processo de constitucionalização de 1934, a partir da experiência de diversas correntes políticas estaduais – *Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos*

¹⁰ Ver, dentre outros, Gomes (2000) e (2009), e Ferreira (2004).

anos de 1930 – “a marca essencial desses sete anos é a instabilidade, corporificada nas lutas e nos choques ocorridos entre as numerosas e distintas forças sociais que então disputam um espaço político maior no cenário nacional” (1980: 25). Marcado por marchas e contramarchas, esse período é cheio de ambiguidades e de “diferentes projetos que disputaram o jogo político”, como afirma Dulce Pandolfi (2007: 15)

Assim, esta tese se inscreve nesse tipo de produção, que busca compreender o Governo Provisório de Vargas a partir de uma das várias correntes políticas que saíram vitoriosas do movimento de 1930. Vavy Pacheco Borges, em *Tenentismo e Revolução Brasileira*, afirma que “esse período [em especial, de 1930 a 1932] é descrito – por uma historiografia que pode ser chamada de tradicional por ter raízes nas explicações de muitas décadas atrás – como resultante do embate ‘oligarquia versus tenentismo’: essas seriam as duas grandes forças políticas existentes no país”. Mesmo que sua análise seja centrada no caso paulista, concordo com a autora quando ela afirma que tal binômio é insuficiente e generalizante, especialmente por tratar de um conturbado momento político, com uma “oposição absoluta e monolítica entre os dois grupos”, que muitas vezes deixa o historiador confuso ou perdido. Defende Vavy Pacheco Borges que “para se compreender 30 e 32” – e completo, todo o Governo Provisório – é “preciso retomar o que esses movimentos foram para seus participantes e contemporâneos, em suas diferentes e conflitantes versões”. Assim, é “preciso (...) ver como se dera a luta pelo poder”, fugindo de análises nas quais “os interventores e outros líderes apontados como expoentes do tenentismo agem sem unidade, em falas, alianças e práticas diversas, o que torna difícil ver-se em tudo isso uma ‘ação tenentista’ homogênea e/ou unificada” (1992:18-19).

Tais considerações são norteadoras para esta pesquisa. Assim, é necessário analisar duas das questões apontadas: o tenentismo e as interventorias. Dulce Pandolfi, no mais importante trabalho escrito sobre o Norte do pós-30 – *A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político*, presente no livro organizado por Angela de Castro Gomes, há pouco citado – defende que a região é um “reduto do tenentismo” que “cumpria a missão de fortalecer o Governo Provisório”, através, principalmente, de seus interventores (1980: 347). Entendo que essa visão é importante para compreender os sujeitos que investigo. No entanto, no pós-30, o tenentismo não dá conta completamente do projeto defendido e executado pelos interventores e revolucionários nortistas.

Como afirma José Augusto Drummond – em relevante texto sobre essa corrente, analisando-a de 1922 a 1935 – “a característica mais marcante da trajetória do tenentismo depois de 1930 é a grande diversidade de experiências e reflexões. Conforme avançam a cronologia dos meses e anos, torna-se cada vez mais difícil identificar o tenentismo como um movimento único com objetivos próprios e com atores distintos” (1986: 210). Nessa floração de novas experiências surgidas da transformação de um movimento rebelde em um grupo de real poder dentro do Estado, o tenentismo explica apenas uma parte das ações políticas daqueles que passaram a ocupar os postos de comando no Norte. Assim, retomando as reflexões de Borges sobre a importância dos sentidos políticos para os sujeitos que o viveram, esse grupo passa a adotar uma identidade política própria – a de revolucionários nortistas –, que é explicada, mas não exclusivamente, pela experiência tenentista. Adoto esse termo, como disse anteriormente, por ser uma categoria nativa nas fontes pesquisadas. Como sabemos, os termos tenentes e tenentismo só surgem em meados do ano de 1931, consolidando-se, efetivamente, a partir de 1933, com a publicação do livro, *O sentido do tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa.¹¹ Atentando para essa e para outras categorias nativas, procuro entender o processo político do Norte do pós-30, a partir da ótica de seus protagonistas e dos vários sentidos que atribuíam a suas ações, em especial dentro das interventorias estaduais.

A relevância das interventorias para o período, considerando-se a literatura que investiga o tema, fica evidente no clássico livro *Estado e Partidos Políticos do Brasil (1930 a 1964)*, de Maria do Carmo Campello de Souza, publicado em 1976. Nele, a autora faz um panorama das interventorias de todo o país, entendidas como instrumentos fundamentais para o projeto de centralização política, empreendido pelo Estado no pós 1930 e consolidado a partir de 1937. Nessa análise, ela adverte que “é necessário distinguir entre os estados mais fortes e os mais fracos”, para se entender bem os significados de suas interventorias. Enquanto aqueles passaram por “diversas crises”, como Minas Gerais e São Paulo, devido à tentativa do Governo Provisório de “mantê-las [as interventorias] subordinadas”, nos estados mais fracos, onde se classifica todos os estados nortistas, com exceção da Bahia, “a equação era mais simples, mero confronto de situação e oposição”. No caso baiano, em uma pequena nota na qual a

¹¹ A bibliografia sobre o tenentismo é extensa e divergente, principalmente quando se analisa os desdobramentos do movimento no pós-30. Um amplo balanço historiográfico sobre essas questões está em Araújo Neto (2012: 8-40).

autora comenta os primeiros anos da interventoria de Juraci Magalhães, ela reconhece que sua indicação ao cargo foi feita por Juarez Távora, visando barrar outros nomes de peso, especialmente o de J. J. Seabra. Távora tinha o “Norte/Nordeste sob a chefia”, e “por isso [era] chamado Vice-rei do Norte” (1976: 90-91).

Ela diz ainda, que as indicações dos primeiros interventores dos estados “menos desenvolvidos” eram baseadas em uma “regra deveras elementar”, já que “quem quer que estivesse na oposição contra Washington Luís passaria a situação”, saindo daí os nomes que ocupariam o executivo estadual. Tratando dos estados nortistas, Maria do Carmo Campello de Souza afirma que muitas dessas interventorias passaram a ser ocupadas por militares, “elementos diretamente ligados ao governo central” e marcadamente “centralistas”. Ou seja, adeptos da centralização política do período, defendida pelo Governo Provisório. Ainda quando trata do Norte, reconhece que a região tornou-se uma força política considerável, o que se refletia em outras correntes importantes: “Sem dúvida, um dos principais senão o principal motivo do rompimento do Partido Democrático paulista com o governo federal foi o caráter de embrião da centralização política de que se revestia o bloco das interventorias do Norte/Nordeste” (1976: 92-94).

A importância desse trabalho foi muito grande, em especial por seu caráter pioneiro, ao situar o processo de centralização política, defendido no pós-30, em uma trajetória maior dentro do Estado brasileiro e articulá-lo à criação das interventorias. Além disso, fica claro que a autora percebe que há uma guinada nas interventorias nortistas, que foram se tornando cada vez mais militares e centralistas, contrapondo-se fortemente ao projeto paulista, civil e descentralizador. Mas, a complexa situação política dos estados do Norte é apresentada de forma muito uniforme e simplificada. Mesmo reconhecendo o papel de Juarez Távora, a autora, em seu amplo panorama, reduz o processo de confronto envolvendo diversas forças políticas estaduais, regionais e nacionais, para a nomeação dos interventores, a algo que se transforma em uma “simples equação”.

Muitas das questões levantadas por Maria do Carmo Campello de Souza foram aprofundadas por Dulce Pandolfi, no seu texto sobre a experiência política nortista no pós-30. A análise dessa autora divide-se em duas partes. Na primeira, busca compreender os estados do Norte, de forma conjunta, da revolução de 30 à constitucionalização. Na segunda, mais longa, concentra-se no caso pernambucano e no

processo político ocorrido no estado, quando da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, investigando a ação da interventoria, os partidos, as eleições, o perfil da bancada e o posicionamento dos deputados nos embates parlamentares.

As reflexões de Pandolfi foram guias para a feitura deste trabalho. Diz a autora que “o projeto político de união do Norte, presente em todo o período de Governo Provisório (1930-1934), sofreria contínuos rearranjos, conforme o movimento da conjuntura” (1980: 343), situando historicamente as ações e nomeações dos interventores, e já esclarecendo que esse período foi bastante conturbado. Ela aponta também o importante papel que teve Juarez Távora e o órgão que geriu durante parte desses anos: a Delegacia Militar do Norte. Além disso, mostra claramente um movimento importante das interventorias da região: um processo de militarização, articulado para conter as diversas crises estaduais que culminaram com a saída dos interventores civis, ao mesmo tempo em que se procurava responder ao avanço político dos grupos constitucionalistas no Norte.

Pandolfi apresenta diversos dados sobre as interventorias – em especial o número de interventores por estados – mostrando que as crises no Norte eram maiores do que até então se imaginava. Apresenta também um perfil geral desse grupo de interventores: se civil ou militar; se natural do estado que governava ou não; bem como suas ligações políticas anteriores. Mesmo que minha pesquisa tenha chegado a resultados um pouco distintos, foi a partir dessa rica análise que pude construir novas perguntas quanto ao Norte e seus líderes políticos e militares.

Outro ponto importante desse texto é a análise que faz sobre o processo de constitucionalização e sobre como os interventores se posicionaram diante desse novo contexto. A autora fugiu das generalizações e mostrou que esses personagens adotaram posturas diversas, sendo necessário realizar uma constante rearticulação da região e de seus líderes. Utilizando bastante a documentação ligada ao interventor pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti, estratégico interlocutor de Juarez Távora, a autora também trabalhou com as categorias de “revolucionários nortistas” e de “Norte”, reconhecendo-as como construídas pelos personagens da época. Por também usar bastante a imprensa da época como fonte, além de textos de outras correntes políticas, o termo vice-rei e vice-reinado fazem parte de seu texto, não sendo, contudo, problematizados.

A autora justifica a grande atenção dada a Pernambuco pelo fato desse estado ter desempenhado a liderança política dos demais, comandando a articulação do processo

que buscava a “retomada do papel político que os estados do Norte-Nordeste tiveram em épocas anteriores” (1980: 344-419). Esse é um achado que agrego a suas investigações, pois, sem minimizar a importância de interventores como Carlos de Lima, Juraci Magalhães e outros, quero defender que o comando político do Norte foi exercido, por excelência, por Juarez Távora. Ele, com seu capital político e simbólico, conseguiu ocupar cargos decisivos para a região durante o Governo Provisório, influenciando e mesmo decidindo quem participaria desse grupo de interventores. A própria autora afirma:

O exemplo do interventor pernambucano Lima Cavalcanti, (...) embora bastante ilustrativo, não preenche de forma alguma a lacuna ainda existente sobre a experiência política pós-revolucionária nos estados nortistas. O estudo do caso pernambucano não pretende dar conta dessa problemática, mas apenas lançar a questão e contribuir para o seu possível desenvolvimento futuro (1980: 419).

A partir do trabalho de Pandolfi, diversas pesquisas tratando de outros estados nortistas nessa conjuntura apareceram. Os casos mais relevantes que encontrei e utilizei nesta pesquisa são: *As interventorias estaduais do Maranhão – um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30*, de José de Ribamar Chaves Caldeira (1981); *Interventorias no Ceará: política e sociedade (1930-1935)*, de Francisca Simão de Souza (1982); *A Revolução de 30 no Rio Grande do Norte*, de Marlene da Silva Mariz (1984); *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*, de Consuelo Novais Sampaio (1992); e *A Revolução de 30 no Piauí: 1928-1934*, de Francisco Alcides do Nascimento (1994). Ainda sobre os trabalhos focados em casos estaduais, Fernando Achiamé, em *O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)*, reconhece, em uma rápida passagem, que esse estado fazia parte do “‘vice-reinado’ de Juarez Távora” (2010: 231). Mesmo sem problematizar esse ponto, o autor também mostra o papel que esse líder nortista assumiu na nomeação do interventor capixaba, João Punaro Bley.

Não cabe analisar aqui todos esses trabalhos. Com exceção dos casos baiano e capixaba, todos eles citam diretamente o texto de Dulce Pandolfi, reconhecendo sua contribuição para as pesquisas desenvolvidas. Influenciados por suas conclusões, esses autores encaram seus objetos de pesquisa como fazendo parte do Norte do pós-30, mas não os analisam em diálogo com os outros estados nortistas, embora, sempre rapidamente, falem do papel de Juarez Távora em algumas das nomeações dos interventores estudados.

Se tal tema não é novidade na historiografia, analisar as mudanças ocorridas nas interventorias nortistas em conjunto e por ação direta de Juarez permite perceber, com muito mais acuidade, a força política do Norte. Mesmo reconhecendo as peculiaridades estaduais, acredito que só coletivamente é possível compreender a construção da aliança entre a região geopolítica chamada Norte e o Governo Provisório. Com essa perspectiva, surgem novos personagens e projetos que receberam pouca atenção na produção sobre o tema e o período, ao passo que outros, já conhecidos e consolidados, ganham um novo olhar.

É o caso do uso das categorias de vice-rei e vice-reinado, outra marca importante nas obras citadas. Estes são, certamente, os termos mais utilizados quando se fala sobre Távora e sua região durante o Governo Provisório. Tal constatação mostra como tal designação perdurou, por mais que seu sentido valorativo tenha mudado ao longo dos anos. Por isso mesmo, as categorias precisam ser problematizadas e historicizadas, além de apresentadas com cuidado e destaque.

IV

Ao lado de revolucionários nortistas, vice-rei e vice-reinado são categorias fundamentais para se entender o Norte dos anos 30. Por meio da primeira delas é possível compreender os personagens estudados a partir dos próprios sentidos que atribuíam à sua identidade de grupo. As duas outras permitem perceber como Juarez Távora e seus aliados eram vistos por outras correntes políticas do período. Ou seja, elas se complementam e dialogam entre si na montagem identitária do “eu” e do “outro”; do se ver e de ser visto em determinado contexto de tempo e espaço.

Tendo como guia as reflexões de Reinhart Koselleck acerca dos conceitos, entendo tais termos não como “‘meras’ palavras utilizadas comumente no campo político e social”, mas como categorias que dão unidade à ação política e, por isso mesmo, são relevantes para o “campo da experiência” da história social e política. Assim, sua utilização de forma rigorosa é um dos “indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade” em uma dada conjuntura. Dito de outra maneira, “a luta pelos conceitos” tem grande relevância social e política, sendo o vocabulário um índice fundamental da análise (Koselleck, 2006).

O entendimento dos significados atribuídos à designação de revolucionários nortistas parte do próprio arquivo pessoal de Juarez Távora e irá sendo acompanhado nos capítulos da tese. Quanto às categorias de vice-rei e vice-reinado, foi preciso investigar outro *corpus* documental importante: a imprensa, em especial a do Distrito Federal, indubitavelmente o grande centro político da época. Desse modo, para entender o surgimento dessas duas denominações que definiam quem era Juarez Távora e quais eram os seus “domínios”, na visão das outras importantes correntes políticas do período, foi preciso começar situando o líder nortista nos primeiros meses após a vitória da Revolução de 30. Nesse momento, ele era, sem dúvida, um dos mais prestigiados revolucionários e um dos grandes heróis da recente vitória que dava fim à Primeira República. Ao mesmo tempo em que seus feitos eram exaltados, o que lhe garantia um importante capital simbólico para sua atuação política no Governo Provisório, seus opositores iniciam uma crítica irônica e ferina, algo que não surpreende em um momento ainda bastante indefinido e de disputas abertas por posições no poder.

Um dos fatores que alimentou determinadamente tais críticas veio de um fato aparentemente fortuito. Juarez Távora e outros líderes governistas tiveram um encontro com o ex-presidente Artur Bernardes, na cidade do Rio de Janeiro. O político mineiro, naquele momento, representava toda a repressão sofrida pelos “revolucionários” que, desde 1922, lutavam contra os males da “República Velha”. Vale lembrar que o primeiro movimento tenentista teve como um dos estopins a eleição de Bernardes à presidência, assim como o ocorrida dois anos depois lutava para derrubá-lo e pôr fim aos constantes estados de sítio que legitimavam o intenso combate às oposições.

O jornal do Distrito Federal, *Correio da Manhã*, simpático aos movimentos tenentistas – o que acarretou, inclusive, a suspensão de sua circulação por quase um ano e a prisão de seu proprietário, Edmundo Bittencourt –, era um dos mais fortes veículos antibernardista e um apoiador declarado da Aliança Liberal. Portanto, foi com espanto e surpresa que seus leitores se depararam com a matéria intitulada “Dolorosa desilusão”, publicada em 28 de dezembro de 1930, tratando do referido encontro:

Os srs. Osvaldo Aranha, ministro da Justiça, Juarez Távora e Góis Monteiro, chefes revolucionários do “Brasil novo”, estiveram anteontem longamente com o Sr. Artur Bernardes. Antes de serem recebidos, tiveram de esperar mais de uma hora no hall do Copacabana Palace, enquanto o ex-senador dos sítios, das violências e das dilapidações terminava outras conferências. É conveniente que o país tome conhecimento desse pequeno episódio. Os pés que, em marcha rápida e gloriosa, mediram de norte a sul a grandeza generosa do Brasil, encerraram sua campanha de quase dez anos descansando nos tapetes moles de um hotel, pacientemente na

antecâmara de um político – e que político! (...) Agora, que nos resta? De descrença em descrença, parece que já chegamos ao mais amargo, ao mais doloroso de nossas desilusões.¹²

Com tal divulgação, o assunto ganhou força e quase que diariamente eram publicadas cartas de leitores criticando o encontro, sendo o alvo preferencial Juarez Távora. Sua presença “escandalizou a opinião revolucionária do país”, pois ele representava, mais que outras lideranças, “a pureza revolucionária”, “cujas qualidades de energia e caráter, cujo heroísmo em combate, haviam arrebatado a imaginação nacional”. Em suma, na perspectiva dos “defensores da Aliança Liberal”, que o *Correio da Manhã* vocalizava, foi um “ato de lamentável transigência e inexplicável fraqueza de homens como Juarez Távora”.¹³ A fraqueza inexplicável do encontro foi retratada em um pequeno poema publicado no mesmo jornal:

Quem tal coisa suporia?
Quem tal podia prever?
O homem que ninguém via
Até o Juarez foi ver!

E é o próprio Artur que confessa
Recebendo a cortesia:
– Não pensei que tão depressa
Você me desse anistia...¹⁴

Mas, por que Osvaldo Aranha e Góis Monteiro não foram tão criticados pelo encontro com o ex-presidente? A resposta é clara para muitos daqueles que se manifestaram sobre o “fato que mais impressionou a maioria dos republicanos”, desde a “vitória da revolução”:

A atitude (...) [do] atual ministro da Justiça, e a do mencionado oficial superior do Exército, não teria motivado a menor impressão na opinião pública republicana, porque essas atitudes eram de dois antigos comandados pelo presidente do sítio, que foram reiterar o seu apreço ao seu antigo chefe supremo. Como é sabido, Osvaldo Aranha foi feito general em consequência do apoio militar que prestou na guerra civil, iniciada em 1924, depois do surto revolucionário em São Paulo, e Góis Monteiro foi o chefe do estado maior do destacamento Mariante, em operações no estado da Bahia, que manobrou (...) contra a coluna libertadora de Miguel Costa, à qual pertenciam Luís Carlos Prestes e Juarez Távora.¹⁵

Como é fácil concluir, Juarez Távora representava por excelência o combate aos males da velha República de Artur Bernardes, o presidente que o perseguiu e o

¹² Jornal *Correio da Manhã*, 28 de dezembro de 1930.

¹³ Jornal *Correio da Manhã*, respectivamente 30 e 31 de dezembro de 1930.

¹⁴ Jornal *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1930.

¹⁵ Jornal *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1931.

combateu durante anos, acarretando, inclusive, a morte de seu irmão, Joaquim Távora. Ao contrário dos outros líderes revolucionários, Juarez tinha uma trajetória de vida, até então, “pura”, distante de “politicagens” e acordos espúrios. Era um verdadeiro símbolo do que se esperava do novo momento político. Como um editorial do *Correio da Manhã* – sugestivamente intitulado “Queda de um anjo” – aponta, a “impressão popular é que o seu ídolo foi sacrilegamente profanado” e que “se deixou desviar da sua gloriosa trajetória”, deixando “uma impressão de desmoronamento, um sentimento de indignação e de revolta, e ao mesmo tempo de tristeza”.¹⁶

O episódio é relevante para evidenciar a força política e simbólica que Juarez Távora possuía logo após a vitória da “revolução de 30”. Mesmo para os que não eram do Norte e não faziam parte de seu grupo de aliados mais próximos, ele era visto como um líder de enorme poder e influência, e, por isso mesmo, de grande responsabilidade no novo governo, o que era reconhecido e respeitado.

Juarez acabou se manifestando sobre o caso, ao contrário de Aranha e Góis. Em uma longa entrevista, esclareceu que procurou Bernardes como “revolucionário”, já que o ex-presidente fora também um dos apoiadores da Aliança Liberal e do movimento de 30. Buscava apresentar-lhe as muitas queixas que recebera da população e de políticos mineiros, que se manifestavam contra o que o ex-presidente vinha fazendo em seu estado. Segundo Juarez, não poderia fazer “um julgamento ouvindo apenas uma das partes” e por isso, procurou Bernardes, afirmando que combatia “ideias, nunca indivíduos”.¹⁷

A partir dessas declarações, a história ganha novo fôlego. De um lado, várias cartas e matérias continuavam criticando Juarez, afirmando que ele foi “tapeado brilhantemente” por Bernardes, que chegara a declarar serem “excessivos os elogios derramados diariamente na imprensa”, que “pretendem aureolar” o líder nortista. De outro, cartas e matérias elogiavam a postura de Juarez, dizendo que Bernardes saíra do referido encontro com “as orelhas vermelhas dos puxões que lhes dera o grande Juarez”.¹⁸

No curso desse debate, o jornal *O Estado de Minas*, publica, em 30 de janeiro de 1931, um editorial no qual ataca duramente Juarez Távora. Seu título era, precisamente,

¹⁶ Jornal *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1931.

¹⁷ Jornal *Correio da Manhã*, 7 de janeiro de 1931.

¹⁸ Jornal *Correio da Manhã*, respectivamente 16, 25 e 27 de janeiro de 1931.

“Vice-rei”. O texto demarca a falsa modéstia de Juarez que, ao não aceitar cargos administrativos, queria, de fato, uma “posição superior”, pois estava se colocando como:

Fiscal ou mentor dos atos de todos os governos do país, com atuação mais direta sobre o Norte, cujos interventores nomeou, aliás, com rara infelicidade. (...) É um censor do Governo Provisório. É um Vice-rei, com jurisdição limitada em todo o país, mas plena no que se refere aos estados que vão da Bahia ao Amazonas. (...) O Sr. Juarez Távora tem ares de quem manda e desmanda sem ser governo. (...) Até mesmo em outros estados se procura intrometer e intervir. Pondo de parte a apreciação dos atos do Sr. Juarez Távora nessa sua qualidade de Vice-rei, gerada espontaneamente, é preciso que se conheça que tal procedimento, tolerado e admitido, está criando uma situação de embaraços e vexames para o Sr. Getúlio Vargas e o seu governo, sujeitos a uma tutela descabida e importuna, exercida com arrogância e espalhafato, de forma a torná-la mais irritante e também mais ridícula.¹⁹

A partir daí a imprensa incorpora a designação de vice-rei, em especial no Distrito Federal²⁰, de onde não mais sairia. Mas indícios apontam que o termo já circulava entre os políticos. Em uma carta de João Neves da Fontoura a Borges de Medeiros, datada de 8 de dezembro de 1930, o primeiro comenta que “há uma deliberação alarmante – a criação do vice-reinado setentrional, confiado ao ‘general’ Juarez Távora (...). A ele prestam vassalagem doze unidades da federação – toda a costa do Atlântico, desde o Espírito Santo até o Amazonas. (...) Távora indicou, ou melhor, nomeou (pois a alguns deu posse antes do decreto) os capitães-mores”.²¹ De toda a forma, o que se deseja ressaltar é que essa é uma categoria que se constrói logo que o movimento de 30 é vitorioso, sendo manejada por aqueles que não fazem parte do grupo geopolítico do Norte e temem o poder de Juarez Távora e seus aliados, o que explica o fato de não existir em seu arquivo pessoal nem nas correspondências trocadas entre ele e os revolucionários nortistas.

A designação de vice-rei é, assim, o outro lado da moeda daquela que nomeia o puro e grande revolucionário nortista um autêntico herói da revolução. Este representa toda a esperança depositada com o fim da Primeira República, aquele exerce o poder de forma indiscriminada, sem respeitar protocolos e posições de governo. Os “súditos” do Vice-reinado são a identidade negativa dos revolucionários nortistas. É como estes são

¹⁹ Jornal *O Estado de Minas*, 30 de janeiro de 1931.

²⁰ No dia seguinte, 31 de janeiro de 1931, o *Correio da Manhã* comentou esse editorial, dizendo que “a imprensa bernardista de Minas ataca o Sr. Juarez Távora”, citando o título e seus parágrafos finais. Sobre a ligação entre Artur Bernardes e O Estado de Minas, ver o verbete deste jornal no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30, disponível em www.cpdoc.fgv.br. Doravante DHBB – Cpdoc/FGV.

²¹ A transcrição da carta está no livro *Acuso!* (1933: 43-63), de João Neves da Fontoura, publicado em 1933. Mesmo ligado ao movimento de 30, Neves da Fontoura não foi um dos apoiadores do Governo Provisório, e este livro, como já fica evidente por seu título, critica duramente Vargas e seus aliados. Ele foi escrito quando seu autor estava no exílio por sua participação na guerra civil de 1932 ao lado da corrente paulista. Ver “João Neves da Fontoura” In. DHBB – Cpdoc/FGV.

vistos por seus opositores e como o projeto político que defendiam arduamente para a região era criticado pelas outras correntes com as quais concorriam.

Com o passar do tempo, essa categoria foi ganhando força, sobrepondo-se a outros termos também pejorativos atribuídos a Juarez, e ficando cada vez mais atrelada a ele e ao Norte, muito em especial na imprensa que se opõe ao Governo Provisório. Desse modo, para tais opositores, o vice-reinado do Norte e a Delegacia criada por Vargas para a região entrelaçavam-se. Para um desses jornais, “sobre o absurdo dessa criação”, “com feliz ironia” deu-se “a designação de ‘vice-reinado do Norte’”.²²

Assim, com um modo irônico e agressivo, as funções de Juarez eram definidas pela imprensa, essencialmente, como a nomeação dos interventores para a região. Diziam esses meios que “formou-se um conselho áulico presidido pelo sr. major Távora, que se vangloriava de um título que nunca teve expressão legal: o Vice-rei do Norte”, e, a partir dele, “chamou a si prover os governos do setentrião”. Os estados do Norte, desse modo, eram “capitanias” que foram distribuídas por Juarez a “camaradas e amigos”.²³

Entretanto, as funções do Delegado eram bem maiores do que essa, pois ele devia se encarregar de construir uma sólida aliança entre os revolucionários nortistas e Vargas, como base de apoio para o Governo Provisório. Mesmo que a categoria vice-rei tenha permanecido – e ainda permaneça – mais forte e corrente do que a de Delegado Militar, quando se trata da ação de Juarez durante os primeiros anos da década de 1930,²⁴ elas não são sinônimas, nem o sentido de Norte que carregam é o mesmo. São categorias com valores distintos, opostas e complementares.

Esta tese, desse modo, busca acompanhar a trajetória do Vice-Reinado de Juarez Távora a partir do ponto de vista daqueles que o viveram e o construíram, por mais que, naquela conjuntura, nunca tenham se referido a essa região geopolítica com esse termo. Trata-se de uma tese de história política, que analisa uma conjuntura curta, porém muito densa e complexa politicamente. Nela a figura de Juarez Távora e dos revolucionários nortistas se destaca, possibilitando um maior conhecimento do Governo Provisório varguista.

²² Jornal *Diário Carioca*, 29 de julho de 1931.

²³ Jornal *Diário Carioca*, 7 junho de 1932.

²⁴ O próprio Távora em suas memórias contribui com esse entendimento. O capítulo no qual rememora suas atividades como Delegado é por ele intitulado “Vice-reinado do Norte”, segundo ele, termo batizado pela imprensa “com malícia” (1976: 28).

V

Esta tese está dividida em sete capítulos. No primeiro, analiso duas categorias importantes para a tese: Norte e revolucionários nortistas, apresentando com as defino e a partir de quais critérios. Em seguida, dialogando diretamente com essa questão, busco entender os vários significados atribuídos à figura de Juarez Távora, logo após a vitória do movimento de 30. Nesse caso, com destaque, está a construção de sua figura como grande herói e líder político e militar do Norte e do Brasil. Ainda nesse capítulo, investigo as outras possibilidades surgidas para a ação de Juarez Távora no Governo Provisório, tendo como base os projetos que buscaram alçá-lo aos quadros político-militares nacionais, como a campanha para o seu generalato e a articulação de Góes Monteiro para que Juarez assumisse o Ministério da Guerra.

O segundo capítulo examina a criação e o funcionamento da Delegacia Militar do Norte. Inicialmente, procuro analisar a ação de Juarez no Norte antes mesmo da instituição da Delegacia, e como sua liderança foi determinante para os primeiros passos de reorganização política e militar da região, ainda durante o movimento de 30 e imediatamente após a vitória. Em seguida, analiso os caminhos que levaram a instituição da Delegacia Militar do Norte, tendo como base os acordos político-militares travados com outros revolucionários de 30 e o debate com Getúlio Vargas, acerca do lugar político de Juarez no Governo Provisório. Estabelecida essa trajetória, parto para a análise da Delegacia, ressaltando sua estrutura de funcionamento, bem como sua ação administrativa e política. No decorrer do capítulo, procuro analisar dois conjuntos da correspondência de Juarez Távora nesse momento. As cartas trocadas com os revolucionários nortistas, interventores e militares, nas quais o Delegado estabelecia sua liderança, dava orientações políticas e procurava integrar a região como um bloco político e administrativamente coeso. E as comunicações estabelecidas com vários órgãos da estrutura federal, como os ministérios, secretarias e a presidência da República, nas quais buscava angariar apoios políticos para o Norte e, assim, construir a aliança da região com o Governo Provisório.

No terceiro capítulo, uma decorrência do anterior, analiso o papel de Juarez Távora nas nomeações dos interventores do Norte e o perfil dos personagens que estiveram à frente das interventorias, desde a vitória do movimento de 30 até a Guerra

de 1932. Com esse objetivo, destaquei, inicialmente, o primeiro grupo de interventores, formado ainda em 1930 e, em seguida, as transformações que esse grupo sofreu no decorrer do primeiro ano do Governo Provisório. Nesse momento, algumas características gerais do grupo se alteraram, muito especialmente a realização de uma mudança de interventores civis para interventores militares. Para tanto, investiguei a influência e a ação de dois auxiliares de Juarez na Delegacia: Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca. Constatado que, mesmo com essa significativa mudança no perfil dos interventores, foi preservado um aspecto fundamental do Norte: a permanência de revolucionários nortistas fiéis à liderança de Juarez na chefia dos executivos estaduais, mesmo que alguns deles não tivessem uma ligação tão próxima com a região, antes de assumirem esse posto. Analisando esse processo em conjunto, tendo em vista o que era então o Norte, é possível vislumbrar como essas escolhas foram realizadas, o envolvimento de revolucionários nortistas de outros estados, além de como os militares estaduais foram o fiel da balança para a queda e a nomeação de muitos interventores.

No capítulo quatro abordo o fim da Delegacia Militar do Norte e a reação dos revolucionários nortistas, em especial os interventores. Nesse momento, precisam ser forjadas outras estratégias para a ação política na região. Apesar da renúncia ao cargo de Delegado, a liderança de Juarez não diminuiu, mas foi ressignificada. Mesmo sem o aval institucional do Governo Provisório, os interventores e revolucionários nortistas o reconheciam como seu representante e intermediário, articulando-se a partir de suas orientações. Decretado o fim da Delegacia, analiso a viagem de Juarez ao Norte, ocorrida entre janeiro e março de 1932. Busco, então, demonstrar como essa viagem significou um grande marco na defesa do projeto de centralização política para a região. Assim, em seguida, investigo o envolvimento de Juarez e dos revolucionários nortistas em três situações-chaves no processo que culminará com a guerra civil de 1932: a) a ação de aliados da corrente paulista no Norte, buscando aproximar a região da causa defendida pelos paulistas, em especial por meio do tenente Agildo Barata Ribeiro, antigo funcionário da Delegacia; b) o posicionamento dos interventores nortistas diante das crises que acarretaram a substituição de vários interventores paulistas e o avanço das frentes únicas; c) o papel de Juarez, como representante dos revolucionários nortistas, nos embates que levaram à queda do ministro da Guerra Leite de Castro, fato importante para naquele tenso contexto militar.

Nos quinto e sexto capítulos, analiso o envolvimento dos estados do Norte na Guerra de 1932. Esse evento se constitui em um momento excepcional para se perceber a aliança política entre a região e o Governo Provisório. Por isso, requereu maior atenção. No capítulo cinco, investigo a ação das tropas nortistas no *front* militar, acompanhando, inicialmente, o conflituoso processo dentro do Governo Provisório pela confirmação da utilização de tropas voluntárias de todo o país. Em seguida, detenho-me na intensa ação dos interventores nortistas para o envio de unidades regulares do Exército e na formação de diversas tropas voluntárias. Estas, ao contrário do que era divulgado do outro lado do campo de batalhas, tiveram forte envolvimento de muitos e distintos sujeitos sociais, não sendo apenas compostas por “ignorantes, pobres e miseráveis”. O capítulo seis dedica-se a investigar como os interventores se comportaram no *front* da política, durante a guerra. Eles realizaram uma forte articulação para que Juarez Távora liderasse as tropas da região nos campos de batalha, o que não se conseguiu e enfraqueceu, consideravelmente, o projeto político que defendiam. Mesmo com esse fracasso, os interventores nortistas se empenharam na defesa do Governo Provisório, combatendo inimigos em potencial, essencialmente as oposições estaduais. Porém, houve ameaças concretas, que tentaram organizar sublevações articuladas com os aliados de São Paulo, que atuaram no Norte, retomando o processo iniciado por Agildo Barata e apresentado no capítulo quatro.

O último capítulo analisa o colapso do Norte e dos revolucionários nortistas, liderados por Juarez Távora. Vários são os fatores que o explicam, sendo o retorno ao regime constitucional o maior deles. Com a confirmação das eleições pelo Governo Provisório, inicialmente averiguo a atualização feita por Juarez do projeto nortista, apresentando seus sucessos e fracassos, refletidos na força dos partidos situacionistas estaduais e nos resultados obtidos nas eleições de 1933. No curso desse processo, em fins de 1932, Távora assume o Ministério da Agricultura, na esperança de manter o Norte unido. No entanto, foi como ministro que viu sua liderança na região se esvaziar, ao mesmo tempo em os interventores e revolucionários nortistas eram assediados por outros líderes nacionais, visando à futura Assembleia Nacional Constituinte e até mesmo as eleições indiretas para presidente da República. Feita essa análise, investigo a ação de Getúlio Vargas no Norte, entre as eleições e a abertura dos trabalhos constituintes, ocorrida em novembro de 1933, buscando fortalecer a aliança entre a região e seu governo, iniciada com a instituição da Delegacia. Um momento

excepcional dessa conjuntura é a viagem que o presidente faz ao Norte, na qual se aproxima estrategicamente de suas lideranças, sem necessidade da mediação de Távora.

Por fim, nas considerações finais, revisito as principais questões apresentadas na tese e apresento o envolvimento de Juarez nas eleições estaduais do Ceará em 1934. Foi nesse momento que toda sua aura de herói nacional e nortista do pós-30 se esvai. A partir daí, a trajetória política e militar do vice-rei do Norte toma novos rumos e significados.

CAPÍTULO 1

O Norte do pós-30: os revolucionários, seu herói e suas lutas

Todos os revolucionários do Norte cerram fileiras em torno do grande Juarez Távora, que é o único chefe no Norte que tem autoridade para falar em nome dos revolucionários.

Juraci Magalhães¹

Entre a deposição de Washington Luís e a eleição indireta de Vargas à presidência da República, em julho de 1934, nenhum outro período foi mais pleno de incertezas e possibilidades políticas do que aquele transcorrido entre outubro de 1930 e janeiro de 1931. Nem mesmo a guerra civil, que irromperia cerca de dois anos depois, abriu tantas brechas para que as diversas correntes políticas nacionais buscassem se apoderar de centros estratégicos de poder, apesar de ela ser um evento de violência radical.

Durante o conflito armado de 1932, os atores políticos de oposição já estavam alocados em seus centros de atuação, e seus posicionamentos, se não eram claros, no mínimo, levantavam a suspeita das autoridades ligadas ao Governo Provisório. Imediatamente após a vitória da chamada Revolução de 30 a situação era diferente. É nesse momento que fiéis apoiadores do novo regime estão se reorganizando. Eles buscavam espaço político e militar na reestruturação iniciada com a queda de um presidente eleito constitucionalmente, que acarretou o fechamento de todas as casas legislativas nacionais em seus diferentes níveis e uma verdadeira reconstrução das forças armadas em seus mais variados postos hierárquicos.

É nessa conjuntura complexa que identifico o surgimento da identidade política dos revolucionários nortistas. Como ela só pode ser apreendida a partir da região geopolítica que defendia e do líder que reconhecia como seu representante, este capítulo tem como objetivo principal analisar o surgimento do que se desenha como Norte no imediato pós-30, liderado por Juarez Távora.

Desse modo, procuro situar historicamente as categorias de Norte e de revolucionário nortista, assim como os vários significados que a figura de Távora teve nos primeiros meses do Governo Provisório, quer como herói nacional e/ou nortista, quer como o grande militar que, por isso, deveria ser alçado ao posto de general. São caminhos sinuosos, nos quais alguns lances decisivos foram executados com extrema

¹ Jornal *Correio da Manhã*, 14 de março de 1931.

rapidez. Talvez por essa razão, sejam pouco lembrados quando se pensa nos primeiros momentos do Governo Provisório.

1.1 O Norte e os revolucionários nortistas

Por volta das três horas da tarde de 24 de outubro de 1930, a Repartição Geral dos Telégrafos de Aracajú recebeu um telegrama que certamente chamou a atenção dos responsáveis pela comunicação envolvidos com o movimento militar que se iniciara na madrugada do último dia 3 para 4. Entre as centenas de telegramas que chegavam quase diariamente, esse era diferente: vindo do Maranhão, foi classificado como urgentíssimo, sendo remetido pelo coronel em comissão Landri Sales, chefe de uma das brigadas que já derrubara quase todos os governos dos estados nortistas ligados à Primeira República. O destinatário era Juarez Távora, o líder da “Revolução no Norte” que, desde o dia 20, montara o Quartel General das Forças Revolucionárias a bordo no navio *Joaquim Távora*, aportado em águas sergipanas:

Recebi vosso telegrama comunicando deposição presidente República. Pela brigada Norte Brasil abraço comovido nosso general, hipotecando-lhe apoio absoluto nesta fase mais séria da Revolução que é a da consolidação do novo regime.²

Mesmo sem ser um marco oficial, essa comunicação pode ser considerada como o epítáfio da Primeira República, no Norte do Brasil. A partir dela, a esfera de lutas passaria a ser outra para os envolvidos no golpe que derrubou o presidente Washington Luís, chamado pelos vitoriosos de Revolução de 30. O movimento de outubro de 30, na região Norte, foi amplo e marcado pelo apoio da população. Os revolucionários também quase não encontraram resistência por parte dos governistas. A vitória veio através de uma campanha militar que tomou as guarnições da região, com alguma participação de voluntários civis. Segundo Dulce Pandolfi:

Durante a campanha presidencial de 1929-1930, a Aliança Liberal recebe rápidas adesões no Norte, ao assumir como uma de suas bandeiras a luta contra a submissão política dos governos estaduais frente ao governo central. Os aliancistas conseguem unir, desta forma, setores sociais de interesses bem diversos e até mesmo contraditórios. É essa situação específica que dá ao movimento de 30 no Norte um caráter bastante amplo e popular, encontrando poucas resistências. A única exceção ocorre na Bahia, onde a contra-revolução organiza-se, conseguindo esboçar algum nível de reação, embora seja rapidamente esmagada (Pandolfi, 1980: 342).

² Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (586/3695).

Nos primeiros quarenta e um anos da República brasileira, as elites políticas e econômicas da região Norte foram gradativamente afastadas do centro do poder federal, se comparadas ao importante destaque que tiveram na primeira metade do século XIX. Isso, em muito, se deveu à crise econômica que a região vivia desde as últimas décadas que antecederam à proclamação da República, quando era incontestemente o declínio das exportações de açúcar e algodão. Esses grupos foram deslocados das principais esferas de poder e os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul passaram a ter maior destaque.³ Quando o modelo político que se estabeleceu passou a ser questionado, eleitoral e militarmente, grande parte das elites políticas nortistas aderiu ao que seria nomeado de Revolução de 30.

O movimento de 30 no Norte teve como principal articulador Juarez Távora. Cearense, nascido no ano de 1898, ingressou no Exército em 1916, quando foi praça na Escola Militar do Realengo. Em 1922 foi um dos participantes do movimento tenentista de 5 de julho, derrotado pelas forças federais, e, após esse evento, não parou mais de lutar contra os governos da Primeira República. O tenentismo, é importante assinalar, ganhará força ao longo dos anos de 1920 e tornar-se-á, no final dessa década, “uma moeda cobiçada no processo revolucionário de 1930”, ao ser considerado “o mais legítimo representante do interesse nacional” e por possuir “um relativo conteúdo popular” (Lanna Jr., 2003: 349).⁴

Juarez Távora tornou-se uma das principais lideranças da nova, e importante, corrente. Em 1924, ao lado de seu irmão, Joaquim Távora, morto em combate, participou do levante tenentista de São Paulo de onde saiu para organizar o mesmo tipo de reação nos estados do Sul. Em 1925, ingressou na Coluna Prestes-Miguel Costa, tornando-se logo subchefe do Estado Maior das forças que percorreram milhares de quilômetros pelo país, lutando contra os governos de Artur Bernardes e Washington Luís. Não viu a coluna exilar-se no território da Bolívia e do Paraguai em fevereiro de 1927, pois foi preso em Teresina, Piauí, em dezembro de 1925, depois de um confronto com tropas legalistas. Trazido para o Rio, ficou no cárcere da Ilha das Cobras até janeiro de 1927, de onde fugiu, voltando a estabelecer contatos com os companheiros de

³ Sobre isso ver Albuquerque Jr. (1995) e também como, no final do Império, a seca se torna o grande “problema” do Norte e um argumento para reivindicar maior “atenção” nacional para a região. Sobre a importância política dos estados do Sul, principalmente Minas Gerais e São Paulo, na Primeira República ver Viscardi (2012).

⁴ Sobre a vasta bibliografia acerca do tenentismo, sua trajetória de luta e seus ideais ver, dentre outros, Lanna Jr. (2003), Prestes (1999), Drummond (1986) e Borges (1992).

conspiração, como Isidoro Dias Lopes, Siqueira Campos, Miguel Costa, João Alberto e Osvaldo Aranha. Preso novamente em janeiro de 1930, conseguiu fugir menos de um mês depois, quando retomou os planos de deposição do governo. Com a recusa de Luís Carlos Prestes, já ligado às ideias comunistas, foi cogitado para ser o líder militar do movimento político, posto que acabou sendo ocupado por Góis Monteiro. Mas, em março de 1930 chegou à Paraíba, de onde liderou os confrontos armados ocorridos naquela região, para, em 28 de outubro de 1930, desembarcar no Rio de Janeiro como o vitorioso chefe militar da Revolução no Norte.

Antes de avançar na análise do papel político que coube a Juarez Távora depois dessa vitória, é preciso estabelecer conceitualmente de qual Norte se está falando nesse trabalho. Entende-se aqui como Norte uma área político-geográfica formada pelos estados que abrangem as atuais regiões Norte e Nordeste, além do Espírito Santo. O Norte, nesse sentido, era compreendido pelo território federal do Acre e por doze estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo.

A presença do Espírito Santo causa uma estranheza inicial, já que esse estado não é relacionado quando comumente se pensa o Norte. O próprio decreto de dezembro de 1930 que criou a instituição destinada a gerir as relações entre esse Norte do pós-30 e o Governo Provisório – a Delegacia Militar do Norte – não contemplava este estado como integrante da região. Além disso, em seu livro de memórias, escrito já nos anos 1970, Juarez igualmente não inclui o Espírito Santo como um dos estados que formavam o Norte. No entanto, ao contrário do que esses indícios apontam, muitas outras fontes produzidas durante o Governo Provisório reconhecem a inclusão do estado capixaba como sendo nortista.

É o que já mostra Dulce Pandolfi (1980), em seu importante trabalho sobre o período do pós-30. Ela apresenta duas referências àquele estado como fazendo parte dessa região. A primeira delas, há pouco citada na introdução, é um trecho da carta de João Neves da Fontoura, de dezembro de 1930, na qual ele escreve que, a Juarez Távora “prestam vassalagem doze unidades da Federação – toda costa do Atlântico, desde o Espírito Santo até o Amazonas”⁵; a segunda é uma citação do jornal *Diário da Manhã*, de 20 de agosto de 1931, utilizada para definir o Bloco do Norte como sendo “uma frente única das forças renovadores do Brasil setentrional, do Amazonas ao Espírito

⁵ A citação utilizada por Pandolfi foi retirada de Fernandes (1934).

Santo, para defender os interesses comuns da grande região outrora abandonada ao predomínio funesto da política perrepista”. Mesmo mencionando tais documentos, não há maior desenvolvimento sobre essa categoria de Norte, certamente pelo fato do trabalho se centrar no estado de Pernambuco. No caso desta pesquisa, no entanto, essa é uma questão central.

O fato do Espírito Santo ser uma das unidades da federação que integrava essa grande região explica-se por ele se incluir na área de influência política e militar de Juarez Távora, conforme os atores contemporâneos a esse momento. Por isso, para os participantes desse processo político, não havia dúvidas de que o estado capixaba era nortista, como revelam os muitos documentos que ratificam a delimitação que faço dessa verdadeira região geopolítica, presentes no arquivo pessoal de Juarez Távora, produzidos durante os primeiros anos do governo Vargas. Como exemplo, cito um telegrama de 1932, enviado a Juarez por João Punaro Bley, interventor do Espírito Santo de 1930 a 1935 e governador eleito até o Estado Novo: “Para maior facilidade e entendimento ação Norte, ao qual Espírito Santo se acha integrado, pedimos prezado amigo aceitar representação nosso pensamento relativamente situação atual”⁶.

Essa adesão ocorreu a partir da articulação política do interventor capixaba, que chegou ao poder indicado por Juarez, assim como os outros interventores nortistas. Em momentos específicos, em especial os de crise política nacional, a aproximação desse estado e de seu interventor com a corrente nortista foi mais forte, marcando claramente uma posição nos embates envolvendo o Governo Provisório. É significativo notar que o telegrama acima citado é enviado poucas semanas antes do início da guerra civil que marcaria os primeiros anos do governo de Vargas. Nessa conjuntura, assim como durante a Guerra de 1932, a noção de região Norte foi definida, geográfica e politicamente, com mais nitidez, como se vê em telegramas enviados aos interventores por Juarez, como abrangendo do “Amazonas ao Espírito Santo”. Os próprios interventores nortistas, durante o conflito, mas não exclusivamente nesse período, vão utilizar como fronteira esses dois estados, para fazer referência a eles próprios e à sua região de atuação conjunta.

Tais constatações demonstram a dimensão processual da construção de uma região geopolítica de Norte, sugerindo que essa palavra/categoria tem significados e abrangência em determinados momentos e conjunturas específicas. Ou seja, vale

⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.05.14 (108/172). Datado de 22 de junho de 1932.

investir na reflexão sobre a noção de Norte construída durante o Governo Provisório. Sobre essa questão, afirma Albuquerque Jr.:

Em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque são criações eminentemente históricas e esta dimensão é multiforme, dependendo de que perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizando como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes (2009: 35).

Para esse autor, o Norte é o segmento regional oposto ao Sul na antiga geografia do país, influente principalmente no século XIX, mas que lhe é muito anterior. A partir do início do século XX, surgem outras possibilidades de regionalização, como é o caso do Nordeste. Esse termo foi usado pela primeira vez em 1919, para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), dando base à formação de novos regionalismos na década de 1920⁷. Nesse período, uma série de discursos instituiu a nova região, por mais que Norte e Nordeste ainda sejam utilizados como sinônimos, “mostrando ser esse um momento de transição.” Para Albuquerque Jr., o Nordeste é uma “produção imagético-discursiva” formada, dentre outros elementos, “como produto da subjetivação de sensações, de imagens e de textos por inúmeros sujeitos dispersos no social” (Idem: 29-88). Dessa forma, neste trabalho, pretendo estudar um Norte definido e delimitado politicamente por sujeitos historicamente situados. Em outras palavras, um Norte entre tantos outros nortes e nordestes possíveis.

Assim, acredito que a formação do Norte do pós-30 tem como artífices um amplo grupo político-militar de opositores à Primeira República, bem como uma determinada elite política que chegou ao poder nos estados nortistas após a vitória do movimento de 30 por influência de Juarez Távora. O Norte não pode ser pensado como algo naturalizado, mas como uma região definida a partir de critérios geopolíticos, em um momento historicamente situado, quando seus membros consideram-se, imaginam-se e comportam-se como uma comunidade, cuja identidade pode se expressar por meio dessa categoria (Anderson, 2008).

Em diálogo com tais questões, a construção que adoto de Norte é prioritariamente baseada na ação política de Juarez Távora, enquanto representante da

⁷ “Com a criação do IFOCS, no governo [do presidente] Delfim Moreira, os intelectuais e políticos ligados a este órgão (...) tentam eliminar os sentidos díspares que se referiam àquele espaço, que nasciam da luta pela sua efetivação. Eles tentam construir uma imagem e um texto único, homogêneo para a região (...). O Nordeste deveria ser visto e lido numa só direção para que seu efeito de verdade fosse eficiente politicamente” (Albuquerque Jr., 2009: 84).

região junto ao Governo Federal, reforçada pelo reconhecimento de diversos atores estaduais envolvidos nesse processo. O surgimento do Norte que se analisará nas páginas seguintes foi engendrado por um grupo político específico que então se constituía e cuja estratégia foi unir forças para melhor atuar em determinadas situações, ante o Governo Provisório. Assim, no novo e tumultuado contexto do pós-30, marcado pela emergência de alianças, confrontos e reagrupamento de forças dentro do cenário político, Juarez Távora busca no Norte um conjunto de políticos e militares para disputar espaço na nova arena a ser demarcada com a chegada de Vargas ao poder. Esses sujeitos vão adotar como autodesignação política a identidade de revolucionários nortistas.

Dulce Pandolfi também constatara essa autodefinição em seu trabalho, afirmando que “o termo ‘revolucionários nortistas’ designava a elite política dessa região, identificada com os ideais tenentistas” (1980: 420). Essa aproximação com o tenentismo é fundamental para se compreender as ações dessa nova elite política regional, pois, muitos dos seus principais representantes, tanto militares – Juraci Magalhães, Landri Sales, Magalhães Barata, Seroa da Mota, Augusto Maynard Gomes – como civis – Antenor Navarro, Lima Cavalcanti, Fernandes Távora –, são personagens que tiveram suas trajetórias ligadas aos tenentes da década de 1920. Contudo, no contexto do pós-30, analisar esse grupo político tendo como referência apenas seus vínculos tenentistas obscureceria dois elementos fundamentais que pautavam seus posicionamentos: o pertencimento ao Norte, como espaço e como objeto de luta; e o reconhecimento da liderança de Juarez Távora, quer no movimento armado, quer, e com destaque, no Governo Provisório.

Dessa forma, ser um revolucionário nortista é mais do que ter ligações com o tenentismo, seja civil ou militar. É se sentir e agir como parte de um grupo político, que apoiou a chegada de Getúlio Vargas ao poder e escolheu Juarez Távora como o grande líder da região, na derrubada da Primeira República e no recém-formado governo. Esses revolucionários marcaram suas ações pela defesa do Norte, dentro do contexto de incertezas, que assinalou a reconfiguração política iniciada no pós-30. Extrapolando a adjetivação relativa à naturalidade, a identidade eminentemente política dos revolucionários nortistas está sendo postulada pelo reconhecimento da liderança de Juarez Távora, pelo papel que desempenhou na campanha militar de 30 e pelo prestígio que conquistou na defesa de mais espaço político para o Norte, dentro do novo governo.

Portanto, a liderança de Juarez – ponto central desta construção identitária – deve ser entendida a partir de um duplo movimento: o líder encontra nos revolucionários nortistas o capital político para projetar-se nacionalmente, assim como esses escolhem Juarez o líder com legitimidade junto ao Governo Provisório.⁸

Dessa forma, revolucionários nortistas e Norte são categorias nativas, presentes na documentação produzida por inúmeros personagens, tanto na esfera estadual como na federal, ligados principalmente ao nome de Juarez Távora. Elas são utilizadas na retórica revolucionária surgida logo em seguida à vitória do movimento de 30, não apenas refletindo as “realidades das mudanças e conflitos”, mas também se tornando “instrumento de mudança política e social”, ajudando a moldar “a percepção dos interesses”, e sendo “meio de persuasão, um modo de reconstruir o mundo social e político”⁹. Nos inúmeros documentos, telegramas, cartas, relatórios, conferências telegráficas, despachos, etc., essas duas categorias se completam, só se tornando inteligíveis juntas. Sendo mais claro: esses novos sujeitos históricos só se consideram revolucionários nortistas porque entendem fazer parte de um Norte, também definido por eles mesmo. Esse vocabulário possui uma forte carga simbólica e, aliado a valores, tradições, ideais e interesses compartilhados pela região, ajuda a compreender a posição desses atores nas lutas travadas por redefinição política.¹⁰

Muitos desses revolucionários nortistas nasceram e militaram no Norte durante os anos de 1920, lutando contra os governos da Primeira República. Outros chegaram à região no pós-30 e passaram a compor a elite política que dirigiu vários estados na primeira metade da década de 1930. Mesmo com trajetórias diversas, possuem um projeto coletivo, embora com envolvimento distintos (Velho, 1999). Definem-se e

⁸ Capital político é aqui entendido a partir de Bourdieu, como “uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. (...) Força objetiva que pode ser objetivada nas coisas (e, em particular, em tudo o que faz a simbólica do poder, tronos, cetros e coroas), produto de atos subjetivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência” (2005: 187-188).

⁹ A utilização da expressão “retórica revolucionária” é baseada na análise de Lynn Hunt (2007), na qual busca compreender a cultura política durante a Revolução Francesa a partir de suas diversas manifestações, valores e expectativas. Ver os trechos citados em Hunt (2007: 47).

¹⁰ Essa reflexão é inspirada em Koselleck, que defende que “todo conceito é sempre Fator (Faktor) e Indicador (Indikator)” e não é “apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua”. Assim, os conceitos atuam sobre a realidade de forma concreta relacionando-se “aquilo que se quer compreender, sendo portanto a relação entre conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tornado inteligível, uma relação necessariamente tensa”, na qual “todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível” (Koselleck, 1992).

constroem sua identidade e lugar políticos como revolucionários nortistas; carregaram a bandeira dessa identidade e reconhecem o Norte como um “espaço de experiências” e como um objeto de luta no “horizonte de expectativas” que se vislumbra com a vitória do movimento de 30 (Koselleck, 2006).

Nas palavras de um desses revolucionários, os ideais nortistas são expressos assim:

Distinto camarada e chefe Juarez,
Esta tem motivos de lhe ser escrita por mim como paraibano, como nortista, como brasileiro, motivos esses que o meu coração não pode abafar por mais tempo. Aqui em Mato Grosso, bem longe, como major de polícia em comissão, acompanho ufanoso o desenrolar da sua sábia orientação, auxiliado pelo companheiro de turma Juraci [Magalhães]. O distinto camarada tem aqui um companheiro pronto para o que der e vier, pois a distância não destrói a admiração, nem faz calar um nortista solidário com os seus camaradas do Norte na conquista de um ideal grandioso, ideal de sublimidade. Já tentei ir para o 21^o Batalhão de Caçadores de Pernambuco], com o fim de ficar mais perto e poder dar melhor meu modesto auxílio à falange, a plêiade de dignos nortistas, que se batem pela regeneração de uma pátria formidável, mas ferida, porém não me deram demissão. Peço-lhe primeiro que tudo não esquecer que sou um soldado pronto a formar do seu lado, por dever de militar, por dever pátrio e por dever de ideal e ainda como nortista. Embora longe, recebo as suas ordens.¹¹

Para os revolucionários nortistas, lutar pelo Norte – preferencialmente na própria região – era lutar pela “pátria formidável, mas ferida”. Em seus ideais, a revolução que defenderam e executaram só seria vitoriosa se o Norte, enquanto espaço de identidade e organização política, fosse vitorioso. Vitória tanto na própria região, como no espaço que deveria ser destinado ao Norte na reconfiguração política que esperavam ter iniciado. A liderança de Juarez era por um dever militar e por um ideal dos nortistas. Ao lado de valores como a carreira militar e o patriotismo, estava também a tradição regional: para os revolucionários nortistas, o Norte era uma causa.

A correspondência diária, recebida imediatamente à derrocada da Primeira República, revela como Juarez foi visto pelos revolucionários nortistas e os significados específicos de sua liderança nesse exato momento. No entanto, o líder nortista teve sua imagem construída para além das fronteiras de sua própria região.

1.2 Juarez Távora: um herói nortista do Brasil e um herói nacional do Norte

¹¹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.17 (116-117/324). Datada de 29 de agosto de 1931. Otacílio Lima era militar e depois do movimento de 30 foi servir na Força Pública de Mato Grosso. Posteriormente tornou-se subcomandante do 18^o Batalhão de Caçadores de Campo Grande e, em 1935, membro da Aliança Nacional Libertadora. Participou da Revolta Comunista deste ano, foi preso e expulso das Forças Armadas. Informações retiradas de Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, disponível em www.cpdoc.fgv.br. Doravante DHBB – Cpdoc/FGV.

No dia 30 de outubro de 1930, foi enviado a Juarez um folheto de três páginas intitulado *Epopeia Brasileira – Grande marcha da vitória: oferecida ao grande herói Juarez Távora*. Logo abaixo da inscrição, ainda na capa, há uma foto sua com a legenda: “O Herói Sublime”. No rodapé, as informações básicas: música de Raul Pizzonari, propriedade reservada, valor de 2\$000, impresso na Tipografia Napoli, Rua dos Andradas, 4, São Paulo. A música não possui letra, apenas duas páginas da partitura de uma marcha sinfônica¹².

Outro livreto parecido, também posto à venda por 2\$000, mas com os “direitos autorais reservados à editora da Casa Vieira Machado”, situada na Rua do Ouvidor, 179, Rio de Janeiro, foi feita por Stefania de Macedo, responsável pela música, e Rachel Prado, autora da letra. Na capa, há um desenho de Juarez e, manuscrito, a dedicatória de uma das autoras, datada de 5 de janeiro de 1931: “Ao bravo general Juarez Távora, homenagem de Stefania de Macedo”. Após as duas páginas de partitura da marcha-canção, aparece a letra: “Cavaleiro do Nordeste!/ Afrontando a própria morte./ Redimiste a nossa pátria.../ Redimiste a nossa pátria/ Com destemida bravura/ (...) Com destemida bravura/ Juarez Távora! Um símbolo!/ Na esperança futura/ Do Brasil, tornar-se ídolo”. Na contracapa, há a informação de que está “à venda em todas as Casas de Músicas”, assim como “um lindo álbum de músicas” infantis sobre “temas de roda, com sugestivas ilustrações e patrióticas palavras de Ribeiro Couto e Manuel Bandeira”.¹³

Ainda outro folheto musical, sem data, com esse mesmo formato, foi composto por Thetralde Pacca Dias e intitulado *Hino a Juarez Távora*. Na capa há uma foto de Juarez e o nome do estabelecimento onde foi impresso: Editora da Casa Viúva Guerreiro e Companhia, sediada na rua 7 de setembro, 169, Rio de Janeiro. Após duas páginas de partituras, surge a letra: “Juarez Távora, valente/ Herói da mais nobre guerra;/ No peito da nossa gente/ A tua imagem se encerra/ (...) Sublime herói brasileiro!/ Filho amado da Nação,/ A quem teu gládio altaneiro/ Trouxe a glória e a redenção!/ Juarez Távora grandioso/ Entras coberto de glória,/ Por entre hosanas, vitorioso,/ Para as páginas da História.” Na contracapa, a casa musical faz propaganda das “últimas novidades do sucesso” que ecoavam no Rio de Janeiro: o samba carnavalesco *Saia Comprida* de José F. Lixa; o fox-blue *Velha melodia* de Henrique

¹² Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (1358-1360/3695).

¹³ Idem (3567-3570/3695).

Brito; a canção *Melodia do Coração* de Jota Machado; o samba carnavalesco *Criança Louca* de Heitor dos Prazeres e a marcha carnavalesca *Rosalina* de Ari Barroso.¹⁴

Como fica evidente por esses folhetos musicais, a figura de Juarez Távora foi mobilizada de diversas formas e com extrema rapidez, logo após a vitória do movimento de 30. Embora a recepção desses hinos de exaltação seja impossível de ser avaliada, as músicas chegaram a entrar no circuito comercial, concorrendo com canções infantis avalizadas por Manuel Bandeira e Ribeiro Couto, e com sambas que seriam executados no carnaval de 1931, compostos por Heitor dos Prazeres e Ari Barroso. Índícios suficientemente fortes para se defender que Juarez Távora foi alçado à condição de herói nacional, sendo reconhecido e aclamado por seus feitos, no imediato pós-30. Ou seja, sua heroicidade não é uma construção orquestrada apenas após a revolução, como iria ocorrer com a do próprio Vargas. Ela, na verdade, se beneficia de sua trajetória anterior, que é coroada e estimulada por sua ação de líder revolucionário político e militar.

Certamente seu passado tenentista – amplamente divulgado em seu livro *À guisa de depoimento – sobre a revolução brasileira de 1924*, publicado em 1927¹⁵ – contribuiu para isso, pois, como afirmava um periódico carioca, nos primeiros dias após a vitória do movimento de 30, Juarez “foi o legítimo expoente da hora que vivemos, porque ele, antes de todos os outros, desde 1922, (...) combate por nossa libertação”.¹⁶ Esse dado fica mais ressaltado quando se percebe que outro líder tenentista de igual ou maior influência abandonara a corrente antes do início do movimento de 30: Luís Carlos Prestes. Ainda na década de 1920, Prestes “passou a encarnar os anseios dos segmentos da população brasileira que consideravam urgente transformar as estruturas políticas e sociais do país”, tornando-se, nessa época, “o herói principal da luta contra os ‘carcomidos’” (Motta, 2004: 92). Ou seja, sua aproximação com o comunismo deixava vago o espaço para um herói nacional das lutas travadas antes de 1930. Assim, Juarez Távora – o principal crítico da escolha política realizada por Prestes¹⁷ – era o grande nome a substituí-lo em amplos setores nacionais.

¹⁴ Idem (3641-3644/3695).

¹⁵ Inicialmente o livro teve publicado alguns capítulos no *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, do Rio de Janeiro, e no *O Combate*, de Nereu Rangel Pestana, de São Paulo, e logo foi editado nas duas cidades, o que garantiu a Juarez algum rendimento, enquanto viveu foragido entre 1927 e 1929. Informações presentes em Távora (1973: 216-230).

¹⁶ *Jornal Diário Carioca*, 25 de outubro de 1930.

¹⁷ Refiro-me ao debate entre os dois militares acerca do rompimento de Prestes com a Aliança Liberal e com as articulações que visavam à tomada de poder. Prestes lançou um manifesto em maio de 1930

Mas, mesmo sendo considerado um herói nacional, Juarez assumiu, com destaque, o papel de líder do Norte no Governo Provisório, tendo como lastro seus anos de conspirador e sua ação de revolucionário de 30 na região. Essas duas faces não devem ser pensadas separadamente, sendo fundamentais à análise da construção do heroísmo de Juarez e à compreensão dos vários significados que sua liderança teve, tanto nacionalmente como para os nortistas. Dessa forma, a reconfiguração de sua figura de líder militar do Norte, durante o movimento de 1930, para líder político de âmbito nacional, representando o Norte do pós-30, não se deu de forma linear, sendo produto de construções políticas envolvendo muitos revolucionários nortistas. Nesse processo, em torno da liderança de Juarez, criou-se um imaginário sobre seu heroísmo, marcado por distintas significações, que reforçam e se alimentam de suas manifestações. Como afirma Baczko (1985: 296), “os atores políticos, em especial os ‘chefes’, são julgados não só pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada”.

Assim, quase imediatamente após a deposição das armas, prolongando-se até início de janeiro de 1931, pode-se observar uma concentração de manifestações, produção de monumentos e textos de exaltação, que foram feitos tendo Juarez como figura principal. Outras construções – através de outros meios, com outras justificativas e em outros momentos – foram feitas a Juarez; do mesmo modo, nesse mesmo momento, outras figuras do movimento de 30 também foram exaltadas, como Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Porém, o que se pretende destacar, considerando o turbilhão do movimento golpista de 30 e o complexo momento político que se segue, é que a liderança de Juarez Távora tem um impressionante relevo, o que não tem sido ainda observado. Dessa forma, vale ressaltar que, segundo Angela de Castro Gomes (1997: 116-117):

Os primeiros anos do Governo Provisório foram plenos de conflitos políticos, cuja radicalidade e amplitude variaram em uma escala que oscilou do confronto de grupos com pretensões distintas quanto a questões específicas ou mais gerais, até a guerra civil que mobilizou governo e sociedade, durante a segunda metade do ano de 1932. Apenas após a vitória militar do governo, a retomada do crescimento econômico e a reinauguração das instituições liberais-democráticas

criticando a Aliança e já mostrando-se inclinado às ideias comunistas. Juarez, em carta, rebateu seus argumentos, dizendo-se favorável a uma mudança política nacional que não passasse por um governo exclusivamente proletário, mas que objetivasse o fim do domínio oligárquico na política nacional. Tal discussão foi divulgada pela imprensa e “a partir de então estabeleceu-se entre Prestes e Juarez acirrada polêmica através de cartas, que culminou com a divulgação pela imprensa, na segunda quinzena de junho, de um manifesto de Juarez contestando as ideias preconizadas por Prestes”. Ver “Juarez Távora” e “Luís Carlos Prestes” In. DHBB – Cpdoc/FGV.

com a Assembleia Nacional Constituinte de 1934, pode-se situar uma preocupação governamental mais sistemática com a construção de uma imagem de grande líder para Vargas e de uma história “verdadeiramente” revolucionária para o movimento de 1930.

Para acompanhar esse processo envolvendo Juarez, que é tanto o da afirmação de sua liderança política, como de produção de um imaginário sobre sua pessoa, utilizarei, na maioria das vezes, a correspondência enviada e depositada em seu arquivo, nos três primeiros meses após a vitória da Revolução de 30. Essa opção se justifica por querer averiguar esse processo de heroicização, a partir dos próprios sujeitos que foram seus protagonistas, ou seja, seus interlocutores, apoiadores e admiradores de Juarez. A correspondência enviada, além de apresentar informações sobre o líder, é parte integrante da construção de sua liderança. Por meio dessa documentação, é possível vislumbrar os diversos eventos que envolveram Juarez como personagem principal, assim como a linguagem utilizada por seus correspondentes, que, mesmo sendo majoritariamente nortistas, não o eram em sua exclusividade, ampliando-se o raio de importância do líder, nesse momento tão propício para o surgimento de personagens passíveis de se transformarem em heróis. É como Raoul Girardet afirma: “é precisamente nesses períodos de intermitência da legitimidade, nesses momentos de desequilíbrio, de incerteza ou de conflito que estão cronologicamente situados os apelos mais veementes à intervenção de um herói salvador” (1987: 89).

Já nos dias seguintes ao três de outubro, observa-se que vários telegramas noticiavam episódios realizados no Norte em homenagem a Juarez. José Américo de Almeida, na época um dos mais importantes revolucionários nortistas, intitulado governador-geral do Norte durante o movimento de 30, cargo atribuído por Juarez, informava que, no dia 20 de outubro, na maior manifestação que se tem notícia na Paraíba, o líder militar nortista foi “aclamado como redentor dessa parte do Brasil oprimido”.¹⁸ Quatro dias depois, o mesmo remetente avisava que a “Paraíba beija as mãos do redentor do Norte no dia mais glorioso da sua história”.¹⁹ Nesse mesmo dia, Alberto Mendonça, comandante do 22º Batalhão de Caçadores da Paraíba, relatava a Juarez a passeata realizada nas principais ruas de João Pessoa. Com cerca de 5 mil pessoas, reuniu a banda de música da guarnição, as tropas militares e “maratonas de atletas”, saudando o “intermerato chefe”.²⁰ Ainda em 24 de outubro, segundo o chefe do

¹⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (202/3695).

¹⁹ Idem (652/3695).

²⁰ Idem (825-828/3695).

distrito telegráfico da Bahia, o povo daquele estado “ansioso deseja vos aclamar e pede por meu intermédio vossa presença mesmo por algumas horas”²¹.

Não só o Norte mobilizou-se para saudar Juarez publicamente nesse momento. No Distrito Federal, um movimento semelhante acontecia. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* estampou em sua capa uma grande foto de Juarez com a legenda “o herói chegou”. Na descrição que faz dos festejos pela chegada de Távora, afirma que “duzentas mil pessoas” ficaram “enfileiradas nos largos passeios” enquanto Juarez era “glorificado por este povo hoje liberto”, sendo “indescritível a sagração do herói legionário do Norte”. A capital da República abrigou diversas outras iniciativas semelhantes, que foram desde um “grande concerto sinfônico (...) em homenagem ao general Juarez Távora” regido pelo maestro Walter Burle Marx “em benefício dos órfãos dos combatentes da revolução” até um “festival esportivo” que oferecia “como prêmio a artística e primorosa taça Juarez Távora”.²²

Mais uma vez, José Américo informava sobre a repercussão de outras homenagens a Juarez. Por telegrama, em 26 de outubro, dizia que o jornal *A União*, da Paraíba, publicara uma matéria intitulada “Grande chefe do Norte do Brasil”, ao lado de um retrato do líder. Da notícia, o remetente destacou o seguinte trecho:

Juarez Távora é o chefe do Norte. E o Norte hoje é uma força indômita que não se curva nem cede na defesa dos ideais da Revolução. Ninguém será capaz de arrancar a Revolução a sua vitória integral. Nós somos os soldados de Juarez Távora e com ele iremos a todos os combates. Com ele temos lutado até agora, sob seu glorioso comando continuaremos a lutar pela República, pelo Brasil, pelo programa de renovação revolucionária que fará desse país uma terra livre e civilizada. (...) Este será o chefe do nordeste, o general da nossa vitória, o condutor impávido de todos nós. Juarez Távora triunfou e este triunfo é a aurora da nossa vida nova, conduzindo os raios poderosos da verdade que iluminará o Brasil e fulminará os inimigos da Revolução.²³

Duas semanas depois, em 9 de novembro, A. T. Matos, da cidade de Nice, França, enviava uma carta ao “Bonaparte do século XX”, comentando que o *Le Journal* de Paris publicara uma matéria “sobre seu ato nobre”. Também pretendendo publicar, no mesmo jornal, um artigo comentando o papel de Juarez no movimento de 30, pedia a remessa de uma fotografia sua. Concluía o remetente afirmando que: “espero que seus atos sejam um modelo para o jovem militar do nosso Brasil”.²⁴ Em 26 de novembro,

²¹ Idem (577/3695).

²² Jornal *Correio da Manhã*, 29 de outubro e 6 de novembro de 1930 e jornal *Diário Carioca*, 6 de dezembro de 1930, respectivamente.

²³ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (902-906/3695).

²⁴ Idem (2292/3695).

Max Pochon, agente geral da companhia francesa de seguros L`Union, de São Paulo, enviava a Juarez o recorte da referida matéria, publicada no periódico francês. Assinada pelo correspondente no Rio de Janeiro e intitulada “O papel do General Távora – uma das grandes figuras da revolução brasileira”, dizia: “Getúlio Vargas, chefe civil, e Juarez Távora permanecem como as duas grandes figuras de um movimento que abriu o Brasil a novos horizontes. (...) Entrevistado sobre seu programa, o Sr. Vargas disse que era cedo demais para falar, mas era, em princípio, de acordo com as idéias do general Juarez Távora”.²⁵

Além das manifestações públicas no Norte e no Distrito Federal e das notícias na imprensa nacional e internacional, Juarez recebeu um grande número de telegramas parabenizando-o pela vitória que comandara. O meio escolhido para essas saudações, utilizada inclusive pelo seu próprio pai²⁶, foi bem sintetizado por Oscar Pires Aragão, inspetor telegráfico de Ilhéus, Bahia: “lamentando não estar aí para lhe dar pessoalmente meu abraço, faço-o pelos fios com muita ansiedade, esperando oportunidade podermos nos avistar”²⁷. O telégrafo também levou a Juarez congratulações de outros estados do país, como a que escreveu Araújo e família, de São Paulo, ao enviar “saudações invencível capiroto”²⁸, e o major de segunda linha estabelecido no Rio de Janeiro, Antônio Braga: “com efusão admirando abnegado inexcelável, beijo ajoelhado mão salvador do povo”.²⁹

As centenas de telegramas que recebeu nesse mesmo período podem ser sintetizadas naquele enviado, em 24 de outubro de 1930, pelo coronel Guerreiro Comte, chefe das forças revolucionárias do Rio Grande do Norte. Afirmando que seu estado estava “exultante de pé”, diante do “redimido heroísmo Exército povo” que é “dinamizado grande intemerato general revolução nacional”, asseverava que Juarez representava a “encarnação esplendente bravura civismo nacionalidade nesta hora incomparável da República”³⁰.

Pelo apresentado até aqui, é fácil perceber que a construção que tinha curso, consagrando “o general” Távora como um herói militar do movimento de 30, serviu-se de vários meios e não foi limitada à região em que teve incontestável envolvimento. As

²⁵ Idem (3040-3042/3695). Tradução minha.

²⁶ “Abraços querido filho vitória Revolução. Joaquim Antônio.” Idem (1864/3695). Datado de 4 de novembro de 1930.

²⁷ Idem (1055/3695). Datado de 28 de outubro de 1930.

²⁸ Idem (1273/3695). Datado de 30 de outubro de 1930.

²⁹ Idem (1298/3695). Datado de 30 de outubro de 1930.

³⁰ Idem (600-601/3695).

diversas informações dos correspondentes de Juarez revelam os multifacetados caminhos de afirmação de sua liderança, tendo como ponto de partida o combate e a derrocada da Primeira República. Seu papel na tomada do poder foi, certamente, o principal fator que o levou a ser um dos maiores candidatos a herói do pós-30, pois foi o líder militar do movimento em cerca de metade do território nacional. Raoul Girardet afirma que alguns mitos e heróis ganham certa amplitude e tendem “a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se, em outras palavras, como um espécie de encruzilhada do imaginário onde vêm cruzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, por vezes mais contraditórias”. Assim, apresenta modelos de heróis que, por mais que distintos, podem “se superpor ou se imbricar”. Nessa tipologia, por sua ação militar no movimento de 30, Juarez é encarado como um grande herói militar do movimento. Ele “não traz nem o cetro, nem o símbolo da justiça real, mas a espada”; “apodera-se das multidões que subjuga” e legitima-se “no brilho da sua ação imediata” (Girardet, 1987: 73-75).

Como herói militar, Juarez foi uma peça chave na legitimação do novo governo, tanto política como simbolicamente. Nesse sentido, a ação do herói militar não se restringe ao presente da luta, mas “é na perspectiva da duração que seu personagem encontra a realização. Assentando e definindo as regras que amanhã serão as da vida coletiva, constrói o edifício que as gerações futuras terão por tarefa conservar” (Idem: 77). Se o heroísmo militar de Juarez iniciou um novo momento político, cabia a ele, e principalmente a seus admiradores, perpetuá-lo por meio de homenagens e todo tipo de manifestações, fossem públicas ou privadas.³¹

Um bom exemplo é a dos habitantes da localidade de Bonito Santa Fé, na Paraíba, que, em 10 de novembro de 1930, escreveram a Juarez informando que encaminharam ao presidente do estado o pedido de elevação à vila que “idealizamos denominar Juarez Távora como homenagem invicto chefe solicitamos permissão v. exc. valiosíssimo concurso nobre ideal povo”³². A mesma iniciativa foi realizada por uma comissão de habitantes de Vargem Grande, no Espírito Santo, que, em 25 de novembro, notificava o líder: “povo unânime solicita interventor federal mudança nome desta localidade para Juarez Távora pávida homenagem povo Espírito Santo v. excia. serviços

³¹ Uma dessas manifestações privadas foi feita pelo pescador acreano Raimundo Dantas de Oliveira, que informou a Juarez em 2 de dezembro de 1930 que “denominei hoje a uma das minhas embarcações a motor o seu glorioso nome”. Idem (3377/3695).

³² Idem (2332/3695).

prestados pátria”.³³ Sua resposta, rara para esse tipo de pedido, enviada cinco dias depois ao interventor capixaba João Punaro Bley é emblemática. Juarez pede que o interventor “desatenda” à manifestação, mostrando que elas aconteciam à sua revelia e até desagravo: “devemos combater homenagens prestadas homens vivos deixando posteridade encargo julgá-los”.³⁴ No entanto, nem todas foram desatendidas: a vila de Água Doce, no interior paraibano, em 1930, durante esse processo de heroicização do líder nortista, mudou seu nome para Juarez Távora, e ainda hoje, já como cidade, preserva esta denominação.³⁵

Em 17 de novembro era o interventor municipal de Pacatuba, no Ceará, que informava: “povo pacatubano vibrando entusiasmo inaugura Câmara Municipal retrato vossencia justa homenagem invicto redentor causa nacional”.³⁶ Em 7 de dezembro, o mesmo foi feito em uma cidade baiana: “povo Rui Barbosa acompanhado música após carregar vosso retrato (...) ruas cidade colocou salão nobre paço municipal sinal homenagem vossencia”.³⁷ Sua “chegada”, com música e festa, nesses espaços públicos representativos é uma afirmação de sua liderança política popular, além de militar. Essas manifestações apontam para a retomada desses espaços pela população tendo, no líder, a figura a ser “cultuada” por ter garantido um “novo tempo”.³⁸

No mesmo dia em que teve um retrato colocado na Câmara de uma cidade do interior cearense, o secretário municipal de Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, informava que, por decreto, o governo municipal “prestando justa homenagem a v. exa. denominou rua Juarez Távora a antiga rua 16 de julho”. No referido decreto lia-se a justificativa para o ato:

tendo em vista a ação fecunda e brilhante, desenvolvida no atual movimento revolucionário, que empolgou o país e implantou a verdadeira República, pelo valoroso General Juarez Távora, uma das figuras de maior relevo e destaque da revolução vitoriosa, portador de ideais novos que hão de infalivelmente conduzir a Pátria ao nível de justiça e igualdade predominantes nas nações mais civilizadas.³⁹

³³ Idem (3000/3695).

³⁴ Idem (3048-3049/3695).

³⁵ Informações retiradas de www.ibge.gov.br.

³⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (2682/3695).

³⁷ Idem (3489/3695).

³⁸ É inspiradora para essa reflexão, a análise de Catroga sobre as festas e comemorações francesas pós-revolucionárias. Segundo o autor, na festa cívica de culto, “alguns dos seus protagonistas justificam-na em termos quase genesíacos. Com ela, estaria a emergir uma ‘nova era’, um ‘povo novo’, numa espécie de grau zero da história que iria conduzir à definitiva libertação da humanidade” (Catroga, 2005: 87).

³⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (2697-2698/3695).

Em 19 de novembro, o prefeito de Floriano, no Piauí, prestou uma homenagem idêntica: “tenho máxima satisfação comunicar vossencia inauguração oficial hoje placa rua Juarez Távora merecida homenagem vos quis prestar municipalidade Floriano. Povo confraternizou grande explosão entusiasmo abençoando vosso nome”.⁴⁰

Essas homenagens estão sendo entendidas como construções de monumentos ao líder Juarez, envolvendo três dimensões temporais distintas, porém interligadas. Em um presente, que buscava reordenar os sentidos políticos do país, procurava-se, em espaços públicos, como ruas e prédios políticos esquecer um passado, agora “derrotado”, enquanto outro passado, recente e “vitorioso”, deveria ser lembrado e eternizado, construindo-se uma memória para a Revolução de 30, simbolizada pela figura desse herói. Esses monumentos são “materiais da memória” e têm como uma de suas características “ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas” (Le Goff, 1996: 536). Assim, em um curto espaço de tempo – pois todos esses monumentos foram erigidos entre 10 de novembro e 7 de dezembro de 1930 –, um presente fértil para manifestações simbólicas marcou a memória do movimento recém vitorioso, no qual a figura heróica de Juarez tornou-se central.

Os significados desse “ídolo máximo” podem ser percebidos pelo exemplo paradigmático da carta, em papel timbrado da Universidade do Rio de Janeiro – Escola Politécnica, de 29 de outubro de 1930. Nela Othon H. Leonardos escreve:

Generalíssimo invicto, herói, ídolo máximo do Brasil nesses dias cruentos, você seria pouco, Juarez, se fosse só esse ídolo. Mas no meio de tanta gente de ambição mesquinha, no meio dessa politicalha ignóbil, sempre pronta a infelicitar o Brasil, você é a máxima, a única, é toda a esperança dos brasileiros. Não há cidadão honesto, revoltoso de 22 e 24 ou legalista extremado de 30, não há patriota fremido de alegria diante do passado ruído e medo ante o futuro imprevisível, que não confie, entretanto, inteiramente, no seu idealismo, na sua inteligência, na sua operosidade abnegada. Você não mais se pertence criatura eleita, soldado da bemventurança, porque nas suas mãos está o futuro do Brasil, nosso anseio grande e justo de dias menos amargos, nossa ambição de uma pátria mais alta, mais livre e mais honrada, digna do passado dos bandeirantes, dos jesuítas e dos caucheiros, digna da América que deu Washington, e Franklin, e Lincoln e Wilson. Nós confiamos em você, Juarez, e nos alistamos em sua tropa.⁴¹

Em momento de alegria pela vitória, mas de medo pelo “futuro imprevisível”, o “generalíssimo” era a síntese da esperança e do patriotismo, merecendo todos os elogios e um lugar no panteão nacional e também no das Américas. Os cidadãos brasileiros confiavam em sua liderança e se alistavam “em sua tropa”. No mesmo tom, em 3 de novembro, Alfredo Horpades, de Varginha, interior de Minas Gerais, enviava um

⁴⁰ Idem (2793/3695).

⁴¹ Idem (1239/3695).

telegrama afirmando: “Salve! Titan invicto e glorioso da vitória nacional. Bonaparte na ação guerreira – Bolívar na organização política dos estados setentrionais do Brasil”.⁴²

Nesses exemplos de correspondência dois elementos se entrecruzam. O primeiro é a referencia a um Panteão, no qual Juarez se encontraria ao lado de outros heróis, militares e políticos, muitos dos quais líderes de processos de independência de suas nações. Comparar Juarez a esses heróis é definir que sua liderança não se iguala a de seus companheiros revolucionários, ultrapassando-os de muito e só sendo comparável a de outras figuras de grandiosidade histórica conhecida. É também considerar o movimento de 1930 um “verdadeiro” ato de nova independência do país, tamanhas são as expectativas de futuro nele depositadas. Como afirma Girardet (1987: 74), ainda analisando os processos de heroicização, “a referência à história, o peso da lembrança desempenham, aqui, um papel essencial: não é nada mais que o passado – um passado de glória – que se vê chamado a socorrer o presente – um presente de confusão ou derrota.”

O segundo aspecto é o da transcendência da figura de Juarez. Para um dos interlocutores, ele é um eleito que não pertence mais a si próprio, mas à coletividade que espera ser salva por suas ações. Ou seja, como bem definiu outro admirador, é um “vulto simbólico” que representa as “aspirações do povo brasileiro”, um “gênio militar”, enfim, alguém que se aproxima de uma condição divina, como a dos heróis clássicos, verdadeiros semideuses.⁴³ Mas talvez nenhuma carta supere a que Constatino Correia, de Parnaíba, Piauí, escreveu a Juarez em 12 de novembro de 1930. Ele fez uma autêntica retrospectiva de vários momentos da história do Brasil, para situar o novo herói. Para o remetente, o “civilismo de Rui Barbosa de 1910”, a “Reação Republicana de Nilo Peçanha em 1921” e a própria campanha eleitoral da Aliança Liberal, de 1929, representam “divergências momentâneas na onipotência do Catete”, sendo de importância menor. As raízes do líder estavam nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, iniciados com “a epopéia homérica dos 18 Leônidas brasileiros” e a atuação do então “bravo tenente Juarez Távora”. Daí nasceu, para o autor, a Coluna Prestes, na qual “era Prestes o Cavaleiro da Esperança! Mas a esperança feneceu! É Juarez o Cavaleiro da Realização, o Capitão do Norte, o General da Vitória, o Bolívar do Brasil.” Portanto, nessa interpretação, “a República de 1889 foi fundada pelos ‘tenentes do positivismo’ e foi deturpada pelos conselheiros da Monarquia. A República de 30 foi salva pelos

⁴² Idem (1704/3695).

⁴³ Idem (893/3695).

tenentes dos exércitos aliados ao povo”, com destaque para Juarez Távora. Assim, conclui a carta exortando-o a aceitar seu lugar de “São Pedro” na religião cívica do pós-30:

Juarez Távora, o Brasil estancou às bordas do abismo em que ia precipitar-se. Salve-o! Arranque-o das garras da politicalha profissional! João Pessoa é o Cristo político da Pátria! Morreu redimindo a Nação! Seja Juarez Távora o São Pedro da nossa religião cívica: seja Juarez a pedra angular sobre que fundaremos a nova nacionalidade! Apelamos para o vosso patriotismo! Aceitai a missão! Salvai o Brasil!⁴⁴

A dimensão do culto cívico-religioso que se propunha ganhou outras versões, mais simples e diretas, mas não menos poderosas. Em uma carta enviada de Jaraguá, em 5 de dezembro, a autora se intitula “uma menina da igreja”, e escreve com letra ainda infantil: “General Juarez Távora, aceite meus sinceros parabéns pela sublime vitória da revolução”. Junto à carta, enviou dois “santinhos”, um de “S. Cor Mariae” outra de “Sta. Terezinha do Menino Jesus”⁴⁵. No dia 2 de janeiro de 1931, Juarez recebe outro “santinho”, agora de Recife, no qual, impresso em francês, se lê: “Que o anjo do Senhor o acompanhe em todos os momentos de sua vida”. No verso, a remetente, sem se identificar, manda sua mensagem cristã ao “Salvador” do Brasil:

Te diz esse simples coração de mãe, que pensa sempre em ti, sobretudo, depois da comunhão. Prepara tua “espada nobre” todo o empenho do seu esforço, para a defesa cristã da nossa Terra e assim como “libertastes” tantos corpos, pensa no número de almas que “poderás salvar”, trabalhando, com verdadeira convicção de fé, pela restauração do Brasil, desse Brasil cristãmente reconstituído, onde viverão “teus filhos”, desse Brasil que há de ser “de fato” a verdadeira Terra de Santa Cruz.⁴⁶

A partir dessas correspondências, Juarez é definido como uma entidade semidivina, que está para além dos feitos humanos. Ao ser comparado e envolto em imagens sagradas, Juarez rompe sua condição humana, ganhando a forma de um messias, que salvará corpos e almas, a partir de sua representação de um herói militar. Como afirma Loiva Otero Félix (1998: 151) “o herói sempre tem qualidades que o distingue dos demais mortais, fazendo-se merecedor de um lugar entre os homens e a divindade. Tem virtudes como vidente, justo, bom, genial, benfeitor, etc”.

Esses documentos revelam que a heroicização de Juarez, como foi dito, não teve seus promotores limitados aos revolucionários nortistas e ao espaço do Norte. Contudo,

⁴⁴ Idem (2471-2473/3695).

⁴⁵ Idem (3528-3529/3695).

⁴⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV 1930.12.08 (5655-5656/7455).

Juarez foi, por excelência, um herói do Norte e, na perspectiva deste trabalho, sua ação política ao lado dos revolucionários nortistas é fundamental para estabelecer as fronteiras da região durante os primeiros anos do Governo Provisório:

O mito é sempre definidor de fronteiras: internas pela identificação dos imbuídos da mesma crença, coerência e lógica próprias ao relato/explicação em que se constitui, e, externas, porque, ao definir a identidade dos seus iguais, automaticamente defini, nas suas fronteiras, os excluídos (...) aqueles que não têm uma memória comum e não possuem a legitimidade social do grupo em questão. Logo, a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo na qual o novo chefe político, ungido à condição de guia de profeta, de vidente, de ligação do grupo, desempenha o papel de iluminador da história futura (...), heroicizado e mitificado (Félix, 1998: 144)

Portanto, se Juarez foi um herói militar nacional no Norte, nesse momento sua liderança política ganha especificidades e amplitude, mas que só são compreensíveis se interligadas à região. Poemas e músicas enviados à Juarez, de diversas partes do Brasil, exprimem essa dupla face de sua construção heróica: militar e política, nacional e do Norte. Obertal Chaves, da cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, escreve e envia um poema, publicado em *A Notícia* desse município, em 17 de dezembro:

Paladino impoluto e sonhador
Juarez foi o nome iluminado
Da revolta, o seu guia e precursor
O seu mais puro e intrépido soldado

O Brasil rolava no estertor
Da agonia oprimido e abandonado
Ao grito audaz do herói libertador
De pé, lutou, viril e denodado

Num assomo indomável de bravura
Sua espada abateu a ditadura
E o destino traçou do Brasil Novo

Ele, que foi o gênio da vitória
Nada quis, nada quer, se não a glória
A paz e a liberdade do seu povo.⁴⁷

Elementos semelhantes estão no poema vindo do Rio, escrito por Agnaldo M. de Souza, datado de 22 de novembro de 1930. Nele o Norte aparece como um elemento textual bastante definido:

⁴⁷ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (3556/3695).

Bravo filho do Norte! O teu povo te aclama!
E a teu simples gesto o seu peito se inflama!
Rompeste resoluto os grilhões deste povo!
Precisas construir um Brasil forte e novo!
Baniste do país a nefanda impostura!
Dá-nos, pois, liberdade irrestrita e segura!
Eis agora o herói dos heróis nordestinos!
Conduz, pois, nossa pátria a seus nobres destinos! (...)
Juarez do Brasil! O teu nome é uma glória!
Como o outro, há de ter, os teus feitos na história!
Nordestino viril! Soberbo te saúdo!
Muito te deve o Norte! O Brasil quase tudo!⁴⁸

No “Hino a Juarez”, escrito em novembro de 30, sem autor ou local de produção, os mesmos elementos aparecem: “Juarez, Juarez/ O teu nome é uma glória/ (...) Com orgulho te chamamos/ O bravo Leão do Norte/ (...) Foi o teu valor/ Foi o teu amor/ Pelo nosso Brasil/ foi o teu peito forte/ De homem do Norte/ Altivo e varonil/ (...) Marchando à frente/ De homens valentes/ Cheios de mocidade”.⁴⁹ Para esses interlocutores, Juarez é do Brasil, e não só do Norte. Essa região aparece mais como uma característica de naturalidade do que como uma região política ou sujeito desse processo. Seu heroísmo, assim, é construído a partir da ideia de salvação por sua ação militar. De uma forma ampla, para os diversos apoiadores do movimento de 30 no Brasil, Juarez é um herói nacional do Norte, identificado por seus feitos militares.

No entanto, a construção da figura de Juarez como herói logo após a vitória do movimento de 30 possui distinções quando se trata de obras relacionadas com a região Norte, seja por seus autores, seja pelos elementos utilizados nos enredos literários criados. Por mais que essas fronteiras não sejam de forma alguma rígidas e intransponíveis, nos poemas nos quais os autores se apresentam como oriundos do Norte a relação construída com Juarez tem uma imbricação bem mais forte. É o que ocorre no “Hino da Revolta Brasileira”, escrito em 14 de outubro de 1930, em Maceió. Como adverte seu autor, Aureliano Gonçalves Guerra, ele é em “homenagem ao General Juarez Távora”:

Viva o heróico povo brasileiro!
Viva o exército libertador!
Viva o comando em chefe cá do Norte,
O bravo General Triunfador!
A coluna redentora
Nesta luta que se esplende gloriosa,
Vai, ao Sul fulminadora,

⁴ Idem (2891/3695).

⁴⁹ Idem (3218/3695).

Já aqui ela passou vitoriosa.
Serás liberta,
Com presteza,
Amada Pátria.⁵⁰

A região não é mais sinônimo de naturalidade, mas palco da vitória, de onde a luta “gloriosa” partiu para o Sul. No poema escrito por José Jaime Benevides de Iguatú, Ceará, e enviado para Juarez em 14 de novembro de 1930 a relação de Juarez com a população nortista é assim expressa: “Falando pelo povo desta terra/ Por este povo que foi sempre altivo/ Declaro-vos que nossa glória encerra/ Nosso orgulho eternal, forte, expressivo/ (...) Ao vosso lado, para tal, estamos, /Só queremos justiça, é o que esperamos,/ E os direito que deve o povo ter”.⁵¹ Se nos poemas que exaltam Juarez como um herói nacional, a figura do povo aparece como aquele que deve ser salvo, nos poemas “nortistas”, o povo assume a palavra, exalta Juarez e está ao seu lado.

Entre todos os poemas levantados no arquivo pessoal de Juarez – e eles são muitos – um revela fortemente que, no Norte, a figura do líder tinha características peculiares. Raul Rocha, de Camocim, Ceará, enviou em 25 de outubro de 1930, uma canção da vitória, exaltando vários revolucionários nortistas com muitos adjetivos, como “valente”, “nobre”, “guerreiro”, “valoroso”, “brilhantes”, “viris”, etc. Dentre essas adjetivações uma chama a atenção:

Landri Sales, tu és o esplendor
Da energia – qual um Juarez –
O Brasil te proclama o valor
Deste provas de herói muita vez! (...)
Seja bendita a memória
Desse outro Juarez – sem rival –
Joaquim Távora – a máxima glória
Desse nosso Brasil Marcial!⁵²

Juarez, ele mesmo, torna-se um adjetivo, sinônimo de bravura, reunindo as características que os outros combatentes deveriam ter. Uma operação de linguagem que só foi possível no Norte, por ser esse seu berço e palco de luta e combate. Também só os que se identificavam como nortistas e estavam próximos a ele (ou seus parentes) poderiam ser assim chamados, o que evidencia que, para seus admiradores, auxiliares e interlocutores do Norte, ele era mais do que um representante dessa região geopolítica: ele a encarnava.

⁵⁰ Idem (74/3695).

⁵¹ Idem (2548/3695).

⁵² Idem (870/3695).

Isso é bem apresentado no comentário de Juarez a um telegrama de José Américo, enviado em 25 de outubro de 1930, no qual este diz ter relatado à imprensa pernambucana que o Norte “não reconhece outro intérprete do seu pensamento público”.⁵³ Respondendo, Juarez diz estar agradecido “confiança depositada minha pessoa e reitero premissa ser digno em qualquer emergência sacrifício feito nossos irmãos Norte conquista redenção política pátria”.⁵⁴

Tal diálogo demonstra que a heroicização de Juarez para o Norte é também baseada no ato de representar/interpretar seus anseios através da palavra, da oratória. Segundo Raoul Girardet, outro modelo de herói é o profeta: “é pelo poder do Verbo que se opera, com efeito, essa estranha comunhão que faz com que, dirigindo-se o chefe político à multidão, seja igualmente a multidão que se exprima nele, com ele” (1987: 79). Essas considerações são reiteradas em outro telegrama, novamente de José Américo, ainda como governador-geral do Norte, para Juarez, em 1º de novembro de 1930: “O Norte não vos delega poderes [para] representá-lo [na] constituição governo revolucionário porque esse direito já vós pertence virtualmente como autêntico chefe da região que redimiste”.⁵⁵ Ou seja, se nacionalmente Juarez é, por excelência, um herói militar, para o Norte, é também o herói profético, que encarna a “totalidade de suas dimensões sociais; encarna-a também na totalidade de seu destino histórico, em seu passado, em seu presente, e em seu futuro” (Girardet, 1987: 79-80).

Ao falar pela região, autorizado por sua nova elite política e por diversas parcelas da população, Juarez e o Norte têm seus destinos entrelaçados no Governo Provisório. Enquanto o Norte e sua elite são o grande prestígio que Juarez tem na esfera federal, essa nova elite de revolucionários nortistas sabe que sua ação e conquistas são delimitadas dentro do campo de possibilidades aberto pelo prestígio de Juarez. Na tênue, mas significativa, fronteira entre um herói nacional vindo do Norte, chefe militar da revolução na região e, por isso, celebrado em todo país; e um herói nortista do Brasil, que lutou pela redenção da região através da revolução, a figura de Juarez ganhou significados complementares que se reforçam. De uma forma ou de outra, sua liderança era incontestada nesse momento, sendo apropriada e sentida, por amplos e diferenciados grupos do país.

⁵³ Idem (793-794/3695).

⁵⁴ Idem (795/3695).

⁵⁵ Idem (1591/3695).

Para os revolucionários nortistas e para Juarez, quanto mais seus projetos estivessem entrelaçados, maior seria a possibilidade de consolidação e vitória de ambos. Com um passado comum de lutas pelo fim da república de 1889, eles almejavam um governo que atribuísse um papel central ao Norte. Quanto maior a vitória da revolução na região, maior seria a vitória da região na revolução. Ou como escreveu, em 30 de outubro, um dos admiradores de Juarez Távora residente no Rio Grande do Sul que compreendeu bem o lugar dessa liderança nortista: “honra o Norte, salve Brasil”.⁵⁶

1.3 Juarez Távora e o Governo Provisório: ser ou não ser general?

Ao mesmo tempo em que uma série de manifestações e homenagens reconhecia Juarez Távora como um dos grandes heróis do movimento de 30, várias articulações políticas eram feitas com o objetivo de colocá-lo no centro do novo governo. Essas articulações tiveram como protagonistas principais muitos revolucionários nortistas, bem como outras figuras importantes do Governo Provisório. Elas tiveram como ponto de partida a instabilidade dos primeiros meses do pós-revolução, marcado por grandes incertezas. Nesse momento, no qual diversas possibilidades de configuração política se abriram, o nome de Juarez foi cogitado para assumir cargos de alto destaque nacional.

Juraci Magalhães – um dos principais nomes entre os revolucionários nortistas, por chefiar a brigada leste do movimento armado no Norte – escreve a Juarez, em 23 de dezembro de 1930, comentando a situação, na qualidade de um dos chefes do 22º Batalhão de Caçadores, da Paraíba. Este é um dos documentos mais valiosos e esclarecedores daquele estratégico momento político e, por isso, será analisado com vagar. Juraci começa:

Acho, meu caro Juarez, que de prático nada ainda realizamos em favor das massas sofredoras. Tudo ficou em promessas. (...) Os sinceros são uma minoria e estes sinceros exigem que superponha à tua modéstia o interesse nacional. Se não tiveres uma situação de realce material – pois moral tens de sobra – dentro do Exército, a revolução fracassará em sua finalidade, o que será doloroso para a memória dos nossos mártires e desprimoroso para os que tiveram alguma parcela de responsabilidade para o movimento. Julgo que não tens o direito de sacrificar a 2ª república como Benjamin Constant sacrificou a 1ª, por uma modéstia descabida. Quando se apagar da memória dos brasileiros o sacrifício que fizeste para a vitória de Revolução, serás alijado pelos políticos que, insinceros em sua maioria, não vêem com bons olhos teu prestígio incontestável no seio da tua classe e do povo brasileiro.⁵⁷

⁵⁶ Idem (1283/3695).

⁵⁷ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (64-74/7455).

A carta é claramente uma advertência. Nada foi conquistado ainda e tudo – as promessas às “massas sofredoras” – pode depender da ação de Juarez. Ele precisa ganhar uma posição de “realce material” dentro do Exército, para honrar os mártires da luta e se contrapor aos políticos insinceros que não apreciam seu prestígio. Se não agir, será derrotado no campo do novo combate. Não pode fugir a esse dever, não tem o direito de ser “modesto”. Precisa defender o “interesse nacional”, caso contrário tudo se perderá. O momento é aquele, pois o tempo trará o esquecimento se ele não ocupar o lugar de destaque “que merece”. Não poder ser o Benjamim Constant da Segunda República: o militar, grande líder positivista que conspira e articula a proclamação, mas que se torna uma figura secundária rapidamente. Nesse sentido, pode-se pensar que “modéstia” é um claro eufemismo para fraqueza e falta de ousadia políticas, e a comparação feita com Benjamim Constant é interessante para mostrar como seus aliados estavam cientes dos precedentes para o fim do “prestígio incontestável” que um líder possuía.

Feito o diagnóstico, o jovem tenente faz seu prognóstico para a consolidação “material” da liderança de Juarez. Em suas palavras, “moral tens de sobra”, por isso, como militar devia tornar-se general. Aliás, vale lembrar que, como se viu pelos telegramas anteriores, ele já era reconhecido como tal.

Faz-se mister que teu generalato seja uma garantia para o cumprimento do programa revolucionário, pois precisa ter a força material para poder exigir a execução do que prometemos ao povo. Teus amigos não precisam ver estrelas e bordados para atenderem a um aceno teu, mas é incontestável que teu prestígio será muito maior para o povo se fores general de direito como o é de fato. Argumentando, assim, falei com o Dr. Osvaldo Aranha que prometeu fazer a promoção, mesmo a tua revelia. Entretanto, até agora, nada. Passados 20 dias de tua chegada ao Rio, se nada houver nesse sentido serás proclamado general do Exército pelo povo e classes armadas do Norte, em plena rua. (...) Digo-te isso apenas como comunicado, pois já está resolvido no Nordeste e será estendido a todo o Norte.⁵⁸

Ou seja, só como general “de fato” Juarez conseguiria poder para exigir o cumprimento dos ideais definidos pelos revolucionários nortistas. Ele já comentara com Aranha – importante liderança civil e ministro da Justiça – sobre a nomeação. A promoção era necessária, e se não viesse por via de procedimentos oficiais, viria, como forma de pressão, fora desses parâmetros: seria proclamado general pelo povo, nas ruas, revolucionariamente. A convicção de Juraci é tal, que ele informa que o generalato viria, ainda que a revelia de Juarez. Quinze dias depois, em 7 de janeiro de 1931, ele

⁵⁸ Idem (64-74/7455).

volta a escrever para tratar do generalato, reafirmando alguns pontos de sua argumentação e trazendo outros para convencer Juarez. Embora longa, a citação se justifica pela importância atribuída a tal promoção na arena revolucionária do imediato pós-30:

Dia a dia mais se acentua em meu espírito a convicção que nossos “amigos” (?) estão minando teu prestígio junto à opinião pública nacional. As agências telegráficas já não dão a teu nome o relevo que impõe (...). Esses imbecis não vêem que o teu é o único nome capaz de por um dique à propaganda moscovita, que vai aumentando dia a dia. O nome de Prestes já voltou a ter aquela auréola que a nossa propaganda criou em torno dele e o seu espírito esclarecido vai tirando partido para desenvolver o ódio da massa contra o governo e seus prepostos. E isto é devido a tua modéstia de permanecer um simples capitão, afastado do poder, quando deverias ser o executor desse programa que nos levou a tantos sacrifícios. Se o povo brasileiro visse seu ídolo procurando sanar a crise que nos assoberba teria confiança e não recorreria a uma revolução mais extremada como já deseja a massa mais ignorante e esquecida. (...) Outra coisa que precisas convir: não pode continuar sem um Estado Maior, pois as ordens vindas para o Norte divergem muito. (...) Se tiveres uma pequena “entourage” poderá descentralizar, com grande lucro para o serviço e para ti. Mais um motivo é assim para o teu generalato, que sairá breve.⁵⁹

Os ideais dos revolucionários nortistas e a necessidade do líder aqui aparecem de forma mais clara, apesar de um tom mais forte de crítica à postura “modesta” de Juarez em permanecer um simples capitão. Só como general, Juarez atrairia os elementos “descontentes”, barrando o movimento comunista dentro e fora das forças armadas. A relação que faz com Luís Carlos Prestes não é fortuita: apenas a liderança de Juarez seria mais forte do que a do antigo aliado, pois este levava seu enorme prestígio, construído na década de 1920, para uma nova corrente, contribuindo bastante para seu crescimento.⁶⁰ Além disso, só o generalato poderia por fim à campanha dos “aliados” que buscava diminuir o prestígio de Juarez, o que, aos olhos de Juraci, era evidente. Com a sugestão para a formação de um Estado Maior, as articulações militares entre os revolucionários nortistas seriam mais sólidas e conseguiriam maior sustentação nesse campo de disputas.

Sobre a rapidez do generalato, Juraci referia-se ao amplo movimento que vinha sendo organizado em todo o Norte para esse fim. Como avisara anteriormente, ele ocorreria em praça pública, através de paradas militares, comícios e plebiscitos que

⁵⁹ Idem (118-124/7455).

⁶⁰ Afirma Rodrigo Pato Sá Motta (1998: 93): “A adesão de Prestes significou um grande trunfo para o até então pouco expressivo Partido Comunista. O Cavaleiro da Esperança trouxe consigo parte de seu prestígio, contribuindo bastante para o crescimento do PCB. E o partido soube explorar a imagem popular do líder”.

abrangeriam todo o Norte.⁶¹ A data das manifestações também possuía um forte significado: 14 de janeiro, dia do aniversário de Juarez. Ou seja, fica claro que a advertência feita por Juraci era verdadeira e ganhou força. No entanto, antes de tais movimentos se realizarem, Távora manifestou-se e escreveu a todos os interventores nortistas da Bahia ao Acre:

Cientificado que se cogita movimentar opinião civil e militar nesse estado sentido pleitear junto governo federal minha aclamação posto general, venho declarar-lhe que discordo e desautorizo tal movimento feito em torno minha pessoa quando grave situação nacional exige todas atenções se voltem para solução problemas interessam coletividade. Sinto-me bem vestindo farda capitão e considero de justiça só ascender outros postos através exigências normais leis de promoção que governo república vir decretar beneficiando toda minha classe e não apenas alguns indivíduos.⁶²

Nesse momento, Juarez justifica ser contrário a tal iniciativa, devido às incertezas da política nacional, que em muito se refletia nas forças armadas. Assim, o projeto de tornar Juarez general deve ser analisado face à situação do Exército após a vitória do movimento de 30. Segundo José Murilo de Carvalho, as forças armadas, em especial o Exército, estavam nesse momento no centro do poder de modo bem mais decisivo do que ocorrera após a proclamação da República. Mas, justo por isso, o Exército, como instituição, viu-se envolvido em fortes choques de correntes antagônicas.⁶³ Com essa “organização fragmentada”, houve dificuldades para se estabelecer uma nova hierarquia de comando, no “ambiente quase caótico que se seguiu” à vitória do movimento, o que também se via nas disputas para a montagem da nova cúpula de poder. A promoção de oficiais superiores, antes de 30, era um poderoso instrumento nas mãos do presidente da República para punir seus opositores ou premiar seus aliados, tornando a chegada a um posto hierarquicamente elevado uma relação de apadrinhamento. No entanto, ressalta o mesmo autor:

As manifestações de generais denunciavam a precariedade da disciplina da organização e também a fragilidade do sistema de poder em gestação. Quebrando o antigo esquema de lealdade que prendia os generais aos presidentes, somente a criação de novas lideranças hierárquicas

⁶¹ As preparações desse movimento em Teresina, Recife, João Pessoa, Belém e Aracajú estão em jornal *Correio da Manhã*, dias 11, 13 e 14 de janeiro de 1931.

⁶² Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.30 (3-4/116). Datado de 10 de janeiro de 1931.

⁶³ Para esse autor, esses conflitos internos foram motivados, primeiramente, pela a revolução não ter sido “resultado do consenso dentro das forças armadas”; em segundo lugar, o fato de “que a minoria rebelde era composta principalmente de oficiais subalternos, (...) cuja reintegração e rápida promoção iriam perturbar profundamente a hierarquia e o sistema de promoções do exército”, e, por último, o papel importante dos sargentos no processo de tomada do poder, que “negligenciados após a vitória, frustrados e insatisfeitos” junto com demais praças se transformaram na base de apoio para outras revoltas ou se rebelaram eles mesmo (Carvalho, 2005: 62-63).

poderia evitar frequentes pronunciamentos. Uma das principais preocupações dos vencedores de 1930 foi criar essas lideranças. A maneira de o fazer era promover a rápida substituição da cúpula militar do velho regime (Carvalho, 2005: 66).

Assim, segundo McCann (2007: 393), Vargas deu início ao expurgo de militares ligados à Primeira República e contrários à revolução, ainda em novembro de 1930. “No início de 1931”, afirma ele, “a lista de reformados incluía quinze marechais (posto de tempo de guerra), oitenta generais-de-divisão, 324 generais-de-brigada, 102 coronéis, 126 tenentes-coronéis, 363 majores, 323 capitães, 191 primeiros-tenentes e 581 segundos-tenentes”. Era nesse ambiente de total reestruturação militar que os revolucionários nortistas entendiam que havia a possibilidade concreta de Juarez tornar-se um dos novos generais, fortalecendo mais sua corrente de apoio dentro das forças armadas e do Governo Provisório. Tal iniciativa, aliás, não era despropositada, pois líderes de outras correntes estavam recebendo seus “bordados” nesse mesmo contexto, como disse o interventor potiguar a Juarez: “O Norte, vendo a bravura de Osvaldo Aranha e Miguel Costa premiada com bordados [de] generalato, não podia deixar desejar posto [de] maior destaque [para] aquele que (...) não foi ultrapassado no Brasil”.⁶⁴ Por isso mesmo, seu comunicado desautorizando essa iniciativa teve pouco efeito prático.

Assim, em 14 de janeiro, enquanto Juarez embevecia-se em comemorações⁶⁵, o Norte o aclamava seu general. Além das capitais, diversos municípios e localidades interioranas – como Cabrobó (PE), Araruna (PB), Sobral (CE), Capela (SE), Penedo (AL) e Sena Madureira (AC) – fizeram atos públicos elevando Juarez Távora ao generalato. Alguns militares sediados em Fortaleza escreveram a Távora falando que “apesar [de sua] desautorização formal, (...) desobedecemos categoricamente, realizando grande comício popular aclamando-o general do Exército”, enquanto em Alagoas o que se viu foi “movimento unânime povo (...) para aclamá-lo general Exército brasileiro mesmo contrariando sua determinação”.⁶⁶ O movimento foi tão forte, que até Vargas foi informado pelo interventor Irineu Joffily, do Rio Grande do

⁶⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.30 (10/116). Datado de 13 de janeiro de 1931. Irineu Joffily estava correto, pois Miguel Costa recebeu “honras do posto de general-de-brigada” e Osvaldo Aranha o título de “general honorário do Exército”, ambos ainda em 1930. Ver jornal *Correio da Manhã*, 9 de novembro e 28 de dezembro de 1930.

⁶⁵ No mesmo dia em que comemorou seus 33 anos de idade, Juarez casou-se com sua prima, Nair Távora, no Rio de Janeiro, em um evento que reuniu, entre padrinhos e convidados, os ministros Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida e general Leite de Castro, e o próprio presidente Getúlio Vargas. Sobre isso, ver Távora (1976: 23-25) e jornal *Correio da Manhã*, 15 de janeiro de 1931.

⁶⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.30 (49; 59-60). Datados de 15 de janeiro de 1931.

Norte, que “nada fiz, mas povo se manifesta em grande aclamação [em] praça pública [na] frente Palácio Governo [e] considerável massa pede transmita seu desejo V. Excia”.⁶⁷

Em seus livros de memórias, há outras referências importantes para que se entenda o processo que buscava sua promoção ao generalato. Segundo Juarez, “para constituir o comando-chefe das forças revolucionárias do Norte, tive de comissionar-me no posto de general-de-brigada, revalidando comissionamento que me fizera nesse posto, em 1927, o marechal Isidoro Dias Lopes, para chefiar o movimento que se preparava, nessa época, no Nordeste” (Távora, 1973: 321). Assim, para os militares rebeldes que lutavam contra a Primeira República, sua patente militar já era maior do que a de outros importantes líderes militares desde antes de 1930. Com o início do movimento de tomada de poder, ela foi revalidada, como fica exemplarmente constatado na correspondência trocada com Góis Monteiro, durante o mês de outubro de 30. Entre os dias 24 e 26, os dois militares trocaram seis telegramas, e em todos Góis assinou “coronel Góis Monteiro”, enquanto Juarez subscreveu “general Juarez Távora” e, só no primeiro desses, advertiu “em comissão”.

Dessa forma, o posto de general não era uma novidade para Juarez, nem para os revolucionários envolvidos no movimento de 1930. Ele se definiu assim nas comunicações que estabeleceu, e recebeu o mesmo tratamento por parte de outros líderes civis e militares.⁶⁸ Uma informação que esclarece o tratamento que aparece nas poesias, músicas e mensagens enviadas por “pessoas comuns”, evidenciando a circulação que esse posto alcançara fora dos meios militares, onde também era reconhecido como general.

Era por todas essas questões que os revolucionários e interventores nortistas tanto pressionaram Juarez para que ele aceitasse o generalato. Mas foi em vão. Dois dias depois da enorme agitação no Norte pela promoção, Vargas escreveu aos interventores, comentando o caso:

Tenho recebido de vários núcleos de população desse estado, expressando movimento que se generalizou, solicitações em prol da promoção de Juarez Távora a general. Desejo que leve ao conhecimento de todos que compartilham desse movimento patriótico, que ninguém, tanto quanto eu, teria prazer em atender às aspirações da população do Norte, investindo Juarez Távora generalato, pois ele foi um dos mais notáveis generais da Revolução. Mas o capitão

⁶⁷ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Rio Grande do Norte 14.17. Datado de 14 de janeiro de 1931.

⁶⁸ Ver Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00.

Juarez Távora recusa aceitar qualquer posto que não seja adquirido normalmente, e satisfeitos os vários requisitos regulamentares, em perfeita igualdade com os seus camaradas de classe. Essa nobre modéstia e desinteresse – demonstração da superioridade do seu espírito – ainda dá mais realce ao seu nome e à valia dos seus serviços.⁶⁹

É interessante notar que a comunicação da não promoção ao generalato de Juarez é feita por Vargas, a quem cabia a nomeação. Com essa atitude, o presidente procurava não se indispor com aliados tão importantes em um momento de consolidação e legitimação de seu governo, ainda tão cheio de incertezas. O generalato de Juarez era, de fato, um movimento amplo que significava uma articulada pressão política, realizada por vários revolucionários nortistas, com apoio da população e militares estaduais, tendo em vista o fortalecimento do líder e dos liderados. Assim, se para Juraci a modéstia de Juarez era “descabida”, para Vargas, ela era “nobre”, além de muito conveniente. Nesse embate político, mesmo que não declarado, os revolucionários nortistas buscavam ampliar seu espaço, através do prestígio, então inquestionável, de Juarez. Isso fica exemplarmente evidente em uma carta de Antenor Navarro, interventor paraibano, a Juarez, comentando o caso:

Meu pensamento é que o Norte precisava que você fosse general. É interesse nosso, exclusivamente nosso. A força no Exército tem que ter fatalmente um corolário do posto e as autoridades só temem a força do Exército. (...) Quero com isso acentuar a você que intimamente, nem por leve, pensei no generalato como um prêmio e sim como uma garantia para a união do Norte e assim também para a sua força. Do contrário seremos fatalmente engolidos.⁷⁰

Como já havia alertado Juraci Magalhães, Antenor Navarro entendia a recusa de Juarez como uma diminuição das possibilidades políticas de influência dos revolucionários nortistas no âmbito federal, além de uma fragilidade para a perda de prestígio do próprio Juarez, embora Vargas afirmasse o contrário. Ao mesmo tempo, o projeto que buscava centralizar o poder nas mãos do novo presidente consolidava-se, diminuindo a esfera de atuação de potenciais competidores, no nível nacional. Diante disso, é necessário investigar com mais profundidade os motivos dessa recusa ao generalato, sobretudo a partir da ótica do próprio Juarez. Em 17 de janeiro, ainda tratando dessa questão, disse a um de seus correspondentes do Norte:

Relativamente caso generalato, ainda uma vez quero frisar motivos porque discordo do mesmo. Primeiro minha consciência repele ideia prêmio permanente por serviços transitórios. Segundo

⁶⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.30 (62-63/116). Datado de 16 de janeiro de 1931.

⁷⁰ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (5260-5262/7455). Datado de 21 de janeiro de 1931.

minha promoção criaria dentro nossa classe precedente de lamentável consequência. Terceiro minha autoridade moral decresceria com esse fato ao invés de aumentar como ilusoriamente supõem meus amigos do Norte.⁷¹

Mesmo com a ampla base de apoio que tinha, Juarez recusa o generalato, reafirmando alguns pontos de quando desautorizara o movimento que o promovia. Inicialmente justifica sua atitude por encarar seus serviços à revolução como passageiros dentro de uma trajetória maior que procuraria traçar, e por isso não poderia ser condecorado – ou “premiado” – permanentemente. Em segundo lugar, afirmava seu respeito à hierarquia militar, o que tal condecoração subverteria, pois daria um grande “salto” na ordem estabelecida oficialmente. Por fim, reputa sua recusa ao decréscimo de sua autoridade moral, certamente se referindo ao fato de tornar-se general sem o curso de Estado Maior – estudos que só iniciaria depois do fim do Governo Provisório.⁷² Em resumo, apesar de ter sido, durante grande parte da década anterior, um forte crítico e combativo rebelde à instituição militar, Távora, vitorioso em 30, possivelmente deseja se sentir novamente parte do Exército, e, para isso, nesse novo contexto, era necessário respeitar os critérios estabelecidos. Assim, não chegou ao generalato em janeiro de 1931, mas outro posto menor, em março do mesmo ano, coerente com a lógica que defendeu naquele momento: Juarez foi promovido a major.⁷³

É conveniente considerar também se o generalato de Juarez poderia prejudicar, de alguma maneira, sua condução à Delegacia Militar do Norte, instituída no exato momento em que sua promoção foi cogitada e não realizada. É ele próprio que sugere isso, ao dizer a Lima Cavalcanti, interventor pernambucano, no calor das discussões sobre sua promoção na hierarquia militar, que “como capitão poderei auxiliá-los melhor talvez que como general”.⁷⁴ Um arguto analista político que captou tal situação foi Aparício Torelly, o Barão de Itararé, em seu cômico e crítico jornal *A Manhã*, analisando a promoção de Juarez ao posto de major:

⁷¹ Idem (5669-5670/7455). Datado de 17 de janeiro de 1931.

⁷² Referindo-se ao final do curso, concluído em 1938, afirma Juarez em suas memórias que ele “ia permiti-me galgar, em condições normais, o generalato do Exército” (Távora, 1976: 137).

⁷³ Em um primeiro momento, Távora escreveu ao presidente mostrando-se disposto a também recusar essa promoção, por acreditar que ela seria apenas por merecimento e por não ser processada “rigorosamente pelo que a lei estatue”. Vargas refutou, dizendo promovê-lo dentro dos critérios legais e que “sua exclusão constituiria ato injustiça não poderei praticar”. Em sua resposta, Juarez agradeceu ao presidente e reforçou seus pontos de vista sobre o “bem do Exército” e a defesa da elevação do “nível moral e técnico das forças armadas nacionais”. Ver Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.30 (109-110; 112; 114/116) e também Arquivo Getúlio Vargas – Cpdoc-FGV GV c 1931.04.13.

⁷⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (5667-5668/7455). Datado de 17 de janeiro de 1931.

O sr. capitão-general Juarez Távora acaba de ter um gesto de rara abnegação, recusando peremptoriamente a sua promoção ao posto de major. Justificando plenamente essa recusa, (...) o sr. capitão-general Juarez Távora explica que prefere marcar passo no posto de capitão, para poder continuar administrando as “capitanias” do Norte. Promovido a major já não poderia prosseguir nessa louvável tarefa, a não ser que as “capitanias” fossem também promovidas a “majorias”, o que acha pouco provável.⁷⁵

Na posição de Delegado Militar do Norte, tema do próximo capítulo, Juarez teria como objetivo principal intermediar as relações dessa região com o Governo Provisório. O decreto que lhe confere esses poderes, datado de dezembro de 1930, foi assinado por Vargas e pelo ministro da Guerra, Leite de Castro. Representa, de certa forma, seu reingresso no Exército, uma vez que, até então, suas ações militares concorriam a despeito da hierarquia da instituição, de que fora afastado. Com sua nomeação como Delegado, sua posição no Norte, no Exército e no Governo Provisório estava sendo estabelecida. Ele então privilegiou as normas do Exército, procurando evitar problemas que pudessem advir do generalato, por mais que os revolucionários nortistas quisessem essa promoção. Dessa forma, da ótica de Juarez, ao contrário do que temia Juraci Magalhães e Antenor Navarro, o projeto não foi “engolido” nem “sacrificado”, mas estabelecido a partir de outros parâmetros. Nesse jogo de forças, o líder fez uma escolha e optou pelo caminho que achou mais coerente, no caso, o de Delegado Militar do Norte e de um militar zeloso pelas normas legais, mesmo que em um momento de redefinição.

Algo bem diferente da postura de Góis Monteiro, vale comparar. Góis, que ainda na década de 1920 fizera o curso de Estado Maior, chegou a coronel, em março de 1931, e a general, em maio do mesmo ano. Iria tornar-se um dos principais líderes militares de toda a era Vargas, assumindo o ministério da Guerra entre 1934 e 1935 e a chefia do Estado Maior do Exército entre 1937 e 1943. Juarez Távora, como temia muitos revolucionários nortistas que tentavam convencê-lo a aceitar o generalato, demorou a receber a patente de general, que só veio em 1946, em conjuntura inteiramente diversa. Em todo o Governo Provisório, nas relações que teceria tanto com a esfera federal quanto com as interventorias nortistas, Juarez acabou por atuar, principalmente, como líder político e não como um chefe militar. As opções feitas, no imediato pós-30, marcaram profundamente os caminhos que os dois líderes seguiriam ao longo de suas vidas públicas, por mais que algumas vezes tenham articulado reencontros.

⁷⁵ Jornal *A Manhã*, 13 de março de 1931.

Foi o que aconteceu ainda durante o turbilhão armado com a demanda do generalato para Juarez Távora. Góis Monteiro sentia-se insatisfeito com os rumos revolucionários e também tentou mudanças, esperando que Juarez assumisse maiores postos de comando no Governo Provisório, em uma leitura do momento político semelhante à de Juraci Magalhães apresentada anteriormente. Em carta de 6 de fevereiro de 1931, ele escreveu a Juarez desenhando um cenário político não muito favorável:

Infelizmente não posso mais ser otimista quanto à situação atual. Sente o governo forte pressão exercida por todos os modos e meios e até agora foi impossível alcançar unidades de vistas e de ação entre a maioria dos responsáveis pelo movimento revolucionário. Disso resulta um descontentamento generalizado, do qual se aproveitam nossos inimigos para lançar a confusão e – o que é pior – a desilusão entre os nossos. (...) Não há a menor dúvida de que os reacionários, os oportunistas e os extremistas breve estarão de plena posse do poder. E enquanto isso, os verdadeiros revolucionários vêm tristemente fugir de suas mãos os instrumentos mais eficazes para a realização da obra que empreenderam. (...) E é preciso que não deixemos que evolua para pior esse estado das coisas – o que será a morte da Revolução.⁷⁶

A conjuntura apresentada por Góis Monteiro traçava um contexto político nebuloso no qual, em breve, o governo seria questionado fortemente por seus inimigos, taxados de reacionários, oportunistas e extremistas. Para Góis, deveria haver uma consolidação política dos “verdadeiros revolucionários”, fortalecendo Vargas, salvando-o da derrocada. Ao definir esse jogo de forças, Góis se colocou ao lado de Juarez, e também de Osvaldo Aranha, compondo uma pequena, mas esclarecida, corrente no interior de um Exército dividido:

O ponto mais delicado é o Exército. Esse coitado deixa-se influenciar bastante pelos rumores, pela imprensa e pelas aparências. (...) E o resultado é que ele já está cindindo. Três correntes se formaram. A primeira, descontente (...), descrente dos atuais governantes e considerando fracos os chefes militares que fizeram a revolução (...). A segunda corrente é a do Prestes e dos comunistas (...). A terceira corrente é a nossa, é a dos que têm mais paciência, dos que conhecem Osvaldo Aranha e sentem a necessidade de se agir com prudência, procurando antes de tudo, transformar a mentalidade política, procedendo à coordenação das diversas forças políticas dos Estados e à orientação dos mesmos em outro rumo, o rumo revolucionário. É a corrente pequena, assediada pelas outras, principalmente pelo grupo de nossos melhores companheiros que já não vêem você e a mim com absoluta confiança, que não compreendem como podemos agir com bastante lentidão, parecendo não querer por em prática o programa revolucionário. É a corrente que tem que agir doravante com mais energia, mais presteza, mais aparato enfim. (...) Devemos correr a tomar-lhes a frente, sob pena de nos vermos colocados em sentido oposto e injustamente mal olhados por nossos patrícios. Mesmo que tenhamos razão em nossa conduta atual já não podemos mais ser surdos aos clamores dos nossos mais puros companheiros.

⁷⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (160-170/7455).

Para Góis, ele e Juarez faziam parte de um grupo de militares capaz de defender o Governo Provisório nesse contexto de disputas internas entre os vencedores, opondo-se aos comunistas e aos militares “descontentes” com os “atuais governantes”. Esta corrente, inclusive, via com crescente desconfiança a liderança de ambos, pois a velocidade das transformações prometidas pelo programa revolucionário estaria aquém da esperada. Para Góis, era necessário mudar tal situação, assumindo a liderança do Exército e controlando os opositores. É o que propõe a Juarez, buscando garantir sua lealdade, como militar e revolucionário, sobretudo ante alterações no alto comando da instituição militar:

Aqui no Rio os militares do nosso grupo ainda estão mais ou menos firmes, alguns entretanto estão absolutamente descrentes de nós. Porém os do Sul (...) esboçam, com razão, um movimento de rebeldia forte contra o que se está passando principalmente no seio do Exército. É assim que essas guarnições (...) não suportam o general Leite de Castro e ameaçam impor sua substituição por mim. Rejeito essa ideia e tudo tenho feito para sustentar o general que, no entanto, tem cometido erros (...). É verdade que de modo algum desejo o cargo [mas] (...) se, porém, o Leite de Castro não puder ser mantido cabe a você assumir a direção do pesado cargo. (...) Você no ministério, eu iria para o Estado Maior para que tenho certa aptidão. É verdade que a situação política no Norte tem de ser resolvida conforme o programa revolucionário. É conveniente, porém, que você abrevie sua missão e se possível volte imediatamente. Pretendo, se for o caso, ir às guarnições do Sul desfazer ou neutralizar o descontentamento em torno do Leite de Castro. Se não conseguir isso e verificar que não podemos mais nos acertar com os nossos companheiros, resta unicamente retirar-me, para não contribuir com a desarmonia. Está visto que só adotarei tal resolução se você não quiser ir para a pasta da Guerra pois só nessa hipótese irei para o Estado Maior. (...) Sou, porém, um escravo e beberei o último cálice para que a unidade da pátria não se esfacele. Confio em você e no Osvaldo. Nossas ligações devem ser cada vez mais fortes. Se tivermos de cair, cairemos juntos.

Para Góis, a força da corrente opositora levaria à queda do ministro. Assim, Juarez deveria ocupar o Ministério para defender o Governo Provisório, tendo-o ao seu lado, no Estado Maior. Vale lembrar que, em fevereiro de 1931, quando escreveu essa carta, Góis ainda não era general – sua promoção só seria assinada em maio – e Juarez, também sem ser general, era reconhecido por ele como tendo maior autoridade e apoios políticos para assumir a pasta. Góis sabia que precisava de apoio para conseguir vencer as disputas internas às forças armadas, sendo Juarez, um general sem “estrelas e bordados”, um importante aliado por sua liderança no Norte. Ao sugerir que abreviasse sua ação na região, indica que Juarez tinha capital e possibilidades políticas para assumir maior liderança nacional, a começar pela pasta da Guerra, mas estava empenhado em outra tarefa. A frase com que Góis encerra sua carta soa como um pacto e uma advertência.

No entanto, sua articulação e prognóstico não se confirmaram. A saída de Leite de Castro do Ministério da Guerra não foi efetivada nesse momento – ele só abandonaria a pasta em julho de 1932 – e nem Juarez colocou sua ação no Norte em segundo plano. Góis Monteiro seguiu outros caminhos e traçou outras estratégias de poder, conseguindo, com extrema rapidez, tornar-se general, enquanto Juarez estabelece seu espaço político de atuação durante os primeiros anos do Governo Provisório junto ao Norte.

As possibilidades que surgiram para Juarez alterar seu papel durante os primeiros meses do governo Vargas foram significativas. Como seus interlocutores procuraram deixar claro, seu prestígio dentro e fora do Exército, especialmente no Norte, o impulsionava a ser reconhecido e cogitado a ocupar posições de grande poder. Tendo recusado o generalato e um possível acordo com Góis Monteiro para o controle efetivo do Exército, Juarez optou por se transformar em uma figura revolucionária do Norte.

Foi reconhecido – e reconhecia-se – o grande líder dos revolucionários nortistas, o que foi concretizado com a instituição de seu cargo de Delegado Militar do Norte. Mesmo com todas as possibilidades surgidas durante as incertezas iniciais do novo governo, Juarez concentrou sua ação na Delegacia, como aliado de Vargas, articulando as demandas da região com a contínua construção e manutenção do apoio do Norte ao novo governo. Contudo, esse processo não foi livre de tensões e constantes rearranjos, o que envolveu Juarez, os interventores da região e o próprio Governo Provisório. Daí a centralidade de um acompanhamento detido de sua experiência como Delegado Militar do Norte.

CAPÍTULO 2

A Delegacia Militar do Norte

Mesmo antes de minha designação para representante do Governo Provisório junto às interventorias do Norte, tornara-se habitual, entre os interventores nortistas recorrerem à minha intervenção, junto ao chefe do governo, ou de seus ministros, para a pronta obtenção de providências, de alguma importância ou urgência, para a normalização das atividades político-administrativas das unidades que governavam. (...). Revolucionários e reacionários entendiam estar em minhas mãos, diretamente, a chave das soluções para os seus pedidos, ou reclamações. Era inútil tentar explicar-lhes não poder eu pedir favores aos interventores, nem ser o corregedor de seus atos; mas simples intermediário, entre eles e o chefe do governo (...). Dizia, por isso, com propriedade, meu irmão Fernando, que me coubera como quinhão, no espólio da vitória revolucionária, o cargo de “Ouvidor-Geral das Queixas”...

Juarez Távora¹

Nessa significativa passagem de seu livro de memórias, Juarez Távora descreve, à sua maneira, a função de Delegado Militar do Norte, ressaltando o intenso volume de solicitações que recebia. Justamente por isso, quando escreveu essas linhas, retomou a definição jocosa e ao mesmo tempo precisa, dada por seu irmão ao cargo que ocupou. Ao se valer dessa designação, Juarez procurou, nos anos de 1970, situar o papel da Delegacia do Norte e, de certa forma, despolitizar esse espaço de poder, relacionando-o simplesmente ao atendimento de pedidos (até mesmo dos “reacionários”) e à escuta de reclamações dos aliados: era um ouvidor-geral.

De fato, em seu arquivo pessoal, são fartos os exemplos dos mais variados pedidos e queixas. Um exemplo significativo é o caso da “única sobrevivente [da] irmandade marechal Floriano Peixoto”, que escreveu a Juarez pedindo, “encarecidamente [pela] memória meu irmão”, que ele intercedesse junto ao Supremo Tribunal Federal para que fosse julgada uma apelação de seu neto, que “concorre pão minha subsistência”.²

Contudo, mais do que ouvir reclamações e denúncias, coube ao Delegado do Norte construir uma aliança política entre o Norte e o Governo Provisório, que visava ampliar as possibilidades de conquista para a região no novo cenário republicano, efetivando um modelo de administração defendido pelos próprios revolucionários nortistas. Essa tarefa, ao contrário do que afirmou décadas depois, não era a de um

¹ (Távora, 1976: 29-30).

² Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (2962/3695). Datado de 24 de outubro de 1930.

“simples intermediário” entre o Norte e o Governo Provisório, mas de um líder político e militar que, apesar de outras possibilidades a ele oferecidas, optou por – e, de certa forma, foi convocado a – estar à frente da região durante a consolidação do Governo Provisório. Assim, deveria ser o representante legítimo do novo governo nos estados nortistas, visando à aproximação entre a esfera federal e o Norte. Mais do que pedir favores ou fiscalizar as ações dos interventores, cabia a Juarez liderar os revolucionários nortistas em um projeto para “sua” região, no contexto de redefinição política em que viviam. Esse projeto foi singular ante o que ocorria no restante do país, teve características políticas definidas por Juarez, sendo distintas e conflitantes com as “tendências conservadoras” de outras regiões e estados. Seguir Juarez e os revolucionários nortistas durante os meses que antecederam a criação da Delegacia ajuda-nos a entender como a bandeira de luta nortista foi sendo “institucionalizada” a partir da constituição de um bloco político e militar, que tornou a região uma importante aliada do Governo Provisório em oposição a outras correntes da na política nacional.

2.1 Um Governo-Geral para o Norte: ministros e chefes militares

Alguns elementos que começaram a delinear o bloco político e militar do Norte já apareceram durante a luta armada. No dia 9 de outubro, menos de uma semana depois do início do golpe, confirmada a vitória dos revolucionários nortistas em seis estados, Juarez nomeou José Américo de Almeida, então presidente provisório da Paraíba, governador-geral do Norte – para o “exercício das funções do governo federal nessa região do país”, (Távora, 1973: 319) – ainda antes da confirmação oficial da queda da Primeira República. Essa medida foi o primeiro passo para o surgimento do Norte do pós-30, pois com um governo autônomo em relação ao processo revolucionário nacional, mas dependente do seu desenrolar, foi iniciada a (re)organização político-administrativa da região.

Em 21 de outubro de 1930, o governador-geral enviou um longo telegrama a Juarez comentando as suas primeiras medidas administrativas até então adotadas. Afirmou que “assumindo chefia governo central Norte Brasil fiquei aguardando orientação general para poder promover reformas políticas dentro unidade espírito revolucionário” e que sua ação estava limitada a “providenciar decretos urgente principalmente de ordem administrativa, deixando por isso de organizar com todos os

seus órgãos e governo central que deveria substituir no Norte aparelho federal decaído.” Ressaltou ainda que o Norte não estava sendo organizado de uma maneira homogênea nos estados, advertindo que “Pernambuco e Ceará dissolveram congressos legislativos e o Maranhão poder judiciário”. Concluiu perguntando se deveria adotar medidas semelhantes nos outros estados e sugerindo a formação de um aparelho burocrático autônomo diante das incertezas da marcha dos revolucionários no restante do país: “Caso se retardasse queda oligarquia ainda dominante Distrito Federal [e] São Paulo poderia também, sem nenhum ônus, compor governo com auxiliares superintendessem todos os serviços tornando assim mais eficiente minha ação”³. No mesmo dia, Juarez respondeu esclarecendo as questões:

Concordo organizeis imediatamente entre figuras mais capazes Norte vosso ministério podendo se julgardes conveniente passar governo Paraíba mãos pessoa vossa confiança. Deixo vosso critério elaboração reformas de caráter geral mais urgentes integrar esta região país verdadeiro regime moralidade. Desaconselho dissolução imediata poder judiciário que nesta fase transitória deverá continuar funcionando normalmente apenas se reservando Executivo Revolucionário direito (de discutir suas decisões contrárias espírito revolução. Todo o Poder Legislativo deverá ser considerado inexistente, desde a data do início da revolução, como dupla medida moralizadora e econômica).⁴

A ideia da constituição de um corpo burocrático republicano autônomo – de um Governo Provisório do Norte –, ainda diante dos possíveis desdobramentos da marcha revolucionária nos principais centros políticos do país, mostra que a formação dessa região como um bloco político teve como um dos seus elementos principais a coesão entre os estados, já que as medidas adotadas deveriam obedecer a um plano unificado. Com a formação dos ministérios do Norte, iniciou-se essa ação administrativa e política dos revolucionários nortistas, pois, para eles, era a região, e não os estados individualizados, o cenário para a efetivação dos seus ideais. O Norte, enquanto causa e objeto de luta, não poderia “dissolver-se” diante de organizações estaduais que não seguissem determinações gerais para a região, ditadas por Juarez. O próprio cargo entregue a José Américo de Almeida revela que a administração do Norte, como um todo, era mais importante do que as organizações estaduais, podendo o então “duplo” governador abrir mão do executivo paraibano e se dedicar exclusivamente à região.

³ Idem (317-318/3695).

⁴ Idem (319/3695). É importante dizer que ela está, nessa referência, incompleta. No entanto, o mesmo telegrama foi citado por Juarez no primeiro volume de suas memórias (1973: 325), evidenciando mais uma vez a proximidade entre seu arquivo pessoal e sua narrativa autobiográfica. Utilizei a transcrição feita por ele para complementar a parte que faltava e, para não confundir o leitor, o complemento retirado da autobiografia está entre parênteses.

Quanto à formação dos ministérios e à escolha dos ministros, Fernandes Távora, então “governador provisório” do Ceará escreveu para Juarez, seu irmão e líder, pedindo ajuda para a escolha de um desses ministros:

Recebi telegrama José Américo pedindo urgência indicação pessoa competente ocupar pasta Viação. Infelizmente não nos ocorre de momento nome engenheiro condições desempenhar cabalmente funções elevado cargo. Se você conhecer técnico cearense ou nordestino com tais requisitos mande-me toda urgência seu nome para que eu indique em nome do Ceará que se sentirá igualmente honrado alta distinção.⁵

Em resposta no mesmo dia, Juarez afirmou também desconhecer alguém para indicar e sugeriu que o irmão reunisse “aí comissão engenheiros residentes Fortaleza independente cor política afim obter mesmos sugestões sobre referida escolha”⁶. Ainda sobre a formação dos ministérios, José Américo escreveu a Juarez informando sobre as nomeações:

Convidei Dr. Alfredo de Maia para secretário da Fazenda tendo aceitado. Pus disposição Pernambuco Secretaria Interior em homenagem centro formação jurídica Norte (...). Atendendo Ceará representa maior zona seca, pedi presidente Távora indicasse secretário Viação Obras Públicas estando dependente resposta. Organizo Ministério sem nenhum aparelhamento burocrático fim atender apenas reformas imediatas indicadas pela mentalidade revolucionária e medidas saneamento serviços públicos tal que depende do poder nacional a ser constituído.⁷

Mesmo sem encontrar nas fontes todos os nomes dos ministros, ou informações biográficas sobre os poucos que aparecem, é possível aprofundar alguns pontos sobre a formação dos ministérios do Norte. A indicação do Ministério da Justiça a Pernambuco, por sua tradição na formação jurídica, e do Ministério da Viação ao Ceará, por seus problemas com a estiagem, revelam que na formação se privilegiou a representação dos estados a partir das peculiaridades de cada unidade, atentando assim para um melhor funcionamento de cada órgão na região. Ao sugerir ao irmão que escolhesse entre os engenheiros cearenses, sem tomar a “cor política” como um fator determinante, Juarez indica que os titulares das pastas deveriam ter caráter técnico, ou seja, serem aptos para o desempenho dessas funções apenas por suas habilidades profissionais. Com isso, a execução do projeto político para o Norte era prioritário, devendo ser um modelo de administração política dos ideais revolucionários apregoados, o que seria potencializado, como veremos, com a criação da Delegacia do Norte.

⁵ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (389/3695). Datado de 22 de outubro de 1930.

⁶ Idem (390/3695).

⁷ Idem (500-502/3695). Datado de 23 de outubro de 1930.

A falta de aparelhamento burocrático e a ação dos ministros visando apenas solucionar questões imediatas e de interesse público mostram o caráter provisório dessa organização, diante da vitória nacional do movimento rebelde. De fato, no dia seguinte à comunicação de José Américo, 24 de outubro, com a deposição de Washington Luís e a formação de uma Junta Militar que governaria o país até posse de Getúlio Vargas – composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo contra-almirante José Isaías de Noronha – surgiu a possibilidade de encerramento desses ministérios. Novamente escreveu a Juarez o governador-geral:

Informado organização Governo Provisório Rio peço prezado chefe inteirar-me urgência aquele governo representa o pensamento da revolução fim saber que relações devo manter com ele. Julgo virtualmente extinto Governo Central Provisório do Norte que passa a ficar subordinado à direção geral já constituída sem os obstáculos que nos separavam.⁸

Em resposta, algumas horas depois, Juarez mostrou-se relutante com essa subordinação: “Transmiti hoje Recife para lhe ser comunicado e por seu intermédio a todos os governos Norte meu ponto de vista sobre atual junta militar do Rio e deveres que vos incumbe neste momento observar”.⁹ Não encontrei no arquivo pessoal de Juarez essa comunicação, mas em outras correspondências suas é possível compreender seu posicionamento sobre a Junta Militar. Em telegrama enviado à própria Junta, no mesmo dia em que ela foi formada, Juarez dava informações sobre as ações de suas tropas, e concluía em tom lacônico: “Comunico ainda mesma Junta que só obedecerei ordens suas vindas intermédio presidentes Rio Grande do Sul, Minas ou Paraíba e conforme programa defendido iniciadores movimento revolucionário Sul, Centro e Norte país”.¹⁰

Ainda em 24 de outubro, em telegrama enviado ao general Antenor Santa Cruz Pereira de Abreu, um dos chefes da resistência baiana às tropas revolucionárias do Norte, Juarez escreveu que “dessa Junta não receberei ordens enquanto ela não jurar obediência aos princípios básicos de democratização e moralização do regime pelos quais me venho batendo de comum acordo com os revolucionários civis e militares do Rio Grande, de Minas e da Paraíba”.¹¹ No dia seguinte, enviou carta ao tenente Jurandir

⁸ Idem (839/3695). Datado de 25 de outubro de 1930.

⁹ Idem (840/3695).

¹⁰ Idem (702-703/3695). Datado de 24 de outubro de 1930.

¹¹ Idem (685-691/3695).

Mamede, nortista e um dos líderes das brigadas militares durante o movimento armado de 30, comentando também sua posição em relação à Junta Militar:

Desconfio junta militar Rio quer fazer alguma [ILEGÍVEL]. Por isso operações tropas Norte devem prosseguir energicamente até se esclarecer situação. Sua brigada depois incorporar B.C. cel. Franklin deve subir São Francisco em busca Pirapora desarmando grupos irregulares (...). Vou acelerar remessa armamento munições prometidas. Juraci deverá entrar hoje São Salvador e conforme situação deslocar-se via marítima para Vitória. Queremos ter direito amarrar caminhões no Obelisco. Viva Brasil verdadeiramente livre.¹²

Como se vê, muito desconfiado dos possíveis desdobramentos da Junta, Juarez continuou sua escalada militar pelo Norte, pois acreditava não ter ainda “verdadeiramente” conseguido “amarrar caminhões no Obelisco”, o que, de todo, não estava errado¹³. Essa postura de Juarez talvez se baseasse na trajetória militar dos integrantes da Junta, já que eles tinham, no Exército, um histórico legalista, combatendo os movimentos rebeldes militares da Primeira República. Ou seja, estiveram no campo oposto ao de Juarez durante muitos anos. Além disso, os acordos revolucionários anteriores à deflagração do movimento armado delimitavam quem deveria assumir o poder, o que não era o caso desses militares. De uma forma ou de outra, Juarez manteve-se relutante em aceitar a liderança da Junta e deixou bem claro que apenas receberia ordens dos presidentes dos estados líderes do movimento rebelde. Isso pode ter causado desentendimentos entre alguns dos “governadores provisórios” do Norte, já que, para eles, o líder era Juarez, e não José Américo, o chamado governador-geral, como escreveu seu irmão Fernandes Távora: “Após conferência ontem entendi-me incontinentemente governadores Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte recebendo todos confortadora certeza só agiriam acordo José Américo representante seu pensamento. Isso mesmo acabo informar presidente Paraíba”¹⁴.

Com o desenrolar dos acontecimentos políticos no Rio de Janeiro, Juarez Távora escreveu a José Américo, encerrando a organização dos ministérios do Norte: “Dada deposição governo central e tendo Junta governativa Rio concordado entregar governo Dr. Getúlio Vargas (...), julgo desnecessário constituição Ministério auxiliar governo central provisório do Norte”.¹⁵

¹² Idem (846-847/3695).

¹³ Segundo Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento, “essa junta tentou permanecer no poder, mas a pressão das forças vindas do Sul e das manifestações populares obrigaram-na a entregar o governo do país a Getúlio Vargas” (Ferreira e Sarmento, 2002: 462).

¹⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (922/3695). Datado de 26 de outubro de 1930.

¹⁵ Idem (1024/3695). Datado de 27 de outubro de 1930.

A organização do Governo-Geral e do seu ministério permite compreender alguns pontos da ação de Juarez e dos revolucionários nortistas como precursores da formação da Delegacia do Norte. Mesmo tendo durado pouco tempo, tais organizações políticas provisórias apontam para o fato dos revolucionários nortistas terem um projeto político para a região bem consolidado, que buscava sua efetivação mesmo antes da vitória integral da revolução no país. Não que esse projeto tivesse características separatistas, mas, para os revolucionários nortistas, a revolução que deflagraram só seria vitoriosa se efetivamente “ganhasse” no Norte. A região deveria atuar como um bloco político coeso, sendo um modelo para o país, com a efetivação dos princípios revolucionários mais caros, de um modo ordenado e liderado por Juarez. Entendiam que as disputas posteriores à vitória do movimento armado seriam de toda a região, unificando-se em torno da liderança de Juarez. Um bloco político nortista, gestado antes e durante a tomada do poder, e a partir da ação de Juarez e dos revolucionários nortistas, seria a grande conquista do Norte nos primeiros anos do Governo Provisório. Ele atingiria seu ponto máximo, exatamente durante os meses em que Juarez Távora foi o Delegado da região nomeado por Vargas.

Outros elementos fundamentais para o projeto político do Norte e da constituição da região como um bloco político estiveram relacionados ao importante processo de reestruturação das guarnições militares. Nele, Juarez foi o grande artífice, com uma postura bem mais decisiva do que com as nomeações dos ministros, já que estes foram escolhidos, como foi visto, sem sua ação direta. Um exemplo do protagonismo de Juarez é atestado pela correspondência trocada com Juraci Magalhães, então em Salvador, quando este recomendou: “julgo necessário enviar instruções sobre nova organização militar Norte no que diz respeito regiões militares”. Em resposta no dia seguinte, enviada do Rio de Janeiro, Juarez afirmou: “organização militar Norte será resolvida depois minha chegada aí”.¹⁶ Mesmo que a reorganização militar tenha sido levada a cabo sem a permanente presença de Juarez na região, sua ação direta revela a importância desse processo, pois, a partir dele, muitos revolucionários nortistas assumiram postos relevantes na estrutura militar, enquanto seus opositores foram afastados. Assim, no momento pós-revolucionário cuidou-se de articular uma base de apoio militar para sustentar o Governo-Geral do Norte, os interventores e, futuramente, a própria Delegacia.

¹⁶ Idem (1843-1844/3695). Datados de 4 e 5 de novembro de 1930.

Um bom exemplo é a carta de Punaro Bley, interventor do Espírito Santo, pedindo instruções a Juarez para saber como proceder com os tenentes comissionados (aqueles que subiram na hierarquia militar durante o movimento armado sem comprovação efetiva do Exército) e com os tenentes revolucionários, (voluntários, reservistas ou não, que ingressaram no corpo militar durante a luta e não eram militares de carreira). Embora a consulta possa parecer banal, ela evidencia que não só os altos postos eram alvo de preocupação, mas também posições como a dos tenentes, que envolviam justamente os que aderiram à revolução, como militares de carreira ou não:

Peço conseguir ordem ministro Guerra instruções modo proceder pagamento segundos tenentes comissionados e segundos tenentes revolucionários 3º BC e duração postos referidos tenentes, ou critério adotar caso não seja mais preciso permanência mesmo nos postos em que se acham. Estes tenentes foram promovidos acordo vossas instruções.¹⁷

Ou seja, uma das questões fundamentais da reorganização militar do Norte foi a de posicionar os aliados, tanto militares quanto voluntários, no “novo” Exército que estava sendo formado. Esse processo, vale lembrar, foi nacional e também o mesmo que propiciou a indicação, não efetivada, de Juarez ao generalato. Após a vitória de 30, ao mesmo tempo em que as forças armadas tiveram que formar uma nova cúpula de poder, foi necessário reordenar os praças e oficiais de baixa patente que pegaram em armas e ajudaram a derrubar a Primeira República. Como Bley deixa claro, Juarez foi o responsável pela organização militar do Norte durante a luta armada, devendo determinar as promoções e as incorporações em novos postos, como no caso dos tenentes revolucionários. A incorporação desses militares era de determinação do Ministério da Guerra, órgão que autorizava os pagamentos e a efetivação das patentes; mas, pela importância de Juarez nesse processo, os interventores do Norte, antes de se dirigirem ao próprio Ministério, pediam sua orientação para solucionar essas questões nas guarnições militares estaduais, o que leva a crer que o Ministério com ela concordava ou não podia discordar. Além de mais uma vez evidenciar a liderança e a ligação de Juarez com os interventores, a partir dessa intermediação militar é também possível perceber que, mesmo havendo ordens para todo o país, a reorganização militar do Norte foi realizada com forte intervenção de Juarez e dos revolucionários nortistas. Nesse sentido, a própria “autorização” de Vargas para esse processo é posterior aos

¹⁷ Idem (3047/3695). Datado de 26 de novembro de 1930.

procedimentos orquestrados por Juarez para o Norte.¹⁸ Em resposta ao telegrama de Bley, ele explica os primeiros encaminhamentos que estavam sendo tomados sobre essa questão:

Segundos tenentes comissionados continuam recebendo vencimentos seu posto. Segundo tenentes revolucionários civis ou sargentos só terão direito vencimentos oficiais até dia 20 deste mês [dezembro] quando ministro Guerra determinou efetivo orçamentário. Sargento que pertenciam tropa BC e estão incluído esse caso devem aguardar como sargento organização quadro sub-oficiais onde governo pretende aproveitá-los.¹⁹

O fato das duas categorias de militares terem tido tratamentos distintos mostra como a reorganização militar do Norte estava sendo feita. Enquanto os voluntários e os não oficiais tiveram seus vencimentos extintos ainda em 1930, sendo sua incorporação como oficiais limitada, os oficiais comissionados tiveram o pagamento correspondente ao posto, agora mantido, preservando-se os que participaram ativamente no processo de tomada do poder nas guarnições militares. Em telegrama enviado a Landri Sales, que estava em Fortaleza tratando da reorganização militar do 23º Batalhão de Caçadores, Juarez comenta pontos sobre tal reorganização:

Caso comissionados assim resolvido: somente sargentos conspiraram conosco continuam usando galão e recebendo vencimento oficial. Outros sargentos comissionados provisoriamente deverão voltar círculo sargento podendo manter elipse no braço até organização proposta do quadro sub-oficiais vencendo como sargento. Demais comissionados civis reservista perderão comissão dia 20 com desmobilização forças. Sargento cabo soldado promovido durante luta deverão voltar suas graduações anteriores. Quando tiverem baixa passarão para reserva com posto obtido campanha. Peço-lhe acordo demais camaradas aí resolver amistosamente caso capitão Aguiar e tenente Juarez Vasconcelos. Lembro impossibilidade afastarmos tropa todos elementos não integrados nossa mentalidade, sobre pena ficarem corpos desfalcados oficiais e guarnição Rio congestionada maus elementos.²⁰

Comparando as duas correspondências, separadas apenas por um dia, vê-se que as determinações gerais relacionadas a pagamentos e efetivação das patentes foram dadas pelo Ministério da Guerra, seguindo um padrão que possivelmente estava sendo adotado em todo o país. Contudo, mesmo com as ordens federais, houve medidas

¹⁸ Vargas registrou em seu diário, no dia 29 de dezembro de 1930: “[Juarez Távora] vinha falar-me sobre a necessidade de fazer no Exército a obra de saneamento que estava realizando no elemento civil. Encarreguei-o de, juntamente com o coronel Góis Monteiro, organizar duas listas: uma dos oficiais, embora revolucionários, mas sem idoneidade para servir no Exército, e que deveriam ser reformados; outra dos que não inspirassem confiança e que deveriam ser afastados dos comandos”. (Vargas, 1995, vol 1: 36).

¹⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (3048/3695). Datado de 30 de novembro de 1930.

²⁰ Idem (3161-3163/3695). Datado de 1º de dezembro de 1930.

determinadas por Juarez para o Norte que, se não eram opostas às federais, eram voltadas especificamente para a região. No caso do Ceará, os sargentos que conspiraram contra o governo deveriam ser mantidos na unidade militar “usando galão e recebendo vencimento oficial”, enquanto os que foram comissionados na luta armada deveriam voltar ao ciclo básico e às graduações anteriores. Já no Espírito Santo, nenhum sargento teve o comissionamento efetivado. Essa distinção, por mais que possa parecer simples, não o é, pois a partir dela é possível inferir que Juarez, mesmo com as determinações oficiais do Ministério da Guerra, autorizou a adoção de medidas específicas, revelando que ele conhecia bem a realidade militar das unidades do Norte e, respeitando as características das guarnições de cada estado, procurou adequá-las a seu projeto de reorganização militar. Assim, ao favorecer os sargentos cearenses conspiradores procurou preservá-los em sua unidade, diante da dificuldade de encontrar militares de confiança capazes de garantir o funcionamento do BC, inclusive sugerindo a permanência na guarnição de dois militares “não integrados nossa mentalidade”. Os pontos utilizados por Juarez para o não afastamento dos dois “indesejáveis” mostram claramente os procedimentos tomados contra os opositores militares dos revolucionários nortistas: ou eles eram afastados, a despeito das funções que exerciam, causando dificuldades para o funcionamento das unidades militares; ou eram transferidos para outras guarnições fora do Norte, ocorrendo, inclusive, um “congestionamento” no Rio de Janeiro de “maus elementos”, o que se queria evitar.

Se até então eram considerados rebeldes, os revolucionários nortistas passaram a liderar as guarnições militares de seus estados, pois Juarez concentrou, ao máximo, seus aliados nesses postos, incorporando-os ao quadro militar efetivo. Apenas pesquisas mais atentas às realidades estaduais seriam capazes de mensurar o impacto dessas medidas; as peculiaridades que tiveram em cada guarnição no Norte; e o processo seguido por cada uma, já que muitas dessas questões se prolongaram até meados de 1931, e demandaram muita atenção do Delegado Militar do Norte. De toda forma, mesmo sem esses dados mais apurados, é notório que, concomitante à desincorporação dos voluntários envolvidos militarmente com a tomada de poder, e a efetivação de revolucionários nortistas comissionados em postos de maior hierarquia, houve também um processo de expurgo. Landri Sales, então na cidade de Belém, telegrafou para Juarez em busca de orientações sobre essa questão:

Pergunto se devo descomissionar alguns oficiais comissionados governo Bernardes que não possuem dignidade bastante para continuar a prestar seus serviços. Pergunto também se posso demitir oficiais reformados que exercem funções militares no quartel general, recebendo gratificação estas funções e que se conduziram de modo a não merecer confiança.²¹

O futuro interventor piauiense é claro quanto aos critérios utilizados: o que determinou a permanência na carreira foi o posicionamento político dos oficiais. Enquanto os revolucionários nortistas deveriam estar à frente das tropas, os “indignos” ou que não “mereciam confiança” deveriam ser afastados. A reorganização, mesmo de acordo com as normas do Ministério da Guerra, gerou algumas querelas, sendo Juarez o responsável por resolvê-las. Um bom exemplo é o telegrama do general Colatino Marques, que assinava nesse período como “Chefe Estado Maior forças revolucionárias Norte”²², então no estado da Bahia, apresentando os problemas que estavam ocorrendo a Juarez:

Tratando reorganização 28 Caçadores acabo receber telegrama coronel Brayner com o seguinte tópico: Tenho dizer lealmente que eu demais oficiais revolucionários consideramos ofensa volta 28 Caçadores do major Pinto Guedes, capitão Eduardo Vasconcelos e dr. Gilberto David que no momento crítico nos abandonaram. Por sua natureza delicada submeto esse despacho ao vosso judicioso critério.²³

Reis Perdígão, interventor do Maranhão, também enfrenta problemas semelhantes:

Descomissionamento sargentos aqui causou grande abatimento moral tropa. Cumpre-me interceder apelando seu espírito justiça fim evitar decepção companheiros conspiraram e nos auxiliaram eficazmente quando vitória problemática pensávamos luta se prolongaria. Certos revolucionários não fizeram movimento fitando posições ou postos. Penso prematuro causar desgostos elementos decididos capazes auxiliar consolidação obra revolucionária. Espero seu tirocínio revolucionário resolva causa satisfatoriamente, lembrado as inclemências da vida.²⁴

Definir “injustas” exclusões como “abatimento moral” e incorporação de pessoas “suspeitas” como “ofensa” assinala bem como a reorganização militar do Norte foi complicada e importante para os revolucionários nortistas, o que, provavelmente, de

²¹ Idem (2552-2553/3695). Datado de 14 de novembro de 1930.

²² Comandante do 19º Batalhão de Caçadores de Salvador, aderiu ao movimento de 30 em 20 de outubro. Não encontrei na documentação maiores informações sobre ele e sua nomeação como chefe do Estado Maior de Juarez. A falta de informações biográficas (não possui verbete no DHBB – Cpdoc/FGV nem Juarez faz muitos comentários sobre ele em suas memórias) limita uma maior análise sobre esse personagem, o que ajudaria a melhor entender sua ação nesse momento.

²³ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (2872/3695). Datado de 22 de novembro de 1930.

²⁴ Idem (2966-2967/3695). Datado de 24 de novembro de 1930.

forma diversa, ocorria em outros estados. Tais divergências poderiam dificultar a consolidação de um bloco político e militar coeso para o Norte, como claramente afirmou Reis Perdigão, evidenciando que sem tropas compostas por oficiais integralmente leais à liderança de Juarez, os interventores teriam problemas para se estabelecer no poder, abrindo margem para reações em um momento político e militar ainda instável. Nesse momento, Juarez procurou resolver as divergências internas entre os revolucionários nortistas, buscando constituir um corpo político-militar capaz de estabelecer novas bases de poder. Isso, sem perder o controle das tropas e sem angariar profundas antipatias entre os políticos civis. Somente com homens de confiança, Juarez criaria uma base de poder político e militar capaz de sustentar um projeto político para o Norte na esfera nacional. Em outras palavras, e resumidamente, no processo de nomeação das autoridades civis e militares nos estados do Norte, os conflitos internos eram uma ameaça à execução do programa revolucionário. Essa preocupação se estendia aos corpos policiais, como se vê pela circular enviada, por Juarez para os interventores do Norte:

Convém proceder imediato inquérito sobre vida militar todos os oficiais polícia desse estado afim excluir ou reformar todos aqueles incompatibilizados missão social devem desempenhar. Polícia deverá ser reorganizada com máximo critério seleção oficiais praças. Lembro necessidade oficial Exército de confiança dirigir essa organização aproveitando comissionados revolução quadro oficialidade força.²⁵

Ou seja, as polícias estaduais também passaram por uma reorganização com os mesmos critérios utilizados nas guarnições militares. Com tais medidas, as forças militares e policiais do Norte foram se reestruturando e se tornando um elemento político e militar pró-revolução de significativa força. A necessidade de elaboração de um inquérito mostra que a decisão pela permanência ou afastamento dos oficiais necessitava ser muito bem embasada. As orientações de Juarez foram efetivamente acatadas, como se vê pelos exemplos dos interventores de Alagoas e Paraíba, informando-o e pedindo sua aprovação para realizar convites a oficiais do Exército, para comandar forças policiais. Enquanto o primeiro informava que “telegrafei capitão Luís França Albuquerque, [que] serve terceiro regimento aí, convidando comandante polícia aqui pondo assim prática sugestões contidas seu telegrama”²⁶, o segundo pedia

²⁵ Idem (2981-2892/3695). Datado de 24 de novembro de 1930.

²⁶ Idem (3186/3695). Datado de 30 de novembro de 1930.

“orientação sobre comando polícia”: “Seria possível licença Juraci [Magalhães] ocupar secretaria segurança passando Odon para interior?”.²⁷

Mais importante do que saber quem realmente foi escolhido, é entender que os nomes levantados pelos dois interventores são de figuras importantes entre os revolucionários nortistas. Luís França de Albuquerque e Juraci Magalhães serão nomeados interventores nos meses seguintes, mostrando, sobremaneira, que o processo de reestruturação militar no Norte orquestrado por Juarez foi fundamental para a consolidação dos revolucionários nortistas à frente dos principais órgãos políticos, administrativos e militares dos estados. Com isso, foi criada uma estrutura que, por um lado, legitimou a ação política dos revolucionários nortistas e da Delegacia Militar do Norte e, por outro, consolidou a liderança de Juarez na região e o peso de político que seu nome teria na esfera federal. Isso garantiu a Juarez e aos revolucionários nortistas o controle de doze estados do território federal. Foi com a construção desse bloco coeso que foi tecido o apoio do Norte ao Governo Provisório, bem como a possibilidade de maior espaço político para a região durante os primeiros anos do governo Vargas.

Dessa forma, o Norte de Juarez e dos revolucionários nortistas do pós-30 era o da organização política e do projeto revolucionário dos estados da região, concretizado neles próprios (o Governo-Geral do Norte e seus ministérios), na estrutura militar (reorganização militar) e político-administrativa (interventorias) controladas pelas principais lideranças nortistas e no cargo instituído exclusivamente para seu líder (a Delegacia Militar do Norte). Mesmo com formatos e estruturas diferentes a ideia central era a mesma: uma união político-militar coesa e de certa forma homogênea entre os estados, alimentada por uma aliança com o Governo Provisório, garantindo maior peso no novo contexto republicano que estava em plena ebulição. Apesar de todas as interligações existentes entre esses mecanismos, nenhum deles foi tão eficaz quanto a Delegacia, e os caminhos que levam a sua instituição mostram que o Norte e seu projeto político foram prioritários para as escolhas de Juarez e dos revolucionários nortistas.

2.2 A criação da Delegacia Militar do Norte

A Delegacia Militar do Norte foi o principal espaço político de Juarez Távora no Governo Provisório. No entanto, não foi o único ocupado por ele, nem o primeiro a ser

²⁷ Idem (3554-3555/3695). Datado de 10 de dezembro de 1930.

oferecido por Getúlio Vargas. Juarez foi, enquanto Delegado, um dos líderes revolucionários que integrou o Gabinete Negro: grupo de “tenentes” e revolucionários civis que se reunia com Vargas para discutir e deliberar sobre os rumos do novo governo. Foi também um dos membros da Comissão de Correição Administrativa, órgão responsável por investigar os atos da administração pública e sugerir, às autoridades, as medidas e sanções a serem aplicadas²⁸. Os dois cargos evidenciam que Juarez foi uma das principais lideranças políticas do Governo Provisório, mesmo tendo a Delegacia do Norte concentrado grande parte de sua ação.

Antes de sua criação, e em um curto espaço de tempo, Juarez percorreu um caminho político no qual surgiram outras opções para sua atuação, mais afastado do Norte e dos seus revolucionários. A criação da Delegacia Militar do Norte, no entanto, só pode ser compreendida se analisado esse percurso e os posicionamentos de Juarez frente a essas alternativas, quando foi se gestando seu espaço político específico junto ao Governo Provisório e os diversos significados do órgão para os envolvidos diretamente com seus objetivos.

Quando foi constituída a primeira composição ministerial do Governo Provisório, no início de novembro de 1930, Juarez Távora foi convidado por Vargas para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas. Quando foi divulgado o convite, estava no Rio de Janeiro, e recebeu diversas felicitações pelo cargo. Augusto Maynard, ainda sem ter assumido a interventoria de Sergipe, saudou a “acertada escolha seu nome grande Ministério revolucionário receba abraço cordial velho camarada e amigo”.²⁹ Alfredo Backer, ex-presidente do estado do Rio de Janeiro (1906-1910) que aderiu à Aliança Liberal, enviou “sinceras felicitações nomeação alto cargo onde terá ocasião prestar novos valiosos serviços pátria”.³⁰ No mesmo dia, ninguém menos que o Padre Cícero, de Juazeiro do Norte, no Ceará, felicitou “eminente amigo indicação seu nome exercer funções Ministério Viação certeza nosso querido Ceará muito lucraria por sua sábia e enérgica administração”.³¹

Além de inúmeras outras congratulações recebidas de diversas partes do país, que mostram o enorme prestígio de Juarez, os então governadores provisórios – futuros interventores – não se furtaram de cumprimentar o dileto líder, revelando o significado

²⁸ Mais sobre os dois órgãos em seus respectivos verbetes no DHBB – Cpdoc/FGV.

²⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (1809/3695). Datado de 4 de novembro de 1930.

³⁰ Idem (1951/3695). Datado de 5 de novembro de 1930.

³¹ Idem (2045/3695).

da nomeação para revolucionários de 1930, em especial os do Norte. Para Lima Cavalcanti, governador provisório de Pernambuco, “sua presença Ministério nacional garantia justos anseios nordestinos serão fielmente defendidos satisfeitos”³², enquanto para Fernandes Távora, governador provisório do Ceará, “sua investidura na pasta da Viação (...) encheu de júbilo e esperanças todos os nordestinos, certos de que, desta vez, teremos, realmente, obras do Nordeste”.³³ O então governador provisório de Alagoas, Freitas Melro, escreveu que “nome governo povo Alagoas trago vossencia calorosos aplausos sua nomeação para colaborar na renovação do Brasil realizando esperanças Nordeste”³⁴ e Irineu Joffili, governador provisório do Rio Grande do Norte, afirmou que “Riogrande Norte (...) saúda vossencia com o profundo reconhecimento a quem sofrendo tantos anos pôde avaliar que o Norte que vibra e sofre é bem um viveiro de civismo. Com a paciência com que o Norte sofre as secas saberá esperar os dias de amanhã e que será saciado de sua dupla sede de justiça e de água”.³⁵

O sentimento comum é o de que o programa revolucionário seria efetivamente executado com Juarez no Ministério. No entanto, vale observar que, nessas correspondências, tanto Nordeste como Norte são utilizados para designar a região beneficiada pela nomeação de Juarez. A retomada do Nordeste, dialogando com Norte nesse momento, certamente se justifica pelo papel que o Ministério da Viação e Obras Públicas tinha no combate às secas, em especial, a partir da ação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), vinculada a ele. Esse órgão, como foi visto no capítulo anterior, “batiza” de Nordeste a área de sua atuação, dando início a sua “invenção”, por mais que, até sua efetiva consolidação no imaginário regionalista brasileiro, Norte e Nordeste fossem comumente utilizados como sinônimos. Estava, dessa forma, em marcha o processo de formação de uma tradição político-cultural de lidar com esse espaço, no qual, o papel da União era fundamental. Assim, como já foi apresentado, o Nordeste precisava consolidar uma série de discursos homogêneos sobre ele próprio, para ter seu “efeito de verdade” efetivado politicamente, como região sofredora da seca e carente de recursos federais (Albuquerque Jr., 2009). No entanto, a despeito desse jogo de forças, esse caminho percorrido pela “nova” região em curso não foi livre de sinuosidades ou atalhos, que permitiram o surgimento de outras

³² Idem (1801/3695). Datado de 4 de novembro de 1930.

³³ Idem (2082-2093/3695). Datado de 5 de novembro de 1930.

³⁴ Idem (2120/3695). Datado de 6 de novembro de 1930.

³⁵ Idem (1825/3695). Datado de 4 de novembro de 1930.

possibilidades de regionalização, caso do Norte dos revolucionários do pós-30. Nesse sentido, ambos os termos conviveram com mais proximidade quando Juarez é cogitado para assumir o Ministério, o que, certamente, ocasionaria ganhos políticos para região – seja o Norte ou Nordeste – como o apresentado na correspondência dos futuros interventores. Para os líderes estaduais, os termos não estavam em choque, mas na verdade, refletiam o que se esperava da ação de Juarez no Governo Provisório, apresentado nos felizes termos de Joffili: saciar sua “dupla sede de justiça e de água”. Assim, o projeto político para o Norte formado no pós-30 necessitava ter a presença de Juarez – certamente, nessa conjuntura, o mais distinto de todos os nortistas ou nordestinos – em posição de destaque no novo governo.

No entanto, a atuação ministerial não parecia ser a ideal para Juarez, nem para outros revolucionários nortistas. Apesar da nomeação não ter provocado nenhuma reação adversa, e mesmo sem especificar a atuação do Ministério da Viação como conflitante na relação entre a construção do Nordeste e seu projeto político para o Norte ao lado dos revolucionários nortistas, Juarez refutou a nomeação quase que imediatamente: “já no dia 4 de novembro, declinei irrevogavelmente, em carta ao chefe do Governo Provisório, de exercer aquele posto.”

Ainda em suas memórias, explica que sua recusa lhe causou certo temor, já que na delicada posição de intermediário entre o Norte e o Governo Provisório, essa atitude poderia representar que a aliança entre ambas as esferas políticas, ainda em seus primeiros passos, não vingaria. Assim, diz que, graças à ação de Osvaldo Aranha, não refutou o convite de imediato, pois “poderia ser interpretado como desentendimento entre os revolucionários do Norte e o novo governo” e que, talvez, fosse também entendido como que corroborando com a “infeliz ideia” de alguns companheiros para “associar-me ao poder de Vargas, integrando com ele, uma Junta Governativa”.³⁶ Contudo, nos anos de 1970, ainda falando sobre sua recusa, não deixou de apontar uma característica central do espaço político que almejava no Governo Provisório: “nossa missão [dos militares] deveria ser à frente da tropa, para garantir, ao governo civil da revolução, a plena segurança de que necessitava para realizar, sem temores, sua obra de renovação revolucionária” (Távora, 1976: 11-12).

³⁶ Essa ideia realmente circulou entre alguns revolucionários nortistas de destaque, em especial, Agildo Barata, um dos importantes militares que atuaram diretamente no movimento armado no Norte e primeiro secretário da Delegacia. A ação de Barata junto a Juarez e as articulações para um possível golpe em Vargas serão analisadas no capítulo 4.

Analisando essa tomada de posição a partir dos documentos do arquivo de Juarez Távora, alguns dos argumentos presentes em sua autobiografia são reafirmados, enquanto outros surgem com relevância. Na carta mencionada em suas memórias, datada de 4 de novembro, e dirigida a Vargas, além da ação de Osvaldo Aranha para que não declinasse o convite, há explicitamente a motivação militar para justificar sua recusa:

Quando, pela primeira vez, anteontem, V. Exa. teve a bondade de falar-me sobre minha escolha para o cargo de Ministro da Viação, respondi-lhe imediatamente, recusando essa honrosa distinção, por motivos que, na mesma hora, tive oportunidade de expor-lhe. Mais tarde, instado pelo Dr. Osvaldo Aranha e arrastado pelo desejo de servir ao seu governo e, indiretamente, ao Nordeste – transigi, embora constrangido, a aceitar o posto extremo de sacrifícios que V. Exa. me indicava. Mas, desde esse momento, uma luta penosíssima se travou em minha consciência. E o desfecho dessa luta é a resolução inabalável que ora lhe venho comunicar por meio destas linhas e que pessoalmente justificarei perante V. Exa.. Deponho em suas mãos a pasta de ministro com que V. Exa. me honrou, para volver ao seio dos meus camaradas do Exército, onde tenho lutado e sofrido e de onde não devo, pelo menos neste momento, retirar-me. Creia V. Exa. que o faço inspirado no mais puro e sincero desejo de bem servir ao seu governo e de zelar, como devo, pela consolidação da causa sagrada por nós devemos sacrificar-nos.³⁷

Mesmo aceitando o cargo, para posteriormente abandoná-lo, Juarez deixa claro como quer agir no novo governo: sendo militar, e não civil. Desejava, dessa forma, continuar com sua patente e carreira militar, afastado de postos civis, auxiliando o governo revolucionário dentro do Exército. É pertinente observar que, para Juarez, sua atuação como ministro ajudaria “indiretamente” sua região (vale notar, definida na carta como Nordeste), o que se explica pelo entendimento que Juarez tinha desse papel civil no seu projeto político para o Norte. Assim, como nos movimentos que tentaram levá-lo ao generalato, mostrou-se disposto a estar ao lado do Governo Provisório, mas como militar e especialmente voltado para os interesses da região que liderara durante a revolução.

A primeira tentativa de recusa de Juarez foi registrada por Vargas em seu diário, no dia 3 de novembro: “Távora relutou muito em aceitar [o Ministério], alegando seu estado de saúde, necessidade de repouso etc. Tudo era exato, mas insisti e ele aceitou” (Vargas, 1995, vol 1: 22). Após o recebimento da carta de 4 de novembro, o presidente então escreveu: “Juarez Távora insiste em não continuar no Ministério, alega várias razões ponderáveis. Concordo, combinando que ele vá para o Norte velar pela

³⁷ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (1861/3695). Essa carta está datilografada no arquivo pessoal de Juarez Távora sob essa marcação, com a advertência no canto superior esquerdo *Arquivo Getúlio Vargas*. No arquivo pessoal de Getúlio Vargas há a versão original, manuscrita com a letra de Juarez, em Arquivo Getúlio Vargas – Cpdoc-FGV GV c 1930.11.04.

reorganização desses estados, geralmente falidos pelas péssimas administrações” (Idem). Encarados como ponderáveis, os argumentos foram aceitos por Vargas, e, realmente, na manhã do dia 7 de novembro, Juarez iniciou sua primeira viagem ao Norte após a vitória do movimento de 30. De lá, escreveu novamente a Vargas, no dia 9 de novembro, reafirmando a não aceitação do Ministério, e apresentando um argumento político extremamente importante:

Telegrafo-lhe de pleno coração do Nordeste onde povo vibra de entusiasmo e esperanças obra reivindicadora revolução nacional. Estudando conscienciosamente situação geral desta zona país tenho concluído ser necessária minha assistência imediata junto governos recém estabelecidos afim mais prontamente consolidar regime revolucionário. Venho por isso declinar irrevogavelmente da honra vossencia me conferiu incluindo-me no seu Ministério, pois estou convencido poderei prestar melhores serviços seu governo e revolução conservando-me em contato com meus camaradas Exército de cujo seio não desejo afastar-me nesta quadra difícil de transição revolucionária. E já que vossencia em sua última entrevista comigo externou o desejo de, na hipótese de eu renunciar a pasta da Viação, confiá-la a um representante do Norte, tomo a liberdade de lembrar-lhe para substituir-me o nome do Dr. José Américo de Almeida, não só como um pócito de justiça ao seu mérito pessoal mas também como uma merecida homenagem a Paraíba gloriosa de João Pessoa.³⁸

Nos dois dias em que estive em contato direto com os revolucionários nortistas, Juarez apresentou a Vargas um elemento determinante para seu posicionamento em relação à recusa do Ministério da Viação: auxiliar os governos no Norte na consolidação revolucionária. Para tanto, entendia ser necessário permanecer no Exército, afastado de qualquer cargo civil, e junto às instâncias de poder recém-estabelecidas no Norte no imediato pós-30. Juarez reafirmava que não era a partir de ministérios que melhor ajudaria a consolidar a vitória da revolução, mas sim no Norte, ao lado dos seus companheiros militares e civis, constituindo-se inegavelmente como o maior líder revolucionário da região. Além disso, indicou o ex-governador-geral para o cargo que declinara, garantindo um importante revolucionário nortista para o primeiro escalão civil do Governo Provisório. Como era de se esperar, a indicação foi aceita sem maiores contestações, diante do que já fora acertado entre Juarez e Vargas, que registrou em seu diário, em 10 de novembro de 1930: “Távora telegrafou de Natal, declinando do cargo de ministro da Viação e lembrando o nome de José Américo, conforme ficara combinado. Aceito a sugestão e telegrafo a ambos” (Vargas, 1995, vol 1: 24). A comunicação estabelecida por Vargas com Juarez, mencionada em seu diário, foi

³⁸ Idem (2285-2287/3695).

realmente enviada no mesmo dia da anotação, entretanto, não apenas um, mas dois telegramas foram enviados. No primeiro deles se lê:

Acuso recebimento de seu telegrama declinando aceitação cargo ministro Viação pela necessidade de atender no Norte obra consolidação regime revolucionário compreendendo poderosos motivos que justificam sua atitude e que sou forçado a reconhecer legítimos. Lamento ver-me privado sua colaboração nesse importante departamento da alta administração pública onde estou certo iria prestar excelentes serviços na grande obra reconstrução nacional esperando continuar prestá-los não menos relevantes na outra função que lhe é confiada.³⁹

Dirimindo qualquer dúvida sobre onde Juarez desejava atuar, Vargas reconheceu que seu lugar político era no Norte. Apesar de lamentar a recusa, o presidente já afirmou a existência de “outra função que lhe é confiada” e a definiu, em um segundo telegrama, também datado de 10 de novembro de 1930:

Convencido necessidade consolidar mais rapidamente possível regime instituído revolução e para que possa melhor prestar-lhe a necessária assistência, nomeio-o Delegado Militar do Governo Provisório e representante deste, nos Estados do Norte, desde Bahia. Assim mais facilmente poderá tomar as medidas convenientes ao interesse público nessa parte do Brasil, podendo propor as nomeações e demissões que julgar convenientes e sugerir as resoluções governamentais indispensáveis a essa consolidação.⁴⁰

Com a recusa ao Ministério da Viação foi criada a Delegacia Militar do Norte, por mais que o decreto oficial que a instituiu só fosse assinado 32 dias depois desse telegrama.⁴¹ Os três pilares presentes no comunicado de Vargas são justamente os utilizados por Juarez para justificar sua recusa ao Ministério, ficando evidente que ele moldou a formação da Delegacia Militar do Norte, indicando abertamente ao presidente como deveria ser o cargo que viria a ocupar. Os argumentos utilizados por Juarez, aliados ao capital político e simbólico que tinha, significaram uma pressão política necessária para a instituição de um cargo específico para sua ação.

O significado do órgão ficou muito bem expresso em seu nome oficial. O fato de ser uma *Delegacia*, e não um ministério, secretaria ou qualquer outro aparelho

³⁹ Idem (2288/3695)

⁴⁰ Telegrama de Getúlio Vargas para Juarez Távora. Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (1/7455). Nessa fonte aparecem duas datas. Uma delas, “10/12/1930”, escrita a lápis, aparece no papel que protege o telegrama, ao lado da notação feita pelos organizadores do arquivo, ou seja, “JT 1930.12.08”. Outra, “10/11/930”, também escrita a lápis, foi registrada no próprio telegrama. A dúvida acerca da data foi dirimida a partir do arquivo de Luís Vergara, secretário de Vargas, onde se encontra uma cópia desse telegrama, datado de 10 de novembro de 1930. Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV LV c 1930.11.10.

⁴¹ No entanto, poucos dias depois, os jornais já falavam que José Américo de Almeida era o novo Ministro da Viação e que o presidente “designou [Juarez Távora] seu Delegado Militar e representante nos estados do Norte”. Jornal *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1930.

burocrático já existente, revela seu caráter peculiar dentro da estrutura política e administrativa vigente. Era *Militar*, como quis Juarez, sem prejuízos a sua carreira no Exército, respeitando a instituição, e demarcando de que forma pretendia concentrar a maior parte de seus esforços na consolidação do Governo Provisório. Era *do Norte* para estar próximo – mais politicamente do que geograficamente – dos revolucionários nortistas, grupo político que era, essencialmente, sua base de poder.

Além das conversações com Vargas que culminaram com o estabelecimento da Delegacia Militar do Norte, Juarez também confabulou com outros importantes líderes revolucionários ainda antes do final de 1930. O encontro entre eles ficou conhecido como o Pacto de Poços de Caldas. Segundo Conniff, ele evidenciou a “frustração dos tenentes” em não conseguirem uma posição importante no novo governo. Ainda segundo o autor:

Diversos líderes se encontraram naquela cidade para formular as reivindicações de um programa revolucionário a ser desenvolvido por uma ditadura mais forte. Isso implicava também reestruturar o Exército sob a tutela dos tenentes. Os termos do Pacto de Poços de Caldas delineavam o que seria uma estratégia de longo prazo: os tenentes estariam preparados para assumir os comandos regionais das forças armadas se Getúlio Vargas fosse ameaçado. Numa emergência, eles poderiam contar com a adesão de oficiais jovens (Conniff, 1979: 133).

Representando um acordo importante firmando diante das “incertezas do regime” que marcaram não só os primeiros momentos do Governo Provisório, mas todo o processo político que culmina com o Estado Novo⁴², ele também foi determinante para que o Delegado efetivamente assumisse a Delegacia. Afirma Juarez, em suas memórias, que “o objetivo básico da reunião – que era definir as linhas mestras de um programa de ação renovadora revolucionária – ainda, dessa vez, não pudera ser alcançado. De toda forma, voltara [do encontro na cidade mineira] decidido a participar das responsabilidades do Governo Provisório, como seu delegado militar, junto às interventorias do Norte e do Nordeste.” (Távora, 1976: 18). Mas, no que consistiu esse pacto e o que realmente foi estabelecido por ele para que Juarez atribuísse função tão decisiva para suas opções políticas?

Realizado entre os dias 11 e 22 de dezembro de 1930⁴³, nesse encontro estiveram presentes importantes lideranças do movimento de 30. Dele resultou um

⁴² Ver Pandolfi (2007: 13-37).

⁴³ A data em que ocorreu esse encontro foi retirada de *O Jornal*, que noticiou os dias em que os líderes revolucionários ficaram na cidade mineira.

documento, redigido por Juarez, Osvaldo Aranha e Góes Monteiro, que deveria ser firmado por oficiais das forças armadas, determinando um conjunto de ações para o novo governo e para o Exército. Ele objetivava a defesa da “obra da revolução nacional de 3 de outubro” e a “completa liberdade de ação ao governo ditatorial dentro dos limites do programa revolucionário”, de forma que seus ideais não fossem destruídos ou entravados por “oportunistas interesseiros ou (...) velhos revolucionários retrógrados”. Para tanto, o documento defendia um saneamento moral-político-administrativo do Brasil, através de um “regime extra-constitucional”, liderado pelo presidente da República, que estava “bem integrado na mentalidade revolucionária”. Os signatários deveriam “garantir a existência do atual estado da ditadura” e “defender o atual presidente provisório”, garantindo-lhe “apoio decidido e eficiente da força armada, capaz de dar-lhe autoridade material para opor vetos formais à ação entravadora e contra-revolucionária dos interesses velados ou claros de partidos, classes ou pessoas”. Para tanto, essa força armada “precisa ser controlada pela oficialidade verdadeiramente revolucionária e obedecer sem restrições à orientação de alguns poucos chefes de absoluta confiança”, afim de “garantir a existência do atual estado de ditadura, até que ele tenha preenchido integralmente o seu fim, isto é, permitido a transformação radical do ambiente político administrativo legado pelo regime extinto”. Uma das ações definidas como estratégicas pelo documento foi “delegar plenos poderes” a oficiais que recebiam o “título de delegados militares revolucionários”.

Ou seja, imediatamente após a troca de correspondência que acompanhamos entre Vargas e Juarez, envolvendo a recusa deste do Ministério da Viação e Obras Públicas e a demanda de um posto militar de poder para coordenar as ações revolucionárias no Norte, o documento de Poços de Caldas formaliza esse importante *locus* revolucionários: as Delegacias Militares. Os delegados militares citados no documento controlariam as Regiões Militares (RM) do Brasil, cabendo a Juarez a 8ª, sediada no Pará e correspondente aos estados do Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas e Acre. Além dele, Osvaldo Aranha seria o “Delegado junto ao governo”, Góis Monteiro o Delegado junto à 1ª RM, correspondente à Capital Federal e estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; Mendonça Lima junto à 2ª RM, compreendida por São Paulo, Goiás e

parte do Mato Grosso; Alcides Etchegoyen junto à 3ª RM, no Rio Grande do Sul, e Plínio Tourinho junto à 5ª RM, referente aos estados do Paraná e Santa Catarina.⁴⁴

O Pacto de Poços de Caldas, como se vê, possui ligações diretas com o contexto de fundação da Delegacia Militar do Norte. Primeiramente, porque Juarez foi denominado Delegado Militar pelo telegrama de 10 de novembro, anterior ao documento de Poços de Caldas. Além disso, no caso de Juarez, a Delegacia Militar do Norte tem poderes maiores e um raio de atuação mais amplo do que o da área compreendida pela 8ª RM. Mas, examinando a documentação do período, tudo indica que, nesse encontro, Juarez não divulgou sua nomeação como um Delegado Militar, nem os poderes que deteria. Duas correspondências deixam isso evidente, além de mostrarem que, para Góis Monteiro, o lugar político-militar de Juarez era no Norte. A primeira delas é de 3 de fevereiro de 1931, e foi enviada por Góis a Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça:

É preciso seja lavrado decreto ou ato equivalente nomeando o Juarez Delegado Militar do Governo Provisório nos estados do Norte da república, a fim de propor ao mesmo governo as medidas necessárias para a normalização das situações criadas nos ditos estados, especificando, se possível, as atribuições. A situação não me parece boa, aqui, e fora daqui – e convém que os atos revolucionários não sejam protelados.⁴⁵

Três dias depois, na mesma carta em que articulou a possibilidade de Juarez assumir o Ministério da Guerra e dele próprio tornar-se o Chefe do Estado Maior, Góis escreve ao próprio Juarez:

Devemos por em práticas as nossas combinações de Poços de Caldas. Faça isso no Norte que eu o farei no Sul. Assim os nossos companheiros terão confiança e saberão apoiar-nos em todos os momentos, além do que concorre para acabar com o descontentamento e para estabelecer a unidade da ação tão necessária nessa época de reconstrução. Penso residir em tal aplicação a primeira das medidas eficazes que precederão as outras tendentes a fazer caminhar a nação na senda da tranquilidade e do trabalho.⁴⁶

A essa altura a Delegacia Militar do Norte já havia sido criada desde 12 de dezembro de 1930, com uma nota de “reservado”, não sendo, assim, publicada no

⁴⁴ Uma cópia do documento oriundo do Pacto está em Carone (1975: 386-388). Nele, não aparece o nome dos delegados das 4ª, de Minas Gerais, 6ª, correspondente a Bahia, Sergipe e Alagoas, e 7ª, compreendidas por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, regiões militares. As informações sobre os estados correspondentes às Regiões Militares citadas foram retiradas do decreto 15.934 de 22 de janeiro de 1923. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15934-22-janeiro-1923-499084-republicacao-90294-pe.html> acesso 26 out 2011.

⁴⁵ Arquivo Osvaldo Aranha – Cpdoc-FGV OA cp 1931.02.03 (rolo 5 fot. 913).

⁴⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (160-170/7455).

Diário Oficial, o que talvez possa explicar o desconhecimento de Góis.⁴⁷ Ainda em fevereiro, no entanto, é possível que Góis tenha tido conhecimento do cargo atribuído a Juarez, já que, em 24 desse mês, foi assinado em São Paulo o Pacto de Honra, do qual ele foi um dos articuladores. Esse segundo pacto também objetivava apoiar o Governo Provisório e, por meio dele, Juarez foi dotado de plenos poderes em relação a todas as regiões militares do Norte, já que, segundo o documento desse pacto, “o Exército foi naturalmente dividido em três setores mais importantes – Norte – Centro – Sul”.⁴⁸

De toda forma, o que fica claro é que a ação de Juarez no Norte era, para os mais importantes líderes do Governo Provisório, tanto no aspecto militar quanto no político, fundamental para a consolidação da revolução. Se, para Vargas, Juarez como Delegado Militar estava apto a “tomar as medidas convenientes ao interesse público” e “sugerir as resoluções governamentais”; para Góis, a partir da ação militar de Juarez no Norte, seria possível “normalização as situações criadas”, reconquistar a confiança dos companheiros militares e fazer o país caminhar na “senda da tranquilidade e do trabalho”. Para ambos, era fundamental que Juarez atuasse no Norte, construindo um importante bloco político e militar de apoio, diante das incertezas que cercavam os primeiros anos dos pós-30.

2.3 O funcionamento da Delegacia Militar do Norte

O chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil resolve nomear o capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, Delegado Militar do Governo Federal e seu representante nos Estados do Norte, desde Bahia, afim de tomar as medidas que julgar conveniente ao interesse público, podendo propor demissões, nomeações, transferências, e outros atos que lhe pareçam necessários ao bom desempenho de sua missão, tendo em vista, principalmente, consolidar nessa parte do Brasil, o regime instituído pela Revolução e ficando subordinado ao Ministério da Guerra.⁴⁹

⁴⁷ No decreto que instituiu a Delegacia lê-se “Reservado” no canto superior esquerdo. Quem fala da sua não publicação no Diário Oficial da União é Juarez em suas memórias (1976: 28).

⁴⁸ Arquivo Góes Monteiro – Arquivo Nacional. Microfilme 057-93, notação SA 765. Segundo José Murilo de Carvalho (2005: 71), os oficiais superiores no pós-30 “fizeram algumas tentativas de se organizarem dentro do Exército. Uma delas foi o Pacto de Honra de 24 de fevereiro de 1931. Referência óbvia aos Pactos de Sangue de 1889, o novo pacto buscava congregar oficiais revolucionários para dar apoio a Getúlio Vargas, delegando para isso plenos poderes de representação a Góes Monteiro [2ª, 3ª, e 5ª Região Militar (RM) e circunscrição Militar (RM) de Mato Grosso], a Leite de Castro (1ª e 4ª RM), e a Juarez Távora (6ª, 7ª e 8ª RM). O pacto autorizava os três representantes a se empenharem junto ao presidente da República no sentido de conseguir certos objetivos como a reorganização do Exército, a colocação de elementos revolucionários de confiança em postos de comando e na Comissão de Promoções, a reforma administrativa dos oficiais inidôneos.” Mais sobre esse pacto, em McCann (2007: 391-392).

⁴⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (2/7455).

Nesses termos, foi criada oficialmente, em 12 de dezembro de 1930, a Delegacia Militar do Norte. Assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro da Guerra José Fernandes Leite de Castro, atribuía-se a Juarez Távora plenos poderes políticos e militares na região. Sua ação foi institucionalizada como quase irrestrita, já que foi autorizado a agir a partir de amplas e subjetivas medidas que julgasse “conveniente ao interesse público” e com atos que lhe parecessem “necessários”. A subordinação ao Ministério da Guerra confirmava seu desejo de retornar às fileiras militares, em consonância com os argumentos utilizados tanto para sua recusa ao Ministério da Viação, quanto, como já visto, ao posto de general que lhe fora, de certa forma, imputado.

Segundo Dulce Pandolfi, com a criação da Delegacia Militar do Norte, “Vargas oficializava uma função que Juarez já ocupava de fato”, o que pode ser perfeitamente percebido com o processo de reorganização militar das guarnições estaduais, iniciado quase que imediatamente após a deposição de Washington Luís e que se arrastaria até meados de 1931. Pode-se perceber que, mesmo antes de dezembro de 1930, Juarez já era um “delegado” do Governo Provisório, contudo, só o seria, de fato, com a nomeação, sendo esse um marco importante para se entender o funcionamento e a ação da Delegacia. Nesse sentido, optou-se, neste trabalho, por averiguar o funcionamento *stricto sensu* da Delegacia Militar do Norte após a data do decreto oficial, por mais que, desde novembro, as ações de Juarez pudessem ser entendidas no marco do posto que viria a assumir.

Ainda segundo Pandolfi, a Delegacia, que tinha como “secretário único” Agildo Barata, “significava uma medida intervencionista e centralizadora que poderia (...) representar uma maior autonomia para a região.” Também definida como uma concessão necessária ao tenentismo, “sua função era basicamente constituir um elo de ligação entre as interventorias nortistas e o chefe do Governo Provisório, colocando-o a par dos problemas e necessidades locais.” Ressaltando o impacto das crises políticas estaduais que culminaram com o processo de militarização da interventorias do Norte e com a criação dos Conselhos Consultivos – “órgãos estaduais com função de assessorar os interventores e prefeitos” –, Pandolfi afirma que “a Delegacia se extingue em final de 1931, segundo reivindicação do próprio Juarez Távora.” Ao final de sua análise, a autora conclui que “em certo sentido” a Delegacia Militar do Norte pode ser

considerada uma iniciativa vitoriosa, pois cumpriu seu principal objetivo: “alinhar o Norte à revolução” (Pandolfi, 1980: 347-348).

Em diálogo com essa análise, busco compreender o funcionamento da Delegacia Militar do Norte a partir da ação dos sujeitos que a constituíram, assim como das relações desse órgão com as interventorias nortistas e o Governo Provisório. Nesse sentido, mais do que cumprir ordens vindas do Catete, Juarez e os revolucionários nortistas procuraram executar um projeto transformador para a região, no qual propuseram ideias, cobraram ações e instigaram intervenções políticas e militares para um maior desenvolvimento e envolvimento da região no Governo Provisório.

Funcionando como mediadora entre o Norte e o Governo Federal, a Delegacia, ao mesmo tempo em que alinhava a região à revolução, também procurava, a partir da liderança e do capital político de Juarez, alinhar a revolução ao Norte. Esse jogo político possuiu dois movimentos interligados. No que se refere ao alinhamento do Norte à revolução, é importante destacar que ele se deu de uma forma lenta e marcada por diversas tensões, na qual a Delegacia, os interventores e os revolucionários nortistas debateram projetos para a região, assim como participaram da atuação política do Governo Provisório, se posicionando diante de questões espinhosas e constantemente (re)construindo o seu apoio a Vargas. No segundo movimento, de alinhamento da revolução com o Norte, o Governo Provisório teve que atender às reivindicações que surgiam, reconhecendo, no âmbito federal, a liderança de Juarez, e procurando amparar política, econômica e militarmente a região. Nesse processo, Juarez assumiu o papel de intermediário, com poderes para “governar” a região como um líder que estava acima dos poderes estaduais, situando-se politicamente entre as interventorias e o Governo Provisório e, a partir desse lugar político, atuando na construção de uma nova relação e participação do Norte junto à esfera federal.

2.3.1 Pelo fio do telégrafo: “transmito”, “informo”, “conversarei”, “pleitearei”...

O ponto inicial para analisar o funcionamento da Delegacia Militar Norte é compreender sua estrutura física. O decreto que a instituiu não determinou esse aspecto, e os jornais, nas poucas vezes em que se referem a esse órgão para além da nomeação dos interventores nortistas, são exíguos quanto às informações. Em uma dessas matérias, lê-se que “há algum tempo foi instalada no [Palácio] Monroe (...) a Delegacia Militar do Norte, de que é titular o major Juarez Távora. O major Távora, porém, não

chegou a frequentar aquela repartição. (...) Estando agora às moscas, já se diz que será extinta”.⁵⁰ Outras matérias relatavam que nem sala própria a Delegacia possuía, pois ficava situada na “sala da biblioteca” do referido palácio, tendo como mobiliário único “uma carteira de escrever”.⁵¹ Para esses periódicos havia ainda outro elemento da “chocante anomalia que representa a ‘Delegacia’ cujo titular é o major Juarez Távora”: “queremos fazer alusão a do referido e mui distinto oficial permanecer, residir nessa cidade, na própria sede do Governo Provisório” e “só de longe em longe e acidentalmente” ir ao “setor do território brasileiro cuja imediata direção, em tese, em princípio está afecta”.⁵²

Ou seja, aos olhos da imprensa, a Delegacia possuía pouca importância, reflexo claro de sua precária estrutura. Seu funcionamento era quase nulo, já que o titular pouco ia ao Norte. Além disso, vale lembrar, o decreto que instituiu a Delegacia foi classificado como reservado e não foi publicado no Diário Oficial. A imprensa do Rio de Janeiro, ao criticar Juarez e sua Delegacia, constantemente retoma esse ponto, afirmando que não há decreto que regule sua ação no Norte,⁵³ o que fortalecia o pouco conhecimento de suas funções. No entanto, mesmo desconhecida, a Delegacia funcionou com intensa atividade. Tinha como principal – e fundamental – instrumento de ação o fio do telégrafo. O arquivo pessoal de Juarez Távora, referente à Delegacia, possuiu milhares de telegramas e cartas que permitem acompanhar de perto como ele foi atuando nessa função.

Grande parte dessa correspondência ia para a residência do próprio Juarez, como já foi observado. A correspondência ativa e seus rascunhos aparecem, especialmente a partir de fins de março e início de abril de 1931, em papel timbrado, no qual está registrado no canto superior esquerdo: “JUAREZ TÁVORA Delegado Federal do Norte”, as mesmas palavras com as quais ele assinava suas mensagens. A mudança na denominação da Delegacia, que nitidamente deixava de ser militar para tornar-se federal, talvez se explique pelo entendimento que o próprio Juarez tinha de suas funções. Apesar de continuar subordinado ao Ministério da Guerra, com o desenrolar da reorganização militar da região – na qual conseguiu colocar, nas guarnições estaduais,

⁵⁰ Jornal *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1931.

⁵¹ Jornal *Diário Carioca*, 5 de dezembro de 1931 e Jornal *Correio da Manhã*, 29 de julho de 1931.

⁵² Jornal *Diário Carioca*, 6 de novembro de 1931.

⁵³ Ver, dentre outros, jornal *Diário Carioca*, 4, 8 e 10 de fevereiro de 1931.

chefes revolucionários nortistas –, seu papel tornou-se principalmente político/civil, como mostraremos mais adiante.

Já a correspondência passiva vinha de seus companheiros do Norte, que também foram bastante cuidadosos com o meio pelo qual a comunicação era estabelecida. Isso fica exemplarmente claro com a atenção de alguns telegrafistas que atuavam nos estados nortistas. Da Bahia, Juarez era informado que Luís Coimbra era o “único telegrafista [de] confiança nossa aqui”. Já os revolucionários do Ceará pediam para ele se interessar, junto ao diretor telégrafo, da “remoção urgente [para] outro distrito (...), [do] telegrafista João Carneiro Neyla Silva, elemento altamente pernicioso aos altos interesses defendemos”.⁵⁴

Além do cuidado com aqueles que manuseavam a correspondência da Delegacia, é importante lembrar da linguagem secreta utilizada por Juarez e pelos revolucionários nortistas, composta por grupos de dez letras organizadas sem inteligibilidade e que necessitava de chaves para serem decodificados. A complexidade dessa comunicação pode ser percebida quando os próprios correspondentes falam dela. Em alguns telegramas vemos que havia mais de um código (“sistema quatro” ou “cifra antiga”⁵⁵), revelando tanto o desejo de manter segredo sobre o que se dizia, como o empenho em mantê-lo, alterando o código sistematicamente. Augusto Maynard, por exemplo, disse a Juarez que “parece seu telegrama foi utilizado cifra ainda não tenho, por isso (...) não foi possível conseguir tradução”.⁵⁶ Nem o próprio Juarez era conhecedor de todas as cifras, já que escreveu para Antenor Navarro pedindo o “favor [de] esclarecer cifra empregada pois não tenho podido decifrar seus telegramas”, solicitando-a por carta. Em sua resposta, Navarro nos permite entender um pouco como as tais cifras funcionavam: “a cifra pedida e que ficou combinada é Patos, sendo que as letras k, w e y seriam cativas”.⁵⁷

A importância de tal comunicação fica evidente quando se percebe o contato do interventor do Espírito Santo com ela. Inicialmente é importante que se ressalte que mesmo Juarez tendo sido um dos responsáveis pela nomeação de João Punaro Bley, ele foi o interventor que menos escreveu ao Delegado solicitando a sua ação durante todo o

⁵⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (2766; 3700-3702/7455). Datados de 14 de maio e 16 de julho de 1931, respectivamente.

⁵⁵ Ver Idem (5954/7455) e (5955/7455), de 23 de setembro de 1931, e (5983/7455) e (5986/7455), de 28 de outubro de 1931.

⁵⁶ Idem (7350/7455). Datado de 14 de julho de 1931.

⁵⁷ Idem (5231/7455) de 25 de dezembro de 1930 e (5239/7455) de 27 de dezembro de 1931. A carta citada é datada de 21 de janeiro de 1931 (5260-5262/7455).

período de vigência da Delegacia. Em seus telegramas para o interventor capixaba, Juarez nunca os assinou como Delegado Federal do Norte, ao contrário do que fazia comumente aos outros interventores. Com isso, é possível perceber que a “entrada” do Espírito Santo no Norte dos revolucionários nortistas se deu ao longo do ano de 1931, já que nas crises políticas que antecedem a Guerra de 1932, nas palavras do próprio interventor, “Espírito Santo se acha integrado” à região. Nesse processo, foi de extrema importância sua socialização com a comunicação codificada.

Assim, em 9 de dezembro de 1931, Punaro Bley escreve a Juarez afirmando que “recebemos telegrama camaradas Recife fazendo referência vosso cifrado circular. Como não tenho conhecimento mesmo, peço enviar afim agirmos perfeito entendimento demais interventores.”⁵⁸ Por esse telegrama fica claro que a iniciativa de aproximar o estado capixaba do Norte partiu dos interventores nortistas, e não de Juarez, levando ao interventor as orientações dadas pelo Delegado para que a região agisse em conjunto através de telegrama circular enviado a todos os interventores. Além disso, Punaro fala sobre o “cifrado”, que pode ser entendido como o próprio telegrama ou como a comunicação codificada, termos por vezes utilizado como sinônimo entre esses correspondentes. Outro elemento fundamental aparece manuscrito, com a letra de Juarez, no próprio telegrama: “R – Carta”, certamente indicando o meio pelo qual a resposta deveria ser enviada, semelhante ao modo como orientou Antenor Navarro a “esclarecer cifra empregada”. De toda forma, seja o referido cifrado circular decodificado ou não, em 16 de dezembro de 1931, Juarez recebeu o primeiro telegrama assinado por “Bley, Wolmar, Pio e Lins”, codificado com o grupo de dez letras, sendo advertido no final de que estavam utilizando o “sistema um”⁵⁹, tendo também, a partir daí, passado a usar o mesmo código para se comunicar com o interventor capixaba.

Levando em conta a materialidade dessa correspondência e seus significados, é possível nos aproximarmos do funcionamento da Delegacia do Norte – situando-a administrativamente e politicamente – para saber como Juarez e os revolucionários nortistas se articulavam. A importância da comunicação telegráfica para a ação administrativa da Delegacia fica expressa no telegrama enviado em 5 de abril de 1931 por Aluísio Moura, então interventor do Rio Grande do Norte, esclarecendo que “para poderes interferir junto Governo Provisório exponho atual situação estado”.⁶⁰ A partir

⁵⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.17 (39/324).

⁵⁹ Idem (40/324).

⁶⁰ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (7032/7455).

daí, faz um autêntico balanço político, o que também ocorria com outros interventores, que mandavam relatos, queixas, denúncias e pedidos para que Juarez conseguisse agir em prol do Norte, junto ao Governo Provisório. Por ser o correspondente central da rede de sociabilidade que se construía, Juarez Távora, ao mesmo tempo que recebe um enorme volume de mensagens, remete também vários telegramas e cartas, mapeando e procurando se informar da situação de cada estado.

Assim, nessa rede, observa-se que é comum a utilização dos termos “remeto”, “pedirei”, “transmito”, “informo”, “levarei”, “falarei”, “conversarei”, “pleitearei”, e outros verbos com a mesma semântica. Ou seja, a partir do que era informado, Juarez demandaria providências, transmitindo as questões a outras instâncias políticas mais aptas a conseguir solução. Por tal fato, justificava-se estar baseado no Distrito Federal, e não no Norte. Mas mesmo estando boa parte do tempo no Rio, Juarez buscava estar próximo dos interventores e muito bem informado para auxiliá-los no combate a seus inimigos e na consolidação e estabilidade de seus governos, o que, evidentemente, deixa claríssima a dinâmica de mútuo fortalecimento de poderes em tempos de incerteza.

Um exemplo desse clima do pós-30 é dado pelo interventor Álvaro Maia. Escrevendo para Juarez, em 6 de abril de 1931, relata que chegou ao Amazonas “Fraga Cruz, propagandista Aliança Liberal, que, dizendo-se pessoa vossencia”, passou a impor “demissão funcionários federais serviram velha república”. Suspeitando do elemento, ele resolveu comunicar o fato a Juarez: “estou certo quaisquer ordens vossencia viriam diretamente, como sempre tem sucedido.” Diante da denúncia, Juarez responde algumas horas depois: “jamais autorizei Fraga Cruz falar meu nome, muito menos sondar administração esse estado. [O] mesmo deve sofrer rigores policiais caso comporta”.⁶¹ Pela firmeza e rapidez na desautorização do representante ilegítimo de suas ações, fica evidente a centralização das iniciativas da Delegacia na pessoa de Juarez.

Ou seja, o fato do Delegado não estar fisicamente no Norte, não significava ficar afastado das questões nortistas. Ao contrário, residindo no centro político nacional, Juarez estava no lugar exato onde poderia buscar a solução das demandas da região. Para esse intento, é importante observar, que teve poucos, mas fundamentais auxiliares, durante os meses em que foi Delegado.

O primeiro deles foi Agildo Barata Ribeiro. Agildo lutou na campanha militar do Norte ao lado de Juarez, durante a conquista do poder em outubro de 1930. Por essa

⁶¹ Idem (2035-2037/7455).

atuação, foi nomeado secretário único da Delegacia Militar do Norte, quando da sua fundação. Agildo trabalhou no Rio de Janeiro por pouco tempo e logo mudou-se para o Norte, em meados de março de 1931, onde abandonaria os revolucionários nortistas e passaria a conspirar, ao lado da corrente constitucionalista paulista. Assim, houve a necessidade de a Delegacia ter outros auxiliares, o que foi ainda estimulado pelo grave estado de saúde de Juarez, que o obrigou a afastar-se de suas funções.⁶²

Foi então que a Delegacia ficou sob a responsabilidade de Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca, ambos nascidos no Norte, e com reconhecida ação nos movimentos tenentistas da Primeira República. Juraci, mencionado no capítulo anterior, lutou ao lado de Juarez durante o movimento de 30, sendo um dos comandantes das brigadas nortistas. Delso, mesmo tendo lutado em Minas Gerais, logo após a vitória aproximou-se de Juarez. Com a ida de Agildo para o Norte e com a doença de Juarez, Juraci tornou-se secretário da Delegacia, tendo Delso assumido diretamente esta função, apenas a partir de julho de 1931, quando o futuro interventor baiano afastou-se do Rio de Janeiro.⁶³ Ambos procuraram agir a partir das determinações de Juarez, informando-o de seus procedimentos e levando ao conhecimento do líder os casos mais delicados, que necessitavam de solução. É o que demonstra Juraci a um dos correspondentes da Delegacia: “Ciente seu cifrado. Juarez ainda não voltou. Amanhã Delso deve ir falar com ele. Peço tenham paciência. Depois enviarei notícias”.⁶⁴

Mesmo doente e afastado do Distrito Federal, o Delegado do Norte continuou recebendo vasta correspondência, inclusive indagando sobre seu estado de saúde e desejando pronto restabelecimento. Contudo, ao contrário do que afirma em suas memórias, não ficou longe da Delegacia e mesmo com a ação de seus auxiliares, continuou enviando telegramas e cartas. Isto é, procurou manter o controle político da região sob sua liderança pessoal. No entanto, foi durante esse período que muitos manuscritos de telegramas do seu bloco de cópias aparecem com outras duas letras que não a sua, sendo razoável supor que foram escritos por Delso ou Juraci.

A maioria dos telegramas recebidos permaneceu sendo enviada ao endereço pessoal de Juarez e as respostas (ainda que com a letra diferente da de Juarez)

⁶² Entre meados de abril e início de agosto de 1931, Juarez foi vitimado por um panarício no dedo indicador esquerdo – que lhe rendeu três cirurgias – e por uma pleurisia no pulmão direito. Em busca de descanso e tratamento, residiu boa parte desses meses em Petrópolis.

⁶³ Em julho de 1931 Juraci Magalhães viajou para o Rio Grande do Sul com Osvaldo Aranha, “com o objetivo de desfazer a má impressão que os gaúchos tinham dos ‘tenentes’ em geral. Ver “Juraci Magalhães”. In. DHBB – Cpdoc/FGV. Ver também “Delso Mendes da Fonseca” no mesmo dicionário.

⁶⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (3695/7455). Datado de 19 de julho de 1931.

continuaram sendo assinadas por “Juarez Távora – Delegado Federal do Norte”. Quando eram assinadas abertamente por um dos dois auxiliares foram sempre encerradas com a frase “pelo major Juarez Távora”. Todos esses pontos ratificam elementos determinantes para que se entenda a estrutura e atuação da Delegacia do Norte: Juarez era a própria Delegacia, e quando da sua ausência, o que legitimava a ação de seus auxiliares era sempre falarem em seu nome. Esse fato é decisivo, pois, como veremos, foi em grande parte no período de atuação de Juraci Magalhães e de Delso Mendes da Fonseca que foi orquestrado o processo de militarização das interventorias do Norte.

Quando Juarez se restabeleceu e efetivamente reassumiu o posto de Delegado, em agosto de 1931, quatro revolucionários nortistas que serviam no Maranhão escreveram ao líder, deixando transparecer como a Delegacia estava sendo encarada na região: “cumprimentos prezado camarada por haver reassumido Delegacia Norte. Aproveitamos ensejo para científicá-lo de que confiamos sua ação enérgica junto altos poderes em prol engrandecimento e unificação nosso querido Brasil”.⁶⁵ Para esses militares, a Delegacia tinha um objetivo claro para o Norte no novo contexto político nacional: engrandecer e integrar a região ao país, sendo essas palavras-chaves para entender os significados da ação de Juarez.

2.3.2As diretrizes da administração: integrar e engrandecer

Em telegramas-circulares enviados aos interventores do Norte, em março de 1931, Juarez nos permite uma aproximação das questões de que se ocuparia “sua” Delegacia. Alguns meses depois de empossado no cargo, ele dá diretrizes gerais para a região, elegendo alguns temas estratégicos. O primeiro a ser destacado envolvia uma dupla questão: controle de cargos e saneamento moral da política. Apesar de longa, vale a citação da circular enviada a todos os estados do Acre a Bahia:

Considerando que todos estados Norte se debatem atualmente numa crise financeira sem precedente, considerando que essa crise é, em grande parte, fruto da desonestidade dos governos ou afilhados do regime decaído, considerando que essa desonestidade é em muitos casos patentes e pode ser verificada por um exame rápido da contabilidade pública ou pelo simples confronto entre a pobreza em que viviam antes de ocupar cargos públicos e a riqueza que ostentam depois de exercê-los, atendendo a que a revolução se faz para curar sumariamente pelo cautério ou pela cirurgia esses males incuráveis pela terapêutica constitucional, (...) resolvo, como Delegado

⁶⁵ Idem (4560/7455). Datado de 26 de agosto de 1931.

Federal do Norte, aconselhar todos interventores desta zona do país a, seguindo o exemplo do interventor do Pará, obrigarem pelos meios mais eficazes os defraudadores provados da fortuna pública a entrarem com as quantias desviadas para os cofres do estado ou dos respectivos municípios, cabendo-lhes recorrer desse ato dos interventores para o tribunal especial.⁶⁶

Procurando também gerenciar questões econômicas que afetavam os estados nortistas, Juarez escreveu para o ministro da Fazenda, José Maria Whitaker:

Tendo aviso ministro Fazenda que autoriza Banco do Brasil a fazer descontos, limitado essa faculdade bancos com capital superior cinco mil contos e quase não havendo bancos com esse capital no Norte [do] Brasil, venho apelar v. excia. sentido conceder esse favor bancos pequeno capital existentes todas capitais Norte.⁶⁷

Por fim, é significativo que o tema da educação tenha acompanhado, em importância, aos dois anteriores. Disse novamente aos interventores do Acre a Bahia:

Entendendo utilidade uniformização ensino público em toda República e considerando que São Paulo tem sido o estado da federação que mais seriamente tem cuidado desse assunto, e ainda que dirige hoje instrução pública aquele estado uma notável competência técnica como é a do professor Lourenço Filho, sugiro a todos os estados Norte conveniência modelarem qualquer reforma do ensino que tenham executada ou venham executar pelo o que se está fazendo no grande estado sulino, guardadas as necessárias proporções. Conviria para isso cada estado remeter a São Paulo um professor capaz bem assimilar fundamentos reforma ali elaborada e transplantá-la com indispensáveis adaptações para seu estado.⁶⁸

Essas três circulares do Delegado mostram que Juarez procurou tratar com grande atenção questões políticas, econômicas e sociais, para favorecer o Norte no novo contexto político. São medidas que partem, de imediato, da própria Delegacia, com o objetivo comum de “engrandecer” a região, “integrando-a” a um desenvolvimento nacional, e também “integrar” os estados em um crescimento mais uniforme, que entendia favorecer a região como um todo. Com isso, procurava efetivamente estabelecer ganhos para o Norte, pois acreditava que a revolução se fez para “curar sumariamente pelo cautério ou pela cirurgia” esses “males incuráveis da terapêutica constitucional”. Para tanto, sua ação como Delegado, deveria ser um instrumento primordial para estabelecer um modelo administrativo efetivamente novo e revolucionário na região.

⁶⁶ Idem (228/7455). Datado de 10 de março de 1931.

⁶⁷ Idem (250/7455). Datado de 12 de março de 1931.

⁶⁸ Idem (231-232; 234-235/7455). Datado de 10 de março de 1931. Nesse mesmo dia, Juarez enviou para o interventor paulista uma cópia do telegrama acima, solicitando que se facilitasse o entendimento desses professores com o diretor de Instrução Pública do estado.

Entretanto, foram poucas as ações que tiveram iniciativa da própria Delegacia, tendo o órgão atuado, em grande medida, a partir de demandas oriundas dos próprios estados. Obviamente, os revolucionários nortistas, em especial os interventores, foram os que mais procuraram a Delegacia para a solução de problemas. Mas, além deles, outras pessoas também lhe escreveram, como já alertara no trecho de sua autobiografia que abre esse capítulo, onde se autointitula “Ouvidor-Geral das Queixas”.

No entanto, esse título, entre o jocoso e estratégico, pode revelar alguns pontos interessantes sobre a função do Delegado. O fato de receber reclamações e pedidos para a solução de problemas, muitos dos quais de cunho pessoal, mostra, mais uma vez, como Juarez era visto naquele momento do Governo Provisório: como o líder capaz de efetivamente tornar a revolução vencedora, acabando com os males políticos e administrativos da Primeira República, melhorando a vida das populações nortistas. Sua correspondência permite acessar o teor dos pedidos, bem como os vários demandantes. Entre os pedidos diversos, está o de Padre Cícero, solicitando que ele interviesse junto a seu irmão, então na interventoria cearense, para que cessassem as constantes perseguições de busca de armas, que vinham provocando “estragos no interior das minhas casas”; ou o de Isaac Bechara, residente de Itacoatiara, no Amazonas, que pedia “providenciar justiça urgente defloramento minha filha” por um “protegido política decaída”.⁶⁹ Esses pedidos, apesar de remetentes tão distantes em visibilidade e de tocarem em questões tão particulares, têm em comum o fato de Juarez ter encaminhado aos respectivos interventores telegramas cobrando a solução aos casos. Isto é, vê-se que ele se reconhecia como responsável pelo encaminhamento dessas demandas, reafirmando, assim, a popularidade de sua liderança, como um legítimo “Ouvidor-Geral das Queixas”, quer junto ao Governo Provisório, quer aos próprios interventores nortistas.

A Delegacia agiu decisivamente em muitas questões administrativas no Norte, utilizando como base a ampla popularidade e reconhecimento da liderança de Juarez. Uma de suas ações mais frequentes voltava-se para as questões internas dos estados, em busca de soluções para problemas ligados às prefeituras de municípios da região. Assim, encaminhou para os interventores centenas de pedidos de cidadãos e também das prefeituras interioranas, cobrando soluções de problemas administrativos aos novos chefes estaduais. Esse é o caso do “povo Dois Irmãos [Bahia] patrioticamente agradece

⁶⁹ Caso padre Cícero, 17 de janeiro de 1931, Idem (3367-3370/7455). O de Isaac Bechara, 17 e 27 março de 1931, Idem (2014; 2017-2018/7455).

vossa valiosa intervenção junto novo interventor fazendo justiça nossa causa”.⁷⁰ Além disso, orientava os interventores em casos administrativos das interventorias que acabavam de assumir, como no telegrama que escreveu a Astolfo Serra, recém empossado no Maranhão, em janeiro de 1931:

Ciente vosso despacho comunicando-me haver tomado posse cargo interventor Maranhão faço votos possas dirigir destinos vosso estado fugindo maléficis interferências política facciosa. Podeis nesse sentido contar com meu decidido constante apoio. Acabo ser consultado por firma interessada compra babaçu se Maranhão poderá fornecer dentro pequeno prazo duzentas toneladas de cico com casca afim servir experiência máquina descascadora agora construída nos Estados Unidos. Estou informado especuladores pretendem vender estrangeiros minas auríferas região Turiassú que pertence legitimamente estado. Cumpre evitar tal negócio pois espero ver brevemente solucionado caso com lei nacionalização minas quedas d’água.⁷¹

O envolvimento de Juarez com as questões internas aos estados demonstra, além de um significativo conhecimento das situações econômicas e administrativas estaduais, o modelo que adotou em seu papel de Delegado, procurando bem mais que auxiliar os interventores, mas também indicando soluções que considerava, nas palavras do decreto que instituiu seu cargo, “conveniente ao interesse público”. Outro lado da ação de Juarez aparece por meio dos pedidos das interventorias, permitindo-nos avaliar como era visto pelas lideranças estaduais. Aluísio Ferreira, militar que então atuava no estado do Amazonas, asseverou a Juarez que, para funcionários da ferrovia Madeira-Mamoré, que representavam “algumas centenas patrícios ameaçados fome eminente”, a “única esperança é interferência seu favor Delegado Federal Norte”, colocando “sob proteção vossencia os ferroviários destas longínquas raízes nossa pátria.”⁷² Artur Neiva, interventor baiano, escreveu que “rogo preclaro amigo e devotado Delegado Norte sua palavra apoio pretensão Bahia que sem este recurso de emergência não poderá saldar compromissos, sobretudo credores estrangeiros”.⁷³ Landri Sales, interventor piauiense, afirmou ser “obrigado a recorrer aos seus valiosos préstimos para, pedir-lhe, encarecidamente, conseguir que as verbas destinadas aos serviços agrícolas sejam entregues ao estado”.⁷⁴

Em todos esses telegramas, a Delegacia aparece como a única e/ou última possibilidade político-administrativa capaz de solucionar os problemas enfrentados, sendo representada como uma instância de salvação para os estados da região em

⁷⁰ Idem (2540-2541/7455). Datado de 23 de março de 1931.

⁷¹ Idem (4160-4161/7455). Datado de 10 de janeiro de 1931.

⁷² Idem (1962-1964/7455). Datado de 16 de dezembro de 1930.

⁷³ Idem (2463-2464/7455). Datado de 25 de dezembro de 1931.

⁷⁴ Idem (6679-6680/7455). Datado de 26 de outubro de 1931.

diferentes aspectos. É importante notar que nessa correspondência não havia pedidos de verbas, mas sim o da interseção de Juarez para que elas fossem conseguidas. Como o decreto de sua criação não destinava recursos para seu funcionamento, o Delegado, mesmo sem ser o responsável direto pelo destino de qualquer financiamento público, criou um modelo de ação pelo qual seu capital político e simbólico tornava-se uma moeda de interlocução de imenso valor. Dessa forma, quando construiu seu cargo de Delegado e recusou o Ministério da Viação e Obras Públicas, Juarez buscou fazer política a partir de seu prestígio militar de grande herói revolucionário nacional e de líder do Norte, e não como civil. Se nomeado ministro teria verbas, como Delegado criou estratégias para consegui-las e favorecer o Norte.

Nesse sentido, municiado por essas questões, além de atentar aos assuntos internos aos estados, procurou mediar problemas e demandas dos estados nortistas, sobretudo em assuntos de administração pública envolvendo medidas de política econômica e segurança. Em telegrama enviado aos interventores do Ceará e do Rio Grande do Norte, informa: “acabo receber interventor Pará seguinte pedido: ‘peço conseguir estados Rio Grande do Norte e Ceará redução impostos exportação couros benefício indústria curtumes aqui ora agonizante falta couros (...)’ Convém estudo questão dando resposta possível brevidade”.⁷⁵ Para Augusto Maynard, lembrou da “conveniência dirigir telegramas interventores Bahia, Pernambuco e Alagoas sugerindo-lhes melhor maneira auxiliarem campanha [contra Lampião] a ser conduzida nordeste baiano e zona limítrofes”.⁷⁶ Mas de todas as medidas que relacionavam os estados nortistas em prol de um desenvolvimento regional a partir da ação entre estados, e sem uso direto de verbas federais, nenhuma foi tão elaborada quanto à apresentada por Juarez a Astolfo Serra, em 21 de abril de 1931:

Acabo telegrafar interventorias Norte interessados subvenção programa cabotagem maranhense. Já a havia feito anteriormente, concordando estados Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí em concorrer quantia 27 contos. Entretanto, como estado Pará discordasse, por ter já contratada empresa particular serviço sua cabotagem interna, acabo propor demais estados concordem elevação quota para 30 contos, bastante obter entre mesmos e Maranhão total 150 contos. Vou contudo insistir sobre assunto junto interventor Pará. Pedi todos lhe comunicassem decisão.⁷⁷

⁷⁵ Idem (277/7455). Datado de março de 1931.

⁷⁶ Idem (7328/7455). Datado de 27 de abril de 1931.

⁷⁷ Idem (4311/7455).

A partir dessas iniciativas, algumas partindo de pedidos dos interventores, outras do próprio Juarez, ele buscava construir um bloco político, equiparando suas unidades. Para isso, ampliava para alguns estados as ações federais que não os favoreciam reafirmando a política da Delegacia de “engrandecer” e “integrar” a região, levando em consideração um desenvolvimento comum no Norte e não apenas em certos estados. Uma diretriz política que fora defendida por ele e por José Américo, na formação de um conjunto ministerial que buscasse consolidar as medidas imediatamente pós-revolucionárias, de forma unificada, em toda a região. No caso da navegação maranhense, Juarez articulou, entre os próprios estados do Norte, a arrecadação de recursos para resolver uma situação concreta, em nome de um desenvolvimento mais uniforme para a região. Em todos os casos, fica evidente a busca de soluções sem o auxílio de verbas federais. É plausível imaginar que, sem a figura do Delegado e a institucionalização da Delegacia pelo Governo Provisório, tais questões não teriam esse encaminhamento e possíveis soluções.

É difícil afirmar se tais medidas extrapolavam ou não seu papel como Delegado, já que o decreto de criação do cargo era amplo e subjetivo quanto às suas atribuições. De toda forma, em relação à única atribuição claramente estabelecida pelo decreto – “propor demissões, nomeações, transferências” – também foi amplamente utilizada, principalmente no que se refere às nomeações dos interventores, tema do próximo capítulo. Em relação aos funcionários das interventorias, contudo, ele pouco interveio, deixando claro que essa autoridade cabia aos interventores. Apesar disso, chegou a solicitar a presença de alguns funcionários de sua confiança, e certos interventores pediram sua opinião (e ação) sobre a troca e efetivação de seu pessoal. Alguns exemplos são a consulta de Aluísio Moura sobre a permanência do então primeiro-tenente Ernesto Geisel como secretário geral da interventoria potiguar, o que foi respondido por Juarez como “conveniente manter Geisel interinamente até posterior decisão definitiva”.⁷⁸ Já Freitas Melro, interventor de Alagoas, falando sobre a nomeação de um de seus secretários disse: “nenhum compromisso tomaria sobre nomeação secretário sem ouvir previamente general que considero de fato representante Alagoas”.⁷⁹

Como se vê, mais do que pedir orientações para as nomeações, alguns interventores entendiam que elas eram de responsabilidade da Delegacia, furtando-se ao dever de manter ou nomear algum funcionário sem antes ouvir Juarez Távora. Mas

⁷⁸ Idem (7028-7030/7455). Datado de 27 e 30 de março de 1931.

⁷⁹ Idem (1257; 1265; 1272-1273; 1277-1278/7445). Datado entre 7 e 24 de janeiro de 1931.

também é correto assinalar que para a formação do segundo escalão administrativo das interventorias, Juarez mostrou-se disposto a ouvir seus companheiros e dar autonomia aos interventores. Contudo, alguns preceitos básicos para a administração revolucionária do Norte, em busca de cura para os “males incuráveis da terapêutica constitucional” foram adotados pelos revolucionários nortistas e pelo Delegado do Norte.

É o que se vê quando Álvaro Maia, interventor do Amazonas, solicitou, em quatro dias, a remoção de nove funcionários “estritamente ligados governo políticos passados insistindo politicagem trabalhando contra obra revolucionária”.⁸⁰ Já Magalhães Barata, interventor do Pará, escreveu em carta que refutava as denúncias de “ter eu permitido aqui monopolização por parte quaisquer família aqui nas posições políticas” garantindo “ter escolhido sob todo critério e liberdade (...) meus atuais auxiliares”.⁸¹ Assim, mesmo com a liberdade para escolher os funcionários que os auxiliariam nos estados, os interventores procuraram pautar suas escolhas por nomes e critérios revolucionários, afastando pessoas e práticas ligadas ao regime que derrubaram.

O ponto fundamental, para Juarez, era que os interventores privilegiassem o Norte e a revolução, mas dentro de critérios seguros, sem revanchismo. Em conferência telegráfica com o interventor baiano Leopoldo Amaral, o Delegado frisou “necessidade absoluta escolher nomes que se superponham interesses intransigências de facções (...) e que preferiremos que, aos postos administrativos de responsabilidade, vão homens capazes, embora não revolucionários, a que sejam ocupados por elementos decididamente revolucionários, mas não capazes de exercer com eficiência os cargos para que foram designados”.⁸² Para Fernandes Távora, ele foi mais claro ainda: “convém não esquecer ideal revolucionário não consiste satisfazer correligionários ou contrariar adversários, mas antes tudo atrair funções públicas indivíduos capazes bem exercê-las”.⁸³

De modo bastante semelhante à escolha dos ministros do Norte, ainda durante o processo de tomada de poder, Juarez recomendou aos responsáveis pelas nomeações, que privilegiassem o bom funcionamento da administração pública e não apenas os

⁸⁰ Idem (2039-2041/7455). Datado de 23 e 26 de abril de 1931.

⁸¹ Idem (4836-4838/7455). Datado de 8 de janeiro de 1931.

⁸² Idem (3183-3195/7455). Sem data.

⁸³ Idem (3449-3450/7455). Datado de 31 de março de 1931.

acordos políticos, fazendo dos cargos meros prêmios para aliados. Adotando esse caráter técnico, que valorizava a eficiência dos detentores de cargos públicos, o Delegado refutava uma prática de favorecimentos e desmandos políticos, atribuída à Primeira República, reafirmando a necessidade de consolidar um novo modelo administrativo no Norte, centralizado na Delegacia.⁸⁴

Apenas pesquisas mais específicas em relação às realidades estaduais poderiam afirmar com mais precisão qual foi o desenrolar dessa orientação. No entanto, o fato é que, com elas, vieram muitas tensões, sendo o Delegado peça-chave na tentativa de solucionar essas “queixas”. Tratando da pacificação de um desses desentendimentos – no qual um dos revolucionários nortistas dizia-se “melindrado” por não ter a nomeação de um amigo sido atendida, o que o impelia a pensar em “abandonar” a revolução – disse Juarez em um tom forte:

Não pleiteei junto interventores Norte nomeações qualquer funcionário, deixando critério mesma renovação funcionalismo. Nunca desconsiderei ou exigi submissão incondicional meus companheiros revolução civis ou militares. Tudo tenho procurado fazer sim para uni-los prestigiá-los, evitando injustiças, incompatibilidades anulam esforços esterilizam obra revolucionária. Se mais não tenho feito é porque mais não posso ou não devo. (...) Se contrariedades, desilusões dessem direitos alguém desistir revolução, eu os teria mais que qualquer outro para fazê-lo.⁸⁵

Extrapolando o próprio processo de nomeação de funcionários estaduais, a discussão com o revolucionário norte-rio-grandense mostra como Juarez atuava em seu papel de Delegado. Reconhecia as dificuldades de sua função e as contrariedades que dela advinham junto a muitos companheiros, ante percalços, relativamente comuns. Entendia, porém, que sua autoridade vinha do apoio de seus “camaradas” do Norte e que, por isso, fazia o máximo que podia para atender suas demandas e procurar resolvê-las. Com isso, em suas palavras, buscava “unir” e “prestigiar” a região, termos que podem ser entendidos como sinônimos das palavras “integrar” e “fortalecer” utilizadas por outros revolucionários nortistas para definir a Delegacia do Norte. Nesse constante processo de busca por soluções para as interventorias, tanto nas questões internas, como

⁸⁴ É interessante perceber que essa medida também foi adotado no Estado Novo, visando, dentre outras coisas, fortalecer o Poder Executivo. O “processo de modernização administrativa”, consolidada como política de estado no Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), “era apontada como uma resposta à experiência oligárquica, aos critérios personalistas e particularistas e à instabilidade administrativa da República Velha”, tendo o Estado Novo enaltecido “a técnica em contraposição à política, veiculada como o lado sujo dos ‘interesses privados’”. O conhecimento técnico e científico aplicado à administração seria um patamar superior na forma de lidar com os interesses nacionais” (D’Araújo, 2000: 31-32).

⁸⁵ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (7164-7165/7455).

nas que se relacionavam aos outros estados e ao Governo Provisório, a Delegacia, a partir da liderança de Juarez e do reconhecimento dos revolucionários nortistas, foi construindo um Norte que, por ser forte e unido, conseguia atuar politicamente com mais empenho no Governo Provisório.

Assim, se, administrativamente, esperava-se que a Delegacia integrasse e fortalecesse a região, a política para – e do – Norte do Delegado também era, no processo de mão dupla fundamental para seu entendimento, baseada nesses significados. Transmutados como orientação e apoio, quando pensados a partir da ação política da Delegacia.

2.3.3A política da Delegacia: orientar e apoiar

A Delegacia, além de procurar atender às questões políticas e administrativas de cada um dos estados, também foi promotora de uma política mais global para o Norte definida pela defesa dos interesses da região, em apoio ao Governo Provisório. É bem verdade que é muito difícil delimitar até onde a ação administrativa da Delegacia e a promoção de um desenvolvimento regional relativamente igualitário dos estados não eram sua ação política junto ao – e de defesa do – Governo Provisório. Nessas inter-relações que misturam administração, unidade e política, o Delegado, juntamente com os interventores e com os revolucionários nortistas, encontrou um canal de proximidade e diálogo com o Governo Provisório que fortalecia e consolidava o “regime instituído pela Revolução” no Norte, para lembrar o decreto que fundou a Delegacia.

Averiguando essas questões com mais profundidade, percebe-se que, mesmo antes da vitória definitiva do movimento de 30, Juarez já entendia que a força política do Norte estava em sua união frente ao novo contexto que se anunciava. Isso fica claro em uma comunicação para Jurandir Mamede, um dos chefes de suas brigadas militares, em que o senso de oportunidade de Juarez é explicitado: “é preciso que o Norte unido em ideal revolução triunfante possa pesar pelo seu esforço decisivo na balança dos acontecimentos políticos que hão de suceder a vitória da revolução”.⁸⁶ Como Delegado, ele procuraria institucionalizar tal projeto, mobilizando os interventores, seus principais parceiros, ao lado dos chefes militares: “acabo combinar com interventores do Norte em telegrama circular utilidade transmitirem uns aos outros por intermédio rádio Exército

⁸⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (441-443/3695). Datado de 22 de outubro de 1930.

súmula atos principais diariamente decretados. Mesma coisa alvitro façam camaradas diferentes B.C. fim estarem constantemente ao par situação conjunto”.⁸⁷

Assim, tendo na região uma liderança incontestável, foi a sua orientação um dos pilares da união política entre o Norte e o Governo Provisório, sendo seu posicionamento determinante para situar a região nas questões nacionais. Nesse sentido, era fundamental para os revolucionários nortistas, quer militares, quer civis, receber as orientações do líder. Reconhecendo a importância desse tipo de centralização, Antenor Navarro reforça, por carta, a organização de um *bureau* para orientar os revolucionários do Norte quanto aos temas políticos da conjuntura. Já em maio de 1931, vemos que um deles é o da constituinte:

Você organizando aí o bureau com o Jura [Juraci Magalhães] (para o qual eu posso mandar tudo móveis, máquinas de escrever, papel tudo enfim) seria muito fácil a organização. Agora mesmo estamos embaraçados se devemos atacar de público a Constituinte. Não vejo mesmo orientação aqui pelo Norte nesse sentido. Os órgãos oficiais são órgãos da revolução e precisamos esclarecer os revolucionários, naturalmente com argumentos. O que não podemos é deixar que essa ideia tome corpo. Com o bureau isto estaria resolvido porque daí você teria imediatamente comunicação com todo o Norte, enviando a orientação a seguir e o material a publicar. (...) Creio que qualquer campanha desde que seja bem orientada e simultânea em todo o Norte, sacuda esse povo. A mim, pessoalmente, como você e a quase todos nós, pouco adianta que venha a Constituinte, mas como revolucionários temos o dever de defender a revolução e a sua obra ainda não acabada. Não é esse o seu pensamento? Se isso saísse em todas as formas e estilos em todo o Norte garanto que a Constituinte estaria com a sua vida bem precária. Por dois motivos: 1º porque ficaria pública a sua orientação 2º porque essa publicidade intensa sacudia o povo, ou melhor, a opinião pública. (...) Todas as organizações políticas têm necessidade de tornar pública a sua ação. Creio que não erro dizendo que o Norte é hoje uma organização político-revolucionária sob o seu controle. Sendo assim, precisa dar a conhecer o seu pensamento. Isso vai a título do meu modo de pensar porque não quero ensinar padre nosso a vigário.⁸⁸

Diante do recém iniciado movimento pela Constituinte, o interventor paraibano, mesmo compreendendo a necessidade de combatê-lo, solicita a intervenção pública de Juarez, já que o Norte deveria agir de forma integrada para se tornar efetivamente uma “organização político-revolucionária”, ou, em outras palavras, um ator coletivo de envergadura nacional. A máxima exposição do pensamento de Juarez seria o elemento de coesão política do Norte e, ao mesmo tempo, de combate nacional aos opositores do Governo Provisório. Como um dos heróis da revolução vencedora e como Delegado do Norte, Navarro advertia, mesmo sem querer “ensinar padre nosso a vigário”, que a ampla publicidade da orientação política de Juarez conseguiria angariar o apoio da “opinião pública” contra a campanha pelo retorno do sistema constitucional. Feito isso

⁸⁷ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (240-245/7455). Datado de 11 de março de 1930.

⁸⁸ Idem (310-312/7455). Datado de 3 de maio de 1931.

no Norte, “sacudindo” o povo para as causas do Governo Provisório, “alinhar” a região com a revolução.

O mencionado Bureau de Informações foi concretizado em 28 do mesmo mês, em comunicação assinada por Antenor Navarro e Agildo Barata: “de acordo com as últimas ordens recebidas do general Juarez Távora, fica criado no Nordeste (Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte) um ‘SUB-BUREAU DE INFORMAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS’, dependente do bureau central no Rio de Janeiro, com sede em João Pessoa”. Dessa forma, “todas as informações oriundas do Bureau Central ou a ele destinadas pelos estados do Nordeste deverão transitar por intermédio deste sub-bureau”, com “exceção as medidas de caráter urgente, cuja pressa é fator principal”. Além da necessidade de ser autenticada pelos chefes do bureau de cada estado, a comunicação também alertava para o tipo de envelope a ser usado na correspondência: “envelope duplo, com aviso de –absolutamente reservada– para que só o destinatário seja permitido abri-la”.

Os cuidados eram muitos, como se vê. A classificação de cada mensagem e a cor do papel no qual seria escrita (Confidencial, em azul; Reservada, em rosa; Particular, em branco; e Pública em amarelo), eram especificados como condição de segurança. Também se alertava que “a criação do bureau e do sub-bureau é de caráter reservado”, devendo dele “ter ciência os militares e civis conspiradores que fizeram a revolução”. Além disso, que “as medidas de ordem urgente serão transmitidas diretamente do Rio ou para o Rio pelo tenente Juraci Magalhães (rua Marques de Abrantes, 165)”, sendo adotada uma cifra para os contatos “entre Juraci e o Norte.”⁸⁹

Sobre a montagem desse esquema de bureau, vale notar alguns pontos importantes. O primeiro deles é que seu planejamento foi detalhado, sendo claro que era altamente secreto. Mas os indícios são de que ele praticamente não funcionou. Além da quase inexistência de papéis timbrados, como o utilizado nessa comunicação, no arquivo pessoal de Juarez Távora não há referência ao bureau ou ao sub-bureau em nenhuma correspondência assinada pelo Delegado do Norte. Vale lembrar que a data de sua criação condiz com o período no qual Juarez esteve relativamente afastado da Delegacia para tratamento de saúde, o que é ratificado pelo papel preponderante de Juraci no referido órgão, por mais que o endereço para correspondência seja o de Juarez. O segundo é que um dos revolucionários nortistas que agenciou sua criação, logo se

⁸⁹ Idem (5378-5379/7455).

afastaria da Delegacia. Agildo Barata, nesse momento, já estava articulando sua ação política contra o Governo Provisório, o que desembocaria em sua participação ao lado dos paulistas na Guerra de 1932, um deslocamento que impressiona ao se considerar sua proximidade com Juarez e suas funções na Delegacia. De toda forma, e a despeito do quase inexistente funcionamento do bureau, a partir de sua criação e dos possíveis motivos do seu desmantelamento, fica patente que a orientação de Juarez para o Norte era fundamental para a ação política dos revolucionários, que criaram estratégias para torná-la mais eficiente e difundida.

Assim, Juraci, já como interventor baiano, escreveu que “estamos absolutamente sem notícias situação política nacional peço prezado amigo informações pormenorizadas últimos acontecimentos”.⁹⁰ Outros revolucionários nortistas, ressaltando, mais uma vez, a importância da orientação do Delegado para a unificação política da região frente ao Governo Provisório, seguiram no mesmo tom, como é o caso de Jurandir Mamede: “nossos camarada daqui coesos aguardam suas ordens. Norte só reconhece um chefe. Aquele que o conduziu a vitória em outubro ano passado.”⁹¹

Os vários exemplos demonstram como as orientações de Juarez foram determinantes para a política defendida pelo Norte nesse momento, tanto nas questões estaduais como nas relacionadas à política nacional. Além disso, assim como mostrou a iniciativa de criação do bureau, os próprios interventores e revolucionários nortistas procuravam divulgar entre eles qual o pensamento do Delegado para, em conjunto, adotarem medidas necessárias à consolidação dos ideais revolucionários do Norte face ao Governo Provisório. O papel da orientação política de Juarez ficou excepcionalmente evidente na postura que os estados nortistas tiveram diante de suspeitas de movimentos políticos subversivos que ameaçavam tanto o Norte quanto o Governo Provisório.

No dia 29 de setembro de 1931, Juraci Magalhães escreveu da Bahia asseverando a Juarez que “temos informações seguras prepara-se movimento pró-ditadura militar rebentará dia três outubro chefia gen. Leite Castro. Embora julgue tratar-se mais uma exploração nome referido general, precisamos você nos informe e oriente respeito.”⁹² Sobre a mesma suspeita, três dias depois, Luís de França Albuquerque, interventor de Alagoas, afirmou que “só agora recebi correspondência cifrada de Juraci (...) dizendo constar preparado movimento pró ditadura Leite Castro

⁹⁰ Idem (3065/7455). Datado de 30 de novembro de 1931.

⁹¹ Idem (5983/7455). Datado de 28 de outubro de 1931.

⁹² Idem (3009-3010/7455). Codificado.

reventará amanhã. Reafirmo manifestação ordem estado solidariedade absoluta você e Governo Provisório.”⁹³ Diante do mesmo tipo de ameaça, envolvendo outro proeminente revolucionário, Magalhães Barata, do Pará, em 27 de outubro, escreveu para Juarez informando que “um oficial Marinha aqui indagou como receberia um movimento subversivo chefiado Miguel Costa. (...) Ignoro o que há. Peço informar algo.”⁹⁴ Sobre esse assunto, escreveu Lima Cavalcanti, poucos dias depois: “Barata informa (...) [que] foi abordado [por] militar indagando como receberia movimento chefiado Miguel Costa. Barata julga algo anormal se passa, acrescentando Seroa [da Mota, interventor do Maranhão] deve ter máximo cuidado comunistas. Pensamos deve haver vigilância, pois temos indícios trabalho ativo partidários ditadura comunista decaídos.”⁹⁵ Diante da ameaça de um movimento subversivo na região, os interventores nortistas procuraram alertar seus companheiros e buscaram a orientação de Juarez. Mesmo sem a consolidação dessas ameaças, para eles, o posicionamento da região dependeria da palavra do Delegado, pois a ação conjunta do Norte nos movimentos de oposição ao Governo Provisório só poderia ser empreendida a partir das orientações da Delegacia. Com a efetiva realização de um levante de oposição na região, Juarez mostrou, realmente, a importância de sua Delegacia para a defesa da revolução. Com o início da Revolta do 21º BC de Recife, ocorrida entre 29 e 31 de outubro de 1931, ele informou aos interventores da Bahia ao Amazonas, em circular sem data, que:

Motim caráter comunista que acaba explodir 21 BC merece nossa formal enérgica repulsa e espero todos interventores Norte tomarão medidas eficientes providências sentido restabelecer ordem e mostrem [que] governo federal pode ficar tranquilo quanto segurança revolução nessa parte país. Peço-lhe informar-me urgente situação reinante esse estado.⁹⁶

Nesse combate, Juarez mostrou mais uma vez seu intuito, como Delegado, de unir o Norte em torno da revolução e da defesa do Governo Provisório, preocupado, além de combater os revoltosos, em estimular a cooperação dos interventores na defesa de Recife e de averiguar se a revolta espalhou-se em outros estados. A ação decisiva do Delegado também pode ser percebida pela vasta comunicação que recebeu durante o motim, na qual foram noticiados os combates e avanços das tropas, além de vários

⁹³ Idem (1724/7455). Datado de 2 de outubro de 1931. Codificado.

⁹⁴ Idem (5007-5008/7455). Datado de 29 de outubro de 1931. Codificado.

⁹⁵ Idem (5986-5988/7455). Codificado.

⁹⁶ Idem (565-568/7455).

telegramas que enviou, após a revolta, a muitos interventores e revolucionários nortistas agradecendo o apoio dado.⁹⁷

Essa revolta, segundo José Murilo de Carvalho, foi operada “sob a liderança de sargentos” e contou “com a participação de operários”. A reação de Lima Cavalcanti, com o auxílio de Jurandir Mamede, chefe de polícia do estado, foi violenta e rapidamente reprimiu os revoltosos, acarretando a prisão de vários militares envolvidos, a morte de dois oficiais e centenas de outros feridos. Além da ação da interventoria pernambucana, “alguns tenentes interventores, como Juraci Magalhães, da Bahia, Carneiro de Mendonça, do Ceará, Herculino Cascardo, do Rio Grande do Norte, prometeram ajuda na repressão” e “outros, como os interventores da Paraíba, onde Ernesto Geisel comandava o 22º BC, e de Alagoas, efetivamente ajudaram” (Carvalho, 2005: 67).

Por esta análise, é possível perceber que as orientações do Delegado para a defesa do Norte e do Governo Provisório foram plenamente executadas, a partir da participação decisiva dos revolucionários nortistas nomeados sob suas orientações (como Jurandir Mamede e Ernesto Geisel) e da articulação entre os interventores. A revolta ocorrida em Recife antecedeu e, de certa forma, preparou e testou a organização e cooperação militar, promovidas pelos interventores nortistas na Guerra de 1932, que iria iniciar-se cerca de nove meses depois. Em ambos os casos, o Norte procurou agir unido, liderado por Juarez. Contudo, se em 1931 a iniciativa foi de Juarez, no ano seguinte, ocorreu justamente o inverso: foram os interventores que tiveram a iniciativa de pedir a Juarez que liderasse a luta contra a “guerra paulista”. Por mais que essa tentativa não tenha sido vitoriosa, mesmo após o fim da Delegacia do Norte, a região estava comprometido com a defesa do Governo Provisório, entendendo que, assim, defendia seus interesses.

Essa aliança, como mencionado, ocorreu em um duplo movimento, envolvendo o Governo Provisório e as interventorias do Norte – em uma relação mediada pela Delegacia – conjugando diversos aspectos políticos e administrativos, tanto no âmbito regional quanto federal. Assim, além de atuar em questões interestaduais e internas às interventorias, a Delegacia constituiu-se como a legítima representante do Norte no Governo Provisório. Essa representação fica explicitada na vasta correspondência enviada pelo Delegado aos Ministérios do Governo Provisório solicitando providências

⁹⁷ Ver, por exemplo, Idem (6005; 6008-6009/7455).

para a região, como o que fez para José Américo quando escreveu: “recebi seguinte telegrama de Manaus que tomo liberdade retransmitir-lhe (...) espero ministro Viação atenderá prontamente”.⁹⁸ Para o ministro da Agricultura fez o mesmo, “recebi de Entre Rios seguinte telegrama (...) estando fato afecto vosso Ministério espero resolverei como for justiça”⁹⁹, assim como para Osvaldo Aranha, “acabo receber seguinte telegrama urgente de Natal (...) rogo-lhe responder com possível urgência esta consulta”.¹⁰⁰

Com essas medidas Juarez buscou construir um canal de conquistas para o Norte junto ao Governo Provisório que só pode ser concebido a partir de seu cargo como Delegado e de seu capital político reconhecido nacionalmente, já que por ele, tinha um trânsito amplo nos principais centros políticos e administrativos do país. Esses pedidos feitos aos Ministérios por seu intermédio avultam em seu arquivo pessoal e o grande volume dessas correspondências mostra como essa prática foi recorrente e estabeleceu-se como uma medida importante para entender a ação dos interventores nortistas e o próprio funcionamento das interventorias. Seria ingênuo achar, contudo, que todos os encaminhamentos de Juarez para a estrutura administrativa do Governo Provisório foram atendidos, sendo as reclamações sobre esse fato outra estratégia pertinente para perceber seus significados. Tasso Tinoco, interventor de Alagoas, escreveu, em 30 de novembro de 1931, para um interlocutor próximo a Juarez comentando que:

Infelizmente, muito pouco foi feito, e assim, acredito ser necessário ir ao Rio entender-me com o presidente Getúlio sobre as necessidades do meu governo. (...) Quero fazer ainda uma tentativa junto ao Juarez, por teu intermédio. Soube que o Juraci Magalhães foi ao Rio e obteve para a Bahia um crédito de 5.000 contos no Banco do Brasil e 10.000 contos creio que na Caixa Econômica. Terá conseguido, assim, 15.000 contos para a administração de seu estado. Ora, eu para aqui vim em consequência de um forte apelo do Juarez, onde ele prometeu facilitar minha ação, declarando-me que teria todo o apoio moral e material do Governo Central, por seu intermédio. Pois bem, agora eu faço a ele um apelo para que procure o dr. Getúlio Vargas e lhe exponha o estado em que encontrei Alagoas tal como eu teria de fazer, se aí fosse. (...) Aí está o que diria ou terei de dizer ao presidente Getúlio caso o Juarez se esqueça de que aceitei esta prebenda num momento de sérias dificuldades para ele (...). Depois que um companheiro cai aqui pelo Norte, ninguém mais se lembra de ajudá-lo... Tomara que venha logo a Constituinte.¹⁰¹

O interventor alagoano, nascido no Rio de Janeiro e que chegara ao Norte cerca de um mês antes dessa carta, apresenta claramente que a atuação dos interventores nortistas era fortemente atrelada à ação de Juarez na Delegacia do Norte. Comparado

⁹⁸ Idem (1990/7455). Datado de 15 de janeiro de 1931.

⁹⁹ Idem (2433/7455). Datado de 25 de fevereiro de 1931.

¹⁰⁰ Idem (7019-7020/7455).

¹⁰¹ Idem (1797-1799/7455).

com o governo baiano que conseguira mais recursos que sua administração, creditou a possibilidade de ter um quadro também favorável apenas pelo intermédio do Delegado e sem ele junto ao Governo Provisório seu desempenho na interventoria estaria comprometido. Mas, com a falta de apoio, chega a desejar a Constituinte, rebelando-se contra uma das bandeiras de combate mais caras aos revolucionários nortistas. Diante de tal postura, ao tomar conhecimento da carta, Juarez escreve ao interventor alagoano: “desde sábado me entendi com o Sr. Presidente República sobre fatos expostos sua carta (...). Aqui defenderei interesses Alagoas como se fora você próprio. Isso não quer dizer me comprometa tudo obter, porque tudo depende última ordem outros”.¹⁰²

O Delegado explicitou as duas grandes limitações de seu órgão: a não existência de recursos para o pronto atendimento das demandas da região e as dificuldades que tinha para ter suas solicitações atendidas por outros órgãos do Governo Provisório. A moeda de ação da Delegacia, fundada no capital político que tinha como grande herói revolucionário e na liderança do Norte parecia não ter tanto valor perante os ministérios. A despeito dessas limitações, Juarez assume que seu combate pelos companheiros do Norte é tão empenhado como se fora os próprios interventores, utilizando de sua construção como legítimo representante do Norte para defender os interesses dos estados da região.

Dessa forma, extrapolando o que determinava o decreto que instituiu a Delegacia, Juarez agiu como o representante do Norte no Governo Provisório, buscando aproximar o governo da região, aliando-as no novo contexto que visava estabelecer um novo formato político para o país. A partir do reconhecimento dessas demandas intermediadas pela Delegacia do Norte, e ao lado das orientações de Juarez para a região, é que foi efetivamente constituída a aliança política entre o Norte e o Governo Provisório. Essa aliança mediada pela Delegacia fica patente na resposta de Artur Neiva à comunicação de Juarez informando que “acabo ser informado sr. presidente República que caso cacau foi resolvido favoravelmente”.¹⁰³ Por telegrama, afirmou o interventor baiano:

Momento em que chegam bom termo negociações crédito favor lavoura cacaeira nome Bahia agradeço penhoradíssimo amigo sua decisiva intervenção. Eu e meus auxiliares sabemos estimar

¹⁰² Idem (1823/7455). Datado de 14 de dezembro de 1931.

¹⁰³ Idem (2733/7455). Datado de 1º de maio de 1931.

quanto lhe fica dever Bahia por mais esta demonstração seu raro patriotismo construtor. Receba pois as seguranças nosso crescente reconhecimento e de inteira solidariedade.¹⁰⁴

Os interventores e revolucionários nortistas que tinham suas demandas atendidas pelo Governo Provisório entendiam que só as conseguiram por intermédio da Delegacia. Com isso, Juarez adquiria a “solidariedade” da região mais do que o próprio Governo Provisório. Com essa luta pelo Norte, Juarez fazia do seu cargo de Delegado maior do que o decreto que o instituiu, já que não foi ressaltada nenhuma relação que teria como representante da região no Governo Provisório. Juarez assumiu seu papel de intermediário em um duplo movimento político: do Governo Provisório para o Norte e do Norte para o Governo Provisório. Levou aos Ministérios as demandas, anunciou soluções, explicou recusas, prometeu mais empenho e cobrou o novo governo, sendo requisitado pelos interventores e revolucionários nortistas nesse sentido.

Atuando como Delegado, alinhou o Norte com a Revolução, expulsando opositores, criando um modelo de governo efetivamente revolucionário, combatendo revoltosos; mas também alinhou a revolução ao Norte, cobrando do Governo Provisório atenção política e reconhecimento de demandas da região. Dito de outra forma, e com os termos presentes no decreto de 12 de dezembro de 1930, ao mesmo tempo em que a Delegacia do Norte consolidava naquela parte do país o regime instituído pela revolução, também consolidava aquela parte do país no regime instituído pela revolução.

Com a Delegacia, os revolucionários nortistas conseguiram um importante espaço político para requerer junto ao Governo Provisório mais atenção com suas demandas, ao mesmo tempo em que, como Delegado, Juarez foi institucionalizado em um cargo para orientar politicamente a região da qual era líder e defendê-la nacionalmente junto ao Governo Provisório, buscando angariar conquistas para os estados. Nessa dinâmica política, foi instituída a aliança entre o Norte e o Governo Provisório. Se, para o Governo Provisório, essa aliança foi fundamental para sua consolidação e combate aos opositores, que atingiu seu ápice com a Guerra de 1932, para os revolucionários nortistas, o que se esperava da revolução com a ação da Delegacia do Norte era o que escreveu Fernandes Távora apenas dez dias depois da instituição do órgão:

¹⁰⁴ Idem (2777/7455). Datado de 26 de maio de 1931.

Até agora nada recebeu inspetoria iniciar trabalhos socorros flagelados que continuam morrendo enquanto incorrigível burocracia tudo protela entrava como está fazendo tribunal contas que diz só despachará verba trabalhos emergência em janeiro. Isso repercute dolorosamente seio populações flageladas para quais administração federal continua ser madrasta.¹⁰⁵

Sentindo-se vítimas da burocracia estatal e de políticas públicas pouco atentas à realidade da região, a Delegacia foi cobrada como o órgão político capaz de transpor esses percalços. Para isso, deveria atuar pelo Norte no Governo Provisório, combatendo os males políticos e administrativos ligados à Primeira República, que os revolucionários tinham o compromisso de acabar. Esperava-se que, com a Delegacia, a ação pública nacional se tornaria mais efetiva, justa e, de certa forma, “bondosa” para o Norte, em oposição à figura de madrasta, típica vilã de histórias infantis, apresentada no telegrama. Já que todo vilão pressupõe um herói, Juarez vivia, quando escreveu seu irmão, o pleno processo de construção de seu heroísmo advindo com a vitória do movimento de 30. Esse herói não poderia ser apenas do Governo Provisório, como tentou determinar o decreto que criou a Delegacia, mas também da região da qual era líder, base de seu poder no combate aos inimigos que acreditava existir.

¹⁰⁵ Idem (3310/7455). Datado 22 de dezembro de 1930.

CAPÍTULO 3

O processo de militarização das interventorias do Norte

Está em concurso o cargo de interventor da Bahia. (...) Os candidatos devem enviar os seus documentos ao capitão-general Juarez Távora.

*Correio da Manhã*¹

Inicialmente chamados governadores provisórios, os interventores nortistas foram as principais lideranças políticas que estiveram à frente do Norte do pós-30, ao lado do Delegado e dos líderes militares estaduais, até as eleições indiretas, que seriam realizadas pelas assembleias constituintes dos estados entre 1934 e 1935. Por esse motivo, mas não só por ele, Juarez esteve sempre próximo das interventorias e das guarnições militares, debatendo propostas de ação, angariando apoio político-financeiro junto ao Governo Provisório e determinando o posicionamento dos estados frente às crises políticas, como visto no capítulo anterior.

No entanto, para melhor entender a intermediação política desempenhada pela Delegacia Militar do Norte, é preciso averiguar como essas lideranças estaduais chegaram ao poder. Além da mediação de Juarez Távora, são decisivas as relações entre revolucionários civis e militares na região, fossem ou não interventores, e o embate travado entre esses líderes e as chamadas “oligarquias decaídas”, ou seja, as elites políticas estaduais apartadas do poder com fim da Primeira República. Some-se a isso o desenrolar das disputas que culminam com a Guerra de 1932, e temos um quadro complexo para entender a atuação do Norte nos primeiros dois anos do Governo Provisório. Com tal perspectiva, vê-se que a instabilidade que marca os primeiros anos do Governo Provisório teve diversas faces, e que o Norte percorreu uma sinuosa trajetória até se tornar o principal aliado de Vargas durante a guerra civil que buscou destituí-lo do poder.

Dado ao grande conjunto de estados que abarca, seria impossível investigar aqui toda a dinâmica política que levou às nomeações e deposições dos interventores do Norte, dando conta, apropriadamente, das implicações dessas ações. Embora a documentação presente no arquivo pessoal de Juarez Távora sobre esse tema seja vasta e rica, permitindo uma análise consistente sobre cada estado, essa pesquisa ultrapassaria, em muito, os objetivos da tese. Assim, procurarei analisar, sempre que

¹ Jornal *Correio da Manhã*, 11 de fevereiro de 1931.

possível com amplitude, a situação política dos interventores do Norte. Mas apenas em alguns casos haverá maior aprofundamento. Os exemplos escolhidos são fundamentais para o que quero investigar: os métodos e principais atores envolvidos no processo de deposição e nomeação dos interventores do Norte. Dito de outra forma, qual foi a estratégia política que tornou o Norte um “bloco” coeso e alinhado com o Governo Provisório na defesa do projeto de centralização política.

Dessa forma, neste capítulo, busco caracterizar as formas de acesso ao cargo de interventor, bem como refletir sobre a rotatividade dessas lideranças nesse cargo. Procuo realizar essa análise, tendo como ponto de vista um olhar mais federal e nacional em relação à política dos estados. Entendo que outras possibilidades surgiriam, como novos desdobramentos na investigação, se a imprensa de cada um desses estados fosse contemplada, o que seria outra pesquisa, aliás muito interessante. Com a estratégia adotada, procuro destacar como a Delegacia coordenou um processo geral para toda a região, que culminou com militarização das interventorias do Norte. A nomeação de interventores militares não foi a primeira opção adotada, mas se tornou uma “exigência” imposta pelos revolucionários nortistas, ao longo de 1931. Juarez e seus auxiliares, para alcançarem essa conformidade, tiveram que passar por obstáculos nada pequenos.

Analisar esse processo a partir do ponto de vista nacional, tendo a Delegacia como centro, permite verificar quais os principais argumentos utilizados pelos revolucionários nortistas civis e militares de vários estados para, inicialmente, questionarem as administrações estaduais e, em seguida, convencerem Juarez sobre qual seria o melhor modelo e perfil de interventor para um projeto de “unificação do Norte”.

Vale observar também que não se trata de saber se as acusações, críticas e denúncias realizadas, durante a articulação dessa nova estratégia política, são “verdadeiras”, o que, de resto, seria muito difícil. O que se quer é entender como elas foram utilizadas politicamente para demonstrar a Juarez as falhas que se acreditava existir nas interventorias. Como desdobramento, como um perfil equivocado de interventor estava prejudicando o projeto revolucionário que se pretendia executar. Esse projeto, depois de alguns rearranjos, defendeu que ter militares à frente das interventorias nortistas era uma condição *sine qua non* para a vitória da revolução e para a efetiva atuação do Norte como uma região geopolítica.

3.1 Sob o crivo do Delegado: nomeando interventores

Entre a vitória da revolução de 30 e o início da Guerra de 1932, ocuparam as interventorias nortistas, oficialmente, 26 interventores.² Todas essas nomeações tiveram a influência direta de Juarez Távora.

Se essa constatação não é novidade para alguns trabalhos que tratam das interventorias da região³, entendê-la em conjunto e atentando às suas conjunturas revela, com clareza, o projeto político do Delegado para o Norte. Além disso, pode-se verificar que os interventores da região estiveram bem mais envolvidos do que se imagina na escolha de novos ocupantes para o cargo. Certamente as chegadas de Herculino Cascardo e Seroa da Mota às interventorias do Rio Grande do Norte e do Maranhão, respectivamente, tiveram mais articulações entre si, do que com uma movimentação política em cada um desses estados.

Na verdade, o papel de Juarez Távora nas nomeações dos interventores vem desde o movimento de 30, quando ele, ao lado de diletos companheiros, foi escolhendo os governadores provisórios nortistas. Instituída a Delegacia, essa ação foi institucionalizada na ampla definição de suas funções, na qual lhe foi garantido, no decreto que a criou, “tomar as medidas que julgar conveniente ao interesse público, podendo propor demissões, nomeações, transferências, e outros atos que lhe pareçam necessários ao bom desempenho de sua missão”.⁴ Como Delegado, adotou dois procedimentos básicos para a nomeação dos interventores do Norte: indicar diretamente a Getúlio Vargas os nomes – seja individualmente ou em uma lista tríplice – e sempre buscar um perfil uniforme na escolha desses líderes em todo o Norte, pautando-se por critérios comuns para todos os estados. Por mais que suas estratégias para a delimitação do perfil desses interventores tenham mudado ao longo do ano de 1931, esses dois procedimentos básicos permaneceram.

² Em anexo há uma tabela completa de todos os interventores nortistas de 1930 até as constitucionalizações estaduais. Nela, registro três nomes como interventores que não compilo nessa contagem compreendida entre 1930 e 1932: Luís de França Albuquerque, de Alagoas; José Maria dos Reis Perdigão, do Maranhão; e Lemos Cunha, do Piauí. Tomei essa medida porque, apesar do relativo tempo que permanecem nos cargos, sempre foram tratados – e se consideravam – interinos.

³ Os trabalhos que tratam sobre as interventorias estaduais nortistas durante o Governo Provisório são: Sampaio (1992), sobre a Bahia; Nascimento (1994), sobre o Piauí; Caldeira (1981), sobre o Maranhão; Souza (1982), sobre o Ceará; e Mariz (1982), sobre o Rio Grande do Norte. Todos, mesmo que rapidamente, citam o papel de Juarez nessas escolhas. Também vale registrar que muitos dos verbetes desses interventores no DHBB – Cpdoc/FGV falam que suas chegadas ao poder nos estados foram influenciadas por Juarez. Além deles, Dulce Pandolfi (1980) já cita o importante papel de Távora nessas nomeações.

⁴ O decreto oficial de criação da Delegacia Militar do Norte está em Arquivo Juarez Távora – Cpdoc/FGV dpf 1930.12.08 (2/7455).

Assim, mesmo sendo Vargas a autorizar a nomeação, seu horizonte de escolha ficou basicamente limitado ou, ao menos, orientado pelas listas enviadas por Juarez. Tal prática foi tão decisiva que, entre a vitória do movimento de 1930 e Guerra de 1932, o presidente nem questionou esse procedimento, nem refutou nenhuma das indicações de Juarez. Mesmo sendo Vargas o detentor da palavra final, nenhum interventor do Norte chegou ao poder sem antes passar pelo crivo do Delegado. Ou seja, todos eles eram homens de confiança de Juarez Távora – pessoas com autoridade para fazer valer a orientação da Delegacia, multiplicando seus braços de atuação nos estados –, antes mesmo de terem a aceitação do presidente para assumirem seus cargos.

Isso fica evidente no diário de Vargas, apesar dos poucos registros que faz acerca da ação de Juarez na nomeação dos interventores do Norte. O processo de substituição dessas lideranças aparece de modo pontual, ao contrário de outros assuntos: “escolha de Artur Neiva para interventor na Bahia”; “nomeio novo interventor para o Rio Grande do Norte, o capitão-tenente Bertino Dutra”.⁵ Contudo, em um dos poucos registros que faz acerca de Landri Sales é possível perceber claramente o distanciamento que possuía do Norte nesse momento. Registrou o presidente, em 4 de abril de 1933: “Veio depois o ministro da Agricultura [Juarez Távora] com os interventores de Alagoas [Francisco Afonso de Carvalho] e Piauí. O primeiro veio despedir-se. O segundo, capitão Landri Sales, veio apresentar-se, expor a situação do estado e fazer vários pedidos para a administração do mesmo. Só então conheci esse oficial, de quem tive excelente impressão”.⁶ Pela data do encontro, não mais existia a Delegacia do Norte, por mais que a ida ao Catete do grupo – anteriormente militares, mas agora políticos em seus primeiros passos – indicasse que mesmo sem tal posto, Juarez ainda possuísse uma forte influência na política da região. O que chama a atenção é o pouco conhecimento que Vargas tem de Landri, sem dúvida, um dos mais importantes revolucionários nortistas. O então interventor piauiense, como veremos, participara ativamente das nomeações dos governadores provisórios, estando diretamente envolvido na nomeação e também deposição de alguns dos chefes estaduais

⁵ Todas as citações de Vargas (1995, vol 1): 5 a 15 de fevereiro de 1931 p. 48 e 6 a 8 de junho de 1931 p.108, respectivamente.

⁶ (Vargas, 1995, vol 1: 200). O então interventor de Alagoas assumiu o cargo após a saída de Tasso Tinoco, em dezembro de 1932.

desse período. Por isso, Landri Sales – mesmo sem ser o único⁷ – ilustra de modo exemplar o desconhecimento que Vargas tinha ao nomear interventores nortistas que eram, inegavelmente, avalizados pela inteira confiança que Juarez tinha neles e que Vargas tinha em Juarez.

Dessa forma, todos os chefes dos executivos estaduais do Norte foram ou se tornaram revolucionários nortistas: civis e militares que lutaram pelo fim da Primeira República, irmanados por ideais tenentistas, reconhecendo a liderança de Juarez Távora na tomada de poder e na política do pós-30. Dessa forma, pautavam suas ações pela defesa do Norte, sendo, antes de mais nada, opositores das “oligarquias decaídas” da região. Um exemplo desse preceito é o caso da escolha do governador provisório norte-rio-grandense, imediatamente após a revolução. O principal nome cogitado para assumir o cargo era o de Lindolfo Câmara, mas, no dia 4 de novembro de 1930, Antenor Navarro, ainda como secretário geral do governo paraibano chefiado por José Américo de Almeida, escreveu para Juarez afirmando que no “arquivo [de Juvenal] Lamartine [último governador do Rio Grande do Norte durante a Primeira República,] foi encontrado carta recente [com] tom maior intimidade Lindolfo Câmara pedindo emprego [para o] filho”.⁸ Essa “denúncia” parece ter sido determinante para o descarte do nome de Lindolfo para o posto, já que no seu lugar foi escolhido Irineu Joffily.

Se a confiança depositada por Juarez nos interventores era determinante para seu estabelecimento ou permanência no cargo, as crises estaduais ocorridas ao longo do ano de 1931 – ligadas ao processo que culmina com a Guerra de 1932 – fazem com que o estatuto básico dessa confiança se altere. Isso pode ser percebido pela mudança no perfil dos interventores indicados pela Delegacia: se em um primeiro momento foram privilegiados interventores civis, pouco tempo depois, optou-se amplamente pela escolha de militares. Essa orientação política em favor da militarização das interventorias foi, fundamentalmente, fruto dos embates entre os próprios revolucionários nortistas, diante das circunstâncias políticas que o Norte e o Governo Provisório vivenciaram no pós-30.

Em outras palavras, foram as crises ocorridas nos governos da maioria dos estados e a necessidade de fortalecimento da região, sobretudo ante o movimento pela

⁷ “À tarde, (...) compareceram também os interventores da Paraíba [Gratuliano de Brito] e do Sergipe [Augusto Maynard], que eu ainda não conhecia” (Vargas, 1995, vol 1: 151). Registro de 11 de novembro de 1932.

⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (1908-1909/3695). Codificado.

constitucionalização do país, que provocaram a substituição dos interventores civis por militares. A significativa mudança na estratégia de nomeação dos interventores, como veremos com mais profundidade, deveu-se às pressões dos próprios revolucionários nortistas, que demandaram de Juarez Távora nomes menos suscetíveis aos apelos políticos da constitucionalização e mais resistentes às pressões estaduais.

Nesse processo de militarização, Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca, secretários da Delegacia, foram fundamentais. O período de substituição dos civis por militares coincide, inclusive, com o momento em que Juarez esteve relativamente afastado da Delegacia para tratamento de saúde. Uma circunstância que permitiu maior autonomia a seus assessores, no encaminhamento de uma proposta que precisava convencer Távora da importância da nomeação de interventores militares para a construção de uma base militar inter-regional, que sustentasse o projeto de centralização política do bloco nortista.

Recorrer ao depoimento de Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca, mesmo considerando que foram dados nos anos de 1970, pode ser esclarecedor de uma das primeiras e principais ações da Delegacia. Juraci, em relato de 1977, depois de ter passado por diversos mandatos e cargos públicos, tornando-se uma das principais lideranças de oposição a Vargas e aos seus herdeiros políticos, pouco fala de sua passagem pela Delegacia. Segundo Juraci, após a revolução “logo fui convocado por Juarez, o ‘vice-rei do Norte’, para trabalhar como seu secretário no Rio, pois ele estava sofrendo de uma infecção muito séria, contraída durante sua prisão na ilha da Trindade, e precisava ter pessoas de muita confiança ao seu lado” (Magalhães, 1982: 71).

Já Delso, em entrevista realizada em 1975, sem nunca ter ocupado posto político, mas com destacada carreira militar – quando da entrevista, tem a patente de marechal –, é mais prolixo ao narrar sua ação na Delegacia. Delso também menciona a situação do Delegado, lembrando que “quando, por doença, Juarez teve que se ausentar por algum tempo, ficou sob a minha responsabilidade imediata a indicação de alguns chefes de governos estaduais, como Alagoas, Maranhão e Piauí” (Fonseca, 1979: 70). Referindo-se pouco a Juraci Magalhães, Delso explica a lógica presente na escolha dos nomes dos interventores, e a relação quase simbiótica que eles possuíam com a Delegacia e seus agentes:

Éramos uma família, uma oligarquia desgraçada! [rindo] A Revolução constituiu a oligarquia! Eram parentes e amigos de infância que se conheciam muito. Sabíamos, cada um de nós, do que

o outro era ou não era capaz. Portanto, procurávamos sempre evitar pedir demais. (...) Desde que a gente nomeava o interventor, ele era um delegado nosso. Nós recebíamos deles todas as informações e dávamos a eles todos os meios para que resolvessem como quisessem os problemas. (...) No Maranhão, por exemplo, houve uma divergência mais ou menos aguda. Agora, não me lembro o nome do interventor, mas era político no Maranhão. Ele, às vezes, (...) pretendia fazer a sua política pessoal dentro do Maranhão. Eu disse: “Não, você faça a nossa política, a sua não! A nossa você pode fazer!” (Idem: 72-73).

Essa passagem, evidentemente elaborada décadas depois, apresenta a revolução de 30 como marco para a constituição de uma “nova oligarquia”, formada pelo Delegado, seus auxiliares e os interventores. Também ressalta os embates internos à “oligarquia dos revolucionários nortistas”, apresentados através da oposição entre uma política “pessoal” do interventor e uma política da Delegacia (“nossa política”). É nesse conflito que duas correntes internas ao grupo foram se tornando mais nítidas: os “revolucionários nortistas civis”, desejosos talvez de maior independência política, e os “revolucionários nortistas militares”, mais afeitos à hierarquia e à liderança de Juarez. Isso não quer dizer que tal categoria, tão importante para esse trabalho, tenha perdido seu valor analítico. Ao contrário: atentando para sua mobilidade no tempo percebe-se como tal identidade política foi se (re)formando, sendo melhor definida a partir de choques e expectativas criadas.

Nesse processo de depuração entre os revolucionários nortistas, muitos deles perderam espaço no jogo político regional e nacional – em definitivo ou temporariamente –, enquanto outros consolidaram seus nomes por muitos anos. Desse último caso, Juraci Magalhães, que chega à interventoria baiana durante o processo de militarização das chefias estaduais, é, sem dúvida, o maior exemplo. Talvez seu grande mérito tenha sido aproveitar o momento em que se definia como militar para desalojar as administrações civis e, posteriormente, tornar-se “civil” para conseguir estabelecer bases políticas para permanecer no poder no contexto eleitoral de 1934.

Esse processo de nomeação de militares como interventores do Norte já é apontado por Dulce Pandolfi, que o reconhece como resultado das instabilidades políticas estaduais: “militarizar tornava-se o caminho para impor o programa revolucionário, única alternativa para superar as crises” (Pandolfi, 1980: 348). Nesse sentido “a militarização, que não foi no imediato pós-30 um pré-requisito necessário à institucionalização das interventorias, passaria a ser uma condição importante para a consolidação da obra revolucionária” (Idem: 352).

A autora defende que foram três as características gerais que conformaram o perfil dos interventores do Norte, “os que mais se aproximaram de um modelo ideal de interventor”. Em primeiro lugar, ser *neutro politicamente*, pois os agentes responsáveis para essa função não poderiam ter ligações partidárias anteriores, para que tivessem “imparcialidade e energia [para] uma obra de saneamento administrativo que dificilmente um homem de partido teria coragem ou habilidade para realizar”. Lembra também que o fato de serem “tenentes” garantia a esse grupo nortista uma certa homogeneidade, pois eram “homens dispostos a romper com a prática oligárquica tradicional da República Velha”, como haviam dado provas. Daí derivava o segundo elemento do perfil desses interventores: ser *militar*. Uma articulação que produziu a ocupação de todas essas interventorias por tenentes, já no início do ano de 1931. Um aspecto que pode também reforçar tal opção decorreria “da fraqueza da classe política local”, o que tornou a militarização das interventorias nortistas não só uma possibilidade política, “diante de uma situação concreta”, como uma “condição necessária para implementar a chamada política revolucionária”. Por fim, para a autora, o interventor deveria ser *estrangeiro*, “sem vínculo direto com as forças políticas locais”. Isso afastava os novos interventores dos líderes estaduais, que deveriam ser postos de lado nesse novo contexto que se anunciava. Algumas exceções, “plenamente justificadas”, marcaram este último ponto. Foram os casos das interventorias de Pernambuco, Ceará e Paraíba, que tiveram seus interventores escolhidos entre líderes civis estaduais, portanto, nem militares, nem estrangeiros, mas amplamente alinhados com o projeto revolucionário para o Norte (Idem: 346-347).

Esses pontos defendidos por Dulce Pandolfi são essenciais para se entender as nomeações e deposições dos interventores nortistas. No entanto, acredito que analisar tal movimentação política priorizando a (inter)ação do Delegado e dos revolucionários nortistas, o que ainda não foi feito, revelará sua maior complexidade, assim como tornará mais compreensível os momentos das deposições e as estratégias de nomeações. Assim, quanto às distintas conjunturas de nomeação dos interventores, ressalto que nem toda crise derrubava os interventores e nem toda substituição de interventores civis significou a nomeação de interventores militares. Estes, que de início eram exceção, viraram regra. Para tanto, o papel de Juarez Távora e de alguns revolucionários nortistas mais próximos da Delegacia foi determinante, o que acabou por criar e consolidar este

modelo, percebido como ideal, de interventor “neutro politicamente, militar e estrangeiro”.

Além disso, o conjunto de crises estaduais que levam à nomeação dos interventores militares ocorreu em um determinado período, sendo a militarização das interventorias uma estratégia para aplacá-las. Em números, essa constatação fica mais evidente. De novembro de 1930 – quando foi instituído o decreto 19.398 que criou a figura dos interventores – até julho de 1932, início da guerra civil, houve 26 interventores diferentes na região. Do final da guerra civil até as eleições estaduais pós-Constituição de 1934, apenas oito novos interventores assumiram o poder. De uma forma mais clara: nos 20 primeiros meses do Governo Provisório, 26 interventores nortistas estiveram à frente dos estados do Norte, enquanto nos quase três anos que vão de outubro de 1932 às eleições estaduais, a rotatividade caiu para oito interventores.

Colocando em foco o primeiro momento, no qual a instabilidade se apresenta gritante, percebe-se que foi nessa conjuntura que os revolucionários nortistas civis foram substituídos pelos militares à frente das interventorias. A crise política que culmina com a Guerra de 1932 não se instala apenas em São Paulo, e o Norte, diante do confronto cada vez mais iminente, ia mudando seu perfil geral de administração, tornando-se, além de militar, mais centralizador e menos afeito à idéia de constitucionalização, ponto central das reivindicações paulistas. Tendo em vista que o final dessa intensa instabilidade política nacional foi a guerra civil, é necessário aprofundar como o Norte – grande aliado do Governo Provisório no combate aos seus inimigos – foi se preparando para ela.

3.2 Os governadores provisórios chegam às interventorias: os interventores civis

Durante o processo de tomada de poder iniciado na madrugada do dia 4 de outubro, à medida em que as forças militares de Juarez Távora avançavam pelo Norte, os antigos governadores e presidentes estaduais foram sendo derrubados ou, diante da derrota iminente, abandonaram os estados. Seus substitutos, nomeados imediatamente, alguns, ainda durante a revolução de 30, receberam a denominação de governadores provisórios. Nesse processo que culminou com a escolha de seus nomes para o cargo, já surgem elementos para se entender que tipo de administração os revolucionários nortistas queriam para o Norte do pós-30.

Em alguns estados onde os líderes revolucionários eram incontestes, o governo pós-revolucionário parece não ter sofrido turbulências para tal escolha. São exemplos, Lima Cavalcanti em Pernambuco, Fernandes Távora no Ceará e José Américo de Almeida na Paraíba, este, logo alçado a ministro da Viação e Obras Públicas. Em outros estados, a atenção dos revolucionários nortistas e de Juarez foi maior.

Para o chefe da resistência baiana, general Santa Cruz, Juarez escreveu já em 24 de outubro: “pretendo organizar em nome do povo um governo provisório exercido por um civil idôneo, pois os militares que se revoltaram não o fizeram para ganhar posições e os militares que aderiram à última hora não são dignos de exercê-los”.⁹ Nesse mesmo dia, poucas horas depois, reafirma, dessa vez para a Junta Provisória que ocupou o Executivo nacional com a deposição de Washington Luís: “Pretendo organizar Pará, Amazonas, Bahia governos provisórios nome povo e Exército semelhante ao que já foi feito em Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe”.¹⁰ O futuro Delegado, não deixa dúvidas de que os primeiros chefes dos executivos estaduais nortistas deveriam ser civis, apoiados pelo povo e pelos militares, que passavam por uma completa reestruturação de comando e composição nas guarnições estaduais. Além disso, vale ressaltar que essa mesma argumentação sobre o papel dos militares no governo pós-revolucionário foi utilizada por Juarez para recusar o posto de ministro da Viação e Obras Públicas, que resultou na formação da Delegacia Militar do Norte, também nesse mesmo contexto.¹¹

Nos estados mais afastados do comando pessoal de Juarez – que durante o movimento ficou sediado, principalmente, na Paraíba e em Pernambuco –, Landri Sales foi seu primeiro grande auxiliar para a nomeação dos novos governantes. Isso se explica pelo fato da brigada liderada por Landri ter sido responsável pela ocupação militar desde o Piauí até o Pará. Para tanto, o futuro interventor piauiense teve o reconhecimento de Juarez nessa tarefa, o que é atestado pela correspondência que trocam. Uma delas é exemplar do papel assumido por Landri. Assinada em 29 de outubro de 1930, Juarez Távora afirma: “caso ainda não tenha sido designado prefeito revolucionário território Acre lembro-lhe que estude nome bacharel Francisco Assis

⁹ Idem (685-691/3695)

¹⁰ Idem (702-703/3695).

¹¹ Como vimos, os mesmos argumentos são utilizados em sua produção autobiográfica décadas depois. Ao falar da nomeação dos primeiros interventores, afirma: “Continuava a pensar que aos revolucionários civis deveria caber a tarefa de administrar os Estados, competindo aos militares zelar por que (sic) essa administração se fizesse acima de interesses partidários, a fim de ser realizada a obra de saneamento e renovação administrativa, sob cuja bandeira se fizera a revolução” (Távora, 1976: 33).

Vasconcelos irmão nosso malgrado bravo camarada Augusto Assis Vasconcelos chefe movimento Belém 1924. Claro que capacidade individual exercer tal cargo deverá superpor-se qualquer consideração outra natureza. Confio todo seu esclarecido devotamento causa”.¹² Mesmo sendo uma recomendação – a “capacidade” deveria superpor-se à indicação realizada – foi, como é fácil entender, encarada como ordem. Francisco de Assis Vasconcelos assumiria no mês seguinte o poder do então território do Acre, sendo substituído apenas nos últimos meses do ano de 1934.

Mesmo com toda a confiança no “esclarecimento” de Landri Sales, alguns dos estados sob sua responsabilidade militar tiveram dificuldades durante o processo de escolha de nomes para ocuparem os governos provisórios, o que acarretou a formação de juntas governativas. Foi justamente para vencer tais dificuldades que Juarez fez sua primeira viagem ao Norte, entre 7 e 22 de novembro de 1930. Como lembra em suas memórias décadas depois: queria “ajustar algumas situações – especialmente no Maranhão e no Pará”. No Pará, onde foi nomeado Magalhães Barata, afirma que comunicou “esse desejo unânime dos paraenses ao presidente Vargas, que com ele concordou”. Já sobre o Maranhão, diz que a indicação de José Luso Torres foi feita de acordo com os “líderes revolucionários, civis e militares maranhenses” (Távora, 1976: 12-13).

Ainda durante essa viagem, dois fatos influenciaram a trajetória que o grupo nortista assumiria no pós-30. O primeiro é o já analisado telegrama de 10 de novembro de 1930 no qual Vargas nomeia Juarez, embora não oficialmente, Delegado Militar do Norte. O segundo, ocorrido no dia seguinte, foi a assinatura do decreto 19.398. A partir dele, todos os governadores provisórios do país foram transformados em interventores, passando a ter suas nomeações e exonerações determinadas por Getúlio Vargas, chefe do agora instituído “Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil”.¹³ Nesse mesmo dia, 11 de novembro de 1930, Juarez escreveu a Vargas, mostrando que o Norte estava sob o controle de suas indicações:

Tomo liberdade sugerir-lhe para interventores federais nos estados do Norte seguintes nomes: Leopoldo Amaral para Bahia, general José Calazans para Sergipe, doutor Freitas Melro para Alagoas, doutor Carlos de Lima Cavalcanti para Pernambuco, doutor Antenor Navarro para Paraíba, doutor Irineu Joffily para Rio Grande do Norte, doutor Fernandes Távora para o Ceará, comandante Humberto Areia Leão para Piauí, major Luso Torres para Maranhão, tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata para Pará, doutor Bernardino Paiva para Amazonas,

¹² Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (1234/3695).

¹³ Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930.

doutor Francisco de Assis Vasconcelos ou coronel Maurício Agostinho Rodrigues Lima para território Acre. Embora desejasse evitar indicação nomes militares ativa exercício cargos políticos, circunstâncias especiais impõem em alguns casos transigência esse critério visto ser impossível solucionar criteriosamente situação recorrendo elementos civis ligados partidos existentes estado. Pode confiar vossa exc. isenção preside essas indicações que representam sincero desejo consultar interesses estados sem preocupação atender conveniência pessoais ou partidárias.¹⁴

Assinando ainda como general Távora, Juarez centralizou as nomeações e se tornou o responsável direto por todas elas. Assim, não abriu mão da responsabilidade de ele próprio apresentar ao presidente as indicações, o que atestava sua liderança no Norte perante outros líderes nacionais. O que foi confirmado pela total aceitação dos nomes citados por parte de Vargas: “Já mandei lavrar nomeações interventores acordo indicações ilustre amigo”.¹⁵ Ainda sobre o telegrama enviado por Juarez, ele, ao lamentar a indicação de militares, deixa claro para Vargas o projeto que já apresentara a alguns revolucionários nortistas e chefes políticos: o primeiro perfil de interventores era essencialmente civil. Analisando a trajetória política desses interventores mais detidamente, chegamos ao seguinte quadro, acrescido dos nomes de Álvaro Maia e de João Punaro Bley, interventores do Amazonas e do Espírito Santo, respectivamente.

Tabela 1¹⁶

ESTADO	INTERVENTOR	CIVIL OU MILITAR	ESTADO DE NASCIMENTO	ATUAÇÃO POLÍTICA PRÉ-30
Acre	Assis Vasconcelos	Civil	Sem informação	Foi delegado de polícia durante o Governo de Hermes da Fonseca
Alagoas	Hermílio de Freitas Melro	Civil	Sergipe	Intendente da cidade de Penedo (AL) 1914-1918, senador estadual (AL), vice-governador (1921-1924) (AL), deputado

¹⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (2404-2406/3695).

¹⁵ Idem (2555/3695). Datado de 13 de novembro de 1930. Contudo, Bernardino Paiva, apresentado como interventor do Amazonas, nunca chegou a assumir o governo. Juarez o convidou no mesmo dia em que fez a referida comunicação a Vargas, o que logo gerou uma forte reação contrária por parte dos revolucionários nortistas do estado, levando-o, ainda no dia 11 de novembro, a informá-los que revogou sua decisão, pedindo, assim, indicação de outros nomes para o cargo. Já no dia 14, Távora informou a Osvaldo Aranha da “nomeação doutor Álvaro Maia interventor Amazonas em substituição governo provisório tenente [Florian] Machado”, confirmando a não efetivação de Bernardino. Sobre a questão envolvendo Bernardino Paiva, ver, dentre outros Idem (2407; 2411; 2416; 2460-2462; 2512; 2514- 2517; 2522-2524; 2534 e 2543/3695).

¹⁶ Todas as informações retiradas do DHBB – Cpdoc/FGV.

				federal (1924-1929). Aliancista.
Amazonas	Álvaro Botelho Maia	Civil	Amazonas	Aliancista.
Bahia	Leopoldo Amaral	Civil	Pará	Aliancistas.
Ceará	Manuel do Nascimento Fernandes Távora	Civil	Ceará	Deputado estadual (1913- 1914; 1918-1920). Aliancista.
Espírito Santo	João Punaro Bley	Militar	Minas Gerais	Sem participação em movimentos tenentistas na década de 1920.
Maranhão	José Luso Torres	Militar	Maranhão	Deputado estadual no Maranhão (1910-1914), prefeito de São Luis (1918-1921).
Pará	Magalhães Barata	Militar	Pará	Ligado ao tenentismo desde 1922. Participou do movimento de julho de 1924 no Amazonas. Líder militar do movimento de 30 no Pará
Paraíba	Antenor da França Navarro	Civil	Paraíba	Aliado político de João Pessoa. Aliancista.
Pernambuco	Carlos de Lima Cavalcanti	Civil	Pernambuco	Deputado estadual em Pernambuco (1922-1927). Aliancista.
Piauí	Humberto de Areia Leão	Militar	Piauí	Vice-governador (1928- 1930). Aliancista.
Rio Grande do Norte	Irineu Joffily	Civil	Paraíba	Deputado estadual na Paraíba (1924-1930) Aliado de João Pessoa. Aliancista. Possuía laços familiares com o Rio Grande do Norte através dos parentes de sua esposa.
Sergipe	José Calasans	Militar	Sergipe	Presidente do estado de Sergipe (1892-1894). Aliancista.

A predominância de interventores civis (oito) em relação aos interventores militares (cinco) é reforçada quando se percebe que três destes, mesmo tendo carreira de armas, ocuparam cargos políticos e tiveram fortes relações com a Aliança Liberal. Assim, além de ser menor o número de interventores militares, é bastante grande a presença de políticos de carreira, quer civis ou militares, com atuação na Primeira República, através da Aliança Liberal em seus estados.

Excetuando o território federal do Acre, já que não foram encontradas muitas informações sobre seu interventor, percebe-se que, entre os 12 primeiros interventores do Norte, oito deles governaram seus estados de origem. Porém, mesmo os que não tiveram seus interventores escolhidos entre os nascidos no estado – como Alagoas, Bahia e Rio Grande do Norte –, tiveram como líderes pessoas com trajetórias políticas de destaque nesses estados.¹⁷ Em outras palavras, os primeiros interventores do Norte, foram revolucionários com vínculos com o Norte, escolhidos preferencialmente entre lideranças civis, sendo selecionados nos próprios estados que governariam ou tendo fortes ligações com a política do referido estado.

O único caso que foge a esse padrão é o do Espírito Santo, cujo interventor entrou em contato com os grupos políticos locais apenas durante o movimento armado de 30. Mesmo afastado do Norte e do Espírito Santo, João Punaro Bley foi escolhido por indicação direta de Juarez, que recebeu considerável correspondência de revolucionários capixabas pedindo essa nomeação.¹⁸ A ação de Juarez na indicação deste militar mineiro aparece incontestemente no telegrama enviado a Osvaldo Aranha tentando dirimir uma dúvida quanto ao cargo que competia a Punaro Bley:

Vosso diretor gabinete comunicou-me nomeação comandante Bley delegado militar Espírito Santo. Cumpre-me esclarecer-vos que meu pedido anterior indicava referido oficial para cargo interventor federal aquele estado visto dificuldades locais solucionar caso político com um civil. Cabe, entretanto, ao vosso esclarecido critério decidir em última instância conveniência adotar outra solução.¹⁹

¹⁷ No caso de Irineu Joffily, ele possuía ligações com o Rio Grande do Norte a partir de laços familiares e teve sua escolha influenciada por Café Filho, principal liderança aliancista norte-riograndense. Leopoldo Amaral ainda jovem mudou-se para Bahia, onde estudou e ingressou na política, durante o governo de José Joaquim Seabra (1912-1916).

¹⁸ Ver Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (1526; 1646; 1677-1678; 1731; 1735; 2358; 2397; 2402; 3571/3695).

¹⁹ Idem (2403/3695). O mesmo documento, igualmente encontrado no arquivo de Osvaldo Aranha, é citado por Fernando Achiamé (2010: 108-142) ao analisar a nomeação de João Punaro Bley, na qual também ressalta o papel importante do futuro Delegado do Norte nessa escolha.

Mais uma vez reafirmando sua preferência por interventores civis, Juarez dava um primeiro passo para a “incorporação” do Espírito Santo ao Norte do pós-30. E é justamente João Punaro Bley que apresenta, de modo exemplar, em carta enviada a Juarez Távora, os primeiros desafios que os interventores nortistas estavam enfrentando nos meses iniciais de suas administrações:

O estado (...) vai indo regularmente. Tenho procurado governá-lo sem ligar-me a qualquer partido político e por isso mesmo tenho encontrado uma certa resistência, principalmente, ou melhor, quase que unicamente da parte do Geraldo Viana, que procura meios e modos para insinuar-se aos próceres daí, notadamente Osvaldo Aranha. Vou, contudo, contornando dificuldades e procurando corresponder à confiança que em mim deposita. Wolmar, quando da última vez que estive no Rio, teve ocasião de falar com o dr. Pedro Ernesto que em meio da palestra perguntou-lhe como é que tinham consentido em nomear-me interventor do Espírito Santo quando é sabido que eu do Rio tinha saído para combater a revolução. (...) Não preciso defender-me desta pecha, pois salta aos olhos que eu só poderia aderir à revolução em qualquer estado saindo do Rio com o rótulo de legalista. (...) A minha nomeação para interventoria, por proposta tua, é um mero incidente na minha vida militar, pois não entrou nas minhas cogitações ao aderir à revolução ocupar cargos de destaque. (...) Muito embora reconheça que uma mudança de interventoria acarreta sempre um desequilíbrio passageiro na vida administrativa do Estado, estou pronto a afastar-me do cargo, caso julgues necessário, em benefício de (...) outra pessoa qualquer, que tenha mais direitos de que eu (...). Não desejo parecer aos olhos dos meus colegas como um usurpador de lugares. Peço-te pois a tua opinião a respeito do que acabo de expor.²⁰

Como se vê claramente, o que mais se esperava dos interventores era que governassem sem fazer política nos moldes da Primeira República – a chamada “politicagem” –, afastando-se dos partidos políticos e das lideranças decaídas. Por isso, antes de tudo, os interventores deveriam ser essencialmente leais revolucionários, como Bley atesta com ênfase. Porém, mesmo reconhecendo que sua principal base de sustentação era a confiança do Delegado, os interventores sabiam que não podiam prescindir de apoio civil, notadamente dos aliancistas, nem dos militares estaduais. Nesse caso, figurava Wolmar Carneiro da Cunha, um dos chefes do 3º Batalhão de Caçadores sediado em Vitória. Como era de se esperar, encontravam resistências das antigas elites oligárquicas, sobretudo quando também ligadas à Aliança Liberal – como é o caso de Geraldo Viana – que criavam dificuldades e barreiras para as novas administrações, pressionando outras correntes locais e federais para retomarem o controle dos estados. Os interventores, para tentarem contornar tala situação, mobilizam a liderança de Juarez, reforçando seu posicionamento diante do quadro político que começa a se esboçar. Contudo, mesmo com o apoio de Juarez, a maioria deles não se

²⁰ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.17 (5-7/324). Datado de 23 de março de 1931.

sustentará no poder, e a velocidade das primeiras deposições será bem maior do que a capacidade do Delegado reorientar o traçado de um perfil de interventores para o Norte.

3.3 As primeiras crises e deposições: a confirmação dos interventores civis

Com as saídas dos primeiros interventores, o padrão para a escolha de nomes não se alterou, o que ressalta a confiança que Juarez tinha nos critérios que vinha adotando. O Delegado foi firme em sua predileção por civis, mesmo diante das pressões que sofria. Os momentos de trocas de interventores nos estados foram marcados pelo envio de volumosa correspondência a Juarez. Como é fácil imaginar, ela ou sugeria outros nomes, atacando os indicados e defendendo os interventores afastados; ou elogiava as escolhas feitas. Esse tipo de correspondência atesta sobejamente como era notória sua influência nas nomeações realizadas.

Isso foi reconhecido também por importantes aliados, como Osvaldo Aranha, que também pressionou o Delegado, visando possíveis nomeações: “urge mandar Odon Bezerra assumir governo Rio Grande do Norte. Lembro-te para o Piauí dr. José Auto de Abreu, similar Odon, por todos os títulos capaz corresponder necessidades nossas naquele estado”.²¹ Ao enviar suas sugestões a Távora e não a Vargas, Aranha explicita o poder do Delegado na escolha dos interventores do Norte, assim como demonstra saber quais os critérios que estavam sendo adotados, pois seus indicados são todos civis.

No entanto, ele parecia não dimensionar o papel que os revolucionários nortistas tinham nessas nomeações, e investigando, inicialmente, o caso da interventoria norte-rio-grandense citado por ele, o protagonismo dessas lideranças era evidente. Com a saída de Irineu Joffily do poder do Rio Grande do Norte²², escreveu Juarez para Aluísio Moura, interventor interino, pedindo a sugestão de “três nomes que nos inspirem confiança”, de “acordo [com] verdadeiros revolucionários daí”.²³ Diante da dificuldade

²¹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (157-158/7455). Datado de 31 de janeiro de 1931.

²² A renúncia é assim explicada no seu verbete no DHBB – Cpdoc-FGV: “baseado em decreto de sua autoria que (...)revogava dispositivos do Código de Processo Civil do estado, Irineu Joffily aplicou penalidades financeiras a uma grande firma exportadora de algodão, M. F. Fonte, acusada de sonegação fiscal. O assunto envolveu um dos líderes da Revolução de 1930, João Neves da Fontoura, que havia montado no Rio de Janeiro um escritório de advocacia para onde afluíam questões oriundas das punições aplicadas pelos interventores revolucionários contra danos à Fazenda Pública. Com o apoio de João Neves da Fontoura, as pressões contra Joffily aumentaram, levando-o à renúncia no dia 28 de janeiro de 1931”.

²³ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (6966/7455). Datado de 26 de janeiro de 1931.

apresentada em encontrar nomes de consenso²⁴, o caso se resolveu com a indicação do próprio Aluísio de Moura, feita após Juarez receber essa recomendação por parte de outros revolucionários do Rio Grande do Norte.²⁵ Na comunicação oficial que fez a Vargas, disse o Delegado que:

Nome atual interventor interino suspira confiança quase unânime, não só revolucionários como entre próprios elementos decaídos e, embora moço, poderá, cercado de auxiliares experientes, realizar administração verdadeiramente revolucionária e eficiente. Nessas condições, ao invés da lista tríplice que fora de boa ética apresentar-lhe, cinjo-me a indicação do nome do 1º tenente do Exército Aluísio de Andrade Moura (...). Caso, entretanto, v. exa, seja forçado (...) a discordar dessa indicação, alvitro estudar dois outros nomes: dr. Odon Bezerra Cavalcanti e coronel Alípio Bandeira. Devo esclarecer-lhe entretanto que, militar por militar, Rio Grande do Norte optará por tenente Aluísio. Quanto a Odon, embora revolucionário legítimo e capaz administrar estado com rara eficiência, é paraibano e viria renovar campanha já desenvolvida contra preclaro interventor Joffily.²⁶

O fundamental desse episódio é atestar como o Delegado do Norte estava convencido dos critérios de legitimação dos interventores: eles tinham como base fundamental a aliança entre os revolucionários nortistas militares e as elites políticas estaduais, fortalecidas com a brecha política surgida com a revolução de 30²⁷, ou seja, revolucionários nortistas civis e setores das oligarquias estaduais dissidentes, que desembocam na Aliança Liberal. Além desses políticos civis, em alguns casos, também se incorporou elementos das oligarquias “decaídas”, anteriormente dominantes, quando apoiadoras do novo governo. Dessa forma, a legitimação e a sustentação dos interventores, nesse momento do imediato pós-30, estavam baseadas na aliança tácita entre as elites políticas civis locais e os revolucionários nortistas militares dentro de cada estado, na qual o eixo principal de apoio era dividido entre esses líderes estaduais. Essa orientação, em muito explica a resistência de Juarez aos nomes apresentados por Osvaldo Aranha, a despeito de sua liderança nacional incontestada.

Vale advertir, antes de aprofundar a análise sobre essa prática de sustentação dos interventores, que não havia consenso sobre ela. Por exemplo, quando da saída do interventor de Sergipe, José Calasans, motivada por seu estado de saúde, Juarez pediu para Augusto Maynard “estudar possibilidade nomeação interventor civil Sergipe

²⁴ Sobre isso, ver, por exemplo, Idem (6942; 6969-6973/7455).

²⁵ Idem (6974-6975/7455). Datado de 26 de janeiro de 1931.

²⁶ Idem (6989-6992/7455). Datado de 27 de fevereiro de 1931.

²⁷ Entendo como elite política um restrito número de pessoas em uma sociedade, que é detentor do poder “em contraposição a uma maioria que dele está privada”, tendo os mecanismos capazes “de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força” (Bobbio, 1986: 385-391). Sobre a ideia de brecha política como um “momento estratégico para se conquistar posições de autoridade e acumular capital político e social” ver Gomes (2005: 79-108).

sugerindo nomes sua confiança isento paixões partidárias”.²⁸ Como resposta, disse o militar sergipano:

Nenhuma objeção tenho fazer quanto nomeação interventor civil Sergipe apenas estranho exceção venho constituindo, quando estou certo tudo tenho feito pelo êxito da revolução (...) fechando ouvidos adesistas escoria todos os partidos que para abocanharem posições incitam revanches ou intrigam quando não as conseguem tudo com um único objetivo proveito pessoal. Desnecessário dizer-lhe que por motivos já pessoalmente explicados escuso-me apresentar nomes.²⁹

Távora procurava justificar seu pedido, que visava “evitar exploração [dos que] afirmam tenho imposto oficiais sem cogitar saber existirem civis em condições”.³⁰ A reação de Maynard foi acatada por Juarez, que acaba por nomeá-lo interventor, até porque ele fora, assim como ele, um importante nome do tenentismo na Primeira República, tendo lutado em 1922 e no movimento de 1924, quando chegou a tomar o poder no estado por cerca de 20 dias. Mesmo com um desfecho diferente, a estratégia inicial foi a mesma. Mas, nesse caso, Juarez percebeu que perderia uma de suas principais bases de poder em Sergipe caso não aceitasse o nome de Maynard.

A participação da heterogênea nova elite política nortista na escolha dos interventores fica também evidente na chegada de Astolfo Serra à interventoria maranhense. Após a saída do major Luso Torres, também causada por problemas de saúde, Juarez pediu a Reis Perdigão, interventor interino³¹, que, de acordo com os “camaradas” do Exército, indicasse nomes civis maranhenses afastados de correntes partidárias, para integrarem a “lista tríplice terei apresentar governo República para interventor federal aí”.³² Depois de uma intensa troca de telegramas, na qual foram indicados vários nomes, chegou-se à indicação do padre maranhense Astolfo Serra. O principal argumento para a defesa dessa escolha foi a dificuldade que as oligarquias dissidentes teriam em refutá-lo, pois o “velho companheiro padre (...) não pode ser impugnado [por] Marcelino [Machado]”, principal nome da oligarquia estadual dissidente que formou a Aliança Liberal do Maranhão, já que ele figurara na chapa

²⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (3302/3695). Datado de 2 de dezembro de 1930.

²⁹ Idem (3347-3348/3695). Datado de 3 de dezembro de 1930.

³⁰ Idem (3349/3695). Datado de 4 de dezembro de 1930.

³¹ Reis Perdigão “concordara em permanecer na interventoria apenas o tempo necessário para a definição do nome que iria ocupar a interventoria. Ou seja, conforme assinava nos documentos oficiais – interventor interino – não pretendia ficar no cargo na condição de titular” (Caldeira, 1981: 127).

³² Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (3169/3695). Datado de 1º de dezembro de 1930.

marcelinista nas últimas eleições estaduais, não havendo como “facção que aqui nos combate” fazer oposição.³³

Nesse exemplo fica evidente o papel desempenhado pelas oligarquias dissidentes formadoras da Aliança Liberal nos estados do Norte. Nas primeiras nomeações de interventores sua força era preponderante não só para a indicação do novo interventor, como principalmente para a sua estabilização no poder. Uma vez empossados, não podiam recusar uma aproximação e, possivelmente, garantir certos favorecimentos a suas práticas. Esse processo tão intrincado não poderia ficar livre de conflitos, já que muitos dos interventores não apresentavam, inicialmente, interesse em negociar com antigos políticos estaduais. Aliás, é o próprio Astolfo Serra ao noticiar sua posse que informa a Juarez: “saberei fugir competições partidárias máxime não pertencendo nenhuma meu estado”.³⁴

A despeito dessa intenção, que foi também a de muitos interventores, não era possível deixar “fazer política” nos estados, sendo, inclusive, difícil acreditar que pudessem governar sem fazê-la. Como é regra na política, os interventores negociaram acordos e apoios com diversos grupos, notadamente com as elites políticas da região, fossem novas ou mesmo “decaídas”. O ponto central, portanto, é o modo como tais práticas aconteciam. Assim, o problemático não era o interventor ser identificado como um líder que fazia política para governar o estado, mas sim ser taxado de “politiqueiro”. Essa fronteira, na verdade muito fluída, foi buscada e delimitada de forma nítida para os revolucionários nortistas militares, a partir de denúncias, que acabavam, em vários casos, determinando a permanência ou não dos interventores no cargo.

Dessa forma, diante do jogo de forças estabelecido, a maneira como os interventores se relacionavam politicamente com as elites políticas estaduais foi o grande termômetro das administrações. Onde essas forças entravam em choque, a crise na interventoria era inevitável. Diante disso, cabia ao Delegado criar estratégias para acalmar os ânimos políticos, sendo o primeiro passo, como é de praxe, fazer o diagnóstico da situação, e começar a identificar os males a serem extirpados.

³³ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (4097-4098; 4111/7455). Datados de 11 e 15 de dezembro de 1930. Marcelino Machado, segundo José de Ribamar Chaves Caldeira (1981: 38), era o chefe do Partido Republicano oposicionista maranhense, sendo os “marcelinistas” o “grupo de oposição política de maior peso eleitoral aos governos federal e estadual, no Maranhão, durante toda a década de vinte”.

³⁴ Idem (4114/7455). Datado de 15 de dezembro de 1930.

Vale notar que, ainda em 1930, um dos principais militares entre os revolucionários nortistas já se mostrava cético quanto à adoção de interventores civis, quase por definição, mais suscetíveis à “politicagem”. A carta de Landri Sales a Juarez, em 4 de novembro, é exemplar: “Temo que com a nossa retirada aos quartéis caia esta infeliz região nas mãos dos politiqueros vulgares de intolerância reconhecida. A ambição e a satisfação da vaidade de indivíduos carcomidos pela politicagem infrene são as maiores barreiras que tenho encontrado no cumprimento da missão que me confiaste”.³⁵

Se para Landri, ainda em 1930, isso era um risco evidente, para Juarez decorreu mais tempo até que percebesse que a aliança entre os militares do Norte e as elites políticas da região, para a sustentação dos interventores civis, não iria funcionar em muitos dos estados. Algo que foi sendo avaliado pelas constantes e diversas crises estaduais que o Delegado teve que resolver. Assim, em março de 1931, mais ou menos quando se inicia o conjunto de crises que alimentarão o processo de militarização das interventorias do Norte, Távora escreveu para Jurandir Mamede: “Não tenho desconfiança contra todos políticos. Apenas revolto-me contra ação politiqueros, cuja influência parece ser cada vez maior junto governos revolucionários”. Ainda nessa comunicação, em que relata ao importante aliado a nomeação de Artur Neiva para a interventoria baiana, esclareceu:

Caso Bahia resolvido dentro boas normas revolucionárias, nada tendo eu que objetar contra nome Artur Neiva que foi por mim indicado e me parece homem capaz bem administrar estado independente qualquer sujeições politiqueros. Nenhuma culpa tenho campanha infame desenvolvida aí contra Juraci cujo nome inclui lista apresentada presidente República (...). Fato sr. presidente República ter preferido ao nome desse nosso camarada um dos três civis também indicados, em nada o diminuía nem podia ser pretexto, como você desconfia, para minha irritação contra políticos. Esta provem das transigências com que Governo Provisório tem premiado (...) elementos da Aliança Liberal em detrimento legítimos interesses coletividade e falta energia em punir responsáveis descalbro nacional. (...) Urge que nós usemos Exército e armada para evitar que fracasse obra revolucionária.³⁶

Ao que parece, a essa altura Juarez começa a se convencer de que o papel dos militares nas interventorias nortistas deveria ser bem maior, não se limitando a dar apoio aos interventores civis. Uma indicação dessa mudança fora a apresentação do nome de Juraci Magalhães para o governo baiano, ao lado de três civis. Além disso, o

³⁵ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (1995-1997/3695).

³⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (2472-2475/7455). Datado de 5 de março de 1931.

Delegado reconhece que muitos dos inimigos que se esboçam nesse novo momento são os próprios membros da Aliança Liberal. Vencidas as antigas oligarquias, chegava a hora de combater as novas. Em maio de 1931, as crises estaduais já chegavam ao auge, não havendo mais dúvidas de que tal concepção sobre o papel das novas elites políticas era um equívoco. É o que foi enfaticamente dito por Juarez a Osvaldo Aranha: “Que bom seria se o diabo pudesse chamar ao inferno, de uma vez por todas, os politiquinhos do Brasil!”.³⁷

Detectado o problema, feito o diagnóstico, fazia-se necessário dar uma solução. E ela também estava bem próxima, dentro das próprias forças que sustentaram as primeiras interventorias do Norte. Fernandes Távora, então um dos mais fortes interventores da região – visto sua proximidade com o seu jovem irmão Juarez, evidente na intensa troca de telegramas e de cartas comentando a situação política não só do Ceará, mas de toda a região –, escreve sugerindo a resolução do problema da nomeação do interventor piauiense:

Julgo-me agora obrigação dizer-lhe meu pensamento sobre caso [em] apreço que é seguinte: se for mantida nomeação [Raimundo] Campos ou qualquer outro candidato faccioso caso piauiense não será solucionado, prolongando-se indefinidamente estado incertezas e lutas poderão assumir caráter gravíssimo. Se quer aceitar meu conselho de irmão, que acima de tudo põe felicidade pátria, obtenha nomeação interventor militar prudente prestimoso, único meio acalmar ânimos (...). Ouça meu conselho e não se arrependerá.³⁸

Mal sabia Manduca, apelido carinhoso com que o médico Fernandes Távora encerrava suas cartas a seu irmão, o Juá, que o remédio que prescrevia ao estado vizinho acabaria sendo aplicado à sua própria administração.

3.4 Entre Manduca e Juá: os pecados dos civis e os porquês dos militares

O processo que leva a substituição do interventor Fernandes Távora é paradigmático para ser entender a militarização das interventorias do Norte. Nenhum

³⁷ Arquivo Osvaldo Aranha – Cpdoc-FGV OA cp 1931.01.29/3 rolo 5. Datado de 24 de abril de 1931.

³⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (6404-6407/7455). Datado de 7 de abril de 1931. Nesse momento, havia uma complicada crise envolvendo a sucessão do interventor Humberto Areia Leão, na qual Vaz da Costa, um dos principais representantes da oligarquia piauiense dissidente que aderiu à Aliança Liberal, refutou de modo decisivo a nomeação de Raimundo Campos para interventoria. A Aliança Liberal piauiense, segundo Francisco Alcides do Nascimento (1994: 41) contava “com o ex-governador do estado, Matias Olímpio de Melo (...), secundado pelo então vice-governador Humberto Areia Leão (...), o desembargador Vaz da Costa, oriundo da região sul do estado, possuidor de relações com os coronéis da área, e o Partido Democrático Piauiense.”

outro caso demandou tanta atenção de Juarez Távora, nem contou com o forte envolvimento das forças militares estaduais. Além disso, ele rompeu as fronteiras do estado em questão e contou com a participação de muitos revolucionários nortistas de relevo. Por isso, deve ser analisado com profundidade.

O imbróglio que culminou na queda de Fernandes Távora da interventoria cearense começou em meados de março de 1931, quando Juraci Magalhães atuava como um dos principais homens de confiança de Juarez no Norte, fazendo-lhe às vezes de “olhos e ouvidos”. Enquanto circulava por vários estados, entrando em contato com os interventores e guarnições militares, chegou ao Ceará, seu estado natal. Em contato com os militares cearenses, apurou que a situação do estado não era boa. Diante do que ouviu de seus companheiros de farda, visitou Fernandes Távora. Aí começava uma guerra de telegramas e cartas para o Delegado, na qual cada uma das partes envolvidas expunha seu ponto de vista dos acontecimentos. Vamos segui-los.

No dia 11 de março, de modo discreto, Juraci apresentava a Juarez as complicações que havia apurado: “Tenho me alheiado inteiramente situação política estado (...) [mas] infelizmente aqui não há mesma ligação Paraíba Pernambuco entre interventor e companheiros Exército”.³⁹ Dois dias depois, foi a vez de Manduca insinuar ao irmão acusações ao futuro interventor baiano, dizendo que os oligarcas estaduais “são tão satânicos que já estão cavilosamente catequizando o nosso bom e bravo Juraci”.⁴⁰ Diante do clima de hostilidade, mesmo velado, Manduca tomou a frente, e relatou a Juá o referido encontro com o jovem tenente, com quem agora estava “de relações cortadas”:

Procurou-me o nosso rapaz, e aqui conversamos uma tarde inteira, do domingo. Embora notasse desde o início da palestra certas acusações que vinham sendo feitas ao meu governo (...) fui disfarçando a minha estranheza e dei-lhe todas as explicações ao meu alcance (...). Terminei dizendo-lhe que tudo aquilo que me acabava de expor já era muito do meu conhecimento através dos jornais adversos que outra coisa não representavam senão o despeito dos reacionarismo e, infelizmente, também de muitos que se dizem revolucionários e não passam de eternos pretendentes a posições que em administrações honradas jamais lhes poderão caber. Conversamos como bons amigos e como tais nos despedimos não havendo eu dado a menor demonstração de aborrecimento, apesar de intimamente chocado com a sabatina a que fora submetido por um rapazinho de 24 anos, que eu próprio fizera ingressar no grêmio revolucionário, há uns 2 ou 3 anos, dando-lhe um cartão de apresentação.⁴¹

³⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (240-245/7455).

⁴⁰ Idem (3410-3421/7455). Datado de 13 de março de 1931.

⁴¹ Idem (3471-3488/7455). Datado de 2 de abril de 1931.

No mais perfeito estilo de a melhor defesa é o ataque, Fernandes Távora rebateu todas as acusações que ouviu e mostrou que, na verdade, era ele a vítima de politicagens e de infundadas acusações. Para afiançar ainda mais seus argumentos, o interventor também enviou ao irmão a carta endereçada a Juraci, na qual rebatia diretamente as acusações que sofrera, taxando-as de “maledicência incoercível dos desocupados”. Concluiu utilizando seu tempo de lutas políticas como argumento de autoridade: “Ensinou-me a dura experiência do mundo que ao arrebatamento e amor próprio dos moços se deve dar largo descontento, porque eles não podem ter a prudência e a tolerância dos que já descem, carregados de desilusões a escarpa oposta da montanha da vida”.⁴²

Esse choque entre gerações diferentes de revolucionários nortistas mostrar-se-á fundamental. Além disso, Fernandes Távora deixou transparecer forte segurança no desempenho do seu cargo, sem temer desdobramentos. Não contava, no entanto, com a articulação de Juraci e dos revolucionários militares cearenses. O primeiro, de forma direta, respondeu a Juarez que “encontrei os tenentes revolucionários completamente desiludidos da ação do interventor”, e que se assustara com o modo como Fernandes Távora relatara o ocorrido ao Delegado. Considerou o irmão de seu chefe de uma “insinceridade característica da politicagem deposta”. Tudo para esconder “um dos pontos mais atacados do governo”, isto é, “a montagem de uma nova máquina, com o auxílio do partido conservador (acciolista)”.⁴³ Ou seja, para Juraci Magalhães, Fernandes Távora se aliara à “politicagem”: a seus sujeitos e práticas.

Por seu turno, os militares cearenses também se dirigiram a Juarez, afirmando que Juraci nada mais foi que “porta-voz de nosso pensar”. Continuam sua argumentação, dizem que “sempre fomos ouvidos [pelo interventor] com atenção, as nossas sugestões julgadas boas e (...) aceitadas, mas infelizmente nunca foram postas em execução”. Diante disso, “deliberamos nos afastar do governo”, declarando “com a máxima lealdade e franqueza que julgamos o atual interventor do Ceará um homem honesto e solícito, mas infelizmente não tem sido o administrador leal, sincero e dinâmico de que carece o estado na fase difícil de sua reconstrução.” E concluem: “apesar dos dissabores (...) o sentimento de patriotismo de todos nós inspira abnegação,

⁴² Idem (3490-3491/7455). Datado de 30 de março de 1931.

⁴³ Idem (3493-3500/7455). Datado de 3 de abril de 1931.

recalcando todas as mágoas para cada vez mais unidos cerrarmos fileiras em torno das suas ideias, hipotecando-lhe inteira solidariedade”.⁴⁴

Na carta assinada pelos militares cearenses, os motivos da crise entre o quartel e a interventoria aparecem cristalinos: Fernandes Távora, apesar de honesto, não realizava a administração revolucionária que queriam, posto que não atendia às sugestões das forças armadas do estado. Justamente o contrário do que ocorria em Pernambuco e Paraíba, estados governados por interventores civis, mas de bom diálogo com os militares, segundo eles.

Diante desse quadro, cabe perguntar que administração esperavam os revolucionários militares do Norte? São esses mesmo militares, através do “Memorial lido ao tenente Juraci Magalhães por ocasião de sua chegada a Fortaleza em 12 de março de 1931”, que dão indícios para a resposta a essa questão:

A revolução no Ceará não trouxe nenhuma modificação radical aos processos usados pelos governos passados, no tocante à administração dos negócios públicos. Manda a justiça salientar que os membros componentes do atual governo são todos homens de grande envergadura moral, sendo todos absolutamente inatacáveis quanto à honestidade pessoal. É, porém, justo que se mencione também que a escolha dos mesmos para os cargos que ora ocupam não foi feita tendo-se em vista o critério de competência e capacidade para os mesmos, nos quais foram empossados por compromissos oriundos da própria revolução e da campanha da Aliança Liberal neste estado. Não fosse a quadra anormal que hora atravessamos, em que todos que são detentores de qualquer parcela de poder público devem aliar à sua honestidade, patriotismo, competência, energia e força, e seriam, quase todos, ótimos dirigentes, dado o conceito de que cada um goza na opinião pública. Em resumo, seriam excelentes homens de estado em um período constitucional perfeitamente organizado.⁴⁵

O pecado dos interventores civis, aos olhos dos revolucionários militares, é justamente não estarem aptos para o momento de exceção do imediato pós-30. Eles não entendiam que a conjuntura requeria esforços especiais de energia e competência, para além da honestidade, considerada inatacável. O problema, portanto, era não serem aptos para a execução de um programa verdadeiramente revolucionário. Em outras palavras: mesmo sendo pessoas corretas, estavam no lugar errado e, principalmente, no momento errado. Com isso, os militares cearenses deixam claro ao Delegado que a base de sustentação do primeiro interventor do Ceará estava dividida por uma falta de direção comum quanto à administração revolucionária e o método como ela vinha sendo executada pelos aliancistas. No documento enviado a Juarez Távora, o que ocorria no

⁴⁴ Idem (3501-3503/7455). Datado de 6 de abril de 1931. Das assinaturas ao final, são legíveis os nomes de Djalma Bayma, Antônio Martins de Almeida, Ari Correia, Landri Sales, Carlos Cordeiro e Jeová Mota.

⁴⁵ Idem (3504-3506/7455).

Ceará torna-se exemplar para a compreensão do descontentamento dos revolucionários nortistas quanto às administrações estabelecidas, inclusive a do próprio irmão dele, Fernandes Távora. Elas não rompiam com as práticas político-administrativas da Primeira República, marcadas pela morosidade, ineficiência, enfim, pela “politicagem”. Essa era a questão, bem mais complexa. Portanto, requeria outro encaminhamento. O diagnóstico, resumidamente, sobre o governo Fernandes Távora era:

Político militante, procurou também o interventor soerguer o seu partido, aproveitando os seus adeptos e aliando a estes uma das facções políticas que dominavam o estado (...) fato este facilmente comprovado com as inúmeras demissões e nomeações levadas a efeito. (...) Continua o estado com o que possuía de pior (...). A morosidade com que (...) tem agido o governo muito tem contribuído para que muitos descreiam dos efeitos da revolução no tocante à moralização da magistratura. A maioria dos municípios do estado e inúmeras localidades acham-se completamente despolicadas e entregues às tricas da politicagem antiga. (...) No governo atual continua excessivo o número de funcionários públicos, continua o estado a possuir uma máquina administrativa demasiada luxuosa para as suas posses. Até o presente, nenhuma modificação de vulto teve lugar, visando, de acordo com os princípios revolucionários, diminuir a burocracia e oficialismo existente.⁴⁶

O documento apresenta detalhadamente as práticas condenáveis advindas do passado: a falta de propostas para melhoria do serviço público civil (magistraturas) e militar (polícia estadual); a ausência de decisões inovadoras, pelo medo de desagradar, pela falta de “energia” revolucionária. Daí a má administração do dinheiro público, com excesso de gastos desnecessários, que quase nada alteravam a realidade do estado, em um contexto de calamidade social, apresentado pela seca que se anunciava. Além de tudo isso, revitalizava-se o principal partido oligárquico cearense e preservava um grande quadro de funcionários ineficientes.

Em março de 1931 já era patente, pelo exemplo do Ceará, que os revolucionários militares queriam uma administração capaz de trazer transformações entendidas como profundas para o estado e não apenas pontuais. Juarez sabia que tinha um enorme problema em suas mãos: não podia afastar seu próprio irmão da interventoria imediatamente – o que confirmaria as denúncias que recebera –, nem ignorar as queixas dos revolucionários militares cearenses, pois isso comprometeria sua liderança. Assim, nessa difícil situação, dá um conselho fundamental a Manduca. Sabendo como os demais interventores civis estavam se relacionado com os militares e, principalmente, conhecendo o caminhar de outras crises entre civis e militares no Norte, escreveu: “tenha como prudente aproximar-se [o] mais possível [da] oficialidade revolucionária

⁴⁶ Idem (3504-3506/7455).

que no fundo nada deseja senão prestigiar seu governo libertando-o [de] alguns preconceitos legais ou partidários que momento histórico não comporta”.⁴⁷

Para seguir o conselho, Fernandes Távora tinha como aliado fundamental Landri Sales, que liderava a polícia estadual.⁴⁸ Contudo, dois fatos imprevistos alimentaram ainda mais a crise em que estava envolvido. O primeiro é a já comentada doença de Juarez, que o obrigou a se afastar um pouco da Delegacia entre meados de abril e início de agosto de 1931. Foi exatamente nesse momento que Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca assumiram as rédeas da Delegacia, desencadeando o processo de militarização das interventorias, pressionando Juarez. O segundo foi uma outra crise: a da interventoria piauiense. O cargo de interventor estava sendo ocupado por um interino desde fins de janeiro de 1931, quando da deposição do militar aliancista Humberto Areia Leão⁴⁹, como mostrou o próprio Fernandes Távora em telegrama há pouco citado, no qual sugere a nomeação de um militar. O pertinente conselho a Juá, no entanto, saiu pela culatra, já que o militar escolhido para assumir o governo piauiense foi justamente Landri Sales, decisão em muito influenciada por Delso Mendes da Fonseca, enviado ao Piauí para solucionar a situação, e Juraci Magalhães, seu desafeto.

Por isso, tão logo soube da decisão, o interventor cearense passou a bombardear o irmão com pedidos para que tal decisão não fosse tomada: “Serviços Landri aqui são indispensáveis. Retirada esse amigo me causaria transtorno talvez irreparável”.⁵⁰ E insiste, sugerindo: “Imprescindível segurança meu governo permanência Landri aqui. Porque não manda Juraci [para o] Piauí? Se não houvesse estrita necessidade não lhe faria pedido”.⁵¹ Porém, ele não é atendido: “Estou convencido, diante delicadeza caso Piauí, somente Landri resolvera situação sem necessidade emprego força. Doente, preciso Juraci me auxiliar”.⁵² É impossível não notar que, mesmo assinado por Juarez, o rascunho deste telegrama possui a letra de Juraci Magalhães, ratificando o relativo afastamento do Delegado de suas funções e o papel preponderante do futuro interventor baiano e de Delso Mendes da Fonseca nesse momento.

⁴⁷ Idem (3449-3452/7455). Datado de 31 de março de 1931.

⁴⁸ Sobre o militar, disse Fernandes Távora: “estou muito satisfeito com a com a ação do Landri [Sales] na polícia. É um rapaz às direitas e talvez o melhor e mais ajuizado dos seus colaboradores, pois agiu com energia e serenidade em toda parte por onde andou, deixando saudades e admiradores”. Idem (3424-3429/7455). Datado de 20 de março de 1931.

⁴⁹ Da deposição de Areia Leão até a posse de Landri Sales, em maio de 1931, o governo piauiense foi ocupado interinamente pelo capitão Joaquim de Lemos Cunha. Sobre essa deposição e as diversas divergências estaduais envolvendo a escolha do sucessor, ver Nascimento (1994: 65-95).

⁵⁰ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (3556/7455). Datado de 29 de abril de 1931.

⁵¹ Idem (3586/7455). Datado de 1º de maio de 1931.

⁵² Idem (6511/7455). Datado de 1º de maio de 1931.

Diante da inevitável saída de seu colaborador, Fernandes Távora explica ao irmão a importância do iminente interventor piauiense na interventoria cearense. Para Manduca, Landri Sales prestava “inestimáveis serviços junto aos seus colegas de farda nos constantes atritos que se vão dando”, sendo, por isso, “meu maior sustentáculo não só pela confiança que inspira a todos, como pela autoridade mantida em relação aos seus camaradas”.⁵³

Sem aquele que era seu maior suporte, a situação de Fernandes Távora se tornava cada vez mais insustentável. Juarez, mesmo doente, tentou em muito contorná-la, o que explica os longos silêncios sobre o caso presentes em sua correspondência. Talvez esperando melhorar seu estado de saúde, talvez deixando o tempo apurar as arestas entre o quartel e a interventoria, fato é que entre maio e junho de 1931 o Delegado e seus substitutos praticamente não trataram do assunto, apesar de, ocasionalmente, os militares cearenses continuarem enviando telegramas reclamando da administração. Além disso, em fins de maio, Fernandes Távora começa a noticiar ao irmão uma viagem que pretende fazer ao Distrito Federal, afim de “por em pratos limpos muita coisa que está sendo falseada e fuxicada pelos reacionários, mais ou menos disfarçados”,⁵⁴ o que realmente ocorreu em meados de junho.

No entanto, a relativa bonança não perdurou muito. Ao que parece, motivados pela permanência do modelo de administração do interventor, alguns revolucionários militares do Ceará pedem demissão.⁵⁵ O primeiro a se manifestar é Landri Sales, já como interventor piauiense e agora, mais do nunca, ex-sustentáculo da interventoria cearense. Escrevendo para Juraci Magalhães, diz: “Pedimos chegar Juarez nossos descontentamento e desilusão e avisar-lhe completa incompatibilidade guarnição Fortaleza governo cearense. Julgamos desta vez cálice transbordou”.⁵⁶ Para Juarez, os militares da guarnição cearense declaram:

A divergência de mentalidade é completa entre nós e o interventor com seus auxiliares. (...) Posteriormente vitória introduziram no governo métodos da pátria velha. (...) O apoio de todas as guarnições do Norte com seus interventores ao caso cearense deu ensejo formidável demonstração coesão Norte, obedecendo feliz orientação prezado chefe. (...) Ao prezadíssimo chefe e companheiro a quem reconhecemos idealismo e devotado patriotismo finalizando diremos que: só o afastamento imediato do interventor cearense nos poderá trazer a solução do “impasse” criado (...). Podereis ver que não agimos imponderadamente. Juraci, Landri e todos os

⁵³ Idem (3612/7455). Datado de 8 de maio de 1931.

⁵⁴ Idem (3642/7455). Datado de 22 de maio de 1931.

⁵⁵ É difícil afirmar o que realmente aconteceu com esses militares, já que, na correspondência pesquisada, o estopim desse problema não foi relato.

⁵⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (6567/7455). Datado de 22 de junho de 1931.

demais companheiros estão perfeitamente [de] acordo conosco. Não nos é possível mais recuar. Viva nosso general! Viva revolução!⁵⁷

O que fica evidenciado é que enquanto Juarez tentava por panos quentes na crise, os militares cearenses angariavam apoio de outros militares e também de interventores nortistas para sua causa, a começar por Landri Sales. Além disso, pela primeira vez falam que apenas a saída de Fernandes Távora do poder resolveria a situação. Dessa forma, vê-se que a crise se radicalizou e se alastrou para além das fronteiras do estado, colocando em risco todo o modelo revolucionário que vinha sendo implantando pela Delegacia. Mais do que o Ceará, estava em jogo o Norte revolucionário. Juraci, personagem central desse contexto, registra seu diagnóstico para Juarez:

Mantenho integralmente meu ponto de vista a respeito da situação do Norte. Delso veio reforçar minha convicção. Só você poderá evitar a desagregação. (...) Sem seu apoio prático, real, desaparecerá a única força que apoiava o Governo e este não se manterá. Será a débâcle de tudo e de todos. Desculpa que eu insista na solução proposta: não é possível afirmar a mentalidade de homens velhos, embora digníssimos, pela nossa. (...) Você é a força centrípeta que poderá vencer o centrifugismo que impera nas hostes revolucionárias. (...) O entrechoque de sentimentos que deve estar se dando dentro de seu próprio eu deve ser tremendo. Entretanto, seu irmão e seus amigos do Ceará serão dignos da hora angustiada que vivemos e saberão, recalçando mágoas, facilitar a solução do caso.⁵⁸

Assim como os militares cearenses, Juraci não deixa dúvidas que a demora de Juarez em resolver a situação cearense vem prejudicando todo o Norte e o próprio Governo Provisório, já que aquele é a maior fonte de apoio deste. Juraci, nessa carta, não perdeu a oportunidade de rebater as críticas à sua pouca experiência feitas por Fernandes Távora: a crise cearense, em muito, era provocada pelos “homens velhos, embora digníssimos”, opondo-se à “mentalidade” da juventude do Exército, que clamava ao Delegado por um posicionamento mais firme diante de tais situações. Dessa forma, a dissolução e afastamento dos revolucionários era uma situação concreta, sendo Juarez o único capaz de unir as forças apoiadoras do Governo Provisório, em especial o Norte, como mostra a exemplar metáfora da “força centrípeta”. Mesmo com toda a delicadeza do caso cearenses, já que envolvia seu irmão, “o grande herói e revolucionário” do Brasil e do Norte não poderia se furtar a resolver a questão, que ficava mais complicada a cada dia.

⁵⁷ Idem (3722-3732/7455). Sem data.

⁵⁸ Idem (2794-2796/7455). Datado de 26 de junho de 1931.

Após esse novo fato, Manduca, do Rio de Janeiro, escreve a Juá, confirmando que estava cada vez mais difícil “governar, tendo contra mim toda a guarnição federal e o comandante da polícia e seu fiscal” e que, caso volte ao Ceará, “uma vez eu no exercício da interventoria, eles me depõem, antes de sua presença lá. Só não enxerga isso quem for inteiramente cego...”. Como solução, cogita, com o irmão, dirigir-se “ao Getúlio e ao ministro da Guerra” para que sejam retirados do estado os líderes militares, já que eles agem “sem o menor ato que justificasse semelhante atitude”.⁵⁹ Antes mesmo de Juarez se manifestar sobre uma possível interferência do Governo Provisório no caso cearense, surge mais uma grave situação envolvendo Fernandes Távora.

Como ressaltaram há pouco os militares cearenses, eles tomaram iniciativa de mobilizar os outros interventores e militares nortistas no combate à administração de Fernandes Távora, visando demonstrar que a luta por um governo cearense legitimamente revolucionário era de toda região. Contudo, no Pará, essa articulação chegou à imprensa, o que causou um mal-estar, tendo Juarez reclamado com Magalhães Barata dessa “lamentável indiscrição”, que piorou ainda mais a “situação crítica”.⁶⁰

Essa ampla divulgação do caso também o tornou mais complicado, o que levou Juarez a dar sua última cartada na defesa do irmão. Em correspondência aos militares cearenses, ele lança o desafio:

Não devo, em consciência, insistir com o interventor, para que ele renuncie o cargo que ora exerce, porque estou convencido de que, bem pesados os seus acertos e desacertos, ele tem um saldo favorável (...). Sem desconhecer embora a procedência de algumas das alegações que contra ele vocês têm formulado, não quero cometer a iniquidade de concorrer para o seu ostracismo (...). Se, portanto, a solução do caso cearense se houver de estabelecer com a renúncia do interventor, eu serei forçado, por um dever de consciência, a antes de sancioná-la, abandonar o cargo que venho exercendo. Por outro lado, como só me animei a por sobre ombros o cargo político que suporto desde outubro, porque sonhei manter o Norte homogêneo e unido até a constituinte e, além disso, amparado pela coesão e solidariedade da força armada nele destacada (...). Nessas condições eu só deveria e poderia continuar no posto de Delegado Federal do Norte, se entre vocês e o interventor puder haver uma reconciliação.⁶¹

⁵⁹ Idem (3697-3698/7455). Datado de 14 de julho de 1931.

⁶⁰ Idem (4931/7455). Datado de 17 de julho de 1931. A resposta de Magalhães Barata mostra como a região estava mobilizada nesse caso e como reconhecia sua importância: “Há equívoco sua parte. Eu não divulguei senão companheiros subscritores telegrama oficialidade Fortaleza e a si. Comunicação que não podia deixar fazer. Eu não seria tão infantil participar diários revolução interna meio revolucionário”. Idem (4932-4933/7455).

⁶¹ Idem (3747-3749/7455). Sem data.

O possível abandono da Delegacia por Juarez foi amplamente divulgado no Norte⁶². Para o Delegado, todo o esforço na construção de um Norte revolucionário e unido por meio da Delegacia iria por água abaixo com a saída do interventor cearense. Tal postura de defesa intransigente do irmão se deu por acreditar que a demissão representaria o fim político de Fernandes Távora, seu total “ostracismo”, já que houve uma ampla divulgação das acusações que sofria. Juarez joga tudo pelo irmão, inclusive, toda a construção do Norte do pós-30. Em outras palavras: se Manduca cair, Juá cairá junto.

Juarez parecia realmente disposto a abandonar tudo, pois chegou a escrever uma carta de demissão que nunca foi entregue a Vargas, datada de 31 de julho de 1931. Nela, afirma que se demitia porque as circunstâncias que o levaram a propor a criação da Delegacia não mais existiam: “com a mesma franqueza e lealdade com que antes concorri para o estabelecimento da chamada ‘Delegacia do Norte’ venho agora espontaneamente declarar-lhe já não a considero um órgão imprescindível, submetida ao seu critério a conveniência de conservá-la, dando-me um substituto, ou extingui-la”.⁶³ Em nenhuma das cinco páginas da carta cita o caso de Fernandes Távora, certamente para não deixá-lo mais exposto do que já estava. Juarez estava disposto a abrir mão de tudo pela defesa política do irmão.

Essa posição, como não poderia deixar de ser, soou como uma ameaça ao Norte, e seu impacto foi ímpar. Diante de tal iniciativa, a reação dos aliados envolvidos diretamente no caso foi fundamental para que ele mudasse de posição. Manifestaram-se Juraci Magalhães⁶⁴ e Landri Sales⁶⁵, em longos telegramas. No entanto, todas essas comunicações podem ser sintetizadas em um dos telegramas que foi enviado por Jurandir Mamede, escolhido, segundo ele próprio, intermediário para solução do impasse diante do possível fim da Delegacia do Norte.⁶⁶ Em uma longa e exemplar exortação patriótica e nortista, o então comandante da polícia pernambucana dá a dimensão do significado da liderança de Juarez ao grupo:

⁶² Outras correspondências em que Juarez afirma o mesmo, para outros revolucionários nortistas são (3581-3582/7455) e (3752-3760/7455). Além disso, mesmo sem se referir a crise na interventoria cearense, os jornais do Distrito Federal, começam a noticiar, nesse mesmo momento, que a Delegacia do Norte será extinta. Ver jornal *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1931, e jornal *Diário Carioca*, 28 e 29 de julho de 1931.

⁶³ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (650-654/7455).

⁶⁴ Idem (3239-3241/7455).

⁶⁵ Idem (6581-6589/7455).

⁶⁶ O outro telegrama de Mamede é (3762-3765/7455).

Situação vexatória que se encontra seu irmão não foi criada agora (...). Ele governou até agora não encontrando apoio nos nossos camaradas de cuja sinceridade não podemos duvidar e cujo apelo à sua intervenção se vem repetindo há tempo. (...) Estamos convencidos que o seu irmão não se negará a renunciar hoje mesmo se a tanto for solicitado, mas não encontramos explicação em considerar este gesto capaz de lhe colocar mal perante sua consciência. (...) Nós não nos submetemos a seu desejo de abandonar a Delegacia porque estamos certos de que você sempre age com acerto e justiça apenas agora perturbado por um excesso de escrúpulo (...). Ainda que você ficasse desautorizado perante sua consciência teria obrigação de continuar na Delegacia não abandonando os seus companheiros porque seria um sacrifício que o seu valor moral compensaria bastante (...). Nós queremos a sua atividade como chefe porque como chefe o tivemos sempre e como chefe queremos tê-lo para levar avante as realizações que a revolução tem o dever de empreender. Sua renúncia afetará profundamente os destinos da revolução e nós não permitiremos que seja arredada do cenário político a mais bela reserva moral da revolução. Esta reserva é nossa e não permitiremos que se afaste de nós. Você deve convencer-se que não pode alegar considerações pessoais porque você já não se pertence. Você é o Norte e o Norte não permite que a estrela se apresente no firmamento do Brasil novo como uma estrela cadente.⁶⁷

Se a estratégia de Juarez foi usar a Delegacia como moeda de troca para a permanência de Fernandes Távora, Mamede inverte seu argumento: a saída do irmão é que garante a Delegacia. Ele cobrar o líder por sua liderança, baseada no apoio dos revolucionários nortistas, e por seus sacrifícios que emanam de seu heroísmo. Juarez, para eles, não se pertence individualmente, mas a todo o Norte. Ele deve ser responsável pela revolução e pela a pátria, defendendo os revolucionários nortistas, acima de qualquer crise de consciência. É justamente essa faceta de seu caráter heroico que foi retomada nesse momento de crise da Delegacia, sendo ressaltado como o Norte se representava nele e em sua projeção nacional. Juarez não se pertence, ele é do Norte. Por isso mesmo, Juarez tem responsabilidades maiores que qualquer outro e atitudes que determinam sobremaneira a trajetória política da corrente que lidera e encarna. Caso saia da Delegacia perderá força nacionalmente, comprometendo o projeto político nortista, deixando de ser forte e “brilhante” para, rapidamente, tornar-se uma “estrela cadente”. Pelas palavras de Mamede, fica evidente que os revolucionários nortistas tomaram as rédeas da situação e mostraram a Juarez que a liderança tem suas obrigações.

O caso, após seis meses, chegou ao seu fim. É o que registra uma carta de Juarez dirigida a Vargas:

Tenho a honra de passar às suas mãos a carta que vai junto a esta, e que lhe é dirigida pelo dr. Fernandes Távora, interventor demissionário do estado do Ceará. Conforme v. exa. terá sabido, existia desde algum tempo, uma deplorável desinteligência entre aquele interventor e a guarnição federal de Fortaleza. Impossibilitada, pela minha condição de parente do dr. Fernandes Távora, de funcionar como juiz, na solução de tal divergências, confiei sua decisão, de comum acordo com ambas as partes, a um tribunal de revolucionários insuspeitos, presidida pelo sr. ministro da

⁶⁷ Idem (6238-6247/7455). Sem data.

Justiça. Esse tribunal (...) resolveu de acordo com eles (...) aceitar a renúncia do interventor Fernandes Távora e sugerir a v. exa. a nomeação do capitão Roberto Carneiro de Mendonça para substituí-lo.⁶⁸

Relativizando a longa crise, Juarez comunicava ao presidente o pedido de demissão de seu irmão, cuja responsabilidade fora de um tribunal revolucionário.⁶⁹ Para que essa carta fosse escrita, é importante ressaltar a pressão dos revolucionários nortistas militares. Sem a forte atuação que acompanhamos, certamente o desenrolar da situação teria sido outro. Ao contrário do que ocorreu no processo que o conduziria ao generalato, o líder ouviu os liderados e colocou o Norte acima de seus próprios desígnios.

A despeito dos laços fraternais que marcavam a “solução” do caso de Fernandes Távora, ele ilustra o quão difícil foi a mudança do primeiro perfil geral dos interventores do Norte. Além disso, há um elemento externo ao caso cearense, fundamental para que se entenda tal mudança. Havia um movimento maior em todo o Norte, no qual, diante das crises envolvendo os primeiros interventores e as elites estaduais, elaborou-se uma proposta de drástica mudança no perfil dos interventores do Norte, em favor dos militares e deslocando os civis, por definição, mais ligados à “politicagem”.

Desse novo perfil, Carneiro de Mendonça era um modelo: militar, estrangeiro e neutro politicamente, como bem apresentou Dulce Pandolfi. Esses interventores militares deviam garantir os caminhos políticos do Norte e do Governo Provisório, nessa nova conjuntura, afastando-os das incertezas políticas que se tornavam cada vez mais agudas.

3.5 Os interventores militares e a estabilização política do Norte

No dia 26 de junho de 1931, Juraci Magalhães enviou um telegrama circular, parcialmente codificado, para os principais revolucionários militares de vários estado do Norte, alguns interventores, outros não. O documento, direto e preciso, atesta que, na

⁶⁸ Idem (3772/7455). Datado de 20 de agosto de 1931. Documento marcado, no arquivo pessoal de Juarez Távora, como *Arquivo Getúlio Vargas*.

⁶⁹ Foram encontradas poucas informações sobre esse tribunal. Em um dos comunicados que faz, diz Juarez que ele era composto por um militar cearense, pelos ministros José Américo e Osvaldo Aranha e pelo interventor Lima Cavalcanti. Idem (6600-6601/7455). Datado de 10 de agosto de 1931. Já em suas memórias, afirma que o tribunal tinha alguns integrantes diferentes, como, Góis Monteiro e Pedro Ernesto, além de Aranha (Távora, 1976: 38).

cúpula da Delegacia do Norte, o “aprendizado político” com o dramático caso do Ceará, ainda em curso, deveria dar resultados. Juarez era o líder dos revolucionários nortistas e por isso mesmo muito necessário, apesar de ainda doente e merecer “cuidados”. Além disso, turbulências como aquela envolvendo Fernandes Távora, deveriam ser evitadas e combatidas com rápida intervenção. A revolução não poderia correr riscos:

Conversei longamente Juarez. Acho força Norte depende união sendo necessário para isto acabar dissensões entre tropa e interventores o que ainda acontece alguns lugares. Dentro breves dias Juarez viajará Norte embora ainda doente devendo fazer estação repouso Ceará. Orientação a dar será afastamento interventores não poder afinar mentalidade sadia espírito novo revolução. Minha opinião casos surgirem devem ser solucionados nomes revolucionários sinceros capazes construir edifício sólido cercado-se auxiliares técnicos. Direção deve ficar mãos revolucionários. Onde isto se dá, Revolução está vitoriosa. (...) Juarez já inclinado nesse sentido. Cordiais abraços pelo major Juarez.⁷⁰

Enquanto Juarez estava afastado da Delegacia para tratar de sua saúde, cogitando, inclusive, uma viagem ao seu estado natal nunca concretizada, Juraci, na qualidade de seu substituto direto, está seguro de que o Norte só é forte quando unido. Para ele, o preceito básico da força nortista só será mantido se forem extintas as constantes, e cada vez mais fortes, crises entre as interventorias e guarnições militares. Sendo assim, era preciso difundir entre alguns companheiros, em caráter secreto, a “solução” encontrada: a nomeação de interventores “revolucionários sinceros”, ou seja, militares. Estes, para o futuro interventor baiano, estariam aptos a executarem o programa revolucionário, auxiliados por administradores “técnicos”, e não políticos. O amplo número de remetentes, todos militares, explicita um dos pilares da base de apoio dos novos interventores que em breve seriam empossados no Norte: as guarnições militares, já que a base política que sustentara os interventores civis deveria ser desfeita.

Como vimos, a ida de Landri Sales para a interventoria piauiense foi um dos fatores que ajudou a levar a pique a administração de Fernandes Távora, lançando igualmente o projeto de militarização das chefias estaduais. É o que fica registrado em carta endereçada a Vargas, assinada por Juarez Távora, mas cujo rascunho em seu arquivo, tem a letra de Juraci Magalhães:

⁷⁰ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (342-344/7455). Codificado. Endereçado ao tenente Ribeiro Monteiro, da Bahia; interventor Augusto Maynard, de Sergipe; tenente Aguinaldo Meneses, de Alagoas; Jurandir Mamede, chefe da polícia pernambucana; tenente Ernesto Geisel, então servindo no Rio Grande do Norte; tenente José Varonil, do Ceará; Landri Sales, já como interventor piauiense; tenente Anacleto Tavares, do Maranhão; Magalhães Barata, interventor paraense; e tenente Emanuel Moraes, do Amazonas.

Verificará v. excia. que a grave agitação ali criada [no Piauí] pelo faccionismo político só poderá ser convenientemente amainada com a nomeação de um interventor militar, completamente estranho ao meio político estadual, já que nem o próprio capitão Delso Fonseca logra conciliar os interesses partidários em choque. Dos candidatos indicados pelo capitão Delso, julgo que é o tenente Landri Sales Gonçalves o que melhor resolverá o problema (...). Acresce ainda uma circunstância relevante: o citado oficial foi, durante a campanha revolucionária, o Comandante da Brigada Norte, da qual faziam parte, entre outras, a força do Piauí (...). Quanto às objeções opostas pelo interventor do Ceará contra a saída do tenente Landri do comando da polícia cearense vou indicar um outro oficial para substituí-lo, pois julgo de muito maior valia a sua colaboração ao governo de v. excia. na interventoria do Piauí.⁷¹

Minimizando a saída de Landri do comando da polícia cearense – o que sugere que Fernandes Távora levou ao presidente suas queixas –, Juraci resolvia duas situações militares com uma única jogada política: diminuía a força do seu desafeto cearense junto aos militares do estado e começava a lançar as bases da militarização das interventorias do Norte. É difícil saber até onde essa medida foi de autoria exclusivamente sua, sem a chancela de Juarez, ou se contou com o aval, mesmo a contra gosto, do Delegado. Mesmo sem uma resposta definitiva sobre esse tema, é difícil imaginar que Juarez Távora permitisse que cartas em seu nome fossem enviadas ao presidente sem sua prévia autorização.

Em suas memórias, Juarez procura se afastar desse processo, afirmando que quando voltou às suas atividades normais na Delegacia “o panorama político-administrativo dos estados do Norte e do Nordeste apresentava-se bastante alterado”. Considerava que sua prolongada enfermidade acabou por impedir que examinasse “ainda no nascedouro, os casos que iam surgindo, e de tentar conciliar o conciliável, em cada um deles”. Muitas décadas depois, atribuí principalmente a seus auxiliares “essa rápida evolução no sentido de substituir, por militares, os interventores civis” (Távora: 1976, 36-39). Na verdade, Juarez esteve envolvido, mesmo doente, com a militarização – autorizando substituições, escrevendo telegramas para os revolucionários nortistas militares e cartas para o presidente da República –, embora Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca tenham tido uma atuação extremamente relevante.

Voltando a comunicação que confirmava Landri na interventoria piauiense, nela fica evidente a mudança na base de apoio dos novos interventores que estava sendo articulada. Se, anteriormente, era a ampla aliança civil e militar que sustentava os interventores civis, a garantia do estabelecimento de interventores militares era

⁷¹ Idem (6739-6740/7455). Sem data. Depois dessa missão no Piauí, Delso Mendes da Fonseca se afasta da Delegacia, pois, ao retornar ao Rio de Janeiro, tornou-se secretário de Obras do Distrito Federal, no governo do interventor Pedro Ernesto, cargo que ocuparia até 1934.

baseada na “independência” em relação às forças políticas locais e em uma maior proximidade com as forças armadas do estado. A chegada de Landri ao poder no Piauí, estimulada pelo fato de ter atuado anteriormente no estado – não politicamente, mas militarmente –, representava, sobremaneira, que os rumos dos governos nortistas estavam mudando.

Sem dúvida, uma forte ligação com os militares estaduais garantia, nessa conjuntura, a permanência do interventor. Mas não era tudo. Aluísio Moura de Andrade, um dos primeiros militares a assumir uma das interventorias nortistas, não conseguiu estabilizar-se no poder norte-rio-grandense, nas palavras de um dos militares do estado, justamente por ter mostrado “todos os defeitos que tinha e estavam encobertos”, demitindo “todo aquele que não batesse palmas aos seus atos” e, “ligado aos elementos decaídos”, cometendo “toda a sorte de perseguições”.⁷² Como era de se esperar, sem o apoio dos revolucionários militares, saiu do poder, de uma forma mais ou menos amistosa, como fica evidente pela carta escrita diretamente por Juarez a Vargas, indicando o novo interventor:

Não julgo o atual interventor (dada a franqueza de sua vontade) em condições de, desajudado dos elementos revolucionários que acaba de despedir, poder governar com acerto aquele estado. Impõe-se, assim, para se evitarem maiores males, substituí-lo, enquanto é tempo. Espero que ele, criteriosamente, lhe facilitará essa tarefa, renunciando o cargo que v. exa. lhe tem confiado. Não creio que dentro do elemento civil do estado possa v. exa. escolher um homem capaz de solucionar convenientemente a crise ora aberta ali. Nessas condições, penso encaminhar bem o problema, indicando-lhe o nome do comandante Herculino Cascardo – que é hoje, sem favor, um nome nacional.⁷³

A confirmação da escolha de Herculino Cascardo foi saudada pelos militares do estado, que escreveram para Juarez afirmando: “Pode v. excia. assegurar ao comandante Cascardo que pode ele se aproximar da oficialidade do 29BC e aperta-lhe a mão sem temer uma deslealdade, (...) amparando-nos mutuamente”.⁷⁴

No Rio Grande do Norte, como no Ceará e no Piauí, em meados de 1931, também houve a nomeação de um militar para a chefia do estado. Herculino Cascardo teve como fundamento básico de seu poder o apoio dos revolucionários militares do estado. Porém, como Carneiro de Mendonça, no Ceará, e também como Tasso Tinoco, em Alagoas, Cascardo não era nortista de nascimento, nem tinha sua trajetória militar

⁷² Idem (7155-7159/7455). Datado de 28 de agosto de 1931.

⁷³ Idem (7115/7455). Datado de 28 de junho de 1931. Uma cópia da carta, com a inconfundível letra de Juarez Távora, está no Arquivo Getúlio Vargas em GV c 1931.06.28.

⁷⁴ Idem (7146-7148/7455). Datado de 14 de agosto de 1931.

ligada à região antes de 30. Tais escolhas, portanto, tinham uma nova lógica. Mesmo não tendo articulações com forças políticas civis ou militares nos estados, sua chegada às interventorias se baseava justamente em uma estreita relação com o circuito de revolucionários do Norte, no qual não eram “estranhos”. Pelo contrário, eram aqueles considerados “sinceros”, como se viu na circular de Juraci.

Além disso, eram homens da confiança de Juarez, já que todos, como militares, participaram dos levantes tenentistas da década de 1920. Carneiro de Mendonça participou do movimento de 1922 e ficou preso com Juarez, na ilha da Trindade em 1926; Tasso Tinoco também ficou preso com Juarez, por sua participação em rebeliões tenentistas, agora na ilha de Cobras, também em 1926; e Herculino Cascardo participou, ao lado de Juarez, da revolta tenentista de 1924.⁷⁵ Assim, se suas trajetórias militares não se ligavam diretamente ao Norte, uma relação político-militar muito forte os unia a Juarez, com quem dividiam ideais políticos e o espaço de uma sela de prisão.

Por fim, vale ressaltar que se as escolhas desses militares não foram arbitrárias, tampouco foram os estados escolhidos para que ocupassem a administração. Herculino Cascardo vinha para um estado onde a primeira administração militar a suceder uma civil falhara. Assim, o novo interventor não podia sofrer outro insucesso, pois um fracasso poderia por em xeque as justificativas para as substituições dos civis. Carneiro de Mendonça foi escolhido para um caso ainda mais complicado: ocupar o lugar do irmão de Juarez, Fernandes Távora. A ele não era seria permitido, justamente na terra natal de Juarez, qualquer falha.

A militarização das interventorias do Norte começava a dar seus primeiros passos no segundo semestre de 1931, quando Delso Mendes da Fonseca buscava apoios para fortalecer o modelo que vinha ajudando a implantar. Por isso, pôs em alerta os revolucionários nortistas militares do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, em julho desse ano: “Cascardo será nomeado interventor Rio Grande Norte hoje, convém estarmos prevenidos qualquer hipótese”.⁷⁶

Feitas tais substituições, o processo de militarização das interventorias do Norte continuou de modo semelhante nos outros estados: o roteiro apresentava peculiaridades em algumas circunstâncias, mas o desfecho já não era inédito. No Maranhão, a saída de Astolfo Serra envolveu uma grave crise entre ele e Reis Perdigão, um dos revolucionários que o indicou, marcada por greves, prisões e denúncias acerca de sua

⁷⁵ Referências tiradas do primeiro volume das memórias Juarez (1973).

⁷⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (355/7455). Datado de 16 de julho de 1931.

vida particular: por ser padre, foi acusado de viver em matrimônio e de ter um filho.⁷⁷ Com a saída de Serra, foi escolhido para o seu lugar o militar baiano Seroa da Mota. Antes da confirmação oficial, ao serem consultados sobre essa nomeação, militares maranhenses escreveram a Juarez: “oficialidade aqui coesa e forte disposta trabalhar pelo fiel cumprimento do programa revolucionário. Todos sob o mesmo ponto vista, aceitam com satisfação nomeação do camarada tenente Seroa, embora o não conheçam pessoalmente, aqui estão todos disposto orientá-lo (...) e prestar-lhe os nossos insignificantes serviços”.⁷⁸

Não havia dúvidas que a militarização das interventorias era um processo deliberado. A adoção de um modelo único de interventor militar era amplamente divulgada por Delso e Juraci, quer aos interventores no poder, quer aos militares nortistas presentes nos estados. A união do Norte estava sendo consolidada e seu chefe – representante nacional do poder da região – deveria ser prestigiado:

Nomeados [Rogério] Coimbra, Seroa e Carneiro Mendonça interventores Amazonas, Maranhão e Ceará. O Norte estará homogeneizado feitas substituições Alagoas e Bahia, pelas quais trabalhamos agora. Prestígio Norte cresce cada instante pelo reconhecido idealismo que o empolga. Precisamos cada vez mais cerrar fileiras torno Juarez hipotecando-lhe inteira solidariedade como chefe incontestado Norte. Convém prezados companheiros manifestarem toda sorte prestígio Juarez. Abraços Juraci e Delso⁷⁹

Não havia Juarez sem Norte, mas, principalmente, como os secretários da Delegacia advertem, não havia Norte sem Juarez. A relação era simbiótica e retroalimentada. O processo de militarização, inicialmente incerto, se tornara incontestado. Afirmam claramente que o Norte ganhava força com as mudanças em processo, posto que a “homogeneização” entre os estados era mais evidente, o que elevava em muito a força política de Juarez no Governo Provisório. Ou seja, nacionalmente, a militarização das interventorias era percebida e mostrava a força do Norte e de seu projeto político.

É nesse momento que os jornais do Distrito Federal começam a publicar que “ressurge o Bloco do Norte”. Para eles, “a frente única do Norte está virtualmente formada” e “depois da demissão do Sr. Fernandes Távora, do Ceará, (...) sua tentativa

⁷⁷ Ver Calderia (1981: 131-142) e vários documentos no arquivo de Juarez Távora, como, por exemplo, Idem (4241; 4271; 4368; 4421; 4432; 4439; 4469/7455).

⁷⁸ Idem (4639-4652/7455). Sem data.

⁷⁹ Idem (367-368/7455). Sem data. No telegrama há referência à substituição de Álvaro Maia na interventoria amazonense pelo primeiro-tenente pernambucano Rogério Coimbra, antigo membro da junta governativa paraense que antecedeu ao interventor Magalhães Barata. Essa substituição é a que é menos documentada no arquivo de Juarez, o que justifica o pouco uso de fontes.

está vitoriosa”. Ainda restavam dois obstáculos – os estados de Alagoas e da Bahia -, mas, de toda forma, o Bloco era uma “congregação de elementos para impedir a realização da constituinte”. Conforme os jornais, surgia “como uma necessidade de resistência sob os auspícios da Delegacia Militar do Norte”.⁸⁰ Ou seja, a militarização das interventorias, era entendida, nacionalmente, como a formação de um grande bloco, uma frente única, que combateria ferrenhamente contra a convocação da Constituinte.⁸¹

Como fica evidente por essas fontes, a militarização só estaria completa e o Bloco do Norte completamente formado, quando os casos de Alagoas e Bahia fossem resolvidos. Em Alagoas, o desenrolar foi o mesmo dos outros estados: queixa de militares acerca da prática política do interventor Freitas Melro⁸² e posterior substituição por um interventor militar. Não se sabe ao certo quando se deu a demissão de Freitas Melro, mas fato é que seu substituto interino, o capitão Luís de França Albuquerque⁸³, permaneceu no poder até outubro seguinte. Contudo, sua efetivação não se concretizou, e isso não se deu por falta de pressão junto a Juarez. Na verdade, ao que parece, foram justamente as intensas insistências por sua manutenção no governo que prejudicaram essa confirmação. Disse Juarez a França Albuquerque que “atuação inábil (...) [de] alguns amigos seus daí criou tal ambiente aqui que não me sinto bem pedindo Governo Provisório sua efetivação”, pois “poderá parecer uma imposição ditada pela força”, já que determinados apoiadores do interventor interino “incitam povo força resistir contra outra solução que não seja seu nome”. Ou seja, havia um claro movimento político dentro do estado a favor de Albuquerque e contra as normas da Delegacia, o que levou Juarez a dizer ao “candidato” imposto: “apelo prezado camarada

⁸⁰ Jornal *Correio da Manhã*, 15 e 16 de agosto de 1931.

⁸¹ Dulce Pandolfi afirma que o Bloco do Norte, “primeira tentativa mais ampla de aglutinação das forças revolucionárias nortistas”, surge “sem existência institucionalizada” em inícios de 1931, sendo “articulado pelos próprios revolucionários nortistas, visando defender os interesses da região frente ao poder central”, em especial por Lima Cavalcanti. A autora afirma ainda que o Bloco era acusado de ser “separatista”, e “perde muito sua razão de ser com o movimento paulista de 1932” (1980: 349-350).

⁸² Ver, por exemplo, Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (1545-1550/7455). Datado de 15 de agosto de 1931.

⁸³ Antes da efetivação do substituto, o capitão Luís de França Albuquerque assumiu o executivo estadual interinamente, a partir da viagem que Freitas Melro fez ao Rio de Janeiro, em agosto de 1931, ainda como interventor, visando conversar com Juarez sobre a crise que seu governo vivia. Entretanto, mesmo longe de Alagoas, as críticas não diminuíram, o que levou Juarez a escrever para França Albuquerque: “Diante informações daí, aconselhei Freitas Melro demorar-se aqui algum tempo, fim você realizar aí modificações revolucionárias mais importantes. Impõe-se você haja sem perda tempo ou me autorize com dados pedir substituição definitiva Melro”. Idem (1575/7455). Sem data.

ajudar-me com seu desprendimento solucionar caso alagoano, apoiando nome [de] um militar estranho competições políticas daí”.⁸⁴

Assim, para a interventor, Juarez escolheu o capitão Tasso Tinoco, carioca, “estrangeiro” ao Norte, assim como os novos interventores cearense e potiguar. De modo semelhante aos seus pares, Tinoco buscava legitimar-se no poder distanciado da elite política local, que pressionava a Delegacia por um nome, o que não era bem visto por aqueles que buscavam “homogeneizar” a região.

O caso baiano, o último estado, ao lado de Alagoas, à margem da completa militarização do Norte, foi aquele no qual a indicação direta do Delegado não foi prontamente aceita. Não pelo presidente, mas pelos próprios indicados. Depois da queda de Artur Neiva, informando ao Delegado que “transmiti interventoria comandante região virtude falta apoio forças armadas”⁸⁵, os militares baianos passaram a cobrar de Juarez um novo interventor, dessa vez militar, garantindo que “o interventor que substituir será mantido até ordens vossas, custe o que custar”.⁸⁶ Sobre a questão, o Delegado escreveu ao presidente, explicando as razões e as características do processo de militarização, não só no que se refere ao afastamento dos civis, como principalmente ao cuidado necessário para a escolha de um militar para o cargo:

A recente renúncia do interventor da Bahia, sr. dr. Artur Neiva, impõe ao Governo Provisório da República (...) uma solução pronta e radical. (...) O desfecho das duas soluções dadas anteriormente mostra que não é fácil encontrar-se um civil – mesmo afastado das lutas partidárias baianas – em condição de equilibrar-se no poder, sem transigências à força armada ou aos partidos, incompatíveis com o bom andamento da administração pública. Melhor será, portanto, optar, de vez, por uma solução militar. (...) Escuso-me de lhe sugerir aqui nomes de altas patentes militares para interventoria baiana, porque são poucos os militares graduados que sinceramente servem à revolução e retirá-los agora dos altos comandos que exercem, seria um grave prejuízo para a segurança da Ditadura; por outro lado, excluídos esses, os demais militares velhos não saberiam isentar-se das seduções políticas facciosas e, conforme também já tive oportunidade de dizer-lhe, a revolução deve ter mais medo dos militares políticos do que dos politiqueros civis... Sou forçado, assim, a voltar-me para a mocidade da minha classe.⁸⁷

Nessas linhas, Juarez justifica claramente a Vargas o porquê da militarização em curso: os civis não permaneciam no poder por não conseguirem fugir às lutas políticas, prejudicando a execução do programa revolucionário e criando instabilidades políticas não só nos estados, mas em toda a região. Sem dúvida, o ponto alto da mensagem é o que adverte Vargas de que era preciso temer mais os militares políticos do que os

⁸⁴ Idem (1738-1739/7455). Datado de 5 de outubro de 1931.

⁸⁵ Idem (2836/7455). Datado de 17 de agosto de 1931.

⁸⁶ Idem (3204-3209/7455). Sem data.

⁸⁷ Idem (2904/7455). Datado de 17 de agosto de 1931. O mesmo documento pode ser encontrado em Arquivo Getúlio Vargas GV c 1931.08.17 1-5/7.

próprios políticos civis. Por isso, a “mocidade” do Exército representava, diante desse quadro de intensa desconfiança e incerteza, um reduto de militares não “contaminados” pela política nos quartéis. Eles poderiam ser a ponta de lança no combate às práticas da Primeira República, mas sem os riscos dos “velhos” comandantes. Para tanto, basta lembrar a crítica de Fernandes Távora à juventude de Juraci e o choque de “mentalidade” apresentado por Juraci a Juarez entre os “homens velhos” e a “nossa” geração. Na carta, o Delegado continua:

Dentre a oficialidade moça e desinteressada que fez comigo a revolução do Norte – três rapazes se destacam de modo sensível, pela sua bravura, inteligência e ponderação – os primeiros tenentes Juraci Magalhães, Jurandir Mamede e Landri Sales. Destes, o primeiro não aceitará a interventoria baiana, porque tendo pleiteado o critério de se nomearem interventores militares para os estados do Norte, se sente, justamente, por isso inibido de aceitar sua indicação para semelhante cargo. O terceiro é, como v. exa. sabe, interventor do Piauí, onde todos reputamos necessária a sua presença. Limite-me, assim, a sugerir-lhe o nome do primeiro tenente do Exército Jurandir de Bizarria Mamede, para o cargo de interventor federal da Bahia.⁸⁸

Na lista tríplice apresentada por Juarez, aparecem os três maiores revolucionários nortistas militares de todo o Norte, que lutaram ao seu lado no movimento de 30 e continuavam a auxiliá-lo nos primeiros anos do Governo Provisório, o que mostra a relevância política da Bahia. Contudo, o que todos não esperavam é que Mamede refutaria a escolha. Em seus comunicados de recusa, não explica porque tomou tal atitude, e insiste ferrenhamente no nome de Juraci.⁸⁹ Diante da confusão, Juarez voltou a escrever ao presidente, dessa vez afirmando:

Volto perante v. exa. para tratar ainda uma vez da sucessão baiana. (...) Tenho em mãos telegramas do tenente Jurandir Mamede manifestando-me seu desejo de manter-se à frente da Segurança Pública de Pernambuco e votando pela nomeação do tenente Juraci Magalhães para a interventoria baiana. Como se vê v. exa., um e outro desses dois candidatos, pelos quais me responsabilizo perante v. exa., se recusa a aceitar tal encargo. Alvitro, nessas condições, que v. exa. nomeie, indiferentemente, um ou outro desses dois candidatos, certo de que diante dos fatos consumados, qualquer deles se submeterá à sua determinação.⁹⁰

Juarez foi atendido nesse pedido e Vargas nomeou Juraci Magalhães, como registrou em seu diário⁹¹. Com sua chegada à interventoria baiana e a de Tasso Tinoco à

⁸⁸ Idem (2904/7455).

⁸⁹ Ver Idem (1562; 5913-5915/7455). Datado de 22 de agosto de 1931.

⁹⁰ Idem (2906/7455).

⁹¹ “Acomodando divergências entre Juraci e Juarez, ficou resolvida a nomeação deste para interventor da Bahia, como o primeiro desejava” (Vargas, 1995: 69). Em carta a Vargas, aceitando a nomeação, Juraci afirmou que tal confusão se iniciou por causa de uma “presunção de que ele [Juarez] fizera uma ligeira restrição ao meu nome”, longo sendo desfeita pelo Delegado, asseverando que “ou eu escreveria a v. excia., dizendo que me convencera de que fora injusta a minha presunção – o que folgo em reconhecer –

alagoana, em meados de outubro, excetuando o território do Acre, Paraíba e Pernambuco, os outros dez estados nortistas passaram a ser governados por interventores militares. Como anteriormente garantiu Delso Mendes da Fonseca, o Norte estava homogeneizado em torno da liderança de Juarez e agora poderia estabilizar-se politicamente, como o “Bloco do Norte”, consolidando a revolução na região e defendendo o projeto de centralização política contrário à constitucionalização.

Esses novos interventores tinham como base principal de sustentação para suas administrações o apoio tanto das guarnições militares de seus estados, como a sustentação dos revolucionários nortistas militares de todo o Norte. Foi com essa dupla força militar-regional, que ultrapassava as fronteiras dos estados, que se garantiu a chegada dos interventores militares ao poder. Como já adverti anteriormente, é difícil crer que tais interventores conseguiriam administrar sem negociar com outros setores políticos. Contudo, se em um primeiro momento, quando das interventorias civis, o papel das elites estaduais era prioritário, no decorrer do ano de 1931, ela vai se tornando crescentemente secundário.

O perfil geral das interventorias do Norte construído após a militarização sofreu apenas duas alterações, provocadas por circunstâncias que fogem ao campo político: Antenor Navarro, interventor da Paraíba, faleceu no dia 26 de abril de 1932, em um acidente aéreo na Bahia, sendo substituído pelo também civil e paraibano Gratuliano de Brito, seu secretário de Interior e Segurança Pública. Já Herculino Cascardo se demitiu da interventoria do Rio Grande do Norte, em fevereiro de 1932, devido à doença de seu filho, que passava por um tratamento no Rio de Janeiro e necessitava de sua presença.⁹² Em seu lugar, assumiu o militar baiano Bertino Dutra da Silva.

Comparando o segundo perfil de interventores com o modelo inicial de interventores nomeados no Norte, quando da instituição do decreto 19.398, as mudanças ficam mais evidentes. Quanto à naturalidade, se a escolha dos primeiros interventores foi marcada pela preferência de revolucionários civis, ligados por nascimento ou outras relações aos próprios estados, no segundo momento, poucos interventores passaram a

ou demitir-se-ia do cargo de Delegado Federal do Norte, no qual vem prestando os mais assinalados serviços à Revolução e ao país”. Desfeita a confusão, Juraci assumiu o governo baiano no dia 16 de setembro de 1931. Arquivo Getúlio Vargas GV c 1931.08.24/2. Datado de 24 de agosto de 1931.

⁹² Essa foi a versão oficial apresentada por Herculino Cascardo a Vargas. Ver Arquivo Getúlio Vargas GV c 1932.03.26/3. Contudo, o interventor sentia-se desgastado devido às divergências envolvendo as punições que vinha dando ao ex-presidente estadual Juvenal Lamartine, para que devolvesse verbas públicas usadas irregularmente. Sobre esse último ponto ver Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (5525; 7219-7225; 7227-7228/7455) e Mariz (1984: 97-99).

governar os estados onde nasceram ou tiveram atuação político-militar. Após o processo de militarização, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Piauí e Rio Grande do Norte – oito ao todo – estavam sendo governados por interventores nascidos em outros estados. Apenas Pará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe possuíam interventores naturais dos estados que governavam.

Nessa configuração, efetivamente, as interventorias nortistas estavam sendo ocupadas, em sua maioria, por interventores “estrangeiros” aos estados que administravam. No entanto, ampliando a escala de análise percebe-se que, mesmo com essa mudança, ainda havia a predominância de revolucionários nortistas entre as lideranças dos estados. Excetuando o Acre, onde não consegui muitas informações, nos 12 outros estados, apenas quatro – os interventores alagoano, cearense, capixaba e norte-rio-grandense – não eram revolucionários nortistas *stricto sensu*. Nos demais estados, todas as interventorias estavam nas mãos de diletos revolucionários nortistas, alguns desses com já destacada atuação política e militar em outros estados do Norte. Essa circularidade garantiu o distanciamento político em relação às questões estaduais, diminuindo a influência das elites civis – notadamente os aliancistas –, fortalecendo a liderança dos militares. Esta “neutralidade política” arrefecia as tensões internas, facilitando a liderança de Juarez na região e consolidando ainda mais a força do Norte nacionalmente.

Além disso, como anunciou Juarez, na carta a Vargas tratando da militarização da interventoria baiana, os interventores militares eram mais jovens. Comparando a média de idade dos interventores civis nomeados em novembro de 1930 (44 anos) com a de seus substitutos militares (31 anos), percebe-se claramente que a “mocidade” militar mais enérgica e também mais disciplinada ocupou um grande espaço.

Com a estabilização política advinda da militarização das interventorias, o Norte mostrava-se mais forte ao lado de Juarez no combate aos inimigos do Governo Provisório. E estes se mostravam, com o decorrer do ano de 1931, cada vez mais tenazes e definidos. Essa guinada militar, surgida por pressão dos militares estaduais e articulada por ação de Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca, definiu o perfil dos interventores da região que lutariam na Guerra de 1932, iniciada apenas nove meses depois da chegada ao poder do último interventor militar.

Em fins de novembro e início de dezembro de 1931, alguns interventores nortistas escreveram a Juarez, afirmando que jornais e adversários do governo davam

como certo a deposição de todos os interventores militares.⁹³ A resposta do Delegado mostra que a militarização das interventorias do Norte estava consolidada: “carece fundamento boatos aí veiculados sobre prováveis substituições interventorias Norte que agora, mais do que dantes, atravessam fase perfeita estabilidade”.⁹⁴ Essa estabilidade seria consolidada em uma forte união da região. A grande arma do Norte para combater o avanço do constitucionalismo era justamente essa, o que tornaria o ano de 1932 um dos mais críticos de toda a Era Vargas.

Nos primeiros dias desse ano, uma pequena história escrita por Humberto de Campos, então articulista do jornal *Diário Carioca*, mostra todo o reconhecimento que os opositores do Governo Provisório tinham ante a força de Juarez junto e a militarização das interventorias. O conto narrava a “descida” ao Rio de Janeiro do padroeiro da cidade, São Sebastião, para acompanhar as festas pelo seu dia, as primeiras comemoradas desde a inauguração da estátua do Cristo Redentor, em outubro último.

O santo era o “interventor cristão na terra conquistada aos tamoios”, mas, quando vivo, fora “capitão da guarda do imperador romano”. Ao iniciar sua caminhada entre os mortais, São Sebastião foi ficando tristemente surpreso, pois, “as velas acesas em sua honra se tornam cada vez mais raras”. Não havia mais “nem foguetes, nem música, nem procissão”. Vagando pela cidade, “um dos últimos devotos, homem do povo, lhe deu a notícia da sua deposição”:

“– Então, você não sabia ainda, meu santo? Você ignorava que o Cristo, em pessoa, o destituiu da interventoria, assumindo, ele próprio, o lugar de protetor da cidade? Pois olhe: lá está ele no corcovado, dominando águas e terras.” (...) O mártir baixou a cabeça, triste. Levantou-a, porém, em seguida. “– Onde mora o Juarez Távora?” – perguntou. (...) “– O Juarez Távora não é, então, o defensor dos interventores militares?” – indagou, passado um instante – “Ou ele ignorava que eu sou capitão?” Olhou com raiva o Corcovado: “– Sim, senhor! Um civil tomando o lugar a um militar!” E saiu, sucumbido, cabisbaixo, rezando, pela primeira vez em favor da Constituinte.⁹⁵

A polarização política nacional em torno da convocação de eleições era evidente. E os interventores militares do Norte foram, nessa conjuntura, os mais ferrenhos defensores do Governo Provisório.

⁹³ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (3076-3078; 7201/7455). Dados, respectivamente, de 13 de dezembro e 29 de novembro de 1931.

⁹⁴ Idem (3079/7455). Datado de 14 de dezembro de 1931.

⁹⁵ Jornal *Diário Carioca*, 21 de janeiro de 1932.

CAPÍTULO 4

O fim da Delegacia Militar do Norte e a crise que antecede a guerra civil

Segue, amanhã, para o Brasil setentrional, o brioso militar sr. major-tenente Juarez Távora, Vice-rei das capitâneas do Norte. O major Juarez Távora, que é amigo da confiança imediata do governo federal, é também inimigo pessoal da constituinte imediata.

*A Manhã*¹

Rememorando o processo que culmina com o fim da Delegacia do Norte e a gradual perda de poder político de Juarez Távora, Juraci Magalhães, nos anos de 1970, com o privilégio do passar do tempo, reflete sobre as relações políticas entre o Vice-rei do Norte e o dr. Getúlio:

A falta de malícia de Juarez impediu que ele percebesse que Vargas, com minha nomeação, estava aplicando um grande golpe político. Indicando pessoalmente alguém para a interventoria de um estado do Norte, mesmo sendo um liderado de Juarez, dr. Getúlio, evidentemente, enfraquecia o prestígio do “Vice-rei” (Magalhães, 1982: 72).

O antigo liderado e então experiente político, atrela sua nomeação ao que considera um “golpe político” com o objetivo de minar o prestígio de Juarez. No entanto, como pretendo demonstrar, nem o fim da Delegacia do Norte foi propriamente um “golpe”, nem a nomeação de Juraci foi tão determinante para o declínio da visibilidade nacional de Juarez Távora. Essa construção memorial, que valoriza a figura do interventor baiano, deixa escapar que a militarização das interventorias ajuda mais a entender o fim da Delegacia, do que a confirmação de Juraci por Vargas. Sua indicação, assim como a de todos os outros interventores, foi também afiançada por Juarez. Mas, sem dúvida, assim como no frustrado movimento pelo generalato, o fim da Delegacia mostrava a “falta de malícia” política de Juarez, visto a enorme influência que possuía no Norte e no Governo Provisório, em tempos políticos tão turbulentos.

Ainda nos anos de 1970, o antigo Delegado também lembraria desse processo de outro ponto de vista. O fim da Delegacia foi explicado por Juarez por tornar-se “dispensável” a “intermediação” que vinha exercendo. Com o decreto número 20.348, de 29 de agosto de 1931, conhecido com Código dos Interventores, determinava-se, entre outros procedimentos, a criação de conselhos consultivos, que tinham por função assessorar interventores e prefeitos, dentro de regras político-administrativas que

¹ Jornal *A Manhã*, 16 de janeiro de 1932.

alcançavam todos os estados. Nessa lógica, o principal móvel do Delegado do Norte estava sendo institucionalizado e, é possível acrescentar, despersonalizado.

Além desse elemento, ainda em suas memórias, Juarez conclui que com o fim da Delegacia “libertara-me, afinal, de um encargo que me criara animadversões por atacado” (Távora, 1976: 39-42). Ao afirmar que optou pela extinção de seu cargo, pois desejava se afastar de inúmeros problemas, pedidos e queixas que extrapolavam sua função, o ex-Delegado minimiza essa complexa, mas poderosa, rede de relações com os revolucionários do Norte. Ou seja, não reconhece que essa era a base de seu capital político nos primeiros anos do Governo Provisório.

Por isso, essas construções memoriais são valiosas, mas devem ser confrontadas com diferentes documentos, produzidos no calor dos acontecimentos, que possibilitam outras perspectivas acerca do fim da Delegacia. A perda de força de Juarez e de seu grupo foi evidente para Vargas, que registrou em seu Diário que “o grupo revolucionário parece perder terreno” (Vargas, 1995, vol 1: 83), ao ser comunicado do pedido de demissão de Juarez.²

Assim, diante do fim do posto de Delegado, quer dizer, sem o reconhecimento oficial de representante do Governo Provisório junto à região que chefiava, começava a declinar a liderança nacional de Juarez, que seria sacramentado com o processo de reconstitucionalização do país. Contudo, entre o fim da Delegacia e as eleições de 1933 e 1934, a força política de Juarez Távora manteve-se, graças à crise política que antecedeu a guerra civil de 1932. O Norte participou dessa delicada conjuntura, seja combatendo, ainda durante a existência da Delegacia, as investidas de constitucionalistas paulistas na região; seja garantindo a autoridade de Juarez para que ele, após o fim do referido órgão, legitimasse sua ação – e representasse os interesses dos revolucionários nortistas – em delicados momentos políticos do pré-guerra.

Juarez e seus aliados do Norte estiveram fortemente envolvidos nos intensos, e cada vez mais delicados, embates políticos, que opunham os “constitucionalistas” aos defensores do governo “discricionário”, a despeito do fim da Delegacia Militar do Norte. Portanto, é interessante começar por esse ainda obscuro evento.

² Registro dos dias 27 a 30 de dezembro de 1931. Antes dessa conclusão, Vargas anota, ao lado do fim da Delegacia, o pedido de demissão (não confirmado) do Ministro da Marinha Protógenes Guimarães, a renúncia do interventor do Paraná general Mário Tourinho e o rompimento entre José Américo de Almeida e o Clube 3 de Outubro.

4.1 O fim da Delegacia Militar do Norte

Em carta datada de 22 de dezembro de 1931, Juarez Távora comunicava a Getúlio Vargas seu desligamento da Delegacia Militar do Norte, exatamente 375 dias depois de sua fundação oficial. O remetente historicizava todo o caminho para criação da Delegacia, em uma análise minuciosa sobre os significados de seu cargo. Afirmava que, convidado para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, optara por “recusar as honras, encargos e proventos desse posto”, já que entendia a “necessidade de manter-me em ligação direta e constante com o Norte”, porque “o estado de exaltação dos espíritos, que então agitava aquela zona do país (...) constituiu, naquela delicada fase de transição, um problema de difícil encaminhamento, dentro do critério político-partidário que parecia nortear o pensamento dos próceres liberais vitoriosos”.

Ainda segundo a carta, diante de um contexto instável e pouco definido, marcado por pressões e demandas diversas, Juarez não acreditava que Vargas, “filho do extremo sul brasileiro”, “pudesse (...) despreocupar-se dos múltiplos e complexos problemas de ordem geral (...) para atender e dirimir, diretamente, os inúmeros casos de natureza especial” que partiriam do Norte, “agitado e, talvez, incompreendido”. Ou seja, tudo que fez para que fosse instituída a Delegacia do Norte foi “por amor à gleba nortista, onde nasci”, “por indeclinável dever de solidariedade aos revolucionários que, ao meu lado, souberam lutar ali pela conquista da própria liberdade política”, já que o posto criado “melhor do que qualquer outro, eu poderia ocupar, naquela hora de incertezas.” Continua Juarez, agora apresentado os motivos que o levaram a “dar por cumprida a missão” que lhe fora confiada:

A inquietação renovadora que sacudia desordenadamente as populações do Norte, na alvorada da vitória revolucionária, ainda não desapareceu, nem desaparecerá enquanto se não objetivarem em conquistas definitivas as promessas de redenção política com que as arrastaram para a luta armada os chefes revolucionários. Mas as tendências extremadas já amainaram, sedimentando-se, aos poucos, em torno de uma tendência média ponderável, e cuja preponderância decisiva sobre as demais é, pelo menos, uma garantia de equilíbrio dinâmico, isto é, de ordem (...). Mas, tendo exata noção das responsabilidades que me cabem, (...) não devo nem quero, também, dar direito, aos que comigo vêm lutando, de suporem que os abandono, no meio do caminho, como um comodista ou desertor de responsabilidades. Soldado sincero da cruzada revolucionária, apenas me retiro de uma posição avançada, onde já não são indispensáveis os meus serviços, para buscar, fortalecido pela satisfação do dever cumprido, um novo setor de atividade.³

³ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (644-649/7455). Datado de 22 de dezembro de 1931. A mesma carta, com pequenas alterações, também pode ser encontrada em Arquivo Getúlio Vargas GV c 1931.12.22 (1-4/7).

Para Juarez, o fim da Delegacia se explica pela relativa estabilidade política conquistada no Norte, após um ano de vigência da Delegacia. Isso decorria da militarização das interventorias e da conseqüente diminuição da força das correntes políticas aliancistas estaduais. Com o favorecimento dos militares à frente das administrações, as tensões entre a região e o governo federal ficavam aplacadas, evidentemente da ótica dos novos ocupantes do poder nos estados. Em outras palavras: o Norte, como um bloco, tornara-se um aliado “verdadeiramente revolucionário” do Governo Provisório. Assim, mais do que o Código dos Interventores – vale ressaltar, nenhuma vez mencionado na carta de 22 de dezembro de 1931 –, a extinção da Delegacia se deu pela consolidação política de um modelo administrativo revolucionário afastado das práticas “politiqueiras” dos oligarcas partidários da “República Velha”. Além disso, como fica evidente, o papel de intermediário que Juarez exercia entre as interventorias e o Governo Provisório – sobretudo no que diz respeito à indicação de interventores – perdera sentido, com o estabelecimento de governos estaduais fortes e confiáveis.

Um exemplo desse novo modelo de governo, guiado pelo “ideal revolucionário”, é apresentado por Juraci Magalhães em carta enviada a Juarez cinco dias antes daquela em que o Delegado comunicava seu afastamento da Delegacia ao presidente. Nela, o interventor baiano evidencia uma considerável habilidade política para um jovem militar de 26 anos que ocupava um cargo público havia apenas três meses:

Tenho atacado de frente todos os problemas administrativos do Estado. (...) Ontem recebi um grande incentivo com o telegrama que me passou o Dr. Getúlio, dizendo que tudo o que pedira seria concedido e se manifestando satisfeito com minha atuação à frente do Estado. (...) A situação política esteve delicada. Os politiqueiros iniciaram campanha [para] levantar povo contra mim, pretexto constituinte, civilismo, bairrismo. (...) Hoje posso garantir que, em qualquer terreno, posso enfrentá-los. Reuni elementos sem ser ostensivamente. Ao contrário, finjo não ter percebido agitação política. Acho conveniente fazer logo a organização do partido nacional revolucionário, pois será um grande apoio para a luta contra a constituinte imediata. Resolvida a questão econômico-financeira ninguém terá forças para nos combater. O Simões chegou lançando de bordo o cartel de desafio. Julgo-o, porém, já derrotado. O Seabra e o Muniz vem com o mesmo fim. O resultado, é provável, vai ser o mesmo.⁴

Como então apresenta o ex-auxiliar da Delegacia do Norte e um dos mais importantes articuladores do processo de militarização das interventorias, com

⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (3081-3083/7455). Datado de 17 de dezembro de 1932. Juraci se refere, respectivamente, a Ernesto Simões Filho, deputado federal baiano entre 1924 e 1930 e um dos principais opositores da Aliança Liberal na Bahia; J. J. Seabra, presidente do estado por duas vezes, ministro da Viação e da Justiça durante a Primeira República, e apoiador da Aliança Liberal; e Antônio Muniz de Aragão, ex-presidente do estado e apoiador da Aliança Liberal.

administrações realmente “revolucionárias” tendo à frente militares, os antigos chefes estaduais da Primeira República, fossem ou não aliancistas, dificilmente conseguiriam perturbar os interventores. Com o apoio do Governo Provisório, seria possível desarticulá-los política e militarmente, como deixa claro no combate que vem fazendo, reunindo forças com discrição e fingindo não perceber agitações políticas. Mesmo que Juraci seja o caso mais bem sucedido entre os interventores militares que se tornaram políticos – como mostra sua trajetória pública a partir daí – é possível inferir que, em todo o Norte, a situação era a mesma, tendo em vista a estabilidade dos interventores após a militarização. Constituído como um grande bloco político de apoio a Vargas, mais do que agir “saneando” os estados, era necessário fortalecer o Governo Provisório diante da arrancada constitucionalista, como mostra a sugestão de Juraci para a formação de um “partido nacional revolucionário”.

A Delegacia, tendo o processo de militarização das interventorias como seu grande resultado, conseguira seus objetivos. Analisando seu fim pelas palavras de seus opositores, esse processo fica mais evidente. Assis Chateaubriand – importante jornalista que apoiara a revolução de 30, mas, nessa época, já se alinhara decididamente com a oposição a Vargas – analisa, em virulento artigo publicado em janeiro de 1932, a situação do Norte após a renúncia de Juarez:

Foi extinta a Delegacia do Norte. A unidade nacional ganhou ontem uma bela jornada. Foi o maior erro político e nacional essa divisão do Brasil em governo do Norte e do Sul. Não há outra origem para o movimento anti-constitucionalista dos interventores do Norte contra o movimento constitucionalista do Sul. A extinção da pitoresca Delegacia trará fatalmente a extinção do espírito meio policial que ela irradiava pelos seus jurisdicionários. A dependência dos interventores do Norte agora de um governo e não mais de um mero Delegado, certamente lhes corrigirá o erro de visão em que eles estavam.⁵

Era inegável o resultado político da Delegacia do Norte, principalmente quanto ao apoio da região ao Governo Provisório, reconhecido em sua face “anti-constitucionalista”. Por isso, o fim da Delegacia trazia o temor de Juarez, presente em sua carta de renúncia, de um possível afastamento que teria dos revolucionários nortistas, e a esperança de Chateaubriand de, desfeito o órgão, o bloco do Norte ruir. Contudo, logo após Juarez comunicar sua renúncia, os interventores mostraram que sua liderança não se esvaia com o título de Delegado, contrariando a expectativa de muitos.

⁵ *O Jornal*, 3 de janeiro de 1932.

Iniciava-se, então, uma articulação entre os próprios interventores para que Juarez continuasse como líder da região no Governo Provisório, mesmo sem a chancela oficial:

Pedimos, uma vez extinta Delegacia, seja nosso representante junto governo afim assinar prestígio Norte realização ideais revolucionários. Nesse sentido, nos dirigiremos demais interventores Norte para homogenizar orientação estabelecer atitude assumiremos por seu intermédio qualquer que seja a marcha dos acontecimentos.⁶

Assim, articulando-se entre si, não faltaram demonstrações de apoio dos interventores a Juarez. Para eles, nos muitos telegramas em que comentaram o fim da Delegacia, se “somente historiador futuro saberá fazer justiça sua ação benéfica frente referido indispensável departamento”, naquele momento Juarez deveria permanecer como “o orientador revolucionário” da região, “quer frente Delegacia Norte quer onde melhor lhe pareça”.⁷ Isso se justificava diante do inegável avanço dos opositores, como alertou Tasso Tinoco: “extinção agora Delegacia Norte servirá exploração decaídos, podendo ser mal interpretada”⁸.

Lima Cavalcanti sintetizou com precisão a transição que esperavam após o fim da Delegacia, levando em conta o Norte e a conjuntura nacional citada por seu colega alagoano: para o interventor pernambucano, Juarez “passou de Delegado do Governo junto ao Norte para Delegado do Norte junto ao Governo”, para que “procure amparar Revolução contra esse profundo golpe que lhe querem dar os que sentem mal equilibrados no jogo político que costumavam realizar e que revolucionários estão destruindo”.⁹ A garantia de apoio e o reconhecimento de que Juarez continuava representando o Norte, como seu líder, seria fundamental nos momentos cruciais anteriores ao início da Guerra de 1932.

Até lá, no entanto, Vargas articulou outros planos para o ex-Delegado. Em uma primeira versão da resposta à sua carta de demissão, presente no arquivo de Vargas, e escrita no dia 29 de dezembro de 1931, o presidente agradecia todo o empenho de Juarez na função que “lhe cabia de direito”. Nela, o presidente rememorou as substituições dos interventores, “ora por solicitação espontânea, ora por ocorrências posteriores, que aconselharam essa medida”, e reconheceu que, “faltando-me o conhecimento direto dos elementos mais indicados, no momento, para o desempenho de

⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (993-994/7455). Sem data. Codificado.

⁷ Idem (2228; 3101; 7383/7455).

⁸ Idem (1812/7455). Datado de 7 de dezembro de 1931. Codificado.

⁹ Idem (7429-7432/7455). Datado de 19 de maio de 1932. Juarez respondeu a esses comunicados de modo unânime, mostrando-se sempre “disposto ajudar administrações nortistas tudo dependa meus esforços”. Idem (2230/7455). Datado de 12 de janeiro de 1932.

funções públicas”, “era natural” que o “escolhesse para Delegado do Governo Provisório no Norte, exercendo indispensável missão informativa e fiscalizadora”.¹⁰

No entanto, como mostra o envelope oficial da presidência da República, a versão definitiva da carta de Vargas, presente no arquivo de Juarez, foi entregue “em mãos”, no já conhecido endereço na “rua Marquês de Abrantes, 165”, no dia 31 de dezembro. Ela é idêntica à primeira, com exceção de um único parágrafo, no qual Vargas propôs uma última tarefa a Juarez, como “seu” Delegado:

Permita-me, porém, sugerir-lhe a conveniência de uma viagem ao Norte, ainda como Delegado do Governo ou simplesmente com sua autoridade moral de chefe revolucionário, para colher as impressões mais recentes, afim de sentir de perto as necessidades e aspirações mais urgentes das respectivas populações e transmitir-me sua impressão pessoal sobre tudo quanto observar.¹¹

Nesses dois dias que separam o rascunho de sua versão final, Vargas enviava Juarez para sua região, para que percebesse *in locu* as demandas que de lá surgiam, além de averiguar a situação política do Norte diante da grave crise nacional que ameaçava o Governo Provisório. Confirmada ao presidente em 12 de janeiro de 1932¹², Juarez embarcou, cinco dias depois, no navio *Almirante Jaceguai* rumo ao estado do Amazonas, onde iniciaria sua jornada, como um autêntico “olhos e ouvidos” de Vargas. Não foi casual, portanto, que a notícia da viagem tenha preocupado os interventores.¹³

Durante essa viagem, Juarez continuou desempenhando as mesmas funções que vinha exercendo antes da extinção da Delegacia: comunicava aos interventores os esforços que vinha fazendo pela região e enviava a ministros e ao presidente diversos pedidos de verbas e ajudas para os estados, como atesta a vasta correspondência produzida durante a viagem, presente em seu arquivo.¹⁴

No Norte, sua presença era calorosamente noticiada pelos jornais. Segundo os periódicos, Juarez era sempre recebido pelos interventores e por lideranças militares, e em seu trajeto de chegada ou partida nas cidades era acompanhado por bandas de

¹⁰ Arquivo Getúlio Vargas GV c 1931.12.22 (5-7/7). Datado de 29 de dezembro de 1931.

¹¹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (675-678/7455).

¹² Idem (759-763/7455). Na carta de resposta, Juarez garantiu ao presidente que apesar dos “laços de amizade que me prendem a quase todos os interventores do Norte” não levará “em consideração esses vínculos de natureza particular, senão para com maior estímulo cumprir os deveres de coerência e imparcialidade, que sempre me tenho traçado no desempenho de missões delicadas como essa que V. Exa. pretende confiar-me.”

¹³ A notícia da viagem levantou “descabido boato anunciam vou instalar tribunais julgar conduta interventores”, o que foi logo refutado por Juarez, definindo sua ação durante esses dias apenas para “observar pessoalmente desenvolvimento administração interventores nortistas bem como necessidades gerais estados, (...) por estar convencido poder prestar assim, algum serviço causa revolução e especialmente governo Norte”. Idem (3108/7455). Datado de 15 de janeiro de 1932.

¹⁴ Bons exemplos desse procedimento estão em Idem (771; 779; 6798-6799; 6806-6807/7544).

música e por uma “incomputável multidão aglomerada”. O comércio, nessas ocasiões, “cerrava suas portas” para saudá-lo. Em muitos estados viajou pelos interiores, colhendo requisições para melhorias e fiscalizando obras em andamento.¹⁵

Momentos marcantes de sua presença nos estados eram seus discursos, realizados ora em banquetes nos palácios oficiais e nas guarnições militares, ora em comícios públicos, o que atestava a presença e participação de populares. Em alguns casos, esses discursos foram transmitidos pelo rádio, e neles a questão da constituinte era abordada, sempre com incredulidade quanto à possibilidade de alcançar os resultados almejados. Na verdade, Juarez não se mostrava propriamente contra a constituinte, mas completamente contrário ao momento para sua formação, como afirmou em Belém do Pará:

Não quero dizer que a repelimos nem podemos repelir a constitucionalização do país. A ideia é grande e bela. Mas no mundo tudo tem os seus conformes e é preciso que soe a hora legítima da constitucionalização. (...). Não sou adepto somente da ditadura sem limites, somente do povo retrógrado e escravizado. Também não sou arauto da inconstitucionalização (...). Quero, querem os brasileiros, uma obra perfeita, para que mais tarde não soframos as consequências da precipitação. Nossa constituição, no momento oportuno, será sem defeitos e pode durar séculos. O Norte dirá ao Sul que não está apeado a interesses subalternos cuja vontade acelerada é que saia logo a constituição. O Norte está unido para continuar a obra de regeneração nacional, confiante no patriotismo dos seus governantes.¹⁶

Esse foi o roteiro básico de suas falas no percurso do Amazonas até a Bahia. Quanto ao Espírito Santo, Juarez passou poucas horas, retornando ao Rio. Chegou em Vitória pela manhã, e pouco depois do meio dia partiu, não sem antes, mais uma vez, encontrar-se com autoridades, participar de banquete, discursar e visitar órgãos públicos.¹⁷

Os setenta e dois dias em que estive no Norte – Juarez retornou ao Rio no dia 29 de março – foram importantes para que sua liderança junto à região permanecesse, assim como para o fortalecimento do projeto centralizador nortista e do Governo Provisório. Segundo Dulce Pandolfi:

Apesar de negar as alegações da imprensa, de que sua viagem teria como finalidade articular uma Frente Nortista contra a Constituinte, Juarez continua a defender firmemente a necessidade

¹⁵ Para realizar essa descrição, utilizo, principalmente, as matérias publicadas nos jornais *O Povo* – de 24 a 29 de fevereiro de 1932 – e *A Província* – entre os dias 9 e 12 de março de 1932 –, de Fortaleza e Recife, respectivamente. Além desses jornais, Juarez apresenta em suas memórias seu roteiro de viagem nos estados, com as respectivas datas (Távora, 1976: 42-46).

¹⁶ A transcrição completa do discurso está em jornal *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1932.

¹⁷ Ver a cobertura de Juarez em Vitória no jornal capixaba *Diário da Manhã*, 29 de março de 1932.

de manutenção do regime ditatorial. A viagem de Juarez, entre outras, representa um instrumento de mobilização política das populações nortistas em apoio aos princípios revolucionários – e consequentemente o Governo Provisório (Pandolfi, 1980: 356).

De volta ao Rio, mesmo sem seu antigo posto, Juarez fez valer a definição de “Delegado do Norte junto ao Governo”, cunhada por Lima Cavalcanti, como deixou expresso em telegrama enviado a Rogério Coimbra, interventor do Amazonas, três dias depois de seu retorno: “comecei ontem minha peregrinação junto ministérios sentido obter medidas mais urgentes pleiteadas estados Norte”.¹⁸

Além de continuar lutando por ganhos para a região, Juarez procurou mostrar ao presidente os frutos de seu trabalho, semeados não só durante a viagem, mas desde a fundação da Delegacia. Entregou a Vargas, no dia 20 de abril de 1932, um longo relatório. Com 89 páginas, dividido em três partes – “aspectos financeiros, aspectos econômicos e aspectos administrativos” –, o trabalho, segundo seu autor, fora elaborado para que se pudesse “ajuizar da obra administrativa que a revolução vai realizando em cada um deles [estados]”.¹⁹

Tal relatório não passou despercebido pela imprensa do Distrito Federal, que se manifestou intensamente após sua divulgação. Para o *Correio da Manhã*, jornal apoiador do Governo Provisório, ele era um “documento de excepcional importância”, marcado pelo “patriotismo e inteligência”, por “sua linguagem (...) da verdade, sendo igualmente a da lealdade e a do civismo”, além de “exclusivo amor ao interesse público”.²⁰ Já para o *Diário Carioca*, um dos principais jornais de oposição a Vargas e ao tenentismo, em editorial assinado por José Eduardo de Macedo Soares, proprietário do periódico, o relatório só continha “lugares comuns” que mostravam a “moléstia mental da revolução”. Juarez “não viu nada de novo e viu mal as coisas velhas e sabidas”, sendo necessário ao antigo Delegado que passasse a servir “honestamente o seu país”.²¹ Como se vê, o relatório chamou a atenção das principais correntes políticas nacionais. Pelos rasgados elogios e pelas acres críticas apresentadas, é possível perceber que o relatório de Juarez colocou mais lenha na fogueira dos debates sobre a constitucionalização do país.

¹⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (2273-2274/7455). Datado de 1º de abril de 1932.

¹⁹ Idem (880-972/7455). Vale ressaltar que Juarez não inclui o Espírito Santo nessas páginas.

²⁰ Jornal *Correio da Manhã*, 23 de junho de 1932.

²¹ Jornal *Diário Carioca*, 8 de maio de 1932.

Quanto às questões técnico-administrativas, o resultado apresentado por Juarez era promissor: se os estados do Norte não estavam em ótima situação, indubitavelmente a Delegacia os entregava em melhores condições do que os recebera. Em suas palavras, a realidade dos estados “já é bastante animadora, se a compararmos com a desordem generalizada de que acabam de sair”. Uma situação que era marcada pelo “espólio de falência”, “insolvência financeira”, “exaustão econômica” e “desordem administrativa”. Diante dessa análise, Juarez não se furtou a apontar a quem se deviam os créditos:

Os governos revolucionários do Norte têm provavelmente cometido erros; terão, talvez, de cometê-los ainda. Mas seria injusto não reconhecer que tais erros podem e devem ser tolerados, diante da grande obra de organização que eles estão ali realizando. Essa obra não tem esplendores de fachadas, para merecer louvores fáceis de espíritos superficiais. É, pelo contrário, modesta e árdua, e está sendo corajosamente semeada hoje, sem preocupações de popularidade, para só frutificar, talvez, quando já não governarem os seus semeadores. Uma tal obra dificilmente poderia ser realizada por políticos militantes, com a mentalidade dos que possuímos – porque contraria, a cada passo, o egoísmo dos partidos e, em 90% dos casos, falta a esses homens a coragem cívica de superporem às injunções facciosas, os interesses anônimos, mas respeitáveis, da coletividade.²²

Juarez mostrava a Vargas, cabalmente, a vitória da militarização das interventorias. Dessa forma, os interventores que surgiram desse processo eram administradores competentes, sobretudo se comparados com os políticos de longa data. Tal paralelo não é à toa, em especial em um momento de calorosos debates e grandes pressões acerca da constituinte. Assim, o retorno ao regime constitucional colocaria fim à obra que estava em marcha. Portanto, mesmo com eventuais erros, o Governo Provisório deveria reconhecer tais avanços e não recuar ante os “louvores fáceis de espíritos superficiais”. Ainda tratando dessa questão em seu relatório, “animado pelo desejo de poder transmitir-lhe um juízo impessoal sobre a obra administrativa dos atuais interventores do Norte”, e “também sobre o modo por que se encara ali o problema da reconstitucionalização do país”, Juarez enviou a várias associações de classe do Norte três perguntas de caráter político:

- a) julga estar o atual interventor nesse estado se desincumbindo satisfatoriamente da missão administrativa que lhe foi confiada?
- b) julga que a coletividade desse estado tem motivos para esperar, de tal governo discricionário, novos benefícios?
- c) ou julga que essa mesma coletividade teria mais a lucrar com a volta imediate do país ao regime constitucional?

²² Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (880-972/7455). Grifo no original.

Juarez afirma ter recebido 65 respostas, mas não apresenta no relatório a lista das associações que se manifestaram. No entanto, é possível ter uma amostragem delas pelos jornais, já que neles foram noticiadas algumas respostas ou convocações de assembleias para discutirem seus termos. Assim, pode-se saber que participaram da consulta de Juarez as associações comerciais do Maranhão, Sergipe e Bahia; os institutos de advogados da Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Ceará; as associações de imprensa maranhense e cearense; as associações de empregados do comércio de Sergipe e da Bahia; além do Centro Operário de Mossoró, Centro de Fornecedores de Cana, Sociedade de Medicina e Centro de Chauffeurs – os três últimos de Pernambuco.²³ Diante desse material, Juarez buscou demonstrar, com a precisão dos números, a força que o Governo Provisório tinha no Norte para combater a imediata constitucionalização:

Pelo exame desses documentos, verificará V. Exa, que, das sessenta e cinco (65) associações aludidas, cinquenta e uma (51) (78,5%) responderam afirmativamente aos itens a e b(...); onze (11) (17%) associações se abstiveram de pronunciar-se sobre esses quesitos. E apenas três (3) (4,5%) os responderam negativamente. Quanto ao item c, dezoito (18) associações (27,7%) se pronunciaram pela necessidade da volta imediata do país ao regime constitucional; sete (7) (10,8%) se abstiveram de responder; e as quarenta (40) restantes (61,5%) opinam que a volta do país ao regime constitucional constitui uma legítima aspiração da coletividade brasileira, mas deve ser feita sem precipitações, a fim de permitir à ditadura concluir sua obra de reconstrução. Essa é, também, ao meu ver, a opinião da maioria dos homens sensatos de nossa terra. (...) Essa tarefa [do Governo Provisório] consiste, em síntese, em resolver, discricionariamente, os problemas que ficaram insolúveis – alguns, durante mais de meio século – dentro do regime constitucional.²⁴

Por mais que não se possa confiar nessas estatísticas, por razões técnicas e políticas, seus dados impressionam. O Norte que Juarez apresenta a Vargas é um bloco político forte e unido, em franco processo de recuperação econômico-administrativa, apoiador das medidas do Governo Provisório, e, por isso mesmo, contrário ao retorno do regime constitucional, encarado como precipitado. Os favoráveis à constituinte apareciam no quadro apresentado por Juarez com pouca expressão na região. O ex-Delegado buscava atestar que os problemas internos ao Norte estavam em marcha de solução, sendo necessário lutar pela manutenção do sistema de governo que permitia essa nova situação. Se, regionalmente, tudo caminhava a contento, cabia agora lutar, nacionalmente, para que esse caminho continuasse a ser trilhado.

²³ Para os casos pernambucano e cearense ver jornais *A Província*, dias 24 e 25 de março de 1932, e *O Povo*, dias 17 e 21 de março de 1932. Os exemplos dos outros estados foram tirados dos jornais *Correio da Manhã*, dias 12, 13, 14 e 24 de março; e *Diário Carioca*, dias 6, 8, 12, 17 e 20 de abril de 1932.

²⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (880-972/7455). Grifo no original.

Assim, Juarez solicitou ao presidente, tão logo entregou os últimos documentos de seu relatório, para retornar “ao seio de minha classe”.²⁵ Requeria uma função bem mais modesta do que a de Delegado do Norte, o que acabara por lhe render perda de poder político, como já ressaltado. Ante a demora da resposta de Vargas, Juarez, em 25 de maio de 1932, voltou a escrever-lhe refazendo o pedido, agora apresentado com um argumento político importante:

Atendendo à gravidade do momento que atravessamos (...) permito-me insistir no pedido que, já reiteradamente lhe tenho feito, de mandar V. Exa. apresentar-me imediatamente ao ministro da Guerra (...). Aproveito, outrossim, esta oportunidade para manifesta-lhe, por dever de lealdade, que a minha consciência de brasileiro, de revolucionário e de oficial do Exército se sentiria violentada, apoiando a ordem de coisas que, à sua revelia e em flagrante detrimento do prestígio da revolução vitoriosa, se pretende estabelecer em São Paulo.²⁶

Por tratar abertamente sobre o que o motivava a servir no Ministério da Guerra, fica patente o clima político-militar do momento. Não era mais possível negar o avanço da causa paulista e Juarez sabia que esse inimigo tentava se articular no Norte, sendo capitaneado, principalmente, por um dos mais importantes revolucionários nortistas: Agildo Barata Ribeiro. Era especialmente contra tal inimigo que o ex-Delegado desejava combater. Mais uma vez, abertamente, e com armas na mão.

4.2 “Conversas desocupadas”: Agildo Barata e as tentativas de aproximação entre o Norte e os rebeldes paulistas

O carioca Agildo da Gama Barata Ribeiro foi um importante revolucionário nortista durante o movimento de 30. Ingressou no Exército em 1925, logo simpatizando com os ideais tenentistas. Isso o levou a conhecer, em 1928, Juraci Magalhães e Juarez Távora, companheiros com os quais passou a articular a conspiração que derrubaria a Primeira República. Em outubro de 1930 servia no 22º Batalhão de Caçadores da Paraíba, onde teve papel de destaque no início do movimento revolucionário, assim como em todo o desenrolar das operações militares. Tanto Juarez quanto Juraci reconhecem, em suas memórias, o importante papel de Agildo no processo de tomada de poder. Vale ressaltar, inclusive, que tais obras foram produzidas quando ambos já

²⁵ Idem (982/7455). Datado de 5 de maio de 1932.

²⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.05.14 (12-14/172). O mesmo documento também pode ser encontrado em Arquivo Getúlio Vargas GV c 1932.05.25/2.

tinham caminhos e opções políticas bem diferentes do aliado de então, o que denota ainda mais o valor da ação de Agildo.

Seu relevante desempenho no movimento de 30 e a proximidade com Juarez Távora o alçaram ao cargo de primeiro auxiliar do recém-nomeado Delegado Militar do Norte. Agildo trabalhou na Delegacia logo depois de sua instituição, ainda no Rio de Janeiro, para onde foi juntamente com Távora, nos últimos dias de outubro de 1930, sacramentada a vitória. Pouco tempo depois, retornou para o Norte, onde pretendia continuar auxiliando o Delegado, em especial na guarnição militar da Paraíba e na organização de comitês revolucionários que deveriam coordenar a atuação de seus membros frente à orientação política do Governo Provisório. Foi durante essa temporada no Norte que Agildo Barata passou a discordar dos encaminhamentos políticos do novo governo e da atuação de Juarez.

Antes mesmo de romper declaradamente com a Delegacia, Agildo foi um dos revolucionários nortistas que mais defendeu um projeto político de maior destaque para Juarez após a vitória de 30. Esse posicionamento já pode ser vislumbrado no intenso debate envolvendo o generalato não concretizado do Delegado. Em carta datada de 9 de janeiro de 1931, vinda de Recife, onde estava temporariamente estabelecido, Agildo comentava uma das missivas de Juraci que estimulava a rápida subida de Juarez na hierarquia militar, afirmando que concordava com todos os argumentos apresentados pelo futuro interventor baiano “‘in totum’, e talvez com mais extremismo”, mas reconhecia, diante das negativas de Juarez, que deveria ficar de “‘bico calado’, embora seja danado de difícil ter a gente que calar-se ante a formidável avalanche de motivos para as mais legítimas gritarias...”.²⁷

Em seu livro de memórias, Agildo analisa, já nos anos 1960, os motivos de sua aparente insatisfação pouco tempo depois de instituída a Delegacia. Como se sabe, Agildo ingressou no Partido Comunista do Brasil e participou da Revolta de 1935, tendo ficado preso quase uma década por esse envolvimento. Em janeiro de 1947, foi eleito um dos 18 vereadores do PCB no Distrito Federal. No livro, publicado em 1962, há uma clara tentativa de distanciamento do Governo Provisório, erigido sobre o “conservadorismo” de Osvaldo Aranha e liderado por Getúlio Vargas, tido como “caudilho castilhistas, velho latifundiário e reacionário”. Há também um tom bastante crítico a Juarez Távora e à Delegacia, segundo ele, criada graças a seus esforços.

²⁷ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (5659/7455).

Enquanto esta é definida como “inoperante”, “inócua” e marcada por sua “inutilidade”, o Delegado é caracterizado como um líder fraco e subserviente (Barata, 1962: 149-157).²⁸ Tal posicionamento, além de demarcar fortemente a visão de um já experiente líder comunista sobre os significados do movimento de 30 e de seus participantes, reforça igualmente suas expectativas sobre o papel de Juarez no Governo Provisório. Para Agildo, Távora era “o mais prestigiado líder tenentista”, “cujas forças no Norte – civis e militares – se apresentavam como uma grande coesão e tinham um poderio que Aranha, Getúlio e a Junta [Militar criada após a deposição de Washington Luís] não conheciam plenamente nem sabiam até onde iria” (Idem: 150-151). Assim, no Rio de Janeiro, ainda no ano de 1930, expressou a Juarez o desejo de “não entregar o poder aos politiquinhos da Aliança Liberal”, no que foi logo refutado pelo líder, que tachou tais pretensões como “irrealizáveis”:

Quando eu o pressionava muito, Juarez me dizia no seu dialeto cearense: “– Deixe de conversa desocupada! Você anda com o capiroto no couro. Não vê que eu não tenho força nem prestígio para tomar as posições que você quer que eu assumo?!” É possível que ele tivesse razão, mas estou para mim que se o “General do Norte” tivesse a firmeza revolucionária que eu desejaria que ele possuísse, Juarez seria capaz de agrupar em torno dele a força decisiva para assumir até o Governo da República e, Getúlio e cia. não teriam outro remédio senão engolir o fato consumado. Juarez, porém, não pensava em tal e já se subordinara solidamente a Osvaldo Aranha para empossar e prestigiar o Governo Provisório chefiado por Getúlio. (...) Fosse por desambição, fosse por falta de capacidade em avaliar suas forças, o fato é que Juarez não quis assumir o cargo de ditador e, de mão beijada, o entregou a Getúlio e aos politiquinhos da Aliança Liberal. (Idem: 154-155)

Com o distanciamento temporal, e após assumir posições radicalmente antigetulistas, pode-se observar que Agildo faz uma análise bastante pertinente desse momento político. Avalia que Juarez era então um grande nome da revolução e poderia ter assumido até a chefia do Governo Provisório, impulsionado por sua liderança no Norte, se tivesse lutado por isso. Entendia que o desenrolar dos acontecimentos poderia ter sido outro, pois os revolucionários nortistas eram fortes e coesos, em especial se

²⁸ As críticas feitas por Agildo não passaram ao largo das memórias de Juarez. Ele leu o livro do antigo aliado e refutou suas considerações, argumentando que a própria descrição do movimento armado no Norte feita por Agildo, com uma “precisão quase cronométrica”, invalida a definição dada a ele como “um conspirador teórico” (Távora, 1973: 326). Juarez também responde, rapidamente, outras críticas de Agildo presentes em *Vida de um revolucionário*, mostrando que seu projeto autobiográfico foi bem elaborado e visou dar seu testemunho em contraponto a outras produções que trataram de sua ação. Face a sua atuação no movimento de 30, afirma Juarez: “Houve, contudo, quem, anos depois – talvez por motivos de diferenças pessoais, ou de conveniências ideológicas –, tecesse comentários maliciosos à minha atuação naquela arrancada. Penso, entretanto, que os simples fatos imediatamente a ela subsequentes – e, além deles, minha conduta anterior, durante quase dez anos de atividade revolucionária – bastam para neutralizar, melhor do que quaisquer palavras aqui escritas, a malícia de tais comentários” (Idem: 315).

comparados às outras correntes vitoriosas internamente divididas. Contudo, toda essa potencialidade do Norte acabou por não vingar em âmbito federal. A utilização da expressão “de mão beijada” aponta que, para Agildo, não houve uma competição entre líderes de grande relevância na época, como no caso de Juarez e Getúlio. O apoio de Távora à coligação política que centralizou o poder no Governo Provisório, sem contestá-la diretamente, foi determinante para os desdobramentos que consagraram a figura de Vargas como o maior líder do movimento de 30.

Na ocasião, apesar da refutação enfática de Juarez, Agildo não se deu por vencido. No decorrer do ano de 1931, aliou-se com outros descontentes e procurou, atuando no Norte, dar outro rumo à revolução: se Juarez se recusava a liderar o Governo Provisório, talvez tivesse chegado a hora de derrubar Vargas do poder. Em uma carta datada de 4 de abril de 1931, enviada de João Pessoa, Agildo comentava com Juarez uma troca de telegramas com outros companheiros que articulavam um rompimento com o Governo Provisório. Argumentava que, para eles, “todo Norte está mão Juarez, só se levantará com ele. Urge fazê-lo concordar necessidade reagir contra politicalha”. Assim, após mostrar o comunicado transmitido a seus aliados – reafirmando a enorme liderança do Delegado na região –, Agildo apresentava sua argumentação a Juarez:

Tenho trabalhado nas minhas “conversas desocupadas” (a classificação é tua) na crença de que este é o remédio para o marasmo e inércia absoluta em que estamos. Procurei unir estas duas tendências [uma que é contra todos os políticos que estão no poder visando eliminá-los, e a mais forte delas que atendia ao teu gesto], mas os elementos que compõem aquela julgam impossível tal união, por te julgarem identificado com os políticos dominantes. Incluíram-te até na lista daqueles cuja eliminação é necessária. (...) O desenrolar dos fatos tem sobejamente provado a necessidade urgente de discordar [do Governo Provisório] ou de, publicamente, dizeres por que não o fazes. De uma maneira ou de outra, fazes antes que outro qualquer, com menos direito, mas com mais audácia, o faça.²⁹

Agildo trata abertamente da gestação de um movimento rebelde contra Vargas, mostrando que dava continuidade às suas “conversas desocupadas”, mesma expressão utilizada décadas depois em sua autobiografia. Essa caracterização, feita por Juarez, refletia o pouco valor que dava a tais articulações. Ele as entendia apenas como uma tentativa infundada e equivocada. Contudo, Agildo continuou fortalecendo essa oposição, que cada vez mais ganhava força. Nesse sentido, procurou articular a corrente militar mais radical contra o governo Vargas com a dos revolucionários nortistas. Porém, como Agildo assinala, a região só se insubordinaria contra Vargas se liderada por Távora, o que explica sua insistência em convencer o Delegado. A relutância de

²⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (284-285/7455).

Juarez em se posicionar a seu lado, soava como uma ameaça: além dele correr o risco de ser “eliminado”, algum outro articulador da oposição poderia conduzir o rompimento entre o Norte e o Governo Provisório, assumindo a liderança da região. No entanto, se Juarez mudasse de posição, seu papel seria determinante. Fazendo uma interessante análise da conjuntura, Agildo escreve a Juarez:

Acho que deves controlar esse pessoal aí e vires cá para o Norte dar o teu grito de rebeldia contra este abastamento, ou mesmo não dares, mas venha. Venha, que não vejo muita clareza nesses ambientes por aí. Digo-te que venhas porque uma pequeníssima corrente que mal se esboçava contra o ministro da Guerra se engrossou e tomou o vulto que viste. (...) CHEFIA-A. Não cruze os braços, pois tenho sobradas razões para te afirmar que eles a levarão a efeito com, sem ou contra ti. Na primeira hipótese VENCERÁ, estou certo. Na segunda, não sei. Na terceira, perderá. Sem teu apoio, contigo no Rio, PERDIDA OU GANHA, morto estará teu prestígio, teu nome – única sombra a empanar o brilho da felicidade quase completa dessa corja. (...) A tua permanência aí, sem a chefia, o controle desta cousa é má – significa, a meu ver, nem mais nem menos que o teu anulamento moral aos olhos da nação. Assume a chefia e sai daí, é o que diz o meu coração de amigo e sobretudo de patriota.³⁰

Trata-se de um verdadeiro ultimato. Agildo afirma que os rebeldes lutarão contra o Governo Provisório, sendo o posicionamento de Juarez o fiel da balança para o resultado da revolta. Sem ele e os revolucionários nortistas a derrota da oposição era avaliada como certa. Portanto, só com Juarez a vitória estaria garantida, visto que todas as forças políticas do Norte o seguiriam. Diante disso, Juarez seria o líder vitorioso do movimento, ainda incerto, contudo, impreterível. Mas que movimento era esse, tido como certo por Barata já em abril de 1931?

O primeiro indício para responder a essa questão é a corrente de oposição ao ministro da Guerra apresentada em sua carta. Leite de Castro é uma figura central para entender se a oposição militar ao Governo Provisório. Para tanto, convém voltar às memórias de Barata. Nelas, ele rememora sua trajetória no mesmo contexto em que escreveu a carta citada. Depois de deixar o Rio de Janeiro e abandonar o cargo de auxiliar direto de Juarez na Delegacia, Agildo, no Norte, estabeleceu contato com os conspiradores paulistas que, em breve, seriam expoentes na Guerra de 1932:

Em meados de 1931, meu mano Francisco (...) estabelecera boas e íntimas relações com Gen. Isidoro Dias Lopes de quem, aliás, era grande admirador. (...) O Francisco insistiu junto ao Gen. Isidoro para que este buscasse um entendimento com Juarez, por meu intermédio e, em meados de 1931, Isidoro despachou o Francisco para o Norte, como emissário, em busca do almejado entendimento (Barata, 1962: 175).

³⁰ Idem (284-285/7455). Grifos no original.

Essa passagem evidencia a rede de correspondência apresentada por Agildo no início da carta de 4 de abril de 1931. O general Isidoro Dias Lopes, combatente do movimento tenentista de 1924 e integrante da Coluna Prestes-Miguel Costa, atuou no movimento de 30, mas logo se tornou um dos primeiros militares a romper com o governo e articular uma reação armada contra Vargas.³¹ Após a vitória de 30, tinha sido nomeado comandante da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo, onde começou a entrar em contato com os opositores paulistas. Foi afastado desse posto militar, em maio de 1931, por não reprimir um movimento contrário ao interventor paulista João Alberto, sendo substituído por Góis Monteiro. A partir daí, intensificou ainda mais sua luta contra o governo Vargas e tornou-se, segundo Vavy Pacheco Borges, “o símbolo do apoio militar ‘revolucionário’ às bandeiras de ‘autonomia e constitucionalização’, que são os grandes motes da campanha [do movimento de 32] até o final” (Borges, 1992: 40).

Agildo, aliado de um influente militar contrário a Vargas, iniciou sua tentativa de atrair o Norte para o combate ao Governo Provisório, para o que desejava e precisava do apoio de Juarez. Por todo esse envolvimento, como era de se esperar, sua ação chamou a atenção dos interventores, que informavam Juarez sobre o que se passava na região. Em 14 de julho de 1931 – ou seja, três meses depois da carta há pouco apresentada, o que mostra que as “conversas desocupadas” não cessaram – o interventor cearense Fernandes Távora alertava Juarez que “o Barata (...) está se arvorando como chefe militar do Norte”, sugerindo ao seu irmão que “tudo isso terá de verificar, dentro em breve”.³²

O comandante do 22º BC da Paraíba, major Mendonça, superior militar de Agildo no estado, também escreveu a Juarez comentando detalhes do plano em curso: “não posso comungar com o ten. Agildo, nos credos que lhe imputam”, dos quais tomara conhecimento, pois recebera “de São Paulo (...) duas cartas de duas pessoas que muito me uneam, tratando das ideias de Agildo”. Levou-as então a ele, que declarou “serem falsas as imputações a si feitas”. Mesmo com a negativa, o major relatou ao Delegado que “tangiam novas acusações ao ten. Agildo, com a chegada, em avião, de um irmão e seu sobrinho”, inclusive com a possibilidade de “perturbar a ordem pública”.³³

³¹ “Isidoro Dias Lopes” in DHBB – Cpdoc/FGV.

³² Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (3697-3698/7455).

³³ Idem (5537-5541/7455). Sem data.

Em resposta, Juarez comunicou que, no dia 28 de setembro de 1931, o ministro da Guerra, “havendo denúncia contra tenente Agildo vinda São Paulo”, resolveu ouvi-lo no Rio, sendo necessária sua ida ao Distrito Federal.³⁴ Diante do quadro de conspiração apresentado na Paraíba, o interventor Antenor Navarro escreveu ao Delegado, mostrando com clareza e ironia a força da ação de Agildo:

Não me acostumara com a ideia de que chegasse um dia de ter de vigiar o Barata ou olhá-lo como um conspirador ou inimigo. (...) Ele conseguia essa dualidade incrível: meu amigo pessoal e inimigo do interventor da Paraíba. (...) Como Juraci lhe deve ter feito ciente, o Agildo declarou-me que se meteria na primeira louqueada que houvesse contra a situação atual. Vindo para a Paraíba, a sua atitude tem sido a de sempre, descontente e irritado. (...) Há poucos dias, talvez quinze, chega aqui o Chico [Francisco Barata]. Vem de avião da Panair, salta em Recife e chega nesta capital às 3 da manhã. Passa 2 ou 3 dias em companhia do Agildo e volta ao Rio de avião. (...) Tudo isso me levou a achar boa a saída do Agildo sair daqui, pois, era um constante constrangimento para mim e para todos os amigos. Agildo está desapontado com a ida e pensa que chegando aí será preso. (...) Há um ano precisamente Barata saía comandando a vanguarda revolucionária. Hoje, vai a chamado do Ministério talvez para a prisão. Dá uma página de sentimentalismo barato das mais “românticas”.³⁵

A desilusão de Navarro é evidente. Assim como o comandante da guarnição militar do estado, o interventor paraibano apresenta as confabulações de Agildo Barata e seus diversos contatos com outros conspiradores³⁶, em especial seu irmão, aliado direto do general Isidoro Dias Lopes. A extensão da atuação de Agildo é percebida pelo conhecimento de seus planos por parte dos interventores e revolucionários nortistas. Eles o vigiavam com resignação. Pelo paradoxal posição de amigo de Navarro e inimigo do interventor, além do destacado papel na tomada de poder no ano anterior, fica patente a ampla influência que tinha no Norte, o que deixava mais preocupante sua ação. Ao que parece, por mais que tenham sido eficientes os alertas dos revolucionários nortistas, Juarez sabia da conspiração em curso.

Em suas memórias, Barata lembra que ele e o irmão se encontraram com Juarez em Salvador e Aracajú³⁷, quando Francisco esteve no Norte seguindo as instruções do general Isidoro Dias Lopes. No encontro, os irmãos o convidaram abertamente para lutar ao lado dos constitucionalistas. Juarez pareceu ter demonstrado algum interesse e procurou sondar outras lideranças militares. Mas, ao final, já no Rio de Janeiro,

³⁴ Idem (5405/7455).

³⁵ Idem (439-442/7455). Datado de 28 de setembro de 1931.

³⁶ Na carta, Navarro também cita as confabulações de Agildo Barata com um certo “Nestor”, que circulou na Paraíba com o nome falso de “Lauro Gomes”. Infelizmente, não achei maiores informações sobre esse personagem.

³⁷ Mesmo sem precisar as datas dos encontros, é possível que eles tenham ocorrido entre fevereiro e março de 1931, único período em que Juarez esteve no Norte enquanto Agildo conspirava na região.

manteve-se fiel ao Governo Provisório e evitou qualquer outro contato com Agildo e Francisco Barata (Barata, 1962: 175-178).

Por tudo que foi apresentado, é patente que, durante o ano de 1931, o movimento constitucionalista que redundaria na guerra civil iniciada em 9 de julho do ano seguinte procurou aliciar o Norte e Juarez para sua causa. Tentando convencê-los, Agildo Barata utilizou diversas estratégias para uma aproximação, motivado por considerar ineficientes as transformações propostas pelo Governo Provisório. Acreditava, como deixou claro em sua carta a Juarez, que o governo instituído em 30 não conseguira cumprir o que prometera, revelando-se politicamente pouco revolucionário. Além disso, o pequeno espaço político conquistado por Juarez diante de toda força política que tinha naquele momento alimentou o início das desilusões de Barata com o Delegado Militar do Norte. Vigiado e sem apoio dos interventores para seus planos, Agildo saía do Norte por ordem do Ministério da Guerra e não voltaria mais a estar ao lado dos revolucionários nortistas: ao desembarcar no Rio de Janeiro, em meados de outubro de 1931, ao contrário do que temia, não chegou a ser preso e continuou conspirando ao lado dos constitucionalistas, em viagens entre a Capital Federal e São Paulo, até o início da guerra civil.³⁸

Juarez recorda, em sua autobiografia, dos planos de Agildo. Porém, décadas depois, deu uma dimensão menor a eles. Quanto à ideia de se tornar líder do Governo Provisório, afirma que, ao saber de tal iniciativa, logo respondeu com um “repúdio imediato, total e definitivo ao conluio em andamento”. Registra também que “Agildo não gostou dessa recusa, mas com ela conformou-se” (Távora, 1976: 9). Já em relação aos contatos com os planos para apoiar São Paulo no combate a Vargas, nem chega a citá-los, remetendo-os ao rol dos eventos dignos de esquecimento.

Por mais que quase meio século depois tais articulações tenham sido diminuídas, o papel de Agildo foi concreto, assim como os planos que buscaram convencer Juarez e os revolucionários nortistas a romperem com o Governo Provisório. Nesse último caso, a guerra civil que se iniciaria em breve não seria apenas paulista, mas também de uma das principais correntes político-militares que ajudou a derrubar a Primeira República e

³⁸ No dia 9 de julho de 1932, Agildo Barata foi preso no Rio e ficou encarcerado durante todo o conflito, sendo enviado para o exílio em Portugal, juntamente com outros líderes constitucionalistas: “ali, encontrou traços comuns entre o regime ditatorial de Antônio de Oliveira Salazar e o governo de Vargas, o que contribuiu para consolidar sua posição favorável à redemocratização do Brasil. Iniciou também o estudo de autores comunistas e anarquistas, aprofundando sua crítica da sociedade capitalista e orientando-se no sentido do socialismo”. “Agildo Barata” in DHBB – Cpdoc/FGV

que se tornava o principal aporte de apoio político e militar do governo instituído. No entanto, como é sabido, o Delegado preferiu permanecer alinhado com Vargas, combatendo aqueles que o procuravam, justamente por reconhecer seu poder político e militar do Norte.

Em todo esse processo, como fica evidente, Juarez estava ciente das articulações envolvendo São Paulo. Certamente por esse motivo, após a Revolta do 21º BC de Recife, ocorrida entre 29 e 31 de outubro de 1931, escreveu a Lima Cavalcanti posicionando-se contra a punição que o interventor pedia ao presidente para os rebelados: “Tenho discordado [da] aplicação sumária [de] penas extremas contra vencidos daí, porque estou convencido que inquérito descobrirá outros responsáveis [por] todo país, mormente São Paulo, e governo não quererá aplicar contra estes mesmas medidas violentas”.³⁹

O Delegado sabia que o inimigo não estava apenas no Sul, mas tentava atrair adeptos no Norte. A partir das “conversas desocupadas” de Agildo Barata, os revolucionários e interventores nortistas se envolveram diretamente na crise e nas articulações que antecederam a guerra civil. No primeiro semestre de 1932, esse envolvimento foi intenso, forte e inclinado ao apoio do Governo Provisório, mesmo sem a existência da Delegacia, mas com ampla participação dos revolucionários nortistas, que asseguraram a legitimidade política para a atuação de Juarez Távora.

4.3 O Norte diante dos constitucionalistas

Assim como as conspirações para o início do conflito armado, a crise política que antecedeu a guerra civil não ficou circunscrita ao estado de São Paulo e ao Palácio do Catete. Uma vasta e qualificada bibliografia já analisou esse conturbado contexto, no qual o Norte permanece praticamente fora do jogo de forças investigado.⁴⁰ No entanto, os revolucionários nortistas e Juarez Távora estiveram fortemente envolvidos com a grave crise nacional, participando dos embates políticos, ora como observadores desconfiados, ora mostrando fortemente aos opositores do Governo Provisório de qual lado estava a região.

³⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (6014-6015/7455). Datado de 2 de novembro de 1931.

⁴⁰ Merecem destaque os trabalhos de Hilton (1982) – em especial os capítulos 1, 2 e 3 –, o de Borges (1992), além de Capelato (1981). Esses são, para mim, os melhores trabalhos que analisam a trajetória política de São Paulo até o início da guerra civil, e deles me valerei para a escrita das páginas seguintes.

Um dos primeiros elementos dessa crise política que alertou os revolucionários nortistas sobre a crescente tensão entre São Paulo e o Governo Provisório foi a saída de João Alberto da interventoria paulista. Nascido em Pernambuco no ano de 1897, João Alberto de Lins e Barros era militar e um dos mais ativos líderes tenentistas da década de 1920. Depois de uma participação discreta no 5 de julho de 1922, foi um destacado membro do movimento de 1924 no Rio Grande do Sul, onde liderou rebeldes ao lado de Juarez Távora, começando aí a amizade entre os dois. Na marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa, foi chefe de um dos destacamentos e acompanhou a trajetória dos revoltosos até seu encerramento, em fevereiro de 1927. Após alguns meses exilado na Bolívia e na Argentina, retornou clandestino ao Brasil, onde travou contatos com militares e civis, dentre eles, Juarez, visando à conspiração que derrubaria Washington Luís. Em outubro de 30, estava entre as principais lideranças que deram início ao movimento no Rio Grande do Sul, e após algumas ações ainda na região Sul, chegou a São Paulo, onde logo foi nomeado Delegado Militar da Revolução, sendo confirmado interventor no dia 24 de novembro de 1930.⁴¹ Essa nomeação preteriu os políticos paulistas do Partido Democrático (PD) – membro da Aliança Liberal –, que esperavam assumir o executivo estadual.

Por toda essa trajetória ao lado de importantes líderes revolucionários, João Alberto, assim como Juarez, era membro do famoso Gabinete Negro, cúpula com quem o presidente discutia os rumos do novo governo. Sua confirmação no executivo paulista semeou a principal queixa da elite política do estado no decorrer do ano de 1931: a demanda de um interventor civil e paulista. É importante ressaltar que a exigência de um interventor com essas características era exatamente o oposto do modelo de interventor preconizado no Norte, durante o processo de militarização de meados de 1931. Nesse caso, eram interventores militares, “estrangeiros” ao estado (ainda que não à região) e afastados dos políticos aliancistas locais. Assim, se a falta de apoio ao interventor paulista em seu estado levava à sua saída do governo, no Norte, em pleno processo de militarização, sua queda era vista como um recuo da marcha revolucionária.

A relação entre Juarez e o governo de João Alberto em São Paulo fica evidente já em março de 1931, quando o Delegado realizava uma viagem ao Norte. Iniciada em

⁴¹ “João Alberto” in DHBB – Cpdoc/FGV. Borges (1992: 37) afirma que a confirmação de João Alberto na interventoria ocorreu, “ao que parece, por insistência de Aranha e Juarez”. Contudo, em suas memórias, Juarez não confirma esse fato, o mesmo ocorrendo no diário de Vargas, que não apresenta nenhum registro sobre a ação de Juarez para essa nomeação. Ver Vargas (1995, Vol 1: 27-28)

meados de fevereiro – foi possivelmente a mesma em que se encontrou com Agildo e Francisco Barata – Távora precisou interrompê-la e voltar ao Rio, diante da grave crise entre o chefe do executivo paulista e o PD.⁴² O que levou Juarez a tomar tal atitude foram os abertos confrontos entre a interventoria e as forças políticas paulistas, que afetavam diretamente o Governo Provisório. A crise envolvendo João Alberto, bem como seus efeitos no Norte, são comentados em uma carta de Magalhães Barata, enviada a Juarez em 15 de abril de 1931:

Aguardamos aqui o desenlaço do caso João Alberto (...). Tenho de mim para mim que a saída do João será a vitória dos políticos. E sendo assim não demorará muito a volta do país ao regime que só os políticos almejam bem depressa. Isto posto, acha você que eu aconselhe aos nossos companheiros aqui já irem organizando um partido político? Se não eles serão tomados de surpresa com uma eleição qualquer, marcada sem terem para isso preparação alguma. Aqui não há partido algum organizado.guardo suas instruções. (...) Eu pessoalmente sou contra a volta já e já da constituição. Não lutei e sofri 8 anos, para voltar assim no mais, a isso que todos nós sabemos o que era e o que o será.⁴³

Para o interventor paraense, o movimento contra João Alberto apontava para algo maior: a constitucionalização, entendida como um lamentável e indevido retorno ao modelo político da Primeira República. Embora cogitando uma organização partidária para combater os inimigos eleitoralmente, mostrava-se contrário ao processo e cobrava do Delegado um posicionamento firme contra o que se vislumbrava. Não apenas Magalhães Barata pensava assim. Delso Mendes da Fonseca, um dos principais articuladores da chegada dos militares às interventorias, comunicava a diversos revolucionários nortistas, em pleno processo de militarização, a difícil situação de João Alberto: “Situação delicada devido propósito João Alberto deixar interventoria apesar esforços nosso e governo em demovê-lo tal ideia”.⁴⁴

Como fica evidente, não foi apenas o Governo Provisório que procurou meios para manter João Alberto no executivo paulista. Os revolucionários nortistas também se articularam para garantir sua permanência, buscando evitar o retorno do estado às mãos de políticos, o que estimularia ainda mais a convocação de uma constituinte. Contudo,

⁴² Recordou Juarez, décadas depois: “recebi (...) [em] 11 [de março], telegramas (...) convocando-me, com urgência, ao Rio, para discutir a situação que se criara, em São Paulo, em consequência do rompimento dos ‘democráticos’ com o interventor João Alberto. Fui forçado, assim, a interromper, em meio, minha visita ao Nordeste e Norte, e regressar, de avião, ao Rio” (Távora, 1976: 32).

⁴³ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (4913-4916/7455).

⁴⁴ Idem (351-354/7455). Datado de 14 de julho de 1931. Codificado. Esse telegrama foi enviado para revolucionários nortistas na Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Um dia antes, Delso informara a situação a Landri Sales. Idem (6573-6575/7455).

os esforços não surtiram efeito, e João Alberto demitiu-se em 24 de julho de 1931, agravando ainda mais o quadro político paulista e nacional.

Em setembro seguinte, diante dos constantes choques entre Miguel Costa – importante líder tenentista, comandante da Força Pública Paulista e chefe da Legião Revolucionária do estado – e o novo interventor paulista, Laudo de Camargo, foi a vez de Carneiro de Mendonça posicionar-se sobre o caso: “apoiamos atitude inteligente enérgica caso S. Paulo sugerindo nomeação interventor capaz, independente e forte estranho partidos e chefes militares têm estado S. Paulo. Reconhecemos gravidade situação e decisiva do momento, iniciando ligação Norte objetivo definição pontos fundamentais atitude tomar na nova fase”.⁴⁵ O interventor cearense mostrava-se contrário a Laudo de Camargo, visto este ser um magistrado civil que, mesmo sem ter ligação formal com o PD, foi apoiado, inicialmente, por esta agremiação. Ao mostrar-se favorável a um interventor “capaz”, “independente” e “forte”, Carneiro de Mendonça expressava sua posição pela efetivação de um interventor militar em São Paulo, de modo semelhante aos critérios que pavimentaram sua chegada na interventoria cearense. Os revolucionários nortistas não tinham dúvidas de que o processo pelo qual a região passava era o ideal para o país, e procuravam levá-lo a outros estados, em especial São Paulo, que, se mostrava o grande obstáculo político do Governo Provisório.

Laudo de Camargo também não permaneceu na interventoria por muito tempo, demitindo-se em novembro daquele ano. Foi substituído por Manuel Rabelo, militar, carioca, participante do movimento de julho de 1922 e sem ligações políticas com São Paulo, apesar de ser comandante do IV Regimento de Cavalaria baseado em Quitauína. O novo interventor representava o modelo preconizado em todo o Norte e era apresentado por Carneiro de Mendonça como a solução para a crise paulista. Um bom exemplo de como era bem visto pelos revolucionários nortistas é expresso por Tasso Tinoco, interventor alagoano, quando escreveu a Juarez tratando da situação paulista:

Penso ainda dispomos forças Norte capazes enfrentar decaídos. Acredito possa você articular-se Rabelo S. Paulo que está em condições depor secretariado, assumindo governo estado. Lembro também sua viagem Norte sob qualquer pretexto M. Guerra, fim mobilizarmos todas energias disponíveis. Podemos concentrar forças Bahia ou E. Santo. Entendimento S. Paulo agiremos simultaneamente.⁴⁶

⁴⁵ Idem (447-448/7455). Datado do mês de setembro. Codificado.

⁴⁶ Idem (1803-1804/7455). Sem data. Codificado.

Mesmo sem a data precisa de tal comunicação, a ousadia do plano era gritante: através da mobilização de forças militares nortistas, apoiar um golpe de Manuel Rabelo em São Paulo, expurgando os grupos políticos paulistas dos postos de comando e assumindo discricionariamente o governo estadual. Talvez por seu arrojo, a iniciativa não tenha reverberado entre Juarez e outros revolucionários nortistas, visto não terem sido encontradas outras comunicações tratando desse tema. De toda forma, o modelo de aglutinação de tropas na região sob a liderança de Juarez será resgatado na guerra civil.

Foi durante essa administração que, justamente, o distanciamento entre a oposição de São Paulo e o Governo Provisório ficou mais evidente: tanto o PD quanto o Partido Republicano Paulista (PRP) – agremiação dos “perrepistas”, recorrente termo pejorativo presente no discurso de muitos revolucionários nortistas – romperam com o Governo Provisório e formaram a Frente Única Paulista (FUP). Segundo Vavy Pacheco Borges: “os dois partidos esperam, unidos, ser bastante fortes para a solução do ‘Caso de São Paulo’” e “num violento manifesto, exigem do governo federal as tão faladas ‘autonomia e constitucionalização’” (1992: 48).

Diante da crescente instabilidade política, Manuel Rabelo deixa a interventoria no início de março de 1932, sendo substituído por Pedro de Toledo. Político ligado ao PRP, com longa vida partidária na Primeira República – deputado estadual e ministro da Agricultura de Hermes da Fonseca, além de embaixador na Itália e na Argentina –, Toledo atendia à demanda de São Paulo por um interventor um civil e paulista.

Entre a saída de Manuel Rabelo e a posse do novo interventor, outro confronto entre os aliados e os opositores do Governo Provisório incendiou ainda mais a conjuntura política. Em 25 de fevereiro de 1932 o jornal *Diário Carioca* foi empastelado por um grupo tenentista, em reação às constantes críticas que esse periódico vinha fazendo aos jovens militares e ao Clube 3 de Outubro, seu principal reduto⁴⁷. Durante uma semana houve intensos debates a respeito do posicionamento de Vargas e do ministro da Guerra, Leite de Castro, quanto ao ocorrido e sobre os rumos que seguiria o inquérito para apuração do crime. Diante de uma postura contemporizadora do Governo Provisório, Maurício Cardoso, ministro da Justiça, Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal, Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, e João Neves da Fontoura, consultor jurídico do Banco do Brasil, todos

⁴⁷ O *Diário Carioca* voltou a circular em 5 de abril do mesmo ano, continuando seu posicionamento crítico ao Governo Provisório e ao tenentismo, como vimos nas considerações que teceu acerca do relatório de Juarez.

gaúchos, demitiram-se coletivamente do governo no dia 3 de março. Ou seja, “Vargas agora enfrentava um grave cisma dentro do seu estado natal, assim como a continuada oposição dos paulistas” (Hilton, 1982: 37).

Quando do afastamento dos gaúchos demissionários do Governo Provisório, Juarez estava no Norte em sua viagem de inspeção pela região. De lá, escreveu a Vargas mostrando seu posicionamento ante a crise que viviam:

Como brasileiro e soldado revolução, sinto-me feliz levar-lhe, não apenas em meu nome, mas no de quantos neste setor do Norte desejam ver concluída grandiosa tarefa reconstrução revolucionária Brasil, expressão sincera integral solidariedade, de que hoje mais ainda que dantes, v. exa. se torna merecedor. E pode v. exa. ficar certo de que essa solidariedade não significa mero platonismo, mas decisão firme, desinteressada, de ajudar seu governo, ainda que a custa dos mesmos sacrifícios materiais na obra de soerguimento material e político do Brasil (...). Por outro lado estou certo de que povo independente do Rio Grande do Sul saberá ser digno nobre tradições cavalheirismo que o caracteriza, aprovando, apoiando e defendendo atitude patriótica com que v. exa. acaba de edificar seus concidadãos, colocando bravamente, generosamente, sagrados interesses coletividade brasileira, acima tendências, capricho ou imposições de natureza político-partidárias. Deus o guie, Sr. presidente, nessa difícil e delicada encruzilhada dos destinos pátrios, para que o povo brasileiro cada vez mais o cubra de bênçãos diante dos novos e maiores benefícios que a revolução ainda pode trazer-lhe, com, sem ou contra a vontade de liberais ou reacionários obnubilados pela cegueira do faccionismo político.⁴⁸

Falando em nome de todo o Norte – no qual os elementos religiosos mostram a sua subordinação ao presidente – Juarez minimizava o impacto da demissão dos políticos gaúchos, por entender que tal medida fora puramente facciosa e político-partidária. A marcha revolucionária deveria continuar, independente da posição dos “liberais” frente ao governo, visto o garantido apoio nortista. Assim, fica claro que quem escreve é o militar e revolucionário, que procura afastar sua região de qualquer posição “politiqueira”, e afirma seu apoio sem nenhum interesse. Ou seja, o Norte, militarizado pela Delegacia, visava apenas o bem da revolução. Além disso, Juarez apresenta-se disposto a combater os opositores de modo mais forte e decisivo, mesmo “a custa dos mesmos sacrifícios materiais na obra de soerguimento material e político do Brasil”. Se necessário, assim como em 30, Juarez e o Norte estavam prontos para lutar, de armas nas mãos, contra os políticos que novamente queriam dominar o Brasil. O Norte era o grande aliado do Governo Provisório, e Juarez deixava isso claro a Vargas.

Chegando no Rio Grande do Sul, os gaúchos demissionários estreitaram ainda mais os laços com Borges de Medeiros e Raul Pila, os dois principais líderes da Frente

⁴⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (827-829/7455). Datado de 6 de março de 1932.

Única Gaúcha (FUG), organização que estava à frente da oposição a Vargas no estado. Os dois políticos, por intermédio de Assis Brasil – gaúcho e ministro da Agricultura, que fora ao encontro dos dissidentes a pedido do presidente para apaziguar os ânimos –, redigiram um documento que ficou conhecido como Heptálogo. Era uma lista de sete quesitos que deveriam ser atendidos por Vargas para a conciliação entre essas lideranças e o Governo Provisório. Divulgado no dia 18 de março de 1932, como se sabe, as requisições não foram acatadas pelo presidente.⁴⁹

Tal documento não foi enviado apenas a Vargas, mas também às principais lideranças nacionais. Na oportunidade, o Norte mobilizou-se intensamente para contestá-lo. Não é surpresa constatar que os interventores nortistas o refutaram com veemência, mas é importante ressaltar a ação de Juarez nesse evento. Assumindo seu papel de líder da região, mas não como Delegado, ele deu as ordens que deveriam ser seguidas: “estou seguramente informado dissidência gaúcha acaba dirigir circular atual momento político. Convém respondê-la serenamente, reafirmando confiança ação chefe Governo Provisório, com quem estão integralmente solidários”.⁵⁰ Assim, os interventores responderam a Borges de Medeiros e Raul Pila como orientou Juarez Távora.⁵¹ Resumindo as respostas, enquanto Landri Sales afirmava que o ocorrido no *Diário Carioca* era um “atentado que história registra vida todos povos cultos” e que o documento enviado pelos gaúchos “terá mérito demonstrar perante nação quem na prática administrativa vem desvirtuando patrióticos intuitos (...) [da] arrancada gloriosa de outubro”⁵², Juraci Magalhães foi mais longe:

⁴⁹ Sobre a data ver Silva (1966: 39). Ver também verbetes dos gaúchos demissionários in DHBB – Cpdoc/FGV, além de “Borges de Medeiros”, “Raul Pila” e “Assis Brasil”. O Heptálogo e a resposta de Vargas a ele estão transcritos em Silva (1966: 311-319). As exigências do Heptálogo eram: “A abertura de inquérito e a punição dos autores do atentado ao *Diário Carioca*; a promulgação de um decreto governamental colocando em vigor a Constituição de 1891 no tocante aos direitos dos cidadãos; a suspensão de qualquer medida restritiva à liberdade de imprensa; a convocação de uma comissão para elaborar o projeto de constituição a ser submetido à futura Assembleia Nacional Constituinte; a adoção de providências imediatas para a efetivação do alistamento eleitoral e a publicação de um decreto marcando para 1932 as eleições para a Assembleia; a organização de uma comissão de técnicos para estudar as bases em que o governo federal deveria encampar as dívidas externas dos estados e municípios considerados insolventes; e a convocação de líderes revolucionários capazes de organizar um plano de ação administrativa e política para o Governo Provisório adequado aos compromissos da Revolução de 1930, e às aspirações nacionais”. In “Assis Brasil” DHBB – Cpdoc/FGV.

⁵⁰ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (852/7455). Datado de 19 de março de 1932. Enviado para os interventores do Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

⁵¹ Algumas respostas podem ser encontradas em Idem (849; 5542; 7237-7240/7455).

⁵² Idem (853-855/7455). Datado de 21 de março 1932.

No momento em que riograndeses abandonam o irmão e o companheiro numa situação difícil a que o leva a defesa da dignidade da honra e do brio desse povo heroico, faremos soar os nossos clarins, conclamando os companheiros, para prestigiar-lhe a autoridade, dando-lhe força para executar fielmente os princípios que nos levaram à luta.⁵³

A tensão sobre um possível conflito armado era nacional e os revolucionários nortistas não se furtaram a cogitá-lo para defender os ideais revolucionários, questionados pelos dissidentes gaúchos. A aliança política da região com Vargas, iniciada desde a instituição da Delegacia Militar do Norte, mostrava sua força, diante do conturbado momento em que viviam, tendo Juarez Távora capitaneado a defesa do Governo Provisório na região.

No entanto, nem sempre suas ordens foram seguidas fielmente, sendo consideradas fracas. Em 23 de maio, o interventor Pedro do Toledo nomeou um novo secretariado para o governo paulista, composto essencialmente por membros da FUP. Além dos conflitos ocorridos em São Paulo⁵⁴, o Norte reagiu fortemente a essas nomeações, taxando tal composição como “absurda solução”, “inexplicável atitude”, “veemente repulsa” e “fracasso total revolução”.⁵⁵ Os ânimos ficaram ainda mais exaltados quando, no início de junho, Pedro de Toledo enviou aos interventores nortistas um telegrama comunicando a nomeação que fizera, solicitando apoio para estabilizar seu governo diante da grave animosidade nacional. Juarez pediu aos interventores que respondessem positivamente ao comunicado, procurando contemporizar a situação e ainda tentando um acordo amistoso entre São Paulo e o Norte. Tal iniciativa criou uma inquietação entre Távora e os revolucionários nortistas, que não se conformaram com o pedido.

Tasso Tinoco respondeu a Juarez de modo seco: “Não respondi S. Paulo. Situação aquele estado não permite nossa colaboração”.⁵⁶ Já Lima Cavalcanti foi mais eloquente ao reportar suas impressões sobre o que significava aquela formação governamental essencialmente “perrepista”. Acreditava o interventor pernambucano ser

⁵³ Idem (843-848/7455). Datado de 19 de março de 1932.

⁵⁴ Foi durante as manifestações pela nomeação desse novo secretariado que membros da Legião Revolucionária entraram em conflito com manifestantes favoráveis às indicações. Depois de uma troca de tiros, além de dezenas de feridos, tombaram seis manifestantes. Quatro destes (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) tornaram-se mártires do movimento e suas iniciais deram origem ao MMDC, que seria, segundo De Paula (1998: 88-94), a “maior força de apoio logístico do movimento constitucionalista”. Ainda segundo esse autor, “é importante frisar que”, ao contrário do que afirma muitas obras sobre o tema, “dos ‘quatro jovens e ricos estudantes mortos’, nem todos (ao menos pelos padrões da época) eram jovens nem ricos e, segundo a documentação pesquisada, nenhum deles era estudante”.

⁵⁵ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.05.14 (20; 22; 27-28; 31/172).

⁵⁶ Idem (55/172). Datado de 5 de junho de 1932.

de “mau efeito” a sugestão de Juarez “no sentido de nos entendermos (...) com o governo de São Paulo para agradecer-lhe a comunicação do seu novo secretariado”, pois tal postura criava um “dilema”: “ou responderíamos a comunicação [de] Toledo reconhecendo implicitamente como fato consumado e inelutável a participação do perreppismo no seu governo” ou “não responderemos e ficaremos com a nossa autoridade moral ressalvada”. Lima Cavalcanti explicava a Juarez que era evidente que, assim como “os políticos gaúchos”, os “inimigos de ontem estão arrastando o país à anarquia”. Continuava o interventor de modo mais contundente, criticando o “pernicioso exemplo de São Paulo”:

Animados com a solução paulista, os politqueiros baianos acabam de se aliar em frente única, de certo para repetir o plano de agitações que riscou São Paulo do quadro das forças revolucionárias (...). Achamos pois que não se deve perder tempo em fazer sentir num movimento coletivo de todos os interventores com a solidariedade das massas populares o protesto do Norte (...) contra a pretensão indébita dos políticos dos sul que dissentiram da orientação revolucionária do Governo Provisório querendo reviver os processos da república velha (...), anulando-nos e entregando-nos novamente ao chicote e ao trabalho da caudilhagem oligárquica (...). Lavramos perante o Brasil redimido em 1930 um vibrante protesto moral que traduza a vitalidade nortista para a luta de vida e morte a que estamos sendo arrastados por culpa talvez de nós mesmo, da inadvertência imperdoável e da generosidade excessiva com que temos deixado os inimigos impunes pelos erros e crimes inclassificáveis permitindo que eles recobrem ânimo para fazerem a contra revolução (...). Se o Norte cair por qualquer dos seus redutos estaduais na luta com os inimigos fortalecidos com a nossa fraqueza, a revolução estará inteiramente perdida (...). Só a coesão do Norte dentro dos verdadeiros princípios revolucionários, atuando como elemento de equilíbrio e de apoio ao governo central para enfrentar a crise do momento, poderá salvar a causa pela vitória.⁵⁷

Para os interventores nortistas, a região era a principal arma de combate do Governo Provisório frente às investidas do “perreppismo”, tendo em vista o Norte ser o grande reduto revolucionário nacional. A ofensiva do PRP consolidada no secretariado de Toledo demonstrava a fraqueza com que os inimigos foram enfrentados desde o governo de João Alberto, ao mesmo tempo em que alimentava o surgimento de outros focos contrários ao Governo Provisório, como no exemplo baiano. A reação deveria ser enérgica e nacional, mas capitaneada pelo Norte, já que a região contava, nas palavras do interventor pernambucano, com amplo apoio popular. O Norte estava, assim, pronto para uma “luta de vida e morte” ante a “contra revolução”, que claramente se esboçava. Juarez não poderia permitir aproximações com o governo paulista, mas combatê-lo, mesmo sem o posto de Delegado. Contudo, a perda de sua representatividade nacional sem a Delegacia era notória. Até mesmo os aliados nortistas a sentiam: “Impressão

⁵⁷ Idem (42-52/172). Datado de 7 de junho de 1932.

temos aqui você perdendo terreno quando todo Norte pronto prestigiá-lo afim estejamos reunidos torno você”.⁵⁸

Sem seu posto de Delegado, aparentemente, Juarez não ocupava nenhuma posição política ou militar proeminente dentro do Governo Provisório.⁵⁹ No entanto, entre o fim da Delegacia e o início da Guerra de 1932, Juarez esteve no meio da centelha que acenderia o estopim da guerra civil: o gabinete do ministro da Guerra Leite de Castro.

4.4 Por um Exército unido: a queda do ministro da Guerra, Leite de Castro

Como visto, logo após a escrita de seu longo relatório, Juarez pediu a Vargas, no dia 25 de maio de 1932, para ser posto à disposição do Gabinete de Leite de Castro, posto o que “se pretende estabelecer em São Paulo”, “em flagrante detrimento do prestígio da revolução vitoriosa”. A atuação de Juarez nesse gabinete é fundamental para percebermos sua participação – e dos revolucionários nortistas – nos últimos lances que antecedem a guerra civil. Além disso, devido ao seu complexo desenrolar, tal questão será analisada com vagar.

Na documentação pesquisada é difícil dizer com precisão quando Juarez assumiu seu posto no Ministério, já que, até mesmo em suas memórias, isso não fica claro:

A 25 de maio, solicitei, por carta, ao chefe do Governo Provisório, minha volta imediata à atividade militar, sendo logo designado para servir no gabinete do ministro da Guerra, general Leite de Castro. Este solicitara, entretanto, dois dias depois, exoneração do cargo, sendo nele substituído, a 29, pelo general da reserva, Espírito Santo Cardoso – solicitando eu, como era de praxe, minha dispensa das funções que exercia no gabinete do ministro demissionário (Távora, 1976: 78).

Em sua autobiografia Juarez afirma ter servido por poucos dias no Gabinete. No entanto, Leite de Castro não se demitiu do ministério em 29 de maio, mas em 29 de junho, e, durante todo esse período, Juarez esteve envolvido no turbulento processo que culminaria na queda do ministro. Esse dado não pode ser minimizado, visto seu

⁵⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (1884-1885/7455). Datado de 19 de maio de 1932. Codificado.

⁵⁹ Vale ressaltar que em 5 de maio de 1932 Juarez tornou-se membro da Comissão de Estudos Financeiros dos Estados e Municípios, ligada ao Ministério da Fazenda, já chefiado por Osvaldo Aranha, mas parece ter participado de apenas um encontro antes da guerra civil. Após o conflito, Juarez voltou a trabalhar nesse órgão, tendo comparecido às reuniões do grupo até junho de 1934. Ver Távora (1976: 70-73).

elaborado processo de construção autobiográfica e os diversos documentos presentes em seu arquivo pessoal, usado, como ele mesmo afirma, como suporte para suas memórias.

Acredito que o principal elemento para se entender o distanciamento construído por Juarez sobre sua ação no Ministério da Guerra é, justamente, o preponderante papel que teve na substituição de Leite de Castro. Juarez, nos anos 1970, não quis registrar sua ação para a saída de um ministro tão próximo de sua família: Leite de Castro fora padrinho de Nair Távora em seu casamento com Juarez, realizado em 14 de janeiro de 1931.⁶⁰

A ação de Juarez para a saída do ministro fica evidente em algumas correspondências trocadas entre ambos. Em uma delas, datada de 20 de junho de 1932, Juarez afirmou que, diante da “desinteligência surgida com o chamado ‘caso dos tenentes’, dois ou três dias antes de minha chegada”, propunha ao ministro que “desse demissão coletiva” ao seu Gabinete. Diante da recusa de Leite de Castro, “só me restava apelar para que o sr. se demitisse com ele, e, no caso contrário, demitir-me dele.” Mais uma vez o ministro foi contra, demovendo Juarez temporariamente de sua ideia. No entanto, ainda existindo “no seio do Exército as causas de descontentamento de que o gabinete é – justa ou injustamente – acusado de causador”, só restou a Juarez “pedir-lhe o favor de conceder-me, hoje mesmo, a minha demissão de auxiliar de seu gabinete”.⁶¹

Antes de continuarmos seguindo os passos de Juarez na relação com o ministro, é necessário explicar o “caso dos tenentes”, mais conhecido como o caso dos “rabanetes e picolés”. Com a vitória do movimento de 30, os tenentes participantes da revolta de 5 de julho de 1922 – e, conseqüentemente, expulsos do Exército – foram anistiados por Leite de Castro. Cerca de quinhentos deles reingressaram à organização no ano de 1931, nos postos de primeiros-tenentes. Com isso, os primeiros-tenentes que ascenderam após 1922, e que participaram da derrubada da Washington Luís, sentiram-se prejudicados. Os militares reintegrados concorrerem com eles em futuras promoções. Assim, iniciou-se a disputa entre os “picolés” – militares de 1922 que ficaram “frios” durante o movimento de 30 – e os “rabanetes” – aqueles que lutaram pelo fim da Primeira

⁶⁰ O que ajuda a explicar o fato do então ministro da Guerra ter sido padrinho de Nair é uma possível proximidade entre ele e Belisário Távora, já que Juarez e Leite de Castro sequer se conheciam antes do movimento de 30. O pai da noiva, e tio de Juarez, fora Chefe de Polícia do Distrito Federal (1910-1913), e possuía influentes contatos políticos e militares, como fica evidente no outro padrinho de Nair: o professor Miguel Couto. Os paraninfos de Juarez foram Osvaldo Aranha e José Américo de Almeida. A atenção para as intrincadas relações entre política e família surgiu, principalmente, a partir da reflexão de Sérgio Miceli (1977).

⁶¹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.05.14 (96-105/172).

República, mas eram acusados de serem “vermelhos por fora e brancos por dentro”. Nessa disputa, Juarez ficou no meio do fogo cruzado entre as duas correntes, pois havia revolucionários nortistas nos dois lados em questão. Como recorda rapidamente em suas memórias, sentia-se “preso, por um lado, aos ‘picolés’, com os quais participara, em 1922, da revolta da Escola Militar do Realengo; e, por outro lado, aos ‘rabanetes’, com cujo valioso concurso fizera a Revolução de 1930, no Norte do país”. Juarez, nessa oportunidade, também silencia aspectos dessa disputa, limitando-se a afirmar que buscou – sem especificar qual – “uma solução conciliatória para o caso”, o que lhe valeu “críticas de ambos os lados” (Távora, 1976: 63).

Nesse choque entre militares, Leite de Castro puniu 163 “rabanetes” que lhe escreveram uma carta de protesto. Com essa medida, o ministro perdeu apoio até dos “picolés”, que se solidarizaram com os punidos. A situação, ao menos administrativamente, foi resolvida em fins de maio e início de junho com a criação de quadros paralelos para os “picolés”, fazendo com que suas promoções por antiguidade não prejudicassem os “rabanetes”. A partir daí, a queda de Leite de Castro foi questão de tempo.⁶²

Leite de Castro sintetizava muitas das críticas que o Exército vinha sofrendo por parte dos opositores do Governo Provisório, como bem ressaltou Agildo Barata ao relatar a Juarez seu alinhamento com “uma pequeníssima corrente que mal se esboçava contra o ministro da Guerra”. Confirmada a vitória do movimento de 30 – que o general apoiou, mas pouco conspirou, envolvendo-se ativamente apenas na deposição de Washington Luís –, ele “se tornou ardoroso defensor da revolução e dos tenentes”, sendo seu gabinete pessoal formado por importantes tenentes da década de 1920, como Eduardo Gomes, Newton Estillac Leal e Osvaldo Cordeiro de Farias (McCann, 2007: 388).

Mesmo fortemente apoiado por essa corrente – que ganhara força em sua administração –, sai liderança ficou abalada devido ao caso dos “rabanetes e picolés”, o que fica exemplarmente revelado pela troca de comandantes nas duas principais regiões militares do país e nas sugestões de demissões apresentadas por Juarez, conforme a

⁶² “Devido a esses fatos, o comandante da 1ª Região Militar (Rio de Janeiro), general João Gomes, até então amigo do general Leite de Castro, dispôs-se com o ministro. O general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, comandante da 2ª Região Militar (São Paulo), renunciou ao cargo devido à evolução dos acontecimentos no Rio, já que o conflito que se estabelecera anulava seus esforços de pacificação junto aos paulistas. Em seguida, Góis Monteiro assumiu o comando da 1ª Região Militar, onde passou a desenvolver esforços no sentido de garantir a ordem e desfazer a crise”. “Rabanetes e Picolés” In. DHBB – Cpdoc/FGV.

carta de 20 de junho de 1932, há pouco apresentada. Se por sugestão ou não de Juarez, Leite de Castro chegou a entregar, durante essa crise, a pasta a Vargas, que escreveu em seu diário, referente aos dias 31 de maio e 1º de junho de 1932: “Leite de Castro procurou-me ontem à noite, solicitando demissão do cargo de ministro. Queixa-se de seus colegas de Ministério, que o abandonaram, sente-se melindrado pela atitude política do Rio Grande e pelo caso dos tenentes. Nego seu pedido de demissão” (Vargas, 1995, Vol 1: 107).

Voltando ao pedido de saída de Juarez do Ministério da Guerra, Leite de Castro ponderou em sua resposta que tal atitude poderia ser interpretada como agravamento da crise contra sua administração, tendo Távora “entrando imediatamente no gozo de dois meses de férias”, mas deixando claro ao ministro que “eu já não me considerava seu oficial de gabinete”.⁶³ Assim, antes da saída formal de Leite de Castro e a partir da entrega da missiva de 20 de junho de 1932, seja por demissão ou férias, Juarez não integrava mais oficialmente o gabinete ministerial.⁶⁴

Oficialmente sem cargo militar ou político dentro do governo, Juarez utilizou-se de uma prerrogativa anterior articulada pelos revolucionários nortistas para angariar poder para atuar nesse tão conturbado momento: requereu de todos os interventores nortistas autoridade para falar em seus nomes no caso envolvendo Leite de Castro, fazendo valer seu posto de “Delegado do Norte no Governo Provisório”. Feita a solicitação, como era de se esperar, uma enxurrada de telegramas foi enviada pelos interventores a Juarez, entre os dias 22 e 23 de junho. Todos tinham o mesmo teor: “Delego-lhe amplos poderes dando-lhe também meu decidido apoio para que você fale em nosso nome todas as vezes que, como representante Norte, assim exijam defesa revolução e desenrolar acontecimentos políticos”.⁶⁵

⁶³ Informações retiradas de outra carta de Juarez Távora para Leite de Castro, datada de 23 de novembro de 1932, ou seja, depois da guerra civil. Segundo seu autor, essa missiva era uma “necessária explicação” por saber que “o sr. está magoado comigo” por “sua substituição no Ministério da Guerra”, o que revela ainda mais a proximidade entre ambos e a destacada ação de Juarez para a saída do ministro. Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.05.14 (164-172/172).

⁶⁴ A imprensa do Distrito Federal não noticiou nada referente a uma possível demissão de Juarez, mas publicou, em 22 de junho de 1932, que “entrou ontem em gozo de férias o major Juarez Távora, adjunto do gabinete do ministro da Guerra”. *Jornal Correio da manhã*, 22 de junho de 1932.

⁶⁵ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.05.14 (121/172). Responderam a Juarez Landri Sales, Carneiro de Mendonça, Tasso Tinoco, Magalhães Barata, Seroa da Mota, Sousa Dantas (representando o interventor paraibano) e Augusto Maynard. Ver *Idem* (102; 107;112-113; 122; 123; 131-132/172). É nesse contexto, e respondendo a esse pedido, que o interventor capixaba João Punaro Bley escreveu: “Para maior facilidade e eficiência ação Norte, ao qual Espírito Santo se acha integrado, pedimos prezado amigo aceitar representação nosso pensamento relativamente à situação atual”. *Idem* (108/172). Datado de 22 de junho de 1932.

Valendo-se desse amplo apoio, Juarez partiu para a solução do caso, tendo como estatuto básico de sua autoridade o poder que lhe foi conferido pelos revolucionários nortistas após o fim da Delegacia do Norte. Tal estratégia tornou-se de conhecimento público, como chegou a ser publicado na imprensa carioca:

Segundo soubemos ontem, o major Juarez Távora se tem correspondido insistentemente com o ministro da Viação e com os demais interventores do Norte da República, informando-os detalhadamente da marcha dos acontecimentos. Por outro lado, o major Távora se entende aqui com os outros líderes da mesma corrente, falando perante eles em nome dos seus amigos e companheiros da revolução de 30.⁶⁶

Nesses encontros, o tema recorrente era a situação envolvendo Leite de Castro e as disputas internas do Exército. Em matérias mais especulativas do que conclusivas acerca do que era debatido, os jornais noticiaram, pelo menos três encontros, sendo dois deles realizados na própria casa de Juarez. Deles participaram, além do anfitrião, João Alberto, Ari Parreiras, Pedro Ernesto e Manuel Rabelo.⁶⁷ Assim, no dia 28 de junho, chegou ao Norte a notícia da saída de Leite de Castro do Ministério da Guerra, o que não foi visto como uma boa medida. Os revolucionários nortistas cobraram de Juarez explicações sobre o caso, pois, em um primeiro momento, segundo informações que chegavam na região, parecia ter havido uma “imposição de quem não pode impor, resultando diminuição para nós aceitarmos esta situação”.⁶⁸ Diante de tal atitude coletiva, Juarez apressou-se a explicar o caso, em um telegrama “múltiplo – reservado – urgente”, esclarecendo, inclusive, o teor dos encontros acima citados:

Diante delicada situação criada neste momento para revolução, mercê divergências criadas seio Exército e explorações políticos estão fazendo torno mesmas, uma comissão composta por mim, João Alberto, Ari Parreiras, Pedro Ernesto e Amaral Peixoto resolveu agir sentido solucionar pronta razoavelmente caso. Com esse fim entendeu-se com general Leite Castro a quem fez sentir conveniência ordem geral seu afastamento Ministério, uma vez ficasse garantida sua substituição por pessoa sua confiança e incapaz trair revolução, capitulando diante manobras frentes únicas políticas. General patriótica nobremente concordou alvitre e, embora recusando-se interferir escolha seu sucessor, nada objetou contra indicação nome general Espírito Santo Cardoso. (...) Comissão agiu entretanto boa fé, convencida sua solução lograria unir Exército torno ideal revolucionário (...). Enquanto a mim pessoalmente apresso-me declarar que agi em tal caso (...) [através da] delegação poderes me conferiram companheiros Norte para exprimir seu pensamento junto chefe governo em face manobras vem desenvolvendo frentes únicas políticas.⁶⁹

⁶⁶ Jornal *Correio da Manhã*, 24 de junho de 1932.

⁶⁷ Ver jornais *Correio da Manhã*, dia 1º de julho de 1932, e *Diário Carioca*, dias 23, 26 e 28 de junho de 1932.

⁶⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.05.14 (146/172). Datado de 30 de junho de 1932. Além desse, ver *Idem* (136; 137; 144-145/172).

⁶⁹ *Idem* (147-148/172). Datado de junho de 1932.

Nessa troca de comando militar, Juarez, com a estratégia político-militar de representar o Norte – coeso e em bloco – mesmo sem a existência da Delegacia, conseguiu autoridade para, “conspirando” com outros importantes líderes revolucionários, buscar a união dentro do Exército, visando combater à oposição ao Governo Provisório. Ao ser um dos articuladores diretos da substituição de Leite de Castro, Juarez buscava entre os revolucionários nortistas três garantias para conter os avanços das frentes únicas.

A primeira era se certificar da aliança entre o Norte e o Governo Provisório mesmo com a saída do ministro que, apesar de todas as tensões, era apoiado na região. Além disso, expondo aos revolucionários nortistas os meandros que levaram a substituição, o ex-Delegado assegurava legitimidade para o ministério de Espírito Santo Cardoso, no Norte, afastando a possibilidade de qualquer discordância. Por fim, ao mesmo tempo em que construía o apoio do Norte ao novo ministro, Juarez garantia a continuidade da força dos revolucionários nortistas dentro do Ministério da Guerra. Nesse sentido, a opção pelo novo ministro foi bem aceita na região, como afirmou Juraci Magalhães e os oficiais do 19º Batalhão de Caçadores de Salvador: “Ciente nobre hábil atitude, damos inteiro apoio sua atuação e comissão encarregada solucionar caso ministro. (...) Esperamos agora companheiros unidos possam salvar nação desta crise grave em que se debate. Pelo Exército unido para o Brasil”.⁷⁰

Como explicou Juarez aos revolucionários nortistas, o ministro parecia ter entendido a situação. Contudo, não é o que registra Vargas em seu diário: “O general Leite de Castro procura-me, apresentando seu pedido de demissão. Mostra-se irritado com os oficiais revolucionários, principalmente o capitão João Alberto, e desgostoso com os seus colegas de Ministério. Julga-se abandonado e traído” (Vargas, 1995, Vol 1: 112).⁷¹

Por mais que a atitude da comissão tenha sido uma imposição, a saída de Leite de Castro deu uma sobrevida à tentativa de unir o Exército e outros setores em torno da defesa do Governo Provisório. Hilton (1982: 63-81) analisa com propriedade as diversas reações à substituição de Leite de Castro, enfatizando como ela foi decisiva

⁷⁰ Idem (153-154/172). Datado de 29 de junho de 1932. Além dessa, ver outras respostas positivas dos interventores à escolha de Espírito Santo Cardoso em Idem (150; 152/172).

⁷¹ Anotações dos dias 26 e 27 de junho de 1932. Vale lembrar as motivações de Juarez para escrever a carta a Leite de Castro datada de 23 de novembro de 1932.

para assegurar importantes aliados e dismantelar muitos argumentos utilizados pelos conspiradores. Como exemplo, basta perceber que Flores da Cunha e Góis Monteiro viram a substituição de Leite de Castro com otimismo, o que aproximou decisivamente o interventor gaúcho do Governo Provisório e levou o influente militar a repudiar impreterivelmente todos os convites conspiratórios que recebia.

Com o declarado apoio do Norte e de importantes revolucionários que corroboraram com sua escolha, Espírito Santo Cardoso parecia estar conseguindo o tão esperado “Exército unido”. No entanto, nem todos pensavam assim. O general-de-brigada Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso e ativo conspirador ao lado dos opositores paulistas, não reconheceu a autoridade do novo ministro, e escreveu uma ácida carta criticando-o, por entender, dentre outras coisas, que sua nomeação pouco alterara a posição dos tenentes dentro do governo.⁷² Klinger foi reformado administrativamente e seus aliados paulistas deliberaram que esse seria o momento ideal para executar o movimento há meses em planejamento. Assim, cerca de 24 horas depois, assumiram o controle político e militar do estado de São Paulo, nomeado Klinger um dos chefes militares do levante bélico iniciado.

O dia era 9 de julho de 1932. Começava a guerra civil.

⁷² Apesar de reformado havia quase uma década, dois dos filhos do novo ministro – Dulcídio e Ciro Espírito Santo Cardoso – participaram dos movimentos tenentistas da década de 1920.

CAPÍTULO 5

A Guerra de 1932: as tropas do Norte no front de combate

Essa guerra civil gerou o mito de que ela foi responsável por impelir Vargas a reconstitucionalizar o país. Mas, como vimos, ele já havia marcado eleições para a Assembleia Constituinte, e seu diário deixa claro que seus sentimentos privados coincidem com os que ele expressava em público. Longe de contribuir para o governo constitucional, a rebelião paulista acrescentou desnecessariamente mortes, despesas, confusões, traições e indisciplina a uma situação já farta de tudo isso; na verdade, provavelmente, contribuiu mais para pavimentar o caminho para a ditadura cinco anos depois. (...) No mínimo, é hora de os historiadores reexaminarem a revolta paulista de 1932.

Frank McCann¹

O início da Guerra de 1932 não foi surpresa para o Norte. Assim como no xadrez político-militar nacional que antecedeu a guerra civil, os interventores nortistas foram informados dos lance decisivos que culminaram com a deflagração das armas. Juarez Távora lhes assegurava, nos primeiros dias de julho, que havia um “levante marcado antes dia quinze”.² Estimulados pelo líder e fortemente envolvidos com a grave crise em curso, mais do que nunca, os interventores nortistas ratificaram a aliança entre o Norte e o Governo Provisório. Já no dia 8 de julho, vários telegramas a Vargas davam como certo o início da luta armada e a garantia “unânime revolucionários Norte prestigiar ação vossencia defesa ideais conquistados”.³

No dia 9 de julho, horas antes da declaração oficial de guerra por parte de São Paulo, Juarez continuou a informar aos interventores o que percebia na capital da República: “Klinger reformado já passou comando região substituto (...). Talvez sejam reformados outros conspiradores (...). Bagunça parece fracassada ou adiada”.⁴ Estava enganado. Por mais que telegrafar, quase que diariamente, aos interventores nortistas tenha sido uma arma política importante na defesa do Governo Provisório, nem sempre a interpretação dos fatos realizada por Juarez era precisa. Ao contrário do que afirmou, a reforma do general Bertoldo Klinger serviu como estopim do movimento armado. Longe de ser uma “bagunça”, a Guerra de 1932 foi o maior conflito armado brasileiro do século XX. Seu fracasso não foi imediato: ela durou 86 dias e foi uma guerra

¹ (McCann, 2007: 419-420).

² Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (168/196). Sem data. Codificado.

³ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Ceará: 14.5. 8 de julho de 1932. Outros telegramas, na mesma data e com o mesmo tom, em Idem. Espírito Santo: 14.7; Idem Bahia: 14.4; Idem. Pernambuco: 14.15.

⁴ Arquivo Juraci Magalhães – Cpdoc-FGV c ig 1932.07.04. Pasta I. 9 de julho de 1932.

sangrenta, na qual todo o país esteve envolvido. A única guerra civil ocorrida na história do Brasil, pois, da perspectiva de início do século XXI, nada indica que possa haver outra.

Como fica evidente pela epígrafe que abre este capítulo, a Revolução Constitucionalista de 32 – denominação pela qual ficou amplamente conhecida a guerra civil, recheada de significados políticos e memoriais⁵ – foi um momento-chave para os rumos políticos nacionais, assim como para a própria trajetória do Norte no pós-30. A região liderada por Juarez Távora participou efetivamente do combate contra São Paulo, mostrando a força da aliança política construída ao longo de quase dois anos com o Governo Provisório. Durante a guerra, tanto os combates aos inimigos, como o fortalecimento político da região – processos amplamente interligados – deram-se em um duplo movimento. Na esfera federal, o Norte mostrou-se como o mais forte aliado do Governo Provisório, através, principalmente, da arregimentação de voluntários para o combate. Já nos estados, os interventores combateram intensamente os possíveis levantes pró-São Paulo, como oposições a seus próprios governos e à segurança de todo o país.

Analisar o Norte durante a Guerra de 1932, a partir desses dois eixos, constituiu o objetivo central deste capítulo e do que se segue. Neste caso, o foco será o do envolvimento do Norte nos combates contra, a por eles chamada, guerra paulista, já que ela estava longe de ser uma revolução em nome da Constituição. Tratava-se de uma revolta que ameaçava a unidade nacional e, nesses termos, é que a luta devia ser travada.

5.1 A questão do alistamento voluntário na Guerra de 1932

Iniciada a luta, as apreensões e incertezas marcaram o Governo Provisório. Um ataque fulminante à Capital Federal e o apoio do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de algumas outras unidades militares à causa paulista foram os maiores temores governistas nas primeiras horas da guerra civil. Mesmo rechaçada tais possibilidades, a forte estrutura militar de São Paulo, aliada à sua pujança econômica e industrial,

⁵ Diante dessa constatação – e, principalmente, por analisar esse evento a partir do Norte do pós-30 e dos revolucionários nortistas – prefiro defini-lo por Guerra de 1932, termo que também se afasta dos valores utilizados pelos apoiadores do Governo Provisório. Sobre a produção de uma “literatura constitucionalista” e os embates envolvendo a memória paulista acerca da guerra civil, ver Abreu (2010).

contrastava com as dificuldades que o Exército brasileiro vivia após a vitória do movimento de 30. Vale lembrar, como mostrado nos capítulos anteriores, que as principais dificuldades das forças militares governistas eram, entre outras, a precariedade de pessoal e material bélico; o expurgo de oficiais de alta e baixa patentes; e as sérias divergências no controle efetivo do Exército, que levaram à queda do ministro da Guerra, general Leite de Castro.

Por outro lado, como exemplo da força de São Paulo, basta citar que Bertolto Klinger, chefe militar das tropas paulistas, “contou com 12 mil soldados das guarnições federais e 9 mil das unidades da Força Pública” (McCann, 2007: 414). A polícia estadual paulista era sabidamente a maior, mais bem armada e melhor preparada de todo país, pois recebera treinamento do Exército francês desde 1906, antes mesmo que ele fosse adotado pelas forças armadas nacionais, em 1920.⁶ Além disso, com as inserções de voluntários, o número inicial de soldados teria praticamente dobrado.

Com esse quadro aparentemente pouco favorável, o Governo Provisório começou a organizar o combate, em seu vocabulário político, aos revoltosos paulistas. Na verdade, a organização das tropas iniciou-se efetivamente em 12 de julho de 1932, depois das frustradas tentativas de negociação de paz dos primeiros dias. Os termos exigidos pelos revoltosos não foram aceitos por Vargas, que escreveu a todos os interventores esclarecendo o fracasso das negociações e afirmando de modo taxativo: “Não é a ditadura que está em jogo: é o país todo contra um estado rebelado.”⁷ No registro de seu diário para os dias 12 e 13 de julho, pela primeira vez, o presidente falou em tropas: “Dirijo-me ao Flores [da Cunha] para enviar tropas diretamente à capital. Converso com o ministro da Guerra para fazer o mesmo quanto às tropas do Norte. Os interventores da Bahia e Pernambuco demonstram grande capacidade de ação” (Vargas, 1995, vol 1: 116). Estava dado o sinal verde para a movimentação militar de todo o país em direção ao front de combate.

Nas primeiras horas apresentaram-se para a luta as tropas regulares do Exército distribuídas pelo território nacional, que formariam a estrutura básica das duas principais frentes de combate. A mais importante delas, o chamado Destacamento do Exército do Leste, situava-se na fronteira do Rio de Janeiro com São Paulo, no vale do

⁶ Sobre a Missão Francesa, que passou a treinar o Exército brasileiro desde 1920, ver Carvalho (2005: 28-29) e McCann (2007: 314-329).

⁷ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Bahia: 14.4. 13 de julho de 1932. Esse telegrama foi originalmente enviado ao interventor Flores da Cunha e retransmitido “idêntico a todos os interventores”, conforme notação presente no documento.

rio Paraíba, e era comandado pelo general Góes Monteiro, efetivamente o chefe militar das tropas federais. A outra era a frente Sul, liderada pelo general Waldomiro Castilho de Lima, que partiria do Paraná para o ataque ao estado rebelado.

Além das tropas oficiais, também se iniciou a organização de batalhões provisórios por todo o país. Já no dia 10 de julho, Juraci Magalhães escreveu a Juarez Távora opinando que “tudo deve ser feito [para] evitar mobilização oficial [por] causa mau efeito [na] opinião pública. Peça ministro [da Guerra] mandar abrir voluntariado o que será suficiente. Não tendo vindo ordem autorizei general abrir voluntariado por conta do estado”.⁸ A oposição do interventor baiano à convocação oficial de reservistas justifica-se. Suas razões eram a pouca efetividade das leis de alistamento obrigatório que, desde a Primeira República, mostravam-se ineficientes e sofriam forte resistência de parte da população. Chamar oficialmente os poucos e mal formados reservistas causaria mais embaraços para o governo, e Juraci – oficial do Exército – sabia bem disso. Desse modo, mesmo sem a determinação oficial, iniciou o alistamento voluntário na Bahia, mostrando-se confiante quanto à capacidade do governo e das interventorias em mobilizar soldados para derrotar São Paulo.⁹

Apesar de ter recebido uma resposta positiva de Juarez¹⁰, surgiram poucos dias depois incertezas e divergências quanto ao ingresso de voluntários nos exércitos varguistas, mostrando que tal opção não era unanimidade nas hostes governistas. Tasso Fragoso, chefe do Estado Maior do Exército (EME), era incrédulo em relação à qualidade das tropas. Por isso, alertou ao presidente, em 12 de julho, que “é do maior perigo (...) empregar elementos desta ordem sem certo enquadramento de oficiais da ativa e sem que em seu seio haja núcleos de combatentes conhecedores do ofício” (Apud Hilton: 1982, pp. 173-174). No dia seguinte, Juraci foi informado pelo Ministério da Guerra que o voluntariado deveria apenas aumentar o efetivo das polícias estaduais e que o “preenchimento [dos] claros [da] guarnição federal (...) correrá [por] responsabilidade exclusiva [Ministério da] Guerra”. Além disso, como “não existe [no] momento ordem movimentação forças maioria estado Norte”, tendo em vista “expectativa favorável nossa situação, seria conveniente, por enquanto, voluntariado

⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (21-22/196).

⁹ Sobre a formação e resistências ao serviço militar obrigatório no Brasil ver McCann (1982: 15-53) e Castro (2007: 239-259).

¹⁰ “Rio Grande, Paraná, Minas, Rio fiéis. Ministro autoriza alistamento voluntário ao invés convocação reservista.” Arquivo Juraci Magalhães – Cpdoc-FGV c ig 1932.07.04. Pasta I. 10 de julho de 1932.

[ser feito por] simples inscrição”. Ou seja, tais voluntários “se apresentarão primeiro chamado”, se necessário fosse.¹¹

Poucos dias depois da confirmação enviada por Juarez, a opção pelo voluntariado parecia estar perdendo força. No entanto, revelando a divergência quanto à questão dentro do Governo Provisório, Vargas escreveu ao interventor baiano, ainda no dia 13 de julho, afirmando que “autorizo-lhe continuar organizando o maior número possível de tropas em condições de poderem embarcar imediatamente”.¹² Assim, nesse ambiente de divergências quanto à formação ou não de tropas provisórias, no dia 14 de julho, o presidente comunicou peremptoriamente aos interventores do Norte que prosseguissem alistando voluntários para o combate a São Paulo:

Apesar dos acontecimentos prenunciarem com segurança a nossa vitória, cumpre-nos incentivar por todos os meios [o] aumento [de] nossas forças. Peço informar-me com urgência as tropas [que] daí já partiram, o número das que ainda podem embarcar e, bem assim, os recursos de que precisam. Convém sem desfalecimento continuar a inscrição de voluntários, [o] quanto possível, preferindo os reservistas, e preparando-os para a ação no menor prazo possível.¹³

Diante de tal determinação, os interventores do Norte – e mais os do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás – foram também informados que as delegacias fiscais dos estados estavam autorizadas a “atender requisições recursos feitos (...) para organização tropas destinadas combater movimento sediciosos”. Uma orientação que foi confirmado por Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, não sem antes solicitar que os interventores comunicassem “sempre a este Ministério quantias [que requisitaram, e] (...) que oportunamente prestareis contas”.¹⁴ Essas medidas explicam a duplicação do orçamento de 1932 relativo ao Exército, que pulou dos 13,3% do ano anterior para 25%, ou seja, um quarto de toda a distribuição orçamentária do Governo Provisório (Carvalho, 2005: 88-89). O aporte financeiro era fundamental para as tropas em formação, entre outras providências. Mas não só com essa medida se venceria as resistências existentes ao voluntariado.

¹¹ Idem. Pasta I. 13 de julho de 1932.

¹² Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Bahia: 14.4. 13 de julho de 1932.

¹³ Idem. Espírito Santo: 14.7. 14 de julho de 1932. No telegrama há a notação “idênticos pra interventores Bahia, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará”.

¹⁴ Idem. Bahia: 14.4. 15 de julho. No telegrama há a notação “idênticos” para interventores Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. Também ver Arquivo Juraci Magalhães – Cpdoc-FGV c ig 1932.07.04. Pasta I. 15 de julho de 1932.

Para além das comunicações oficiais entre o Catete e as interventorias, as divergências em torno da mobilização das tropas voluntárias perduravam. O jornal *Correio da Manhã*, no dia 17 de julho, publicou uma nota afirmando que, mesmo sentindo-se “agradecido” pela “solidariedade que elementos civis têm prestado e que desejam cooperar para o restabelecimento da ordem”, “é pensamento do Estado Maior do Exército e do Departamento da Guerra que não se faz necessário a colaboração desses elementos”. Essa disposição ocorria, pois havia “ainda grande quantidade de tropas regulares para os objetivos de guerra”.

Cinco dias depois dessa notícia, Landri Sales, interventor do Piauí, escreveu ao presidente que tinha sido informado pelo ministro da Guerra, que “não haveria necessidade [de] organizar batalhões provisórios”. Sendo assim, suspendeu o voluntariado em todo o estado, mas não sem antes autorizar aos prefeitos que “fizessem [o] recenseamento” dos voluntários e que “estivessem alerta [ao] primeiro chamado.” A divergência entre a alta cúpula militar e a opção dos interventores e de Vargas pelo alistamento voluntário vinha causando problemas e claramente atrasando a formação das tropas.¹⁵

Segundo Stanley Hilton (1982: 173-176), no trabalho que melhor analisa a mobilização e composição das tropas varguistas durante a Guerra de 1932, a resistência dos militares à formação de tropas voluntárias se dava, principalmente, pela falta de material bélico e pelo pouco treinamento dessas forças. O autor mostra que diversos outros chefes militares, como Valdomiro Lima, Daltro Filho e Góis Monteiro, também criticavam a utilização de voluntários pelos mesmos motivos e por outros mais, vinculados à conjuntura política de exceção que se vivia. Tratando da questão dos voluntários, Góis, diretamente das frentes de combate, escreveu a Vargas em 24 de julho, expondo suas inquietações:

Apelo eminente chefe e amigo para que não consinta organização tropas irregulares em estados que não estão preparados para essa mobilização, como o Rio Grande [do Sul]. Lembro criar unidades Exército em todos os Estados às quais ficarão [à] disposição interventores lançando mão oficiais efetivos, reformados e reservistas. Os comandantes do Exército poderão ser escolhidos pelos interventores, mas, de qualquer forma, serão tropas nacionalistas constituídas às vossas ordens e dependentes do Governo Federal. Peço eminente patriota refletir consequência preparação membros forças regionalistas em meio [à] desorientação ideias e perturbação

¹⁵ Ver, respectivamente, jornal *Correio da Manhã*, 17 de julho de 1932 e Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Piauí: 14.16. 22 de julho de 1932. No mesmo telegrama, afirmou o interventor piauiense que “recebo diariamente todos os prefeitos oferecimento voluntário e se Piauí não concorre ao primeiro pedido v. exa. grande numero homens é porque diante telegrama Sr. Ministro [da Guerra] dispensei os que se haviam apresentado.”

espíritos. Estou certo que sabeis conter tendências irrefletidas que de boa fé poderão transformar-se em instrumentos inconscientes do secessionismo.¹⁶

O principal comandante das tropas federais e o mais prestigiado militar no combate a São Paulo era contrário aos batalhões voluntários. Para ele, armar os estados por via das interventorias, poderia tornar-se perigoso, visto a possibilidade de algumas dessas forças se voltarem contra o governo, motivadas pelo regionalismo. Assim, é reveladora a advertência que faz acerca do Rio Grande do Sul. Uma forte corrente política desse estado estava ao lado dos paulistas e o apoio do interventor gaúcho, Flores da Cunha, a Vargas, deu-se quase na última hora, o que semeava desconfianças e cuidados. Para Góis, somente tropas comandadas e chanceladas diretamente pelo Exército – e não pelos interventores estaduais –, compostas por oficiais, da ativa ou não, poderiam ser capazes de efetivamente defender o Governo Provisório. Uma posição que faz todo o sentido, tendo em vista o esforço que os altos comandos do Exército travavam em torno do estabelecimento do monopólio do uso da força, atacando todas as possibilidades de formação de tropas comandadas por lideranças políticas civis nos estados da federação.¹⁷ Ainda assim, em sua resposta, Vargas refutou as opiniões de Góis, muito mais em termos políticos que militares:

No momento, combatemos um movimento rebelde com feição local e com exacerbado espírito regionalista, ameaçando a própria unidade da pátria. Ao Exército e à Marinha, como instituições genuinamente nacionais cabe defender essa unidade, legado do esforço [de] nossos antepassados. Por isso, encaro a contribuição que, nesta hora difícil, oferecem os outros estados, enviando as suas polícias regulares, obedecendo ao comando geral de oficiais do Exército, como uma demonstração eloquente de reação nacionalista, com firme propósito de manter, a qualquer preço, a integridade do Brasil. Quanto às tropas irregulares, poucas se formaram ou se estão formando, mas não têm caráter regionalista, ao contrário, anima-as um alto espírito de brasilidade e congrega-as o sentimento do perigo comum que ameaça a pátria e quase todas têm a assistência de oficiais do Exército, se não no comando, pelo menos na instrução da tropa. Todas as forças do Exército, das milícias regulares ou das organizações provisórias, que

¹⁶ Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV c 1932.07.12. 24 de Julho de 1932. Já havia entrado em contato com essa correspondência de Góis em minha dissertação de mestrado, mas, por estar interessado em outro recorte, não a relacionei com os outros documentos e interlocutores apresentados aqui. (Lopes, 2009: 118-120)

¹⁷ Sobre isso, diz José Murilo de Carvalho (2005: 106): “Do ponto de vista de Góis [Monteiro], a tarefa principal era exatamente fortalecer o Exército ao ponto de torná-lo capaz de agir com independência, inclusive de Vargas. Para isto, era necessário suprimir a infinidade de conflitos que minava a organização militar. Segundo sua famosa expressão, era preciso acabar com a política no Exército para se poder fazer a política do Exército”. Ainda refletindo sobre a posição de Góis, afirma Carvalho que o modelo de organização militar adotado no Brasil, fortemente horizontal, favorecia o surgimento de diversos conflitos, muitos dos quais entre praças e oficiais. Desse modo, “a posição das praças é sempre difícil e incômoda, pois se vêem em permanente e rígida desvantagens diante do oficialato. Momentos de mobilização política podem facilmente despertar movimento reivindicatórios”.

combatem esta explosão de orgulho regionalista, estão impregnadas e dominadas de um forte sentimento de amor ao Brasil, isentas do espírito de qualquer preponderância regional.¹⁸

O presidente acreditava fortemente no espírito nacionalista e de legalidade que inspirava os batalhões voluntários que partiam para defender seu governo e a “unidade da pátria”. Mesmo sem ter diretamente vínculos e subordinação ao Exército, as tropas voluntárias seriam treinadas e comandadas por oficiais. Essas forças buscavam, ao contrário do que pensava Góis, combater o regionalismo e não corroborá-lo e alimentá-lo. Demonstrando confiança no corpo militar e nos seus apoiadores políticos, Vargas estava certo da importância e do valor dessas forças na guerra, por mais que tenha, naquele momento em que escrevia a Góis, subestimando a expectativa de quantidade. Foi surpreendentemente grande o número de voluntários nas tropas varguistas em todo o país e o processo de alistamento perdurou durante todos os meses da Guerra de 1932.

Nesse sentido, é possível inferir que a adoção das tropas voluntárias se deu por três motivos básicos. O primeiro deles era a necessidade patente de aumentar o efetivo militar. Quanto mais soldados o Governo Provisório tivesse à sua disposição, mais certa seria a vitória, visto que, logo no início do conflito, as forças rebeldes foram concentradas em São Paulo e não marcharam para um ataque direto à Capital Federal. O próprio Góis Monteiro, dias antes dessa troca de telegramas com Vargas, escrevera ao presidente alertando sobre a “necessidade de se fazer o máximo de sacrifícios para dotar as forças unionistas de meios suficientes com que possam abordar São Paulo por todos os pontos possíveis”. Entre sete pontos apresentados pelo general, figuram a estabilidade política, a campanha “anti-derrotista” e o “aumento do Exército, segundo um plano definitivo”.¹⁹ Mesmo que não tivesse um caráter permanente, as tropas voluntárias aumentaram o efetivo federal de combate e contribuíram significativamente para os outros pontos apresentados.

O segundo aspecto que justifica e explica o voluntariado era o fato dele ser um instrumento eficiente para atrair diversos grupos sociais para a defesa do Governo Provisório. Mais do que o ingresso nas tropas em formação nos estados, o alistamento envolvia processos de legitimação dos governos, central e estaduais, em torno da guerra.

¹⁸ Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV c 1932.07.12. 25 de Julho de 1932.

¹⁹ Arquivo Getúlio Vargas – Cpdoc-FGV c 1932.07.21/1. 20 de julho de 1932. Os outros pontos apresentados por Góis são “c) a aquisição de material no estrangeiro (aviação, armamento, munição e outros recursos); d) bloqueio marítimo e investimentos de fronteiras terrestres; e) intervenção diplomática para evitar o contrabando bélico; (...); g) medidas de toda natureza para facilitar a execução do plano de operação estabelecido nas Diretivas gerais nº 1, de 18 do corrente.”

Quer dizer, como analisei em outra oportunidade, não é possível pensar o voluntariado sem considerar os argumentos que o justificavam e a ampla mobilização social que o estimulava.²⁰ Assim, buscava-se legitimar politicamente tanto o Governo Provisório – destacando todas as conquistas que a vitória da revolução de 30 trouxe ao Norte –, como o combate aos inimigos paulistas, taxando seu movimento com adjetivos altamente negativos, que deslizavam para desqualificar toda a experiência política da Primeira República: os paulistas eram politiquinhos e reacionários, além de separatistas. Enfim, eram inimigos da Pátria. Com a mobilização de voluntários, procurava-se atrair uma população bem mais ampla para a causa governista, através de diversas manifestações políticas de apoio, como passeatas, comícios, festividades, discursos etc., que tomaram os estados durante todo o conflito.

Por fim, em terceiro lugar, distante do front – mas não dos significados de uma guerra civil –, a campanha de voluntariado, na retaguarda, estimulava o apoio a Vargas e o combate a seus inimigos, defendendo o Governo Provisório da ramificação do movimento paulista nos estados. Em um ambiente de hostilidade política, materializado pelo conflito bélico, tornava-se fácil identificar e combater possíveis ameaças ao governo estabelecido, tanto no plano federal quanto estadual. No caso do Norte, como veremos no próximo capítulo, esse, sem dúvida, foi um dos elementos mais importantes, visto a incisiva ação dos interventores contra seus opositores e contra quaisquer suspeitas e iniciativas de movimentos entendidos como pró-São Paulo, na região.

O voluntariado – com todos os desdobramentos e significados que trazia a reboque –, mais do que enviar soldados ao front, tornou a Guerra de 1932, efetivamente, um conflito nacional. A opção pelos voluntários não partiu de uma determinação oficial do Governo Provisório. Ela foi, na maior parte, levada a efeito pelos interventores estaduais e apoiada por Vargas, a despeito do desagrado da cúpula militar de seu governo, que via como essas tropas eram destreinadas, não tinham material e ainda podiam ser usadas para fins indesejados. Além do telegrama de Juraci Magalhães, de 10 de julho, preferindo o voluntariado à convocação oficial de reservistas, outros chefes estaduais, confirmada a guerra, posicionaram-se efetivamente ao lado do governo e do voluntariado. Estes, desde os primeiros dias da luta, falavam ao presidente da intensa procura pelo alistamento e do envio de voluntários, como são exemplos os interventores

²⁰ Ver Lopes (2009), capítulos 1, Legitimação, e 2, Mobilização.

gaúcho, paranaense e fluminense (Hilton, 1982: 172). No momento mais crítico de combate a seu governo – quando o mais rico estado da federação e principal força política da Primeira República se levantava, em armas, para derrubá-lo –, Vargas não poderia abrir mão do apoio nacional que recebia dos chefes estaduais. Sobretudo, porque eles lhe garantiam ter a seu lado grande número de pessoas dispostas a lutar pelo governo. Em outras palavras, a formação de batalhões provisórios evidenciava um apoio popular a Vargas, nada desprezível. Eles eram, por isso, valiosíssimos: mais até como recurso de poder político, do que como resposta a necessidades militares.

Assim, se a opção pelas tropas voluntárias não agradava ao militares – defensores de soldados bem treinados para situações de combate e do monopólio do Exército no uso das armas –, a intensa oferta de alistados por parte dos interventores foi determinante para vencer essa resistência. Segundo Hilton, “Vargas e o alto comando no Rio de Janeiro, (...) bombardeados por pedidos de efetivos e, no caso do chefe do Executivo, apreciando o valor político da participação do Norte e Nordeste na luta contra São Paulo, julgavam necessário prosseguir com a mobilização das forças estaduais” (1982: 176). Mesmo que o autor tenha ressaltado a intensa oferta de voluntários do Norte, determinante para a utilização desse tipo de tropas, elas não se restringiram a essa região e diversos batalhões provisórios saíram de várias regiões de todo o país.

A confirmação da opção pelos voluntários fica evidente pela nota oficial do Governo Provisório, publicada nos jornais no dia 19 de julho, esclarecendo à população, definitivamente, sobre a opção pelo voluntariado e refutando a hipótese de convocação de reservistas. Embora longa, a citação, vinda do jornal *Correio da Manhã*, é valiosa para demonstrar como Vargas desejava tornar pública a decisão pelas tropas voluntárias:

Havendo chegado ao conhecimento das altas autoridades do país o boato de que se pretende convocar os reservistas com o fim de incorporá-los às forças em operações contra os sediciosos de São Paulo, cumpre a esta secretaria [do Palácio do Catete] declarar absolutamente inverídica semelhante notícia. O Governo Provisório sente-se forte e jamais cogitou de providência de tal natureza, destituída de qualquer fundamento e em flagrante desacordo com a espontaneidade com que, no Norte, no Centro e no Sul do país, se aprestam, para combater os rebeldes, numerosos contingentes, constituídos de forças do Exército, das polícias estaduais e de elementos de todas as classes, que acorrem aos quartéis, solicitando inclusão nas fileiras das tropas mobilizadas ou em organização. É precisamente para atender à insistência com que esses elementos, em grande número, solicitam lugar ao lado dos soldados dispostos à defesa intransigente do governo instituído pela revolução, que se resolveu, apenas, receber voluntários

e, ainda assim, sob as condições de necessário selecionamento, de acordo com as suas aptidões militares.²¹

Por mais que a nota exaltasse o voluntariado e não citasse as fortes divergências internas quanto a tal opção, era inegável o número de voluntários que se apresentavam, nem sempre selecionados tendo como base apenas sua capacidade militar. Essa procura pelas tropas voluntárias se deu, em muito, pela ação dos interventores nos estados. Estes, com autonomia, arregimentavam o maior número possível de soldados, sendo autorizados diretamente por Vargas, como ilustra correspondência do presidente a Juraci Magalhães, na Bahia: “Autorizo-vos organizar tropas que puder e como achar mais conveniente”.²²

Assim, além de enviar verbas, via delegacias fiscais, o Governo Provisório passou a criar estímulos oficiais para atrair e facilitar o ingresso de voluntários nas tropas em todo o país. Nesse sentido, em 2 de agosto, pelo decreto n. 21.691, o Governo Provisório indultou “os sorteados que não se incorporaram às unidades para que foram designados e, por isso, declarados insubmissos, desde que se apresentem prontos em defesa do poder constituído”. A essa norma, incorporavam-se também “os insubmissos que se encontrem presos, sentenciados ou por sentenciar, pelo crime de insubmissão”. No mesmo mês, no que parece ser uma circular enviada a todos os ministros, “o excelentíssimo senhor chefe do Governo Provisório manda comunicar (...) que devem ser considerados licenciados com todas as vantagens dos seus cargos, (...) todos os funcionários federais que, em defesa do poder constituído, se incorporarem às forças em operações militares, descontando-se-lhes, somente, dos respectivos vencimentos a importância recebida pelo Ministério da Guerra.” Essas medidas estimularam os interventores a fazerem decretos semelhantes para os âmbitos estaduais, evidenciando um ação conjunta de estímulo ao voluntariado.²³

²¹ Jornal *Correio da Manhã*, 19 de julho de 1932.

²² Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Bahia: 14.4. 23 de julho de 1932.

²³ Ver respectivamente, jornal *Correio da Manhã*, 4 de agosto de 1932 e Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 17 – Ministérios. 17.11. Ministério da Viação e Obras Públicas. 12 de agosto de 1932. Na mesma série, há um decreto regulando essa determinação, mas nele não há uma data oficial, apenas um carimbo de 6 de agosto de 1932. Ainda sobre essa questão, Lima Cavalcanti indultou os “desertores da brigada militar de Pernambuco que se apresentarem à incorporação e seguirem para o front”, publicado no jornal *Correio da Manhã*, 19 de agosto de 1932. Carneiro de Mendonça fez o mesmo para os desertores do Corpo de Segurança Pública do estado e decretou que todos os funcionários da interventoria, reservistas ou não, enquanto estivessem incorporados, estariam comissionados e com ao cargo garantido no retorno da guerra. (Lopes: 2009, 158, 177-178).

A arregimentação de voluntários pelos interventores não significava diretamente a partida de soldados para o campo de batalhas. Mesmo autorizando e facilitando o voluntariado, a formação de batalhões estaduais e seu envio para o front não eram aleatórios. Esse deslocamento seguia ordens expressas do Governo Provisório e de sua cúpula militar, como fica patente pela comunicação enviada pelo Ministro da Guerra, Espírito Santo Cardoso, ao interventor baiano, Juraci Magalhães:

Como medida de previsão deve ser organizado desde já um 1º escalão de reforços às forças em operações contra os rebeldes. Esses reforços constarão de unidades de nova formação e unidade de depósitos destinados à conservação dos efetivos dos corpos já empenhados ou que venham a ser empenhados na luta. Ao estado sob a alta direção de v. ex. corresponde a criação de 2 batalhões de infantaria com efetivo global cada um de 547 praças das quais 42 sargentos, 87 cabos e 418 soldados. Para organização desse batalhão e do depósito correspondente do BC com sede [no] estado, autorizo a incorporação para o decurso das operações de voluntários que sejam de preferência reservistas de 1ª ou de 2ª e também sargentos e cabos da reserva. (...) Rogo todo empenho de v. ex. na organização dessa unidade e de comunicar ao Estado Maior do Exército a data em que eles já tenham terminado sua organização para que ele providencie sobre o imediato transporte. (...) Se as operações militares vierem a se prolongar será possível que o governo tenha que organizar um segundo escalão de reforços e, nesse momento, então, terei oportunidade de me dirigir novamente a v. ex. a esse respeito.²⁴

Mesmo com autonomia para o alistamento, não cabia aos interventores distribuir os voluntários em tropas, nem autorizar sua saída dos estados. Muitas vezes, o Governo Provisório solicitou diretamente tropas às interventorias, como fez o presidente ao escrever para Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães: “recomendo-vos constituir com brevidade, grupo quinhentos voluntários para preenchimento quadros alguns corpos vem desfalcados. Não há conveniência organizar novos corpos, pois isto torna mais difícil atender problema comando.” Em outra oportunidade, em telegrama idêntico para os interventores baiano, pernambucano, cearense e paraense, Vargas requereu que fossem organizados “dois corpos auxiliares da polícia desse estado, com pessoal de confiança e com elementos militares capazes, autorizando-vos a pedir o material necessário para este fim”.²⁵

Por essas comunicações fica claro que, entre o alistamento e a partida para o combate, havia trâmites determinados pelo Governo Provisório. Eles seguiam orientações dos chefes militares que, mesmo resistentes, renderam-se ao voluntariado e procuraram centralizar sua distribuição nas forças em combate. É sintomático perceber, que caso todos os alistados fossem enviados sem autorização oficial haveria um claro

²⁴ Arquivo Juraci Magalhães – Cpdoc-FGV c ig 1932.07.04. Pasta III. 24 de julho de 1932.

²⁵ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Bahia: 14.4. 21 de julho e 22 de agosto de 1932, respectivamente.

problema de falta de comando, pois o número de voluntários era bem maior do que a capacidade do Exército de comandá-los. Porém, embora sendo favorável aos voluntários, pois eles supriam carências específicas, era solicitado aos interventores, em certos momentos, o envio de tropas nas quais os elementos militares fossem preponderantes.

Como se viu, Vargas incentivou a utilização de tropas voluntárias no combate aos revoltosos paulistas, mesmo que, sabidamente, fossem deficientes em muitos aspectos. O apoio do presidente a essas forças fica evidente na resposta que deu a Bertino Dutra, interventor do Rio Grande do Norte, em 1º de outubro de 1932. Ou seja, três dias depois da proposta de rendição enviada por Bertoldo Klinger e menos de 24 horas antes do que seria o momento final da guerra. Quando o interventor pergunta se deveria enviar mais um contingente do estado, “diante últimas notícias provável suspensão hostilidades”, Vargas responde que “continue enviando voluntários [de acordo instruções anteriores]”.²⁶

Foi inegável, durante toda a guerra, o papel dos batalhões provisórios para a defesa do Governo Provisório, tanto militarmente (no campo de batalhas), quanto politicamente (nos estados onde eram formados). As tropas voluntárias, que partiram de todo o país e se integraram aos exércitos varguistas, claramente, não eram homogêneas. Escreve Stanley Hilton que “na maioria das vezes inexperientes, mal ou apressadamente treinadas, dependentes dos poucos recursos federais, e frequentemente até sem resistência física necessária”, as tropas voluntárias e mesmo as polícias estaduais “eram recebidas nas frentes com ceticismo pelos comandantes, com exceção dos provisórios gaúchos, geralmente considerados os melhores guerrilheiros do país”. Ainda ressaltando as diferenças entre as tropas voluntárias de várias regiões, continua o autor: “é interessante notar, o voluntariado do Norte e do Nordeste, comparado com o raro voluntariado da Capital Federal, parecesse até ‘sóbrio, resistente, [e] combativo’, pelo menos a um jovem capitão do EME chamado Henrique Teixeira Lott” (Hilton, 1982: 175).

Ainda que a opção pelo voluntariado tenha sido uma determinação nacional, ela não pode ser compreendida sem levar em conta os contextos locais, nos quais melhor se percebe as necessidades, carências, envolvimento e composição dessas tropas. No caso

²⁶ Idem. Rio Grande do Norte: 14.17. Vargas deu resposta semelhante, na mesma data, à pergunta de Juraci sobre a suspensão do voluntariado: “responder não suspender voluntariado, por enquanto”. Idem. Bahia: 14.4.

do Norte, apesar das inúmeras deficiências, a formação dos batalhões provisórios atraiu diversos setores sociais que, efetivamente, contribuíram para a vitória do Governo Provisório contra os revoltosos paulistas.

5.2 As tropas nortistas

Quando se discutia a opção pelo voluntariado nas hostes militares governistas, o Norte já pressionava Getúlio Vargas para autorizar, o quanto antes, a organização desses combatentes: “Nós, revolucionários [do] Norte, não queremos perder mais tempo. Luta deve ser de vida ou de morte. Peço vossencia não demorar nos mandar recursos valiosos [que] nos permitam oferecer resistência digna da grandeza do Brasil. Norte lutará ainda mesmo [que] sozinho”.²⁷

O Norte empenhou-se, profundamente, no combate a São Paulo. A Guerra de 1932 foi um momento excepcional para testar e ampliar a força da aliança entre a região e o Governo Provisório, traduzida nos milhares de oficiais e soldados, quer voluntários ou de carreira, que partiram para o front de combate. As tropas nortistas acabaram sendo fundamentais para a vitória, e o seu efetivo total impressionou a muitos. É o que se lê no diário do presidente que, em um espaço de duas semanas, registrou três vezes a mesma frase: “continuam a chegar tropas do Norte”.²⁸

Analisando o intenso envolvimento do Norte na Guerra de 1932, vê-se que a primeira tropa nortista que desembarcou no Rio de Janeiro chegou no espaço de tempo de apenas 72 horas depois de iniciada a guerra, sendo noticiada no *Correio da Manhã* do dia 12 de julho:

Realizou-se às 6 horas da tarde, no armazém 11 do Cais do Porto o desembarque da tropa do 3º B.C., que estava aquartelada em Vitória, no Espírito Santo. É o primeiro contingente que chega do Norte, destinando-se a guarnecer uma das estações troncos da Central do Brasil. O comandante da tropa é o major Eurico Peixoto, assistido do capitão Pessoa.²⁹

As guarnições oficiais das forças armadas estacionadas no Norte também foram as primeiras a partir em ajuda ao Governo Provisório, ainda quando se debatia a efetivação ou não do alistamento de voluntários. Em menos de um mês do início da

²⁷ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Bahia: 14.4. 12 de julho de 1932.

²⁸ É o que se observa nos registros de 18 e 19 de julho, 20 a 24 de julho e 1º e 2 de agosto de 1932 (Vargas, 1995, vol 1: 117; 118 e 120).

²⁹ Jornal *Correio da Manhã*, 12 de julho de 1932.

guerra, todas as unidades militares nortistas já tinham ordens para entrar em combate, como o *Correio da Manhã* igualmente noticia:

Todos os corpos com parada nos estado do Norte já se acham incorporados às forças em operações militares, excetuando-se os 25º, 26º, e 27º batalhões de caçadores que ainda se encontram em suas sedes, nos estados do Piauí, Pará e Amazonas, respectivamente. Agora, porém, foram julgados necessários os serviços desses corpos, que já receberam ordem de embarque. Todos eles já se acham mobilizados, esperando apenas condução que os transporte a esta capital.³⁰

Certamente, além dos debates quanto à composição de forças, o que ajuda a explicar o envio dessas primeiras tropas é o fato de elas já estarem treinadas e com material disponível para atuarem em combate. Mas elas não eram as únicas. Um telegrama enviado a Juarez Távora por Martins Almeida, futuro interventor maranhense e então funcionário da interventoria piauiense, ainda em 10 de julho, sintetiza exemplarmente os esforços que vários estados efetuavam. Segundo ele, apesar dos “modestos recursos”, o estado tem “melhor boa vontade cooperar governo”, colocando à disposição, inicialmente, 356 homens do efetivo militar. Esse número pode “ser acrescido [em] cem homens”, dependendo da “autorização ministro” da Guerra para que se aumente o armamento. Quanto à força pública estadual, o efetivo é pequeno – além de “imprescindível [para] policiamento” do estado –, mas, poderá “ser aumentado [em] 600 homens”. No entanto, é necessário que ministro ponha à disposição da interventoria “oficiais, sargentos [para] recrutamento e sargentos excedentes [do] batalhão” militar, assim como “governo federal supra créditos indispensáveis”. O aporte financeiro era fundamental, pois “estado possui 370 contos em cofre”, e “suas rendas decrescem sensivelmente consequência paralisação comércio acrescido flagelo seca”. A situação precária também se refletia no armamento: “força pública e guarnição federal dispõem 170.000 tiros modelo 1895 e 120.000 mil modelo 1908, dos quais 40% imprestáveis”.³¹

Nesse ano de 1932, a sensível precariedade econômica de muitas interventorias foi extremamente agravada por uma seca de grandes proporções, que assolou parte do Norte. O envio de verbas pelas delegacias fiscais ajudava a minorar as dificuldades financeiras para formação de tropas. Isso se constata pelos telegramas dos interventores enviados diretamente a Vargas – o que se intensifica depois da ida de Juarez Távora

³⁰ Jornal *Correio da Manhã*, 2 de agosto de 1932.

³¹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (26-28/196). 10 de julho de 1932.

para Minas Gerais, como veremos no próximo capítulo –, nos quais os pedidos de recursos pouco aparecem, se comparados aos outros problemas relatados.

Quanto às polícias estaduais, Seroa da Mota escrevia ao presidente, dizendo que o Maranhão “não dispõe armas munição desde desarmamento força policial outubro 1930”. Nisso, era acompanhado por Carneiro de Mendonça, do Ceará (“polícia estadual, reduzida metade efetivo após vitória revolucionária, dispõe homens espalhados interior, indispensável policiamento”) e Magalhães Barata, do Pará, que afirmava nem mais possuir tal efetivo: “lembro v. ex. [que no] início meu governo dissolvi brigada policial como medida economia”.³² Apesar de serem indispensáveis para a segurança interna, as polícias estaduais de muitos estados nortistas estavam equipadas com armas velhas e não possuíam grande efetivo.

Para minorar essas dificuldades, muitos estados articularam uma cooperação com as tropas do Exército. Essa aproximação era facilitada pela militarização das interventorias, posto que os novos chefes estaduais eram fortemente apoiados pelas guarnições militares estaduais, como vimos. No entanto, diante da escassez de pessoal e da falta treinamento e armamento em condições de uso, tal aproximação se mostrava pouco eficaz. Apenas um forte apoio federal poderia alterar tal situação. Vale ressaltar que, de fato, a falta de treinamento e o escasso e superado armamento – os pilares da resistência da cúpula militar ao uso do voluntariado – eram os mais recorrentes problemas relatados pelos interventores durante a Guerra de 1932, como confirma a documentação pesquisada.

A carência era tão evidente que, poucos dias depois de iniciada a guerra, visando melhor armar as tropas estaduais de todo o país – tanto as que partiriam para a luta, quanto as que defenderiam os estados –, Vargas determinou ao ministro da Guerra que fossem enviados aos estados “o seguinte armamento já usado, mas em boas condições”:

- 1 Espírito Santo: 500 carabinas
- 2 Bahia: 5.000 carabinas
- 3 Sergipe: 500 carabinas
- 4 Rio Grande do Norte: 500 carabinas
- 5 Paraíba: 1.000 carabinas
- 6 Ceará: 1.000 carabinas
- 7 Alagoas: 1.000 carabinas
- 8 Pernambuco: 3.000 carabinas
- 9 Piauí: 1.500 carabinas

³² Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Maranhão: 14.9. 23 de julho de 1932; Idem. Ceará: 14.5. 14 de julho de 1932; Idem. Pará: 14.12. 14 de julho de 1932.

10 Maranhão: 500 carabinas
11 Pará: 1.000 carabinas
12 Paraná: 2.000 carabinas
13 Goiás: 1.000 carabinas
14 Minas Gerais: 4.000 carabinas³³

Desse total, que perfaz 22.500 carabinas, 15.500 destinavam-se ao Norte, o que mostra o quanto a campanha de voluntários da região era forte. Contudo, a distribuição não foi eficiente, pois, dias depois, Lima Cavalcanti queixava-se que dos “três mil fuzis que deveriam chegar meu poder por determinação vossencia apenas recebi seiscentos”. Landri Sales, do Piauí, igualmente registra o problema da distribuição das armas, solicitando ao presidente que fossem “fornecidos fuzis por vossencia prometidos”.³⁴ A questão do treinamento não era muito diferente. A situação se complicou mais com o decorrer da guerra, pois, com a partida das tropas regulares, os militares capazes de treinar soldados foram diminuindo. É o que atesta Punaro Bley, do Espírito Santo: “em virtude de não ter mais tropa federal aqui, suspendemos voluntariado que continua se apresentando”.³⁵

Diante de tais fatos e visando permanecer com o alistamento voluntário, o Governo Provisório passou a assumir a responsabilidade de treinar as tropas nortistas, quando essas chegassem ao Rio de Janeiro. Para tanto, foi “constituído um centro de preparação para treinamento e instrução do pessoal proveniente dos estados do Norte”, intitulado Centro de Preparação Regional. A importância de tal espaço se reflete nas diversas forças militares envolvidas em seu funcionamento: ele era comandado pelo diretor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e contava com recursos e corpo de instrutores da Escola de Sargentos de Infantaria, do Batalhão Escola, da Escola de Cavalaria, do Grupo Escolar, e do C.P.O.R., dentre outros.³⁶

A criação do Centro de Treinamento, assim como a remessa de armas, evidenciam um ponto chave sobre a participação do Norte na Guerra de 1932. Mesmo que os estados que compunham essa região geopolítica fossem, inegavelmente, deficitários em muitos aspectos militares, o Governo Provisório teve grande interesse em formar tropas nortistas, investindo recursos de todos os tipos para o envio dessas forças. Tratava-se, tudo indica, de uma clara tentativa de responder às resistências da

³³ Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV c 1932.07.12. 20 de julho de 1932.

³⁴ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Pernambuco: 14.15. 8 de agosto de 1932; Idem. Piauí: 14.16. 18 de agosto de 1932.

³⁵ Idem. Espírito Santo: 14.7. 28 de julho de 1932. Em resposta, o presidente afirmou que “podeis continuar recebendo voluntários e dando preferência reservista para enquadramento corpos aqui.”

³⁶ Jornal *Correio da Manhã*, 2 de agosto de 1932.

cúpula militar ao voluntariado e, até por isso, de estreitar alianças com os interventores da região. Um bom exemplo é a troca de correspondência entre Carneiro de Mendonça e Vargas, logo após a criação do Centro de Treinamento. O interventor cearense informa que “são em tão grande número os espontâneos oferecimentos de homens válidos para [a] defesa [do] governo revolucionário”, mas que não tem como prepará-los, e pergunta: “posso embarcar (...) contingentes para serem instruídos essa capital[?]”. Em sua resposta, Vargas reafirma o interesse pelas tropas voluntárias nortistas e pelo novo treinamento em curso: “deveis aproveitar todos [os] vapores aí passarem para neles embarcar voluntários, que aqui serão equipados e instruídos campo concentração Vila Militar”.³⁷ Dias depois, os jornais do Rio noticiavam que “passaram a receber instrução pelo Centro de Preparação Regional (...) os 1º batalhão provisório da polícia da Paraíba, batalhão da polícia do Piauí, companhia de milícias do Rio Grande do Norte e vários contingentes de reservistas e voluntários procedentes de vários estados do Norte”.³⁸ Quer dizer, o novo esquema estava efetivamente em operação.

Esse investimento do governo federal em armas e treinamento para as tropas nortistas não significou que todos os problemas para a preparação de tropas tenham sido sanados. Os pedidos de armas continuaram constantes e as dificuldades de treinamento nos estados permaneceram, por mais que tenham sido criadas outras estratégias para aplacá-las. Bertino Dutra e Lima Cavalcanti, por exemplo, pediram a presença de oficiais de confiança para realizarem treinamento em seus estados. Carneiro de Mendonça, mesmo autorizado a embarcar soldados sem treinamento, solicitou autorização do presidente para que oficiais instrutores e auxiliares de ensino do Colégio Militar do Ceará ajudassem a preparar as tropas. Além desses casos, há registros de que os próprios interventores Juraci Magalhães e Landri Sales deram instrução militar para as tropas em seus estados, o que tem um sentido simbólico bem evidente. Essas informações demonstram o quão complexa foi a preparação dos batalhões provisórios do Norte e como, no decorrer da guerra civil, ocorreram transformações. O interventor

³⁷ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Ceará: 14.5. 5 e 6 de agosto de 1932.

³⁸ *Jornal Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1932. Nem todas as tropas nortistas passaram por esse Centro de Treinamentos: “O 24º BC, chegado ontem a esta capital pelo vapor Duque de Caxias, procedente de São Luís do Maranhão, segue, hoje à meia noite, pelo mesmo transporte de guerra, com destino ao porto de Paranaguá. Essa unidade do Exército, que está em efetivo de guerra, permaneceu 48 horas nesta capital para receber o material de campanha necessário, afim de se incorporar ao destacamento do Exército no setor Sul. (...) Essa unidade fará junção com outras forças que se encontram no estado do Paraná, constituindo um destacamento que operará na região de Bury.” *Jornal Correio da Manhã*, 13 de agosto de 1932.

cearense, tratando da organização 2º e 3º batalhões provisórios do Ceará, em setembro de 1932, assinala que “infelizmente, dado falta instrutores”, eles não poderiam seguir nas mesmas condições do anterior, que chegou quase pronto para front de batalha.³⁹

Havia ainda outras dificuldades para a formação das tropas nortistas, dado às especificidades da região, o que incluía, até mesmo, o fardamento.⁴⁰ Nesse aspecto, é interessante notar a dificuldade que as tropas nortistas tiveram para combater outro inimigo, não tão poderoso, mas não menos complicado: o frio. A imprensa do Distrito Federal registrava os insistentes apelos de Juarez Távora junto ao governo federal, para “serem fornecidos cobertores e outros agasalhos às tropas do Norte”, diante do frio violento (que chegava a temperaturas abaixo de zero) que encontravam nas frentes de batalha. Ressaltando a importância das tropas que chegavam do Norte, o jornal afirmava que “é urgente e é humano” conseguir tais equipamentos. De fato, dias depois, é registrada a entrega de agasalhos pelo governo. Além disso, são noticiadas com relativa frequência “campanhas pró-agsalho” para os soldados nortistas, sendo enviados, apenas de Recife, 6.782 peças.⁴¹ Por esse exemplo, é possível perceber que a campanha para o envio de soldados nortistas para o front teve a participação ativa da população dos estados, que se engajavam na defesa do Governo Provisório, na retaguarda dos campos de luta.

A documentação deixa claro que a capacidade de arregimentar voluntários nos estados era bem maior do que a do Governo Provisório e dos interventores em armá-los, treiná-los e até mesmo vesti-los, adequadamente, para o combate. O que coloca uma pergunta interessante: como explicar a intensidade desse voluntariado nortista?

O primeiro ponto que deve ser considerado para se entender o grande número de voluntários da região é a intensa ação da Delegacia do Norte, desde sua fundação. Como vimos, efetivamente, Juarez Távora e os revolucionários nortistas construíram uma

³⁹ Respectivamente Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Rio Grande do Norte: 14.17. 18 de agosto de 1932; Idem. Pernambuco: 14.15. 23 de agosto de 1932; Idem. Ceará: 14.5. 23 de agosto de 1932; Jornal *Correio da Manhã*, dias 3 e 16 de agosto e 16 de setembro de 1932; e Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Ceará: 14.5. 2 de setembro de 1932. O caso cearense, que estudei com mais profundidade, mostra como a organização dessas tropas foi diversificada nos estados com o decorrer da guerra. Ver Lopes (2009: 115-132).

⁴⁰ Como exemplo, basta citar que Bertino Dutra informava ao presidente que dos seiscentos soldados “prontos” para embarcar, apenas duzentos possuíam fardamento. O presidente respondeu que “pode providenciar embarque seiscentos homens aí alistados que aqui lhes serão fornecidos fardamento e material necessários”. Idem. Rio Grande do Norte: 14.17. 25 e 26 de julho de 1932.

⁴¹ Respectivamente, Jornal *Correio da Manhã*, 2 e 7 de agosto e 2, 11, 14 e 18 de setembro de 1932. O número de agasalhos foi retirado da matéria de 18 de setembro.

sólida aliança política entre a região e o Governo Provisório. Tal aliança advinha, por excelência, do capital político de Távora e do funcionamento de “sua” Delegacia. Como fruto desse processo e com a militarização das interventorias, o Norte se consolidou como o maior aliado de Vargas para a manutenção do projeto de centralização, que combatia as iniciativas de constitucionalização, contrapondo-se às elites políticas e às frentes únicas que, cada vez mais, o questionavam. Mesmo com o fim a Delegacia, Juarez permaneceu como líder da região, graças à ação dos interventores e revolucionários nortistas. Sua viagem, no início do ano de 1932, foi um momento importante para mobilizar o Norte em torno do combate aos opositores da “república”. Mesmo após seu retorno ao Distrito Federal, a mobilização permaneceu forte na região, conforme Dulce Pandolfi observara:

Na mesma proporção que se acentua o movimento constitucionalista em São Paulo, o Norte realiza uma série de atos públicos em apoio ao Governo Provisório. No dia 6 de junho, em grande manifestação popular, com a solidariedade de todos os interventores do Norte, é criado em Pernambuco o Comitê Revolucionário, sendo instaurada a Campanha Cívica pró-Revolução e Contra os Inimigos da República. Este comitê (...) visava orientar e dirigir a campanha política pró-Revolução de 30 – e, portanto, fortalecer o Governo Provisório no momento da investida dos constitucionalistas paulistas. (...) É interessante notar que todas essas iniciativas são partes de um mesmo todo: representam uma resposta do tenentismo ao movimento constitucionalista. Trata-se de uma resposta não apenas no nível de arregimentação militar para uma possível guerra civil, mas também e talvez principalmente, uma demonstração de unidade e de força política. Tais mobilizações, que contam com a participação de setores significativos da população, ocorrem exclusivamente nos estados nortistas (Pandolfi, 1980: 357).⁴²

Além de arregimentar toda essa movimentação civil e militar, Juarez levou o apoio de seu grupo político para o centro da questão militar que desencadearia a luta armada. Ou seja, para os embates envolvendo a saída do ministro da Guerra, Leite de Castro. Em suma, assim como a trajetória política paulista de oposição ao Governo Provisório ajuda a explicar a campanha para a formação das tropas civis naquele lado do front; só é possível entender a intensidade da campanha de voluntariado no Norte se considerarmos o processo político de alinhamento da região que precedeu a Guerra de 1932.

No entanto, ao lado desse ponto central, deve-se levar em conta as intensas campanhas de legitimação e mobilização para Guerra de 1932 ocorridas nos estados,

⁴² Pandolfi, tratado desse tema, fala que essas manifestações “culminaram no dia 1º de julho com o envio de brigadas nortistas para lutar no front paulista, assumindo o Comitê Revolucionário importante papel na arregimentação das forças voluntárias” (Pandolfi, 1980: 357). Não achei nenhuma referência sobre essa tropa ou qualquer outra que tenha partido do Norte antes do início da guerra civil, mas, mesmo assim, fica patente o papel que essas mobilizações tiveram para a arregimentação de voluntários e envio de soldados.

mesmo antes e, sobretudo, durante o conflito, assim como as alianças políticas construídas por cada interventor. Estas, por mais que pautadas por critérios uniformes para todo o Norte, em função da coordenação da Delegacia, tiveram peculiaridades. Dessa forma, apenas estudos voltados para realidades estaduais podem analisar mais detidamente as atuações de diferentes grupos sociais na defesa do Governo. Como exemplos, pode-se citar as ações realizadas pelas guarnições militares, polícias estaduais, imprensa, associações de classe e, até mesmo, a Igreja Católica.⁴³

Portanto, mesmo com o inegável protagonismo de Juarez Távora, dos interventores e demais revolucionários nortistas, outros sujeitos, individuais e coletivos, estiveram envolvidos na defesa do Governo Provisório, no combate aos apoiadores dos paulistas e na construção da estrutura de arregimentação que ajudou a mobilizar tantos soldados no Norte. Essa intensa e diversa mobilização fica expressa nas palavras de Lima Cavalcanti, ao afirmar ao presidente Vargas, que recebia “significativas demonstrações [de] apoio [e] solidariedade [de] todas [as] classes sociais”. Algo que causou, inclusive, a constatação de que “há falta transporte pelo Norte, impedindo embarque contingente diversos estados”, como disse Tasso Tinoco, de Alagoas, dias depois.⁴⁴

Averiguando a composição das muitas tropas nortistas, outras questões devem ser consideradas. A maioria dos voluntários vinha do interior dos estados, arregimentada por lideranças estaduais e prefeitos. Estes, aliás, são personagens fundamentais para se entender o voluntariado. O exemplo vem da correspondência de Juraci Magalhães: “todos [os] chefes [de] prestígio [do] sertão oferecem-se [para] combater. Reafirmo: se precisar tropa mande dizer, pois homens não faltam”. No Rio Grande do Norte, foi o próprio interventor que criou uma “comissão especial que terá a incumbência de percorrer as cidades do interior, alistar e encaminhar”, para Natal, “voluntários para os batalhões que serão enviados futuramente para a capital do país”.⁴⁵

Muitos desses voluntários, certamente, eram flagelados e retirantes, como eram chamados os camponeses pobres que sofriam com a seca da região. Eles foram alistados nas tropas em formação, muitas vezes a despeito de sua própria vontade, pois, não datava daquele momento a prática militar de arregimentar forçosamente a população

⁴³ Cito esses exemplos a partir do que constatei do caso cearense, analisado em Lopes (2009).

⁴⁴ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Pernambuco: 14.15. 13 de julho de 1932; Idem. Alagoas: 14.2. 23 de julho de 1932.

⁴⁵ Idem. Bahia: 14.4. 12 de julho de 1932; Jornal *Correio da Manhã*, 26 de agosto de 1932.

pobre para compor tropas.⁴⁶ Tal prática era tão conhecida, que é interessante notar que alguns interventores, como Juraci Magalhães e Augusto Maynard, chegam a divulgar notas oficiais, divulgadas na imprensa carioca, desmentindo os boatos de que estivessem “capturando elementos do povo” e “prendendo homens para, a título de voluntários, mandá-los para a frente do sul”.⁴⁷ O mesmo jornal – apoiador do Governo Provisório – divulgou também que o Ministério da Viação vinha distribuindo mais recursos para o Norte e que o governo “tem recusado todos os oferecimentos de pessoal para as operações militares feitas em grande número por chefes de serviços da inspetoria de secas”. Tudo isso para evitar que as “vítimas” da intempérie, “premidas pela necessidade, se incorporem às tropas destinadas a reprimir a rebelião de São Paulo”.⁴⁸ Em outras palavras, o governo federal sabia que se fazia a arregimentação de flagelados para o combate aos inimigos paulistas, mas, obviamente, não interessava a ele que esse tipo de ação fosse divulgada, para não ferir a aura de popularidade que o voluntariado, em especial do Norte, propiciava em momento político tão difícil.

Certamente, a presença dos retirantes nas tropas nortistas não pode ser negada. O interventor Carneiro de Mendonça enviou ao presidente um telegrama bem claro quanto ao assunto. Considerando o real ingresso de pobres que sofriam com a seca nas tropas, ele pondera: “seria conveniente evitar embarque [do] batalhão [em] traje civil devido [a] desagradável impressão [da] chegada aí com roupas [que] vivem sertão”. Ou seja, seria visível nos soldados, por seu aspecto miserável, que eram flagelados da seca. Outro indicador que sugere o ingresso de população pobre e muito humilde nas tropas nortistas são as reprovações médicas de muitos voluntários. Segundo Seroa da Mota, a média de rejeição dos que se apresentavam no Maranhão era de 40%. Devido a seu estado de saúde, um contingente pernambucano, que chegou a um total 1.258 homens, tinha sido “diminuído 110 voluntários recusados [na] inspeção médica”.⁴⁹

Certamente, os pobres e necessitados, que ou foram arregimentados à força ou viram no ingresso nas tropas federais um meio de sobrevivência, ajudaram a alimentar o

⁴⁶ Sobre o recrutamento militar obrigatório durante o Império, ver Kraay (1999: 113-151). Sobre a seca, flagelados e retirantes, o melhor trabalho é o de Neves (2000).

⁴⁷ A nota baiana foi publicada no dia 20 de agosto e a sergipana dia 25 do mesmo mês de 1932 no *Jornal Correio da Manhã*.

⁴⁸ *Jornal Correio da Manhã*, 3 de agosto de 1932.

⁴⁹ Respectivamente, Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Ceará: 14.5. 17 de agosto de 1932; Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (97-98/196). 7 de setembro de 1932; e Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Pernambuco: 14.15. 6 de agosto de 1932.

número de soldados voluntários nas tropas do Norte.⁵⁰ No entanto, houve também muitos homens que se alistaram, de fato, voluntariamente e não motivados/forçados por uma difícil situação econômica. Tanto nos jornais, como na documentação oficial, essa categoria de voluntários, alguns até com boa posição social, é constantemente ressaltada. Punaro Bley, por exemplo, escreve a Vargas descrevendo uma das tropas que partiu do Espírito Santo, e dá claro destaque a esse fato:

Tenho satisfação comunicar v. exa. [que] embarcou hoje (...) mais uma unidade da Força Militar do estado. Essa unidade, cujo efetivo é de 225 homens, inclusive oficiais, segue sob comando do 1º tenente [do] Exército José Monteiro Lindemberg. Integrando-a seguem Dr. Asdrúbal Soares, prefeito da capital, dr. Mario Casanova, médico do departamento higiene, Álvaro Oliveira, diretor serviço defesa café, Egiato Noceloti, presidente Bolsa Café, Dr. Ademar Távora, prefeito Colatina, Heráclito Duque Freitas, negociante, Dr. Abílio Schwab, farmacêutico, Otilio Medeiros, advogado e vários outras pessoas destaque sociedade espiritosantense e administração pública.⁵¹

Outro exemplo vem da imprensa do Distrito Federal, que falava de um batalhão sergipano composto pelo “sr. Freire Ribeiro, oficial do gabinete da interventoria; dr. Luiz Magalhães, promotor público de Aracaju; professor Magalhães Carneiro; engenheiro Jorge Maynard; jornalista Manoel Macedo (...); Arnaud Quirino, funcionário da diretoria de finanças; acadêmico Paulo Costa, promotor da comarca de Maroim, além de outros”.⁵² Como se vê, muitas pessoas ligadas administrativa e politicamente às interventorias, alistaram-se voluntariamente nas tropas em formação. Eram os revolucionários nortistas que, naquele momento, ocupavam importantes postos nos estados. No entanto, não é possível limitar a participação desse grupo apenas aos militares e funcionários públicos estaduais que, em geral, tornaram-se oficiais e líderes dos batalhões. Houve muitos outros revolucionários nortistas que ajudaram a organizar tropas e arregimentar soldados nos estados, motivados pela defesa do Norte e do Governo Provisório; quer dizer, que prestavam serviços fundamentais, na retaguarda do front.⁵³

⁵⁰ Sobre os retirantes da seca nos batalhões cearenses, ver Lopes (2009: 134-152).

⁵¹ Idem. Espírito Santo: 14.7. 18 de setembro de 1932.

⁵² Jornal *Correio da Manhã*, 4 de agosto de 1932.

⁵³ Como exemplo, cito que jornais relataram a presença de José Luso Torres, ex-interventor maranhense, e de Leandro Pinheiro, prefeito de Belém, nas tropas nortistas que desembarcaram no Rio de Janeiro. Ver jornal *Correio da Manhã*, dias 19 e 20 de agosto. Em 10 setembro, o mesmo jornal falava da chegada de Luís de França Albuquerque, ex-interventor alagoano e atual comandante da Força Pública do estado, comandando “um batalhão provisório (...) com um total de 350 praças”. Ainda segundo essa fonte, “entre a oficialidade deste último contingente, além de voluntários pertencentes à sociedade de Alagoas – inclusive um engenheiro civil que é primeiro tenente – figura o capitão Jose Rodrigues Cavalcante, que em 1930 tomara parte na revolução no seu estado. É provável que a força de Alagoas receba novo

Outras pessoas não tão diretamente ligadas às interventorias e aos revolucionários nortistas também ingressaram nas tropas, comprovando a amplitude do apoio do Norte ao Governo Provisório. Inúmeras matérias de jornais e telegramas oficiais assinalaram a formação de batalhões compostos por bacharéis, estudantes e acadêmicos (baianos, pernambucanos, cearenses e piauienses); por reservistas e veteranos de outros combates (como da Guerra de Canudos, da revolta de Princesa e do próprio movimento de 30); por desportistas, bombeiros e trabalhadores diversos; e até menores que, mesmo sem idade militar, insistiam em se alistar. Ou seja, as tropas voluntárias nortistas também foram formadas por oficiais e soldados com um perfil semelhante àqueles que ingressaram nas tropas paulistas.⁵⁴

Esses combatentes, quase não são citados na bibliografia sobre a Guerra de 1932. Em geral, as tropas nortistas são definidas como compostas, essencialmente, por camponeses, pobres e flagelados vítimas da seca. Essa construção, é importante ressaltar, não é fortuita. Ela surgiu com um caráter eminentemente simbólico, visando desqualificar as tropas do Norte e favorecer a capacidade de luta dos paulistas. O discurso regionalista de São Paulo – que não data da Guerra de 1932, mas se fortalece muito durante e após o conflito – exaltava “a fibra cívica e moral do povo bandeirante, o caráter culto e civilizado do povo paulista, e a direta associação entre o ‘estágio de civilização’ da região e sua obediência às regras da lei”. Esse discurso foi intensamente utilizado para mobilizar a população de São Paulo para o combate, mas possuía também outra face. Ele apresentava “o norte/nordeste do Brasil (...) consistentemente retratados como regiões atrasadas, ocupadas, principalmente, por povos primitivos e degenerados”. Tais considerações não partiam apenas da corrente separatista paulista, mas também de intelectuais e de parte da imprensa apoiadora do movimento constitucionalista. Conforme Barbara Weinstein assinala tão bem, qualquer infortúnio de São Paulo só poderia se explicar pelo maior número, pela quantidade de gente que, por ignorância e fanatismo, lutava ao lado de Vargas:

Durante a breve fase do conflito armado em 1932, os correspondentes de guerra paulistas e os combatentes relutavam em admitir que as forças constitucionalistas estivessem em severa desvantagem técnica, uma vez que isso poderia contradizer a noção de que São Paulo estava longe de ser a região tecnologicamente mais avançada e materialmente mais próspera do Brasil.

comandante aqui, visto como o interventor alagoano deseja o breve regresso do coronel Luís de França, que tem sido um elemento precioso na organização das tropas que se tem formado no estado.”

⁵⁴ Analisei o ingresso de voluntários reservistas e trabalhadores nos batalhões cearenses em Lopes (2009: 152-173).

Ao invés disso, eles preferiam colocar a culpa nos milhares de “nortistas” que “fanaticamente” arremessavam seus corpos contra as tropas paulistas e esmagavam as forças constitucionalistas com sua superioridade numérica. (Weinstein: 2006, 290)

Fica claro como esse imaginário sobre as tropas que vinham do Norte foi forte e marcado por diferenças socioeconômicas e raciais que construía os paulistas como superiores e os nortistas como inferiores e incivilizados. Vale observar que, até mesmo na bibliografia mais recente sobre o conflito de 1932, continua-se ressaltando apenas o lado mais precário das forças nortistas, que existiu, mas não explica tudo. Stanley Hilton apresenta constantemente as forças varguistas como deficitárias em muitos aspectos e afirma, erroneamente, que o Governo Provisório convocou os reservistas (1982: 171). Para esse autor,

Havia uma seca no Nordeste naquela época e a população faminta do interior naturalmente procurava as cidades em busca de solução para o problema. A repentina mobilização de voluntários para combater os paulistas oferecia a possibilidade de comer mais regularmente e receber algum dinheiro, e isto explica, sem dúvida, a grande procura de vagas nos batalhões irregulares (Hilton, 1982: 174-175).

Já Marco Antônio Villa afirma que “milhares de retirantes foram alistados em batalhões voluntários – inclusive crianças e adolescentes”, destacando como o envio de verbas para o combate às secas foi instrumentalizado no discurso das interventorias para justificar o combate a São Paulo. Utilizando-se das memórias de Gregório Bezerra – importante líder comunista, que durante a Guerra de 1932 atuou como instrutor do Colégio Militar do Ceará e foi um dos oficiais do 1º batalhão provisório cearense –, diz que dos 900 soldados que compuseram esse batalhão, 800 “eram jovens saídos dos campos de concentração dos flagelados do Ceará” (Villa, 2008: 56). No entanto, esse autor – assim como Hilton – não aprofunda a pesquisa, reforçando as considerações que apontam as tropas nortistas como compostas por pobres e necessitados, com as derivações de inferioridade daí decorrentes. Mesmo os estudos que analisam os estados nortistas não atingidos pelos efeitos da seca durante a Guerra de 1932 entendem o ingresso de voluntários como fruto de estratégias de coerção política, aproximáveis daquelas produzidas pelo fenômeno climático. Assim, para o caso paraense, Walter Pinto de Oliveira afirma que o intenso voluntariado naquele estado se deveu à “coação ideológica para conquistar a adesão dos paraenses”. Ela era feita pelo interventor e muitos dos voluntários eram estimulados ou por “ganhos pecuniários”, como o salário pago para quem se voluntariasse (diária no valor de 3 mil e 500 réis), ou por “estratégia

para auferir alguma vantagem” quando, e se, retornassem, como empregos ou favorecimentos diversos (promoções, pensões, passagens, etc.) por parte da interventoria (Oliveira, 2012: 55-58).

Diante do que foi exposto, é possível atestar a heterogeneidade das tropas nortistas como uma de suas características mais relevantes para entender o processo político que resultou no voluntariado. As forças que vinham dessa região não podem ser vistas como batalhões formados exclusivamente por pobres, doentes, flagelados e necessitados forçados ou manipulados pelos interventores. Tampouco como compostas somente por revolucionários nortistas e entusiastas do Governo Provisório, ávidos em participar da guerra em curso. Definir tais tropas levando em conta apenas um desses perfis é desconsiderar a dinâmica política estadual, regional e nacional do período. Além disso, tal visão minimiza ou ignora as experiências desses sujeitos que se voluntariaram e suas capacidades de entender e se posicionar diante dos múltiplos e sinuosos caminhos – sociais, políticos, econômicos e culturais – que levaram à formação dos batalhões nortistas.

As tropas do Norte, com todas as suas dificuldades e diversidades, participaram efetivamente da Guerra de 1932. Apenas o então território federal do Acre não contribuiu com soldados, por mais que tenha solicitado ao presidente enviá-los. O interventor acreano Assis Vasconcelos escreveu para o presidente, em 20 de julho, pondo a “disposição (...) força policial deste território que está disposta, decidida, seguir ao primeiro chamado para combater na defesa dos ideais revolucionários apoiando e auxiliando Governo Provisório.” No dia seguinte, Vargas, “agradecendo patriótico oferecimento”, considerou “não ser conveniente afastamento força pública esse território”, pois o “governo já dispõe recursos suficientes para restabelecer ordem [em] São Paulo”.⁵⁵

Sem a contribuição do Acre, mas não por falta de oferta, as tropas saíram em peso de todos os estados do Norte. Elas vinham nos navios do Lloyd brasileiro, que durante o percurso, paravam nos portos de vários estados para o embarque das forças. Como exemplo, vale citar que o vapor Poconé, que fundeou em Natal para embarque de tropas nessa cidade, já trazia “os efetivos dos batalhões de Fortaleza e Manaus (...) [e] um numeroso contingente da polícia do Piauí que segue para o sul com o mesmo fito de auxiliar o Governo Provisório.” No dia seguinte, a imprensa esclareceu que “ao

⁵⁵ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Acre: 14.1.

contrário do que havíamos noticiado, o contingente da milícia revolucionária do Rio Grande do Norte, (...) não seguiu no vapor Poconé,” devido “a falta de acomodações naquele paquete”.⁵⁶ Essa não era a primeira vez que isso ocorria no Rio Grande do Norte. Em um telegrama a Vargas, o interventor estadual relatava que “o 29º BC seguiu pelo [navio] Comandante Ripper”, mas “por falta de acomodamento, a companhia de polícia estadual não pode seguir no mesmo paquete. Requisitei um trem da Great Western, fazendo-o seguir para aí”.⁵⁷ Achei apenas essa referência sobre a saída de tropas nortistas que não tenha sido por via marítima e não encontrei notícia sobre sua chegada no Rio de Janeiro.

Quanto às que foram registradas, é possível compor a seguinte tabela:

TABELA TROPAS NORTISTAS				
Estados	Número de tropas	Composição Militares/policiais	Voluntários	Total de homens
Alagoas	6	674	2075	2749
Amazonas	2	359	100	459
Bahia	12	3.746	614	4.360
Ceará	6	1.076	1.895	2.971
Espírito Santo	5	1.513	0	1.513
Maranhão	5	*	476	476
Pará	4	1.248	250	1.498
Paraíba	12	868**	799	2.556***
Pernambuco	11	2.862	2.682	5.544
Piauí	4	1.294	500	1.794
Rio G. do Norte	7	929	1.093	2.022
Sergipe	5	250**	856	1.106
Total	79	14.819	11.340	27.048

* Sem informação do número de efetivo de duas tropas do 24º BC.

** Sem informação do número de efetivo de uma das tropas.

*** Para se chegar a esse número foi somado, ao total de militares e voluntários, 889 homens que vieram distribuídos em duas companhias de polícia, um batalhão provisório e um contingente de voluntários do 22º BC saídos da Paraíba em 29 de julho de 1932.

⁵⁶ Jornal *Correio da Manhã*, dias 5 e 6 de agosto de 1932.

⁵⁷ Jornal *Correio da Manhã*, 17 de julho de 1932.

Inicialmente, é importante que se esclareça que a tabela foi composta apenas considerando os dados presentes na imprensa carioca e nas comunicações oficiais entre os interventores e a presidência da República, o que justifica as lacunas e divergências que ela possui.⁵⁸ Além disso, procura-se diferenciar as tropas compostas por voluntários das formadas por militares e policiais, tendo como base a nomenclatura atribuída pelo interventor ou pela imprensa do Rio de Janeiro. Esse critério, no entanto, não considera um fator determinante: nas tropas de militares e policiais havia muitos voluntários, assim como as forças compostas por alistamento tinham oficiais em seu comando.

Por isso, diante do que já foi apresentado, é difícil considerar que do Espírito Santo não tenha partido nenhum voluntário. Um documento endereçado por Vargas a Seroa da Mota, interventor maranhense, ilustra exemplificando essa questão referente ao estado capixaba: “unidade Exército aí aquartelada receberá ordem embarque para esta capital (...). Àquele corpo podeis anexar todos voluntários reunidos e destinados preencher quadros tropas em operação”.⁵⁹ Talvez por isso, também não seja possível perceber uma constante no tamanho dessas tropas, por mais que Vargas tenha indicado “organizar grupos de quinhentos voluntários que pudessem ser utilizados para preencher claros nos quadros de outros corpos” (Hilton: 1982, 173).

Nesse sentido, o número de voluntários que aparece como menor, quando comparado ao de militares e policiais, pode ser repensado e considerado maior ao que foi calculado na tabela. Além de muitos terem seguido para o front sob outra designação, dois dados reforçam e esclarecem tal consideração. O primeiro é o já citado relatório de Juarez sobre o Norte, produzido após a viagem que fez à região nos primeiros meses de 1932. Nele, o ex-Delegado registra, sobre as guarnições militares estaduais, que “há (...) pequeno número de corpos de tropas aquartelados nos vários estados do Norte (...), cujo efetivo normal, tem ficado (...) abaixo de 4.000 homens”. Ou seja, o número de militares computado por Juarez, meses antes do início da guerra, é

⁵⁸ Nos anexos, há uma tabela mais completa sobre as tropas, que apresenta os critérios utilizados para sua elaboração, as datas dos embarques e os nomes pelos quais foram definidas as tropas. Certamente investigações centradas em casos estaduais cheguem a dados divergentes dos apresentados aqui, como fizeram Oliveira (2012: 60) e Achiamé (2010: 179), ao afirmarem que do Pará e do Espírito Santo partiram 3 tropas de cada estado. Desconsiderei os dados dos dois autores para que a tabela que apresento possua critérios uniformes, assim como por seus trabalhos não terem como objetivo principal a composição das tropas governistas que se envolveram na Guerra de 1932.

⁵⁹ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Maranhão: 14.9. 29 de julho de 1932.

bem menor que o constatado na tabela acima. Muito embora, a esse número deva ser somado o que contabiliza as forças policiais estaduais.

Os dados para o período acerca das milícias estaduais mais confiáveis foram organizados por José Murilo de Carvalho (2005: 58), para o ano de 1933. Ou seja, após a guerra civil, o que faz com que apresente um resultado bem maior do que efetivamente o do ano anterior. Ele constata, por exemplo, que a força pública paraense tinha um efetivo de 217 homens. Mas, como vimos, o interventor relatou que aquele estado, durante o conflito, não possuía polícia estadual, que fora desorganizada após a vitória de 30, o que leva a crer que tal composição se deu após a guerra civil. Assim, com os dados “inflacionados”, se considerarmos a Guerra de 1932 como referencial, o autor constata que as forças policiais nortistas tinham, em 1933, um total de 10.036 homens.

Tendo como base essa constatação – os cerca de 4.000 militares regulares apontados no relatório de Juarez Távora e os pouco mais de 10.000 homens nas brigadas estaduais estimados para o ano de 1933 – é possível concluir que muitos dos militares e policiais apresentados na tabela são, na verdade, voluntários que foram incorporados àquelas forças. Assim, é também plausível supor que os voluntários corresponderam a mais da metade do número de homens saídos do Norte para combater na Guerra de 1932.

Analisando os dados da tabela – mesmo considerando que existem distorções como as apresentadas –, vemos que os estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba foram os que mais contribuíram com o número de tropas, enquanto o Amazonas, talvez pela distância, tenha enviado apenas duas forças. Os dois primeiros estados, também foram, em números absolutos, os que mais enviaram soldados para o front. A contribuição de cada estado foi, considerando os dados, bastante desigual, o que é absolutamente crível, por diversas razões: enquanto Pernambuco enviou mais de cinco mil soldados, o Amazonas não chegou a quinhentos.

Quanto aos voluntários, em Alagoas e Sergipe o número foi mais de três vezes maior do que o de militares e policiais, enquanto no Ceará se constata também ampla predominância dessa categoria de soldados. O que ajuda a explicar tais dados é a pouca estrutura militar desses estados e, certamente, a considerável pobreza da população, agravada consideravelmente pelos efeitos da seca. No Piauí, onde tais características também são encontradas, o número maior de militares se explica, certamente, pelo fato

de muitos voluntários terem ingressado nas tropas regulares. Estados com um aparato militar e policial maior apresentam ou certo equilíbrio (como em Pernambuco) ou poucas tropas definidas exclusivamente como voluntárias (como na Bahia), quando comparadas às regulares, formadas por militares e policiais.

Diante dessas considerações e mesmo com todas as limitações envolvendo a tabela apresentada, é inegável a efetiva participação quantitativa do Norte na Guerra de 1932. Foram enviados, ao todo, 27.048 homens para o combate, o que não é pouco, mas precisa ser melhor dimensionado. Os números das tropas varguistas são bastante divergentes na bibliografia. Variam entre 52.000, somando frentes leste e sul, para Hilton (1982: 121); 55.000, para Marco Antônio Villa (2008: 44); e 80.000, para Frank McCann (2007: 421).⁶⁰ Em qualquer dessas hipóteses, a quantidade das tropas nortistas, seria grande. Mesmo considerando-se o maior valor apresentado, o volume de homens chegaria a um terço de todo o efetivo envolvido no combate a São Paulo. Isso não é pouco, vale repetir. Sobretudo, se levarmos em conta todas as dificuldades e limitações que os estados da região enfrentaram para a formação de tropas, além de seu embarque, treinamento etc.

Fazendo um balanço por número de forças que embarcaram para o front (considerando que em um mesmo dia podia sair, do mesmo estado, mais de uma força), constatamos que do Norte partiram 79 tropas. Sabendo que a guerra civil durou 86 dias, apenas para dimensionar, pode-se pensar que os embarques das tropas nortistas chegam à razão média de quase um por dia.⁶¹

Essa estimativa ganha mais força se lembrarmos que um relativo número de militares e policiais ficou nos estados para continuar a arregimentação e garantir a defesa interna. Este último aspecto integrou uma das frentes de combate que mais

⁶⁰ Vale ressaltar o que Arnon de Mello registra em seu livro *S. Paulo venceu!*, publicado em 1933, segundo informações dadas por Góis Monteiro: “na última fase da luta, o Exército do Leste apresentava cerca de 35.000 homens em linha e o Exército do Sul mais de 18.000. Esses efetivos ainda estavam, no entanto, aquém do que fora previsto pelo plano de operações por mim organizado, achando-se ainda numerosas tropas em curso de transporte para a zona de operações, vindas do Norte e do Sul. Contando-se as forças dos dois exércitos com as que estavam em viagem e as guarnições de segurança do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, teatro secundário da luta, e de outros pontos do país, devem elevar-se a 100.000 o número de homens que o governo pôs em armas.” Apud Vila (2008, 55).

⁶¹ Fiz uma análise preliminar a essa, apenas com os dados do fundo Gabinete Civil da Presidência da República, que está em Lopes (2012: 22-25). Considerando apenas esse conjunto de fontes, o número de soldados nortistas é de 19.554 divididos em 58 tropas de toda a região. Estabelecendo que a guerra civil terminou dia 2 de outubro de 1932, data em que o governo paulista foi deposto. Contudo, algumas “comemorações” realizadas em São Paulo, como a ocorrida no ano do quarto centenário de São Paulo, em 1954, demarcam o fim da guerra em 28 de setembro, data em que Bertoldo Klingler propôs a rendição de suas forças. Nesta contagem, a guerra teria 82 dias. Ver Abreu (2010: 221).

demandou a atenção dos interventores nortistas durante a guerra civil: o front da política.

CAPÍTULO 6

A Guerra de 1932: os interventores do Norte no front da política

Julgo (...) que [o] governo, assim como deve perdoar os que tomaram parte [no] movimento, inspirados errado ideal patriótico, deve ser inclemente com responsáveis pelo maior crime praticado contra o Brasil em toda nossa evolução política. Se eles não se conformarem, é melhor levar [o] sacrifício um pouco além e lutar até que se possa fazer [a] paz definitiva sem pieguismos e sem perseguições desnecessárias.

Juraci Magalhães¹

A guerra civil é um evento político-militar da maior gravidade. É, realmente, da ótica de quem a combate, o maior crime praticado contra uma nação. Se a luta que se trava no campo de batalha é decisiva, nunca se pode esquecer que essa é uma luta que precisa ser também vencida politicamente. Só assim, a paz é definitiva e a nação pode se reerguer dos escombros que qualquer guerra produz. Daí a centralidade do front político, em especial para o Norte, que buscava, com a vitória militar, sustentar sua nova posição de poder na federação. Assim, além de enviar milhares de soldados para o front de combate, os interventores nortistas não descuidaram desse front, durante a guerra civil. Estava em jogo não apenas derrotar São Paulo, mas assegurar o projeto de centralização política defendido pelo Norte e, em especial, o papel estratégico que a região passou a deter no Governo Provisório.

Assim, confirmada a deflagração das armas, os interventores nortistas imediatamente a definiram como uma “obra impatriótica”; uma “onda de anarquia que tenta aniquilar o país”; uma “masorca levantada pela ambição de politiqueros”, articulada e liderada por “rebeldes de São Paulo, armados pelas mãos criminosas de políticos eivados de ambição”. Os rebeldes, “elementos execrados opinião nacional”, são definidos como “aqueles que criminosamente, sem ideais, mas por mera ambição política, procuram lançar a desordem e a anarquia no país”. Os rebeldes são os “que não hesitaram sequer ante o grande crime do desmembramento da pátria comum”. Em suma: o combate que se anunciava seria travado contra os “inimigos da pátria representados políticos profissionais”, encarnados na designação de “paulistas”.²

¹ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Bahia: 14.4. 2 de outubro de 1932.

² Trechos retirados, respectivamente, de Idem. Bahia 14.4. 8 de julho de 1932 e sem data; Idem. Piauí 14.16. 14 de julho de 1932; Idem. Espírito Santo 14.7. 8 de setembro de 1932; Idem. Bahia 14.4. 19 de julho de 1932; Idem. Pará 14.12. 4 de setembro de 1932 e sem data; Idem. Rio Grande do Norte 14.17. 19 de agosto de 1932.

Nas palavras dos interventores nortistas, pronunciadas no calor das batalhas, a guerra civil tinha significados inteiramente distintos quando comparados com aqueles defendidos pelos “revolucionários paulistas”. Uma interpretação que está longe daquela solidificada pela intensa produção memorial desenvolvida pelo que seria o lado derrotado, sobretudo, após a deposição das armas. Pela polifonia envolvendo o conflito, os “inimigos da pátria” deveriam ser derrotados não apenas militarmente, mas, em especial, politicamente.

O telegrama que serve de epígrafe a este capítulo é paradigmático. Versando sobre os termos da rendição elaborados pelo Governo Provisório, foi enviado por Juraci Magalhães a Getúlio Vargas no último dia da guerra, quando o lado rebelde não possuía mais nenhuma capacidade de resistência. O interventor baiano sugere que o perdão deva ser concedido às tropas paulistas, inspiradas ou levadas a acreditar em um falso ideal patriótico. Mas não aos políticos paulistas, que desencadearam o conflito. Com esses, o presidente deveria ser “inclemente”, mesmo que, para tanto, fosse necessário estender mais um pouco a luta. Derrotar os opositores do Governo Provisório, para o Norte, era bem mais do que vencer nos campos de batalha. A grande vitória envolvia os rumos políticos que se seguiriam ao conflito.

No front político, os interventores nortistas buscaram destacar sua participação, desde o início da guerra, e atuaram decisivamente no combate aos apoiadores de São Paulo na região, fossem eles reais ou potenciais. Estar contra o governo Vargas era, indubitavelmente, estar contra seus próprios governos, em tempos de luta armada.

6.1 A Divisão do Norte: Juarez Távora e os interventores

Nos primeiros dias de conflito, quando as incertezas quanto à composição dos exércitos varguistas ainda eram fortes – em especial a discussão envolvendo a opção pelo voluntariado –, os interventores do Norte passaram a se articular para garantir maior participação na Guerra de 1932, construindo uma estratégia conjunta da região.

O primeiro passo da empreitada se expressou pelo desejo de muitos interventores de partirem para o campo de batalhas. O alvo da enxurrada de pedidos, nesse sentido, foi Getúlio Vargas. Alguns exemplos ajudam a captar o clima daquele momento entre os interventores. Carneiro de Mendonça escreve: “apelo v. exa. sentido passar interventoria [ao] secretário interior cearense [para] combater [ao] lado [dos]

sufredores patrícios que, estou certo, saberão dignamente defender integridade Brasil”. Augusto Maynard reitera os mesmos termos: “caso eminente amigo considere de utilidade meus serviços próprios teatro luta não sinta nenhum constrangimento chamar-me fileiras a que acorrerei maior prazer”. Magalhães Barata é mais taxativo: “não tenho porque não solicitar também um posto de comando no posto da luta defender nossa obra revolucionária”. João Punaro Bley e Landri Sales fizeram o mesmo, deixando claro que, “camaradas auxiliares do governo”, exercendo cargos na administração, também se ofereciam para partirem para o front de batalha.³

Nos casos citados, o pedido aparece uma única vez na correspondência pesquisada. Porém, houve interventores mais insistentes. Tasso Tinoco, de Alagoas, escreve ao presidente ao menos duas vezes, se oferecendo para lutar por “princípios revolucionários idealizados desde 1922”. Seroa da Motta, do Maranhão, faz o mesmo, considerando que seu “papel aqui é meio torcedor”, uma situação “cômoda”, que não o agravada. O interventor maranhense ainda voltou a tratar do assunto, reafirmando: “não me conformo assistir telegraficamente luta contra nossos adversários”.⁴

Todos esses telegramas têm em comum o fato de terem sido escritos por interventores militares. Mas nem todos eles fizeram tal pedido, como é o caso de Juraci Magalhães, da Bahia, e Rogério Coimbra, do Amazonas. Por outro lado, como é compreensível, nenhum civil demonstrou essa disponibilidade. Esse conjunto de interventores militares, na década de 1920, foi ligado ao tenentismo e a Juarez Távora, tornando-se políticos, em sua maioria, durante o período da militarização do Norte. Como vimos, esse processo buscava aplacar as disputas entre elites civis locais e interventorias estaduais, visando estabilizar politicamente a região. Para tanto, os novos interventores eram apoiados pelas guarnições militares dos estados que governavam, principal base de sustentação de suas administrações. Dessa forma, a carreira nas armas e a forte relação com os comandos militares estaduais são elementos fundamentais para se entender esse posicionamento coletivo. Todos eram oficiais do Exército e o cargo de interventor era a primeira experiência política de muitos deles. Esses interventores

³ Respectivamente Idem. Ceará 14.5. 14 de julho de 1932; Idem. Sergipe 14.22.16 de julho de 1932; Idem. Pará: 14.12 14 de julho de 1932; Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (16-17/196). 9 de julho de 1932; Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Lata 268, pasta 12. 20 de julho de 1932.

⁴ Idem. Alagoas 14.2. 15 e 25 de julho de 1932; Idem. Maranhão 14.9. 11, 12, 19 de julho e 6 de agosto de 1932.

podem ser considerados, de certa forma, mais militares do que políticos, e a participação na guerra surge como um dever de ofício para o qual se sentiam chamados.

Como se pode imaginar, todos os pedidos foram negados por Vargas em termos semelhantes: o Governo Provisório precisava dos interventores em suas funções políticas.⁵ No entanto, diante da recusa oficial, Magalhães Barata apresenta um argumento importante para se entender, de outro prisma, a insistência dos interventores de deixar seus cargos e partir para a luta. O forte argumento político que o interventor paraense mobiliza para defender a questão justifica a longa citação:

O Norte principalmente que foi beneficiado mais direta e fundamente pelo influxo da revolução precisa antepor à arremetida criminosa do perrepismo em armas a pujança do seu patriotismo e a força indômita da sua vontade de continuar livre [a] terra que [a] revolução libertou. Não queremos ser e não seremos mais escravizados pelos mesmos senhores da politicalha que arruinou a moral republicana em quarenta anos de escândalos e crimes. Acatando sempre decisão v. ex., peço permissão (...) nesta hora trágica e dolorosa que nação atravessa, para sugerir ao Governo Provisório que seja permitido a todos os interventores do Norte marcharem à frente das forças regulares de que dispomos, com destino fronteiras paulistas. É lá que se vão decidir os nossos destinos.⁶

Mais do que iniciativas isoladas, a partida dos interventores nortistas para os campos de batalhas tornava-se uma iniciativa conjunta de teor muito mais político que militar, como parece inicialmente. Sem fazer distinção entre interventores civis e militares, Magalhães Barata esclarece que, para o Norte, o que está em jogo, com a guerra, é o papel político da região. A derrota, além da derrocada do Governo Provisório, seria o retorno do Norte à “escravidão” imposta pelos “senhores da politicalha”. A iniciativa de participar militarmente da Guerra de 1932, combatendo São Paulo, envolvia, diretamente, a defesa do projeto centralizador, fortalecido e unificado desde a militarização das interventorias, com apoio do governo. A resposta de Vargas, mais uma vez negativa, também é exemplar. Ele qualifica de “patriótico e expressivo” o “tão nobre gesto”. Não o surpreendia, inclusive, pois conhecia a “dedicação e [os] sentimentos cívicos [que] orientam vossas atitudes e a de todos militares confiei, em boa hora, governos estão à frente”. Reconhecia a importância da militarização das interventorias nortistas como base de sustentação da centralização política ocorrida em seu governo. Um autêntico contraponto à crise que culminou na Guerra de 1932. Mas

⁵ Um exemplo de resposta foi enviado a Carneiro de Mendonça: “Quanto a sua vinda não é aconselhável. Aí é que seus serviços, no momento, são imprescindíveis. Compreendo sua nobre emulação mas não é possível atendê-la. Nenhum interventor pode, nesta ocasião, abandonar seu posto.” Idem. Ceará: 14.5. 15 de julho de 1932.

⁶ Idem. Pará: 14.12. 21 de julho de 1932.

conclui, batendo na mesma tecla: “não posso, entretanto, assentir se afastem postos, onde devem permanecer, por serem indispensáveis seus serviços. Cooperam também aí, eficientemente, defesa governo instituído revolução, que, por enquanto, pode dispensar-lhes valioso concurso militar”.⁷

O presidente entendia que para vencer os rebeldes paulistas era necessária extrema atenção política com a retaguarda. Nela, o papel dos interventores era fundamental, principalmente para o alistamento militar. Se deixassem o posto, desestabilizariam a situação nos estados e prejudicariam a arregimentação de voluntários, que dava seus primeiros passos e sofria resistência do Exército. Fica patente que, para o Governo Provisório, era decisivo ter interventores fortes em seus estados, prevenindo o surgimento de outros focos de rebelados e impedindo a ação de apoiadores da causa paulista.

Todavia, os interventores não desistiram tão facilmente de intervir no front militar. Concomitante a essas demandas, outra estratégia foi iniciada. Fruto direto dessa primeira articulação, frustrada por Vargas, a nova iniciativa possuía um peso diferente, mas garantia ao Norte força e representatividade, quer política, quer militarmente. O plano era colocar Juarez Távora, o grande líder da região, à frente das tropas nortistas, que, assim, ganhariam maior unidade e visibilidade. Em 16 de julho – ou seja, quando os interventores ainda se ofereciam para partirem, individualmente, para o front –, Carneiro de Mendonça, interventor cearense, escrevia a seus pares do Norte, narrando como o projeto havia surgido e devia ser implementado, com urgência:

Tendo acabado ouvir Carlos Lima [Cavalcanti] (...) louvei [a] ideia apresentada, mesmo sentido [de] ser organizada sem demora uma Brigada ou Divisão Norte. (...) Concordei [com o] encargo [que] me foi confiado [de] transmitir ideia [aos] demais companheiros Norte. Carlos lembrou ainda [a] concentração [de] tropas [na] Bahia assim como [a] entrega [do] comando a Juarez que para isso seria chamado depois de um telegrama ao dr. Getúlio assinado [pelos] interventores e oficiais [que] servem [à] disposição [dos] governos estaduais. (...) Tudo depende, pois, [da] opinião prezados companheiros. Caso estejam [de] acordo seria conveniente enviar [com] possível urgência opinião e sugestões para que possamos iniciar providências [com a] rapidez [que o] caso requer.⁸

Como se vê, a proposta partiu de um interventor civil; um político experimentado que, montando uma divisão militar, criava um bloco geopolítico em armas. O próprio interventor pernambucano, dois dias depois desse telegrama, informou a Juarez da proposta em curso e das articulações feitas com os “demais companheiros do Espírito

⁷ Idem. Pará: 14.12. 22 de julho de 1932.

⁸ Arquivo Juraci Magalhães – Cpdoc-FGV c ig 1932.07.04. Pasta II. 16 de julho de 1932.

Santo ao Amazonas”⁹. Mas, ao que parece, o ex-Delegado não concordou com a ideia de se transformar no comandante-em-chefe de um exército nortista, que marcharia rumo a São Paulo. As razões para isso são nebulosas, mas não chegam a contraditar a postura que Távora vinha tomando desde antes da criação da Delegacia: não entrar em rota de colisão com Vargas e obedecer à hierarquia militar. Por isso, é bom avançar com vagar.

Com a deflagração da guerra, Juarez partiu para a cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, sede do comando da 4ª Região Militar, onde tinha uma missão importante: averiguar a fidelidade dessas tropas ao Governo Provisório. Entre os dias 10 e 11 de julho, Juarez prendeu o general Firmino Borba, ex-chefe da Força Pública mineira, recém-empossado comandante 4ª RM, mas fiel à causa paulista. Controlada a possibilidade de qualquer sublevação em Minas, já nos primeiros dias de guerra, a 4ª Região passou a ser comandada pelo coronel Jorge Pinheiro, que, segundo Juarez, “reorganizou seu Estado-Maior, nomeando o tenente-coronel Gustavo Cordeiro de Farias para sua chefia, enquanto me deixava adido ao mesmo, exercendo funções de subchefia” (Távora, 1976: 79).¹⁰ Sua decisão de se deslocar para Minas, é um momento chave para a trajetória nortista na Guerra de 1932. Juarez se afastava não só fisicamente do Norte, como deixava claro ao escrever para os interventores: “estou servido junto QG quarto RM. Enderece qualquer pedido providência diretamente presidente pois estou muito atarefado, além achar-me fora”.¹¹

Assim, as articulações dos interventores procuravam fazer com que o líder nortista – e, portanto, o próprio Norte – conseguisse um papel de maior destaque militar na guerra civil. O plano, mesmo sem qualquer resposta clara de Juarez, era o de formar uma Divisão do Norte. Por isso, diante das respostas positivas que recebeu de seus pares, Lima Cavalcanti voltou a se comunicar com eles, agora com linhas mais definidas sobre como deviam agir para conseguir a efetivação da Divisão. Sugeriu que todos os interventores escrevessem ao presidente e ao ex-Delegado propondo essa formação. Para tanto, em uma circular, transcreveu os modelos dos telegramas que deveriam ser enviados a ambos. Advertiu também que, para Vargas, eles fossem

⁹ Escreveu Lima Cavalcanti: “pensamos organização imediata brigada ou divisão Norte sob seu comando concentrando-se nossas tropas Bahia ou onde você julgasse conveniente. Nesse sentido Mendonça e eu nos dirigimos demais companheiros do Espírito Santo ao Amazonas.” Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (41-42/196). 18 de julho de 1932.

¹⁰ Ver também Hilton (1982: 98-99) e “Juarez Távora” e “Firmino Borda” no DHBB – Cpdoc/FGV.

¹¹ Arquivo Juraci Magalhães – Cpdoc-FGV c ig 1932.07.04. Pasta I. 11 de julho de 1932. A atuação de Juarez em Minas Gerais, afastado do Norte, em muito explica o porquê de grande parte da documentação utilizada para elaboração desse capítulo ser oriunda do fundo Gabinete Civil da Presidência da República.

assinados pelos interventores e chefes militares que serviam à disposição dos governos estaduais setentrionais, enquanto para Juarez fossem enviadas as cópias dos telegramas enviadas ao presidente.¹² Não poderia ser mais evidente a ação coordenada entre os interventores, visando à construção de uma ampla base de apoio para convencer o líder do projeto e o presidente, que devia autorizá-lo.

A estratégia foi seguida à risca. Os interventores efetivamente telegrafaram a Vargas e a Juarez Távora. João Punaro Bley, por exemplo, em seu telegrama a Juarez, ilustra as determinações passadas por Lima Cavalcanti:

Tenho satisfação comunicar prezado e bravo companheiro [que] dirigimos seguinte telegrama presidente Getúlio Vargas: “Em completa harmonia vistas colegas interventores Norte solicito vossencia autorizar organização Divisão Forças Norte sob comando major Juarez Távora. Forças nortistas assim articuladas e dirigidas major Juarez que teve comando Exército libertador Norte além vantagem atuar coesos contra reacionários paulistas seria ainda grande efeito moral concentrando Rio. (...) Norte vibra desejo participar com maior contingente possível sorte irmãos Centro e Sul fraternizados torno governo vossencia. Certeza vossencia tomará devida consideração nosso alvitre que corresponde consciência indignada nortistas diante monstruoso crime rebelião política militar que enche de justos sobressaltos corações brasileiros e fere unidade nacional. Aguardamos ordem de vossencia afim de mobilizarmos grandes forças disporem colaborar eficiente Exército estão desde primeiros instantes honrando suas glórias tradições apoiando firmemente ditadura”.¹³

As motivações da iniciativa e seus desdobramentos estão claríssimos. Com as tropas lideradas por Juarez, o Norte marcharia coeso, como uma coluna, em direção a São Paulo. Tal liderança aumentaria a motivação e a certeza da vitória nas tropas governistas, bem como o número de soldados nortistas, que seguiriam para o combate. Assim como fora fundamental na vitória da Revolução de 30, a chefia militar de Juarez devia ser valorizada por Vargas no momento mais crítico de contestação a seu governo. A Divisão do Norte selaria o retorno do “General do Norte”, dessa vez tendo a seu lado todos os chefes dos executivos estaduais e todas as forças militares da região. A questão era ser do agrado de Vargas, nem soando como uma alternativa a seu prestígio, nem como uma nova articulação regionalista, numa situação de fragilidade da unidade nacional. Com a criação da Delegacia, a militarização das interventorias e com a formação de uma Divisão militar, liderada por Juarez, o Norte dava provas definitivas

¹² Idem. Pasta II. 21 de julho de 1932.

¹³ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (52-55/196). 22 de julho de 1932. O telegrama de João Punaro Bley para Vargas está em Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV c 1932.07.12, com a mesma data. Dos interventores e revolucionários nortistas que se manifestaram, encontrei as comunicações de Seroa da Mota (Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Maranhão: 14.9. 23 de julho de 1932), Augusto Maynard (Idem. Sergipe: 14.22. 22 de julho de 1932), Landri Sales e outros militares piauienses (Idem. Piauí: 14.16. 22 de julho de 1932).

de que era o maior aliado político do Governo Provisório. Mas, também demonstrava ser a região que poderia ter condições de enfrentar o poder central. Uma possibilidade não excluía a outra.

A estratégia de atrair Juarez para a chefia dessa organização militar refletia como era relevante para os revolucionários nortistas uma participação militar decisiva na Guerra de 1932. Em outras palavras, para eles, com a Divisão do Norte, liderada por Juarez, a guerra civil poderia ter outros desdobramentos. Uma hipótese plausível seria, por exemplo, que a força do Norte afastasse a proposta de Constituinte ou, caso contrário, que sua realização propiciasse um equilíbrio de forças diverso. Mais do que nunca, a Guerra de 1932 abria novo “horizonte de expectativas” para o Norte (Koselleck, 2006). Como se pode imaginar, no embate entre as diversas correntes políticas e militares que compunham o Governo Provisório, a estratégia não vingou. Naquele contexto, era praticamente impossível que Vargas e os generais do Exército concordassem com a montagem de uma formação militar com sentido político tão evidente e em vários termos, tanto a curto como a médio prazo.

Em 22 de julho, Juarez trata, pela primeira vez, com Vargas da questão da Divisão do Norte: “sabedor interventores cogitam organizar destacamento forças ali sob meu comando, venho significar-lhe minha colaboração defesa governo revolucionário pode/deve ser aproveitada chefe como/onde for julgada mais eficiente”.¹⁴ O ex-Delegado, seguindo o que já vinha fazendo, obviamente, não se esforçou para a concretização da proposta. Aliás, bem ao contrário, pois já se disponibiliza para “colaborar” onde Vargas considerar melhor, o que era praticamente o mesmo que assinar a certidão de óbito da Divisão do Norte.

É interessante notar que, logo abaixo desse telegrama de Juarez, o presidente anota, em letra manuscrita, instruções para a resposta que pretendia remeter: “sei sua dedicação de revolucionário não era de esperar outra atitude, no entanto sua colaboração momento está sendo efficientíssima, sem prejuízo ideia realizar objetivo interventores que julgo acertada”.¹⁵ Como lhe era próprio, Vargas não aprova, mas não descarta a formação da Divisão do Norte. Não se indispõe com os interventores nortistas, fundamentais na estratégia do Governo Provisório, porém, não sinaliza para um

¹⁴ Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV c 1932.07.12. 22 de julho de 1932.

¹⁵ Já analisei a importância da troca de telegramas entre Vargas e os interventores nortista durante a Guerra de 1932 – ressaltando os manuscritos e despachos que o presidente fazia desse material ao lado de Luís Vergara, seu secretário – em Lopes (2011). Algumas questões abordadas nesse artigo são mais aprofundadas e melhor analisadas neste capítulo.

comando de Juarez, “eficientíssimo” onde se encontrava. Portanto, em telegrama datado de 23 de julho, o presidente responde oficialmente a Juarez, reconhecendo “sua nobre dedicação de revolucionário refletida em suas destemerosas atitudes”. Mas, “quanto [a] organização [das] forças [do] Norte formando Divisão sob seu comando, opina Estado Maior Exército não permitir desenvolvimento”, pois “essas forças precisam ser incorporadas de acordo necessidade diversos setores militares em ação como está acontecendo tropas vindas do sul”.¹⁶

Essa mesma resposta também foi enviada a todos os interventores do Norte.¹⁷ Nela, Vargas enterra o plano de formação da Divisão do Norte com argumentos militares, transferindo a decisão final da questão para o comando do Estado Maior do Exército (EME). Tal justificativa foi logo aceita por Juarez: “julgo perfeitamente razoável”, já que, “sem ambições, nem vaidades, sinto-me feliz cumprir meu dever onde/como chefes julgarem mais útil [e] necessário”.¹⁸ Do mesmo modo que no pós-30, Juarez, mais uma vez, recusa tornar-se “general”, diante de argumentos baseados no respeito à hierarquia. Sua “falta de ambição” vinha a calhar para Vargas, sendo ou não real. Não havia mais o que ser feito, e o próprio Juarez escreve para interventores do Espírito Santo ao Amazonas, colocando um ponto final na iniciativa:

Estou ciente ideia interventores nortistas organizarem Divisão Norte e pleitear chefe governo nomear-me seu comandante. Agradeço aos meus dedicados bravos companheiros jornada libertadora outubro 1930 consideração confiança com que ainda uma vez querem louvar-me. Como soldado fiel ideal revolucionário já fiz sentir senhor chefe Governo Provisório continuarei defendendo nossa causa onde/como for julgado mais necessário/eficiente. Por dever consciência apresso-me esclarecer prezados camaradas Norte estou colaborando aqui lado chefes capazes acessíveis para cujas deliberações tenho podido concorrer pequeno cabedal minhas sugestões. Nessas condições, fim evitar possíveis suscetibilidades enfraqueceriam nossa completa harmonia vistas agora, (...) inclino-me continuar por ora desempenho missão coordenadora me tem sido confiada dentro Minas desde início campanha. Nesse sentido, acabo telegrafar senhor presidente Getúlio de quem acabo receber telegrama comunicando-me parecer contrário Estado Maior sobre organização Divisão Norte dificilmente adaptável situação especial nos encontramos.¹⁹

Assim, era desfeita a ideia de uma Divisão do Norte. Oficialmente, a recusa se baseava em uma decisão do EME, que procurava centralizar a organização militar no

¹⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (56-57/196). 23 de julho de 1932.

¹⁷ Como foi remetido a Punaro Bley (Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV LV c 1932.07.12.); Augusto Maynard (Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Sergipe: 14.22); e Landri Sales (Idem. Piauí: 14.16). Todas essas respostas são datadas de 23 de julho de 1932.

¹⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (64-66/196). Sem data.

¹⁹ Idem. (58-63/196). 24 de julho de 1932.

combate a São Paulo.²⁰ De fato, as divergências dentro desse órgão eram intensas e ajudam a entender seu posicionamento contrário à iniciativa nortista. Tasso Fragoso, chefe do Estado Maior, desde o início do conflito, entrara em choque com Góis Monteiro. Este, como comandante do Destacamento Leste, centralizava as ações de combate, sem reconhecer a autoridade do EME. Vargas chegou a se manifestar, pedindo a Góis que “prestigiasse aquele órgão, mantendo-o informado da evolução do conflito”. Mas, não teve resultado positivo, tendo Tasso Fragoso se demitido em 16 de agosto, em plena guerra civil, por sentir-se “alijado das decisões” militares.²¹ Evidentemente o estilo Góis era muito diferente, senão o oposto, do estilo Juarez. Não é surpreendente, que a trajetória desses dois grandes chefes militares de 30 sejam tão distintas.

Nesse caso, com a saída de Fragoso, Góis Monteiro tornava-se o principal chefe militar do combate a São Paulo. Ou seja, a Divisão do Norte foi cogitada em um momento de extrema tensão e disputa dentro da cúpula militar do Governo Provisório. A efetivação de Juarez como chefe de uma grande divisão bélica, poderia trazer para essa arena mais uma liderança de grande prestígio militar, que se rivalizaria e até poderia superar as posições de Fragoso e de Góis. Tudo que era fundamental evitar, do ponto de vista do EME.

Após o conflito – reforçando a hipótese de que o combate a São Paulo foi um momento decisivo para a consolidação de trajetórias no cenário político nacional –, Góis Monteiro foi nomeado general-de-divisão, o mais elevado posto da ativa, aos 42 anos de idade. Tornou-se ministro da Guerra em 1934 e, no mesmo ano, lançou sua candidatura à presidência da República, apoiado por uma corrente do Partido Republicano Mineiro. A Divisão do Norte, ao ser preterida, favoreceu à consolidação de outras lideranças políticas e militares, inclusive, e com destaque, a de Góis Monteiro e a do próprio Vargas.

A vitória militar do Governo Provisório era necessária, mas não a qualquer custo político: a formação de uma brigada regionalista aumentaria ainda mais os conflitos

²⁰ Stanley Hilton fala rapidamente sobre uma “divisão nordestina” proposta por Lima Cavalcanti, sem considerá-la como um processo que foi gestado desde as iniciativas individuais dos interventores de partirem para a luta, e sem citar o papel de liderança militar que teria Juarez Távora. O mesmo autor ainda afirma que ela contaria com cerca de 35.000 homens e sobre a sua não efetivação diz que “o EME desaconselhava a ideia, prevendo dificuldades de enquadramento nos setores onde havia necessidades de tropas” além dos já citados problemas com a falta de treinamento e armamento (Hilton, 1982: 173-174). Na única referência a Divisão do Norte que encontrei nos jornais do Distrito Federal, ela referia-se a sua não concretização por determinação do EME. *Jornal Correio da Manhã*, 26 de julho de 1932.

²¹ Ver “Tasso Fragoso” in DHBB – Cpdoc/FGV. Uma ótima análise da saída de Fragoso do Estado Maior do Exército está em Hilton (1982: 118-120).

políticos nacionais, acirrados desde 1931. Ao optar pelas tropas voluntárias vindas de todo o país, centralizadas a partir de um comando militar único – mesmo com as inegáveis disputas dentro da cúpula militar –, Vargas congregava o apoio dos interventores e impedia que forças militares regionais ou estaduais se fortalecessem. Sem um comando militar diretamente subordinado ao Governo Provisório e ao EME, a Divisão do Norte, liderada por Juarez Távora, daria um peso político aos revolucionários nortistas que, certamente, estimulava a desconfiança de outros líderes civis e militares, quanto ao raio de ação que poderiam alcançar.

O próprio Juarez não atuou determinadamente para sua consolidação. Como mostram as correspondências que trocou com o presidente e interventores, sequer lutou por seu comando. Décadas depois, os argumentos que apresenta para justificar esse posicionamento são semelhantes ao que usou naquele momento: não desejava “quebrar a hierarquia militar”; respeitava a autoridade de Góis Monteiro como grande líder militar do Governo Provisório durante a guerra civil; e, por fim, “não querer dar novo pretexto aos paulistas, para me considerarem inimigo de São Paulo” (Távora, 1976: 81).

As divergências entre Távora, os líderes nortistas e a elite paulista não surgiram na guerra civil, mas muito antes. Um bom exemplo é a entrevista à imprensa que Juarez concede, no dia 6 de janeiro de 1931, na qual criticava, dentre outros pontos, a política cafeeira da Primeira República e defendia a continuidade do governo discricionário, opondo-se ao regime constitucional. A reação às suas declarações foram tão duras, que ele chegou “a pensar que se instaurava um deliberado processo de demolição” de sua pessoa. Como se vê, desde antes da Guerra de 1932, Juarez defendia publicamente o projeto de centralização política, com a continuidade do regime sem Constituição e a melhor distribuição de recursos públicos dentro do país, em especial para o Norte.²²

Citando a oposição de Góis à brigada nortista, em suas memórias, já nos anos 1970, Juarez reconhece que, quando convocado pelos interventores para liderar tropas de combate a São Paulo, colocou sua posição de militar à frente do Norte e do projeto político dos revolucionários nortistas. De fato, a não efetivação da Divisão do Norte foi um importante passo para o enfraquecimento dos projetos da região, iniciado, como vimos, com a extinção da Delegacia, apesar de todos os esforços dos interventores. Esse foi o último ato conjunto dos revolucionários nortistas, visando angariar força política, através da liderança de Juarez Távora. Depois da guerra civil, Juarez perceberia que já

²² Sobre essa longa entrevista de Juarez, ver jornal *Correio da Manhã*, 6 e 7 de janeiro de 1931, jornal *Diário Carioca*, 7 de janeiro de 1931 e Távora (1976: 21-22).

não era mais possível reunir a região em torno de sua liderança, o que ficaria bem claro na conjuntura que antecedeu a Constituinte.

Durante a guerra, Távora continuou na frente mineira, por determinação direta de Vargas.²³ Assim, mesmo com todas as divergências internas e os obstáculos para uma participação mais forte da região no combate a São Paulo, os estados do Norte apoiaram o Governo Provisório. Seguindo as determinações oficiais para todos os outros estados aliados, passaram a fornecer tropas, contribuindo com milhares de soldados. Além disso, era fundamental garantir a ordem interna e combater os apoiadores paulistas que atuaram no Norte durante a guerra civil de 1932.

6.2 Os “inimigos da pátria”: a causa paulista vista pelo Norte

Desde o dia 9 de julho, o Brasil sentia os efeitos da guerra civil. A formação e o embarque de tropas regulares e provisórias mostravam que os combates envolviam a todos, mesmo os que estavam fisicamente distantes dos campos de batalha. Mas não somente esse fato lembrava à população que o clima político nacional era de apreensões e vigilância. A vida cotidiana também mudava em diversos aspectos, inclusive nos que envolviam o lazer, como os jogos de futebol:

Mais ou menos na mesma ocasião em que começou a revolução em São Paulo a polícia [de Belém] (...) proibiu jogos de futebol, em virtude de continuamente se verificarem desordens nos campos por ocasião das partidas. Agora, por muito se terem empenhado várias entidades esportivas, acaba de ser revogada aquela ordem, tendo sido dada permissão para se encontrarem ontem as equipes do cruzador “Florian”, da flotilha do Amazonas, e da fragata inglesa “Scarborough”, que se encontra presentemente fundeada no nosso porto. A chefia de polícia, entretanto, para evitar e reprimir, de uma vez para sempre, os conflitos nos campos de futebol e as insubordinações de jogadores contra os árbitros das partidas, baixou, antes de dar a permissão solicitada, uma enérgica portaria dispondo que no caso de qualquer insubordinação serão os desordeiros presos e levados na assistência policial, como arruaceiros vulgares.²⁴

Como se vê, os líderes políticos e militares intensificaram a vigilância, evitando que qualquer evento – até mesmo uma disputa do esporte que já se tornava o mais popular do país – causasse alguma desordem pública. No caso do Norte, por mais que a nota acima possa sugerir uma preocupação excessiva, a atenção com a defesa interna

²³ Escreveu o presidente ao governador mineiro Olegário Maciel: “O portador desta é o nosso amigo major Juarez Távora, que vai procurá-lo, de minha parte, e a quem peço o obséquio de ouvir. A sua missão visa, principalmente, entender-se com o ilustre amigo e seus dignos auxiliares, afim de combinarem uma cooperação mais eficiente no terreno da ação militar, que precisa ser desenvolvida de sorte a apressar o desfecho da luta em que nos empenhamos”. Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV c 1932.07.12. 26 de julho de 1932.

²⁴ Jornal *Correio da Manhã*, 9 de agosto de 1932.

tinha fundamento. Muitos movimentos levantaram as suspeitas das autoridades estaduais da região. Um dos primeiros atos, chamado de rebelde, pois em favor de São Paulo, envolveu, justamente, alguns oficiais do acima citado cruzador *Floriano*.

Iniciada a guerra, uma das primeiras medidas visando garantir a segurança nos estados foi o reforço no patrulhamento local, em especial diante das constantes saídas de tropas. Juraci Magalhães, com tal intenção, comunicava ao presidente que vinha organizando “pequenos destacamentos [pelo] interior [do estado com o] fim acabar [com] veleidades [de] reacionários [que] quiseram por unhas fora”. Ao mesmo tempo, anunciava a efetivação de uma “legião da guarda, composta da mocidade acadêmica da Bahia”, que tinha como finalidade “estabelecer o policiamento” de Salvador, em defesa do governo.²⁵ Seroa da Mota também lembrava a Vargas que vinha aumentando “consideravelmente [as] despesas [com] diligências policiais [para a] manutenção [da] ordem pública [na] capital e interior, [em] consequência [de] frequentes incidentes, felizmente [de] pequena importância”. Para tanto, era fundamental que o Governo Provisório custeasse “tais despesas [por] conta verba federal destinada repressão movimento reacionário”.²⁶

Ou seja, os comunicados queriam demonstrar os cuidados dos interventores e justificar o pedido de mais verbas, para além da enviada para a organização das tropas, destinadas ao front de batalha na guerra. Até o Ministério da Guerra envolveu-se diretamente com a defesa interna nos estados, pedindo a Lima Cavalcanti que comunicasse “que necessidades têm para que a vida do estado (...) não sofra na sua segurança, pois este Ministério, apesar das possibilidades materiais presentes, terá o máximo empenho em remover qualquer embargo”. Em sua resposta, o interventor pernambucano dispensou a ajuda, dizendo dispor “dos necessários recursos para manter a ordem pública até hoje sem a mais leve perturbação aqui após o movimento de S. Paulo”.²⁷ Tais exemplos ilustram como o movimento rebelde afetava o cotidiano da população, uma vez que se devia reprimir, com exemplaridade, qualquer iniciativa favorável aos ideais paulistas, em qualquer estado do Brasil.

Os interventores que não puderam aumentar o policiamento procuraram mostrar à população que estavam vigilantes quanto à ordem, ao mesmo tempo em que advertiam

²⁵ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Bahia: 14.4. 22 de julho de 1932; e jornal *Correio da Manhã*, 26 de julho de 1932.

²⁶ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Maranhão: 14.9. 23 de agosto de 1932.

²⁷ Jornal *Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1932.

os possíveis opositores sobre a tentativa de alguma “veleidade”, vinda de quem quer que fosse. A notícia do *Correio da Manhã*, de agosto de 1932, é preciosa para caracterizar o clima político que se vivia no Norte, mas que devia se estender a estados de outras regiões:

Em nota publicada ontem, a polícia (...) [de Natal] declara reinar absoluta normalidade em todo o estado, não tendo sido ainda necessário reforçar o policiamento, que continua o mesmo dos tempos comuns. A mesma nota adverte (...) os estudantes e operários recomendando-lhes que não se envolvam em qualquer tentativa de perturbação da ordem. Acrescenta ainda a chefia de segurança pública conhecer os nomes de todos os elementos tidos [como] comunistas, a fim de apanhá-los imediatamente, no caso de se vir a declarar qualquer movimento subversivo no Rio Grande do Norte.²⁸

Mesmo sem um aumento do efetivo policial, era público que possíveis suspeitos estavam sendo vigiados, até aqueles que não possuíam ligações diretas com o movimento paulista. Era o caso dos comunistas, potencialmente perigosos e que poderiam se aproveitar do momento conturbado para fortalecer suas ações. No entanto, muitas vezes, os agentes que poderiam perturbar a ordem estavam bem mais próximos do aparelhamento estatal do que se podia imaginar. Em telegrama ao presidente, comentando o retorno a Vitória de 112 praças da polícia estadual, que foram “baixados [ao] serviço saúde” no campo de batalha, Punaro Bley advertia sobre os efeitos que esse fato poderia gerar:

Presença essas praças aqui (...) dará fatalmente margem boatos alarmantes em todo estado, dificultando (...) remessa novos contingentes. Elementos derrotistas, que não são poucos aqui como [em] todo o Brasil, irão naturalmente aproveitar-se desta situação. Sabemos que [os] praças vieram [a] bordo [na] presença passageiros destinam-se todos os portos Norte, fazendo comentários [sobre a] desorganização coluna age [na cidade de] Cunha, alegando passarem fome, etc. (...) Encareço perante v. exa. sustar tais embarques, não só para este estado como para todos outros. (...) Aqui têm passado praças em verdadeiro estado miséria [que] saltam portos, pedindo (...) recursos [para] prosseguir viagem, ao mesmo tempo [em que] espalham notícias fantásticas [a] respeito [do] que se desenrola [nas] frentes combates. Elementos derrotistas, entre quais formam funcionários estaduais, federais, Banco Brasil incumbem-se [por] meio [de] boletins [de] espalhar [no] interior essas notícias, dificultando sobremodo alistamento. (...) Não posso deixar sem protesto ato imprudente de quem remeteu para cá estas 112 bocas que irão exagerar todas as deficiências nossas forças (...), lançando desassossego estado, quiçá alimentar propósitos dos elementos decaídos os quais, até então pelo receio, apenas vinham mantendo campanha boatos sem se animarem (...) a qualquer iniciativa.²⁹

Alguns problemas que preocupavam todos os interventores são apresentados nessa correspondência. O primeiro é que, diferentemente do que era relatado nas

²⁸ Jornal *Correio da Manhã*, 4 de agosto de 1932.

²⁹ Arquivo Luís Vergara – Cpdoc-FGV c 1932.07.12. 2 de setembro de 1932.

comunicações oficiais e na imprensa, o alistamento sofria ataques de vários opositores, que apontavam as condições calamitosas vividas pelos soldados no front, para enfraquecer a formação de tropas voluntárias. Com o retorno de praças doentes e em condições miseráveis, tais críticas ganhavam força, pois tinham visibilidade inequívoca. Daí o temor de possibilitarem iniciativas políticas pró- paulistas ou contra os interventores, mais articuladas, como insinua Bley. É importante notar também que muitos dos que são citados como interessados em tramar contra o Governo Provisório faziam parte do funcionalismo público estadual. Evidentemente, um funcionalismo cuja composição datava, em boa parte, da Primeira República e que mantinha laços políticos com grupos estaduais diversos. Logo, os opositores – reais ou potenciais – não eram poucos e possuíam representantes em importantes postos estaduais e até federais, apesar da incontestante presença dos revolucionários nortistas nos principais lugares de comando.

Ainda em sua avaliação, Bley e também Lima Cavalcanti destacam como os navios que faziam o embarque das tropas em diversos portos pelo Norte eram ambientes importantes, que deveriam ser vigiados, pois, esse trânsito podia propiciar a difusão de “propaganda impatriótica”.³⁰ Nesses espaços, muitas informações sobre a guerra circulavam fora do controle dos interventores, o que alimentava a ação dos opositores. Sobre esse último aspecto, fica evidente que o controle da imprensa era fundamental para silenciar qualquer oposição. Na Bahia, foi registrado que “paulistas [vêm] fazendo campanha derrotista [na] rádio educadora”, anunciando, segundo Juraci Magalhães, “minha deposição, minha fuga ou outro absurdo semelhante”. O mesmo parece ter ocorrido em Pernambuco, pois a interventoria informava que a sociedade rádio pernambucana iniciou um serviço de divulgação de notícias com os princípios que devem orientar a opinião nacional.³¹

Além das rádios, os jornais estaduais foram alvos constantes de atenção e censura. Logo no dia 10 de julho, Magalhães Barata dizia ter estabelecido censura à

³⁰ Lima Cavalcanti escreveu ao presidente informando que “comandante [do navio do Lloyd] Baependi, Júlio Brígido Sobrinho, durante permanência vapor porto esta cidade fez ostensiva propaganda derrotista atuação governo contra sediciosos paulistas. Estou seguramente informado comandante Brígido vem fazendo mesma propaganda impatriótica todos os portos, usando tática infundir pânico famílias soldados nortistas convocados defender governo.” Tal denúncia levou o presidente a escrever ao próprio comandante Brígido pedindo que, diante “grave denúncia emprego de vossa parte linguagem desabrida (...) prejudicial moral tropas embarcadas”, tivesse na “presença passageiros absoluta discrição evitando incidentes que poderão assumir caráter grave atingindo serviços empresa”. As denúncias foram negadas pelo comandante e não foram encontradas outras fontes sobre o caso. Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Pernambuco: 14.15. 5 e 6 de agosto de 1932.

³¹ Idem. Bahia :14.4. 5 de setembro de 1932; e Idem. Pernambuco: 14.15. 14 de julho de 1932.

imprensa paraense, como medida preventiva para a tranquilidade do espírito público. Seroa da Mota tomou outra atitude exemplar, pois, em 19 de julho, informava a Vargas que os “jornais reacionários” foram impedidos circular, desde o dia 7 de julho. Ou seja, antes do início da guerra, os interventores já se mobilizavam no front político de seus respectivos estados, calando qualquer possibilidade de propaganda pró São Paulo.³² Seguindo os passos do interventor do Maranhão, é possível perceber outras motivações para tal atitude. Para Seroa, as tentativas de ataques à “ordem pública [eram] forjicadas reacionários conhecidos, amparados elementos traidores revolução”. Como afirma claramente, os líderes políticos de outrora (os reacionários) estavam, naquele momento, sendo auxiliados por antigos aliados do movimento de 30 (os traidores):

Ultimamente observamos movimentação nitidamente reacionária orientada [por] campanha infamante [dos] jornais “Notícia” [do] padre Astolfo Serra, “Combate” de Marcelino Machado, “Tribuna” de Agnelo Costa, com fito [de] indispor população [contra] atos governo. Sábado último ainda tentaram greve encabeçada Associação Política Comercial sobejamente conhecida [como] reacionária.³³

Como se vê, durante a guerra civil, houve um movimento de rearticulação das oposições políticas estaduais, motivadas pelo clima tenso da guerra. Não sem motivo, qualquer reação contra os interventores, sobretudo através da imprensa, era considerada potencial ameaça ao Governo Provisório, devendo ser combatida nesses termos. Como vimos no terceiro capítulo, Astolfo Serra fora nomeado interventor do Maranhão na primeira conjuntura estabelecida pela Delegacia do Norte, quando se privilegiou nomes civis. Sua escolha foi avalizada por Marcelino Machado, importante político aliancista estadual. Naquele primeiro momento, eram nomes importantes como base de apoio, o que se altera com o tempo e os coloca na oposição aos novos interventores. Outro caso exemplar de reconhecimento da oposição civil como possível ameaça aos interventores no momento da Guerra de 1932 foi registrado Piauí:

Havendo o jornal “A Liberdade” [de Teresina] (...) publicado um artigo considerando injurioso ao Sr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, a polícia estabeleceu a censura prévia para o referido órgão de imprensa. Com isso, entretanto, não se conformou o seu diretor, Sr. Vaz da Costa, o qual resolveu suspender temporariamente a publicação da “A Liberdade”.³⁴

³² Idem. Pará: 14.12. 10 de julho de 1932; Idem. Maranhão: 14.9. 19 de julho de 1932.

³³ Idem: Maranhão: 14.9. 26 e 11 de julho de 1932.

³⁴ Jornal *Correio da Manhã*, 24 de julho de 1932.

Assim como Marcelino Machado, Vaz da Costa fora outro político aliancista fundamental para a composição que sustentou o interventor civil nos primeiros meses de 1931, mas que foi expurgado do comando do estado, com a militarização das interventorias. Assim, durante a guerra civil, as ações desses elementos eram vistas como uma dupla ameaça, ficando claro como os novos interventores militares, usando a justificativa de combater os “inimigos da pátria”, investiam contra as diversas oposições que se levantavam contra os seus governos. Sobretudo, porque tais perseguições às oposições estaduais devem ser situadas dentro de um provável contexto eleitoral que se anunciava, com a Constituinte. Desde maio de 1932, as eleições estavam marcadas. Mesmo com o início da guerra, o calendário não foi revogado. Ou seja, por mais que o clima fosse de incertezas, o primeiro pleito eleitoral do pós-30 estava no horizonte político de todos, colocando em pauta, primeiro, reforçar o projeto de centralização, que vinham defendendo desde a vitória do movimento de 30; e segundo, reforçar o controle que cada interventor e seu grupo político haviam estabelecido nos estados que governavam.

Esses casos revelam como, durante a guerra civil, determinadas correntes e políticos apoiadores da constitucionalização procuravam fortalecer-se nos estados, rompendo o cerco à imprensa, para divulgar informações pró-São Paulo. Na documentação pesquisada, há poucas informações diretas e claras sobre essa oposição. De toda forma, suas ações, quando envolvem notícias favoráveis a São Paulo, são taxadas de “boatos”, em uma clara tentativa de desmoralizar a defesa pública dos “rebeldes”. Em Recife, por exemplo, a Secretaria de Segurança informava que, “para melhor esclarecer a população”, (...) “não houve absolutamente nesta capital e no interior a menor tentativa de perturbação da ordem pública”, mas “foram presos, apenas, oito indivíduos que, apesar de advertidos por diversas vezes, continuam a alarmar as famílias e a população em geral com notícias tendenciosas”.³⁵ As notícias “tendenciosas” e os “boatos” eram, certamente, uma ação pró-constitucionalista taxada de oposição às interventorias e ao Governo Provisório, em muitos estados.³⁶

A circulação não oficial de notícias sobre os constitucionalistas foi tão presente durante a guerra civil que, no Distrito Federal, o jornal semanal *A Manhã*, de Aparício Torelly – o Barão de Itararé – circulou, a partir de 2 de setembro de 1932, com um

³⁵ Jornal *Correio da Manhã*, 3 de agosto de 1932.

³⁶ No Ceará também houve prisões de “boateiros”, que redigiam notícias falsas sobre o avanço das tropas paulistas e graves baixas nos exércitos federais (Lopes, 2009: 52-60).

caderno especial chamado “O Boateiro”. No total foram quatro edições, sempre com a característica do uso da comicidade como recurso político. No primeiro número, o editorial perguntava:

Por que esses mesmos falsos arautos da opinião nacional, que alardeiam, a cada passo, uma fingida imparcialidade, não estampam a notícia verídica e insofismável da proclamação da Segunda República de Piratini, no Rio Grande do Sul, (...)? Por que silenciam, para esconder, a fuga precipitada para a Argentina do general Flores da Cunha? Por que não falam da deposição do tenente Juraci Magalhães? Por que não se referem à sublevação da esquadra no Alto Amazonas? Por que não noticiam a retomada de Queluz, pelas forças paulistas?

Ao final do editorial, pontificava: “N. da R. – Se o leitor for bom patriota, tire cópias e passe adiante, aos amigos e conhecidos.” Os casos aventados realmente não aconteceram, com exceção da revolta naval no extremo Norte, o que mostra como esses boatos não eram nada ingênuos. Vale registrar que o segundo número de “O Boateiro” foi dedicado à prisão de “S. M. Itararé”, fato realmente ocorrido naquele mês, reafirmando a força com que as autoridades federais combatiam as notícias, falsas ou verdadeiras, que não fossem favoráveis às suas tropas.³⁷

As medidas de segurança adotadas pelos interventores e o combate às oposições políticas estaduais tinha razão de ser. Houve, no Norte, articulações concretas de apoio ao movimento pró-constitucionalista, que procuravam, através das armas, minar o apoio que a região dava ao Governo Provisório, durante a Guerra de 1932.

6.3 Os “inimigos da pátria” estão em armas

Antes de aprofundar a análise desses fatos e para melhor compreendê-los, é necessário lembrar a ação de Agildo Barata no Norte, ainda em 1931. Entre abril e outubro desse ano, o ex-secretário da Delegacia do Norte esteve na região tentando articular o apoio político e militar dos revolucionários nortistas aos opositores do Governo Provisório. Ligado ao general Isidoro Dias Lopes, procurou interventores, políticos nortistas, líderes militares e o próprio Juarez. Procurava mostrar como a corrente paulista estava se fortalecendo e caminhando para um confronto aberto com Vargas. Sua ação chamou a atenção dos interventores, que alertaram Juarez a respeito do que viam. Agildo foi chamado ao Rio de Janeiro, mas continuou conspirando, dessa

³⁷ Ver jornal *A Manhã*, dias 2, 9, 16, 23 e 30 de setembro de 1932 e também “A Manhã” in DHBB – Cpdoc/FGV.

feita, longe do Norte. Durante os meses em que estive na região, Agildo certamente encontrou adeptos da causa paulista, o que estimulou os conspiradores a continuarem investindo em conseguir adeptos entre os nortistas. Euclides Figueiredo, um dos mais importantes líderes rebeldes paulistas, fala da tentativa frustrada de conseguir apoios na região:

Aos estados do Norte pouca coisa se pedia, e era que fosse dificultado, por agitações locais, onde possível, o embarque de reforços contra São Paulo, os quais de outra forma iriam crescer o número das unidades da 1ª Região Militar e engrossar, por contingentes novos, os seus efetivos (...). As ligações com esse vasto setor ficaram a cargo do coronel Luiz Lobo, um dos adeptos da causa, à qual espontaneamente se incorporou, mas muito infelizmente, ficou inoperante pela surpresa em que a eclosão do movimento o colheu na Capital Federal; mas soube, uma vez perdida de todo a esperança de agir no campo de ação que lhe fora reservado, honrar o seu compromisso transportando-se, em penosa viagem, para São Paulo, onde chegou quando nossas resistências na luta atingiram ao seu termo. (Figueiredo, 1977: 65-66)

Como lembra Figueiredo, Agildo Barata não foi o único constitucionalista a conspirar no Norte, antes da Guerra de 1932.³⁸ Segundo Walter Pinto de Oliveira – em estudo que analisa as ações pró-constitucionalistas no Baixo-Amazonas, núcleo de atuação das principais lideranças conspiratórias na região –, José Luiz Figueiredo Lobo era um tenente baiano que, antes da guerra civil, buscou encontrar no Norte aliados que poderiam aderir à causa paulista. Um deles foi Anthenógenes Pompa de Oliveira, guarda-livros também baiano que se tornaria o mais forte conspirador paulista no Norte, já que Lobo não esteve na região durante a guerra. Tendo como fios condutores Anthenógenes Pompa e as investigações sobre os movimentos pró-São Paulo, ocorridos no Pará, é possível averiguar a rede de conspiração que percorreu vários estados nortistas. Assim, a partir dos depoimentos prestados pelos envolvidos nos movimentos paraenses, segundo Walter Oliveira, a conspiração que Pompa tramava:

Teria raio de ação por vários estados do Norte e do Nordeste. Com uma carta de apresentação assinada por Lobo, Pompa foi para São Paulo, onde teria recebido orientações acerca do plano concebido pelo general Isidoro Dias e por líderes civis como Francisco Morato e João Neves da Fontoura, de sublevação dos quartéis no Norte. Na ocasião, recebeu cartas de Isidoro e do

³⁸ Nessa obra, que tem sua primeira edição datada de 1954, Barata nem sequer é citado, provavelmente por dois motivos: com sua saída do Norte, a ação pró-constitucionalista de Luiz Lobo tornou-se mais discreta e efetiva, sendo considerado pelos superiores o principal elemento de ligações com o Norte; ou em suas memórias Figueiredo não quis lembrar de um momento de seu passado tão próximo de um então eminente comunista. Essas duas possibilidades não se excluem, mas estão entrelaçadas nessa construção memorial. Quando escreveu suas memórias, Euclides Figueiredo era general reformado e filiado a UDN, enquanto, nesse mesmo período, Agildo Barata era membro do comitê central do PCB. Ver “Euclides Figueiredo” e “Agildo Barata” in DHBB – Cpdoc/FGV.

general Bertoldo Klínger para serem entregues aos tenentes Canella, na Bahia, Monte, no Ceará, e ao capitão Josué Freire, no Pará, com orientações sobre insurreições. (Oliveira, 2012: 50)³⁹

Como se vê, a ação de Agildo no Norte rendeu frutos: os paulistas conseguiram encontrar civis e militares dispostos a conspirar contra o Governo Provisório. Mesmo que Barata não apareça como uma peça central nesse quebra-cabeça, a presença do general Isidoro, a quem estava subordinado e com quem mantinha estreitas relações, aponta para a circularidade das informações sobre possíveis aliados conseguidos por Agildo, ainda no ano de 1931. Desse modo, seguindo os passos dos três militares citados, verifica-se um rastro conspiratório no Norte.

Sobre as primeiras prisões realizadas no Pará, o interventor Magalhães Barata escreveu ao presidente, em 17 de julho, um longo e esclarecedor telegrama. O interventor afirmava ter descoberto a existência de uma conspiração “perfeitamente organizada e com ligações com rebeldes [de] São Paulo”, envolvendo militares, oficiais da Marinha e políticos, que objetivavam, “depois minha deposição interventoria, se apossarem todo Norte depondo respectivos interventores”. Tudo começou com a “chegada aqui [do] coraçado Floriano”, de onde saiu um oficial que passou a “agir politicamente, pondo-se [em] contato elementos decaídos, não escondendo (...) sua certeza [que] dentro [de] pouco eu seria deposto pelo levante [da] guarnição [do] Floriano [que] seria auxiliado por elementos civis militares em terra”. Depois de receber a denúncia, foram realizadas prisões tanto na embarcação como em Belém. Entre os detidos estavam políticos civis, inclusive, o ex-governador Sousa Castro e também o major Sousa Brasil, comandante do Forte de Óbidos. Com o major “foram encontrados documentos comprometedores [que] mostram cumplicidade diversos civis”, assim como outros militares, dentre os quais o “capitão [do] Exército Josué Freire que está até agora foragido”.⁴⁰

A sublevação armada, que seria iniciada no Pará, tinha o objetivo de se espalhar por todo o Norte. Um de seus principais espaços era uma embarcação militar oficial, a mesma que teria seus tripulantes proibidos de jogar futebol em Belém. Isso mostra como as matérias jornalísticas que tratavam da vigilância nos estados tratavam de questões políticas de forma inusitada, ratificando o peso que a censura imposta pelas

³⁹ Nesse estudo, um conjunto documental importante para a análise do autor são os inquéritos policiais militares abertos para investigar as revoltas ocorridas no Pará durante a Guerra de 1932.

⁴⁰ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Pará: 14.12. 17 de julho de 1932.

interventorias teve naquele momento. A conspiração, que foi abortada, também envolvia Antônio Emiliano de Sousa Castro, ex-governador do estado do Pará e opositor do interventor, o que reforça o vínculo que se procurou tecer entre os conspiradores paulistas e as antigas elites políticas estaduais.

No relato de Magalhães Barata, vemos os nomes do capitão Josué de Castro – um dos conspiradores que Anthenógenes Pompa teria que encontrar –, e do major Sousa Brasil, com quem “a polícia teria encontrado (...) documentos que comprovariam sua ligação com as lideranças constitucionalistas de São Paulo, inclusive dois códigos cifrados, com os quais se correspondia com o general Isidoro Dias Lopes” (Oliveira, 2012: 47). Por fim, vale ressaltar que o major, quando foi preso, era comandante do Forte de Óbidos, desde meados de junho de 1932. A revolta nessa guarnição, importante marco da ação constitucionalista no Norte durante a Guerra de 1932 e parte integrante da denunciada conspiração na região, será analisada em breve. Isso porque, mesmo com a prisão de Sousa Brasil, o principal nome dessas articulações, Anthenógenes Pompa continuou livre, articulando aquela ação.⁴¹

Depois das prisões relatadas por Magalhães Barata, outras semelhantes ocorreram em vários estados do Norte. Por terem características semelhantes tanto entre si como com a que foi abortada no Pará, os casos serão apresentados, a partir da ótica dos próprios interventores nortistas. No dia seguinte à comunicação feita pelo interventor paraense, Bertino Dutra, do Rio Grande do Norte, informava que “há dias vinha tendo denúncias que elementos reacionários, emissários sul, vinham aqui tramando conspiração [de] flagelados concentrados obras contra seca (...), [visando] conseguir arregimentar pessoal sob direção reacionários [para] marcharem sobre capital [para] tentar depor [o] governo e, assim, fazer distrair tropas [de] outros estados [para] enfraquecer ação [do] governo central contra sediciosos S. Paulo. Hoje tive confirmação essa denúncia do próprio interventor Paraíba que informou-me [que o] golpe se estenderia também Paraíba, Pernambuco. (...) Recaindo denúncia também força pública estadual, fiz recolher quartel Exército todo armamento, munição”.⁴² Dois pontos chamam a atenção no relato da fracassada conspiração. O primeiro é o de se tentar

⁴¹ Segundo Oliveira, há contradições sobre a presença ou não de Pompa em Belém quando ocorreram essas prisões. De toda forma, não foi preso e, dias depois, viajou para Manaus, onde encontrou aliados no 27º B.C. sediado nessa cidade. Durante o percurso, também passou por Óbidos e fez novos contatos com os conspiradores dessa guarnição. Retornou ao Pará apenas em 15 de agosto e três dias depois iniciou o levante do forte de Óbidos.

⁴² Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Rio Grande do Norte: 14.17. 18 de julho de 1932.

montar uma tropa com flagelados para atacar a capital e depor o interventor. Algo mirabolante, mesmo considerando a situação. O segundo, nada tem de fantástico e é indicador de real ameaça: a Força Pública estadual estaria contra o interventor, dispondo-se a derrubá-lo, razão pela qual foi desarmada, além, certamente, de umas tantas outras providências punitivas.

Nesse mesmo tom, em 6 de agosto, foi a vez de Landri Sales dar informações sobre um movimento semelhante no Piauí: “Com surpresa (...), polícia concluiu existir conspiração fim depor autoridades e evitar embarque tropas. Efetuadas várias prisões, (...) após últimas diligências, ordenei prisão desembargador Vaz da Costa e seu primo bacharel Giovani Costa, contra os quais polícia reuniu provas [da] autoria intentona. Plano traçado consistia eliminar autoridades e estabelecer confusão. Entretanto, conforme concluimos, não tinha probabilidade de êxito.”⁴³ Cinco dias depois, prisões semelhantes ocorreram no Maranhão: “Deverá seguir Rio (...) comandante Alencastro Graça que chefiava projetado levante 24 BC, fracassado noite 25 julho último, [com] cumplicidade oficiais mesmo BC conforme frisantes indícios. Posso afirmar ser elemento impenitentemente contrário revolução conforme declarações feitas [por] diversos oficiais aqui Exército [e] Marinha”.⁴⁴ Dois dias depois, em 13 de agosto, Carneiro de Mendonça reportava que “tendo polícia seguras informações oficiais reformados polícia militar conspiravam visando deposição autoridades estaduais, polícia efetuou (...) prisão dois oficiais e 4 civis. (...) É de tal forma ignorante capitão reformado (...) chefe militar movimento [que] parece incrível qualquer pessoa [que] raciocine apoiasse movimento”.⁴⁵

Lidas em conjunto, essas comunicações indicam que havia movimentos conspiratórios no Norte, e que eles eram articulados por militares e civis que desejavam depor os interventores. Em alguns havia clara participação das elites políticas locais que faziam oposição aos interventores, além do envolvimento de alguns oficiais militares. Se estes eram ignorantes, se as articulações não tinham a menor chance de serem bem sucedidas, visando apenas semear confusão, fica por conta dos interventores que as combateram sem trégua e com dureza. Esse é o dado: existiram tentativas de desestabilizar vários interventores, durante e em nome da guerra paulista. Tentativas que se alastraram em vários estados, conturbando o envio de tropas para o combate a

⁴³ Idem. Piauí: 14.16. 6 de agosto de 1932.

⁴⁴ Idem. Maranhão: 14.9. 11 de agosto de 1932.

⁴⁵ Idem. Ceará: 14.5. 13 de agosto de 1932.

São Paulo. E esse era um objetivo importante na colaboração que os conspiradores do Norte dariam a São Paulo, ao menos segundo as memórias de Euclides Figueiredo. Portanto, ainda que com poucos indícios de alcançar sucesso, tais movimentos não devem ser considerados sem a menor importância.

Ou seja, fica claro que todas essas iniciativas tiveram um padrão comum, o que mostra que a ação de Luiz Lobo e Anthenógenes Pompa de alastrar a guerra das fronteiras paulistas para os estados do Norte conseguiu arregimentar um razoável número de civis e militares. Tais articulações certamente foram facilitadas pela ação de Agildo Barata no ano de 1931, e visavam acabar com o apoio que a região dava ao Governo Provisório, tanto político, com os interventores, quanto militar, com o envio de tropas.

As prisões ocorridas no Pará, nos primeiros dias da guerra, tiveram peso determinante para que tais conspirações falhassem, já que muitos envolvidos foram presos e seus planos e articulações nos outros estados foram divulgados entre os interventores. Dois casos são exemplares. No Ceará, um dos oficiais presos, o capitão Peregrino Monteiro – provavelmente o “tenente Monte” citado por Pompa –, foi detido antes que a carta contendo as instruções enviadas pelos generais Isidoro e Klinger lhe fosse entregue.⁴⁶ Na Bahia, “o primeiro movimento [pró-constitucionalista], concertado ainda para julho, fracassou, pela estadia, no porto, de tropas nortistas”, e o tenente José Benevides Canella – o mesmo citado por Pompa como um dos contatos dos conspiradores paulistas na Bahia – foi preso pelo interventor Juraci Magalhães, que o considerou chefe do levante e o deportou para o Rio de Janeiro (Carneiro, 1933: 55-56).⁴⁷

Essas ações conspiratórias podem ser pensadas a partir de dois ângulos distintos. No primeiro deles, se abordadas caso a caso, podem ser minimizadas, posto não terem uma efetivação concreta, sendo seus promotores desqualificados nas comunicações oficiais enviadas a Vargas. Tal avaliação foi feita por Hilton, que cita esses movimentos e conclui que “toda a boa vontade, energia e auto-sacrifício de elementos

⁴⁶ (Oliveira, 2012: 51). Analisei essas e outras prisões no Ceará, sem atentar para uma ação conjunta e arquitetada em todo o Norte, em Lopes (2009: 60-63).

⁴⁷ Esse relato foi feito por Nelson de Sousa Carneiro, um dos maiores opositores do interventor Juraci Magalhães e um dos líderes do movimento pró-São Paulo realizado na Faculdade de Medicina de Salvador em 22 de agosto de 1932, que será apresentado em breve. Seu livro, publicado em 1933, é uma obra de forte oposição à interventoria baiana e ao projeto de centralização política do Norte e do Governo Provisório. Nesse livro, vale registrar, há uma forte crítica ao voluntariado baiano, tido como, em sua maioria, arregimentado à força. Ainda sobre o tenente Canella, escreve Carneiro que “ainda se encontra preso, ao tempo em que escrevo estas linhas”.

constitucionalistas no Norte e Nordeste não resolveriam o problema militar de São Paulo” (Hilton, 1982:308-310). Mas, se pensados coletivamente, atentando aos elos e padrões que os une – como as datas, os personagens envolvidos, o *modus operandi* e os objetivos comuns –, fica claro que a ação constitucionalista no Norte, a despeito de todas as dificuldades, conseguiu alguns resultados, considerados preocupantes. Por isso, estabeleceu-se uma ação conjunta dos interventores, visando combatê-las, sobretudo porque era evidente que todas envolviam sua deposição dos governos estaduais, o que envolvia uma luta política local que não se encerraria com a guerra, já que havia eleições marcadas para 1933.

Tais conspirações de opositores nos estados do Norte não passaram despercebidas ao presidente, que escreveu em seu diário: “a rebelião tende a se alastrar-se como uma furunculose. Rebelar-se o Forte de Óbidos, no Amazonas” (Vargas, 1995, vol 1: 125).⁴⁸ Nessa unidade militar paraense ocorreu a mais longa, forte e concreta ação pró-São Paulo no Norte, tendo a liderança de Anthenógenes Pompa. Prendendo os oficiais legalistas, “em nome do general Bertoldo Klinger”, o líder do movimento auto-intitulou-se coronel e fez da “sentinela militar sobre o estreito [do rio Amazonas], passagem obrigatória de embarcações no sentido Belém-Manaus”, uma guarnição militar controlada pelos conspiradores paulistas que atuaram no Norte, entre os dias 18 e 24 de agosto (Oliveira, 2012: 70).⁴⁹

Nesse período, o movimento foi apoiado por civis que se juntaram aos rebeldes e por sargentos e oficiais da guarnição, que estavam descontentes tanto com a reorganização militar ocorrida após a vitória de 30, quanto com as promoções de alguns companheiros.⁵⁰ A questão das promoções mostra como a crise envolvendo o ministério de Leite de Castro prejudicou o projeto centralizador do Norte e do Governo Provisório,

⁴⁸ Registro para os dias 18 a 21 de agosto de 1932. Na mesma passagem, Vargas escreve sobre a ação de opositores no Rio Grande do Sul, e acerca da presença de soldados e oficiais desertores e simpáticos a São Paulo nas tropas de Góis Monteiro e Valdomiro Lima.

⁴⁹ Vale lembrar que o major Sousa Brasil, preso em Belém ainda em julho, foi durante algumas semanas comandante do Forte de Óbidos, e, segundo Oliveira, sua “conspiração articulada entre junho e julho (...) se não foi avante por causa (...) [de sua] prisão (...) serviu para preparar o terreno à ação rápida de Pompa, não precisando este de mais que dois dias para sublevar o quartel” (Oliveira, 2012, 47).

⁵⁰ Sobre essas duas considerações, Walter Pinto de Oliveira diz que “seja por meio da violência, seja de forma espontânea, em três dias, o Serviço de Alistamento da Força Constitucionalista registrou o ingresso de mais 104 homens, duplicando o efetivo”; e que “para além da questão constitucionalista (...), a revolução de outubro, ao comissionar antigos sargentos excluídos em 1922 e 1924, criou embaraços para a manutenção da disciplina sobre sargentos não comissionados (...) [e], dessa forma, a revolta constitucionalista no Baixo Amazonas pode ser explicada como mais um reflexo da crise da organização militar” (2012: 91-95). No capítulo 2 de sua dissertação, o autor analisa a revolta do Forte de Óbidos, apresentando muitos detalhes da conspiração e da luta.

favorecendo a arregimentação de opositores militares a Vargas, como já esboçara Agildo Barata em seus manifestos.

Durante esses dias, a estação de telégrafos da cidade foi tomada pelos rebeldes, assim como foram requisitados recursos financeiros e suprimentos aos comerciantes, visando fortalecer a guarnição, que combatia a interventoria. Parte da população local fugiu para as cidades vizinhas, enquanto os rebeldes também se deslocaram para essas localidades. Eles tentavam depor os governos locais e conseguir mais suprimentos, fortalecendo sua pequena frota naval. Com o decorrer do tempo, “seguindo o roteiro pré-estabelecido com os conspiradores do Amazonas, Pompa telegrafou para avisá-los sobre o sucesso da revolta em Óbidos no final da tarde de 19 de agosto, mas não obteve resposta: os conspiradores amazonenses haviam sido denunciados” (Oliveira, 2012: 107).

Assim, sem maiores aliados, já que todos, espalhados em vários estados nortistas, haviam sido presos, a reação federal não tardou. O vapor Baependi, do Lloyd, que partira de Manaus e transportava tropas amazonenses para o Rio, recebeu ordens para retornar diante da revolta em curso. As tropas e o próprio navio foram melhor municados, partindo assim para a única batalha naval de toda a Guerra de 1932. Ela ocorreu próxima à cidade de Itacoatiara, já no estado do Amazonas. Magalhães Barata relatou a Vargas o combate:

Comunico vossa excelência que tendo rebeldes fugidos Óbidos vapores Jaguaribe e Andirá, com o efetivo 50 soldados e alguns civis chefiados pelo emissário paulista que conseguiu aliciar praças (...) com rumo Manaus, foram encontrados defronte Itacoatiara pelos vapores Lloyd Baependi e Ingá, guarnecidos 27º BC (...), travando combate durante 40 minutos, posto a pique, perecendo quase todos se achavam bordo, tripulantes e soldados. Frustrada assim aventura reacionária paulista, tentada vingar Amazônia para melhor servir suas desmedidas ambições.⁵¹

Enquanto os navios eram afundados no Amazonas, as tropas da interventoria paraense retomavam o forte de Óbidos. Mas Pompa conseguiu fugir e só seria preso no dia 27 do mesmo mês. Diante das águas do caudaloso rio, naufragava o principal núcleo da conspiração constitucionalista no Norte. Sua pretensão de espalhar-se por toda a região, a partir de uma rede de opositores aos revolucionários nortistas, também naufragou.

⁵¹ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Pará: 14.12. Datado de 24 de agosto de 1932.

Mesmo sem ter ligação direta com estas iniciativas e conspiradores, mas certamente influenciados por esses movimentos de oposição, outros adeptos e simpatizantes do movimento paulista articularam algumas ações contrárias ao Governo Provisório e aos interventores nortistas.

Enquanto o Forte de Óbidos estava tomado pelos conspiradores constitucionalistas, um grupo de estudantes da Faculdade de Medicina de Salvador tomou o prédio em que estudavam no dia 22 de agosto e declararam apoio a São Paulo. Algumas horas depois, pouco municiados, renderam-se diante do aparato policial e bélico que a interventoria utilizou para cercar o prédio. Nas palavras de Juraci Magalhães, “estudantes medicina reacionários fizeram motim (...) inclusive [com] alguns professores”, e “diante atitude serena enérgica governo foi evitado derramamento de sangue”. O interventor prometeu abrir inquérito para investigação e “agir energicamente contra responsáveis”.⁵²

Entre os dias 6 e 7 de setembro, “Belém foi palco de violenta manifestação em adesão à causa paulista. Dela participaram ginásianos, acadêmicos, guardas civis, militares da Força Pública extinta, trabalhadores da Pará Electric, estivadores e certo número de desempregados” (Oliveira, 2012: 131). Essa revolta começou no dia em que chegava ao porto da capital paraense o navio trazendo os prisioneiros do Forte de Óbidos. Os revoltosos tomaram o quartel da antiga Força Pública e soltaram os presos. Mas, assim como os estudantes baianos, ficaram confinados no edifício, enquanto as forças da interventoria os cercavam com forte artilharia. Quinze horas depois, com um saldo de três mortos, os amotinados foram derrotados. Em comunicação oficial, Magalhães Barata disse que “exterminada, pelas armas, a tentativa dos pseudo-constitucionalistas. Pará, que esses criminosos visam abater, não se renderá. O Norte há de ser o baluarte em que se apoia revolução. Viva a revolução”.⁵³

Ainda em setembro, o Norte teve mais duas agitações pró-constitucionalistas. O ex-presidente Artur Bernardes, ligado aos rebeldes paulistas, lançou um manifesto em apoio a São Paulo e preparou um levante, tentando sublevar a Força Pública Mineira, para a qual já estava conseguindo armas e aliados. Desde 6 de setembro, as autoridades de Minas decretaram sua prisão e, três dias depois, Juraci Magalhães mandou

⁵² Idem. Bahia: 14.4. 23 de agosto de 1932. Sobre esse movimento, ver Carneiro (1933).

⁵³ Arquivo Juraci Magalhães – Cpdoc-FGV c ig 1932.07.04. Pasta VII. 7 de setembro de 1932.

“guarnecer fronteiras como medida precaução qualquer tentativa bernardista”⁵⁴, no que foi também acompanhado por João Punaro Bley, do Espírito Santo. A preocupação era válida, mas também serviu para os interventores demonstrarem sua força contra os apoiadores políticos do ex-presidente.⁵⁵

Ação semelhante ocorreu no Maranhão, estado bem distante das fronteiras mineiras: “depois muitos dias investigações”, escreveu o interventor, “consequimos averiguar distribuição numerosos manifesto autoria dr. Artur Bernardes, João Neves e políticos paulistas chefes levante reacionário, além boletins outras fontes. Ficou também averiguado, precisamente, tidos procedência Rio, enviados cidadão Marcelino Rodrigues Machado, que por esse meio mantém seus correligionários frequentemente atentos qualquer reação”.⁵⁶ Com a prisão de Artur Bernardes, em 22 de setembro, todas as iniciativas motivadas por seus aliados e apoiadores findaram.

A última ação pró-São Paulo no Norte de que se tem notícia ocorreu no Ceará. Ela envolveu Severino Sombra, importante liderança operária estadual, que, justamente por essa meio, estava ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Vindo do Rio de Janeiro, desembarcou em Fortaleza no dia 15 de setembro e, desde sua chegada, entrou em contato com líderes sindicais e com outros interventores, em especial Carneiro de Mendonça. No que chamava de “Golpe Pacificador”, sua ação buscava depor os interventores estaduais, ou, pelo menos, convencê-los a apoiar São Paulo. Foi preso em 26 de setembro e deportado para o Rio de Janeiro, de onde sairia exilado para Portugal, juntamente com outros líderes constitucionalistas. Vargas em seu diário registrou: “o tenente Sombra, que estava à disposição do Ministério do Trabalho como auxiliar de confiança, era um agente paulista que foi ao Norte, com recursos, tentar um movimento a favor dos rebeldes. Denunciado, teve ordem de regresso” (Vargas, 1995, vol 1: 135-136).⁵⁷

Vale reafirmar que, com a forte investida dos interventores contra o núcleo conspiratório que atuava no Norte, suas principais lideranças foram presas e não

⁵⁴ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Bahia: 14.4. 9 de setembro de 1932

⁵⁵ No Espírito Santo, foram presos, em Cachoeiro do Itapemirim, “poucos amigos Bernardes (...), muitos dos quais já tinham sido soltos, [pois] nenhum deles dispunha recursos materiais nem pessoais para um levante de importância”. Idem. Espírito Santo: 14.7. 14 e 13 de setembro de 1932.

⁵⁶ Idem. Maranhão: 14.9. 20 de setembro de 1932.

⁵⁷ No arquivo de Juraci Magalhães há quase uma dezena de cartas e telegramas trocados entre este interventor, Carneiro de Mendonça e Severino Sombra, sobre a ação e prisão deste. Analise a prisão de Sombra no Ceará com maior profundidade, mas sem utilizar essa documentação, em Lopes (2009: 63-71). Há indícios que Sombra também tentou entrar em contato com Landri Sales, interventor piauiense. O registro de Vargas em seu diário foi feito nos dias 24 a 26 de setembro de 1932.

conseguiram articular-se para uma sublevação conjunta na região. Mesmo com o fracasso dessa estratégia, muitos outros simpatizantes da constitucionalização fizeram movimentos de oposição ao Governo Provisório, aparentemente isolados e sem nenhuma relação entre si. Assim, fortalecendo a defesa interna, controlando as oposições estaduais que pretendiam desestabilizar a retaguarda do Norte e enviando, quase que diariamente, tropas para o front, os interventores e revolucionários nortistas atuaram significativamente para a derrota do movimento constitucionalista durante a Guerra de 1932. Isso fica exemplarmente estabelecido em um pequeno relatório que Magalhães Barata – interventor que mais teve que enfrentar a conspiração paulista no Norte – enviou a Vargas, em março de 1933, em pleno contexto eleitoral, rememorando os dias do conflito:

Não é difícil compreender porque os responsáveis político-militares desse movimento empregaram tamanhos esforços para dominar neste estado: (...) compreenderam eles que, vencida a minha resistência, caído o Pará, fácil lhes seria empolgar todo o Norte, Pernambuco, inclusive, tornando, assim, extremamente difícil a situação do Governo Provisório. Tenho, pois, legítimo orgulho de afirmar que foi a resistência e a vitória do Pará que consolidou a posição militar do governo legal, permitindo-lhe a retirada de forças do Norte para o teatro da luta.⁵⁸

Os interventores do Norte tinham certeza da importância que tiveram para a vitória do Governo Provisório na Guerra de 1932. No entanto, se foram completamente vitoriosos no front militar, não o foram de todo no front político. Apesar de combaterem intensamente as ameaças pró-São Paulo – uma contribuição determinante, como escreveu Magalhães Barata – a Divisão do Norte falhara e, o mais frustrante para os revolucionários nortistas, uma exemplar punição a São Paulo não entrou nos planos do Governo Provisório após a vitória.

Desse modo, os primeiros momentos após o término da guerra civil não foram fáceis para o Norte. Magalhães Barata escreveu a Juarez, em 9 de outubro de 1932, reclamando não compreender as “excessivas deferências para com esses políticos profissionais traidores, ferozes inimigos [da] revolução, culpados únicos dessa hecatombe que foi a luta fratricida de 9 de julho”. A comparação era inevitável: “Melhormente não foram tratados os revolucionários [de] 1922 [e os de] 1930.” Ou seja, para ele, nenhum governo mostrou-se tão tolerante com atos de muito menor gravidade, quer na Primeira República, quando os tenentes foram derrotados, quer na

⁵⁸ Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Pará: 14.12. 12 de março de 1933.

Revolução de 30, quando foram vitoriosos os revolucionários nortistas. Desolado, pedia “que ao menos se mascare as coisas como consideração para com aqueles que são sinceros”.⁵⁹

A mais forte crítica vinda do Norte sobre os primeiros encaminhamentos após a guerra civil partiu de Lima Cavalcanti (PE). Também, em carta a Juarez, ele se queixava: “o excesso de tolerância que empolga aos nossos altos dirigentes, talvez para alcançar popularidade, (...) já está sendo até interpretado como temor ou solidariedade aos pseudo-vencidos”. E continuava, no mesmo tom ácido:

A nação inteira assiste, com indignação, a esses acontecimentos e já não crê na punição dos culpados, que se vem retardando tão inexplicavelmente, reservadas aos políticos que promoveram o movimento subversivo as maiores deferências pelo governo da União (...). Não se conhece um só ato do governo central que demonstre o seu propósito de punir os responsáveis pela rebelião paulista. Ao contrário, vê-se que está ele cortejando São Paulo, chegando um dos seus ministros a declarar em entrevista que os que vivem naquele estado não podem ter ressentimento dos nortistas porque estes foram para o campo da luta por um dever de gratidão, por lhes ter sido matada a fome com os recursos que enviou para os serviços contra as secas. Chega-se, assim, à dolorosa conclusão de que, de desprestígio em desprestígio, a revolução acaba por falhar inteiramente, por culpa exclusiva dos que se encontram nos mais altos postos de representação política. A falta de energia, a lentidão de providência e a duvidade de atitude têm sido as qualidades predominantes do atual Governo Provisório. E, com estas qualidades, é forçoso convir, ninguém poderá realizar qualquer coisa de útil. (...) O Norte ainda não pode se fazer ouvir, com o respeito que lhe é devido, permanecendo sem significação política.⁶⁰

Para Lima Cavalcanti, a branda punição imposta por Vargas, já visava às eleições presidenciais, para a qual o presidente buscava “popularidade” entre os paulistas. A leitura política do interventor estava correta, pois o general Waldomiro Lima, ex-chefe da frente de combate Sul e agora governador-militar de São Paulo, procurou, imediatamente após a guerra civil, uma aliança com “alguns políticos de São Paulo mais propensos a uma aproximação com Vargas”. Sua tarefa no cargo era de “pacificador e articulador de alianças políticas” com diversos grupos sociais no estado, procurando “firmar-se como um leal e verdadeiro defensor dos problemas paulistas” (Gomes, Lobo e Coelho, 1980: 246).

Porém, mais grave ainda, era o fato do decisivo apoio do Norte estar sendo desvalorizado e até vilipendiado. O envio de milhares de soldados para o front era explicado por importantes líderes governistas como uma simples retribuição ao amparo econômico diante da miséria imposta pela intempérie climática. Uma versão que, aliás, consolidou-se, na memória política nacional e também em textos acadêmicos. A grande

⁵⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.10.10 (1-2/234). Datado de 9 de outubro de 1932.

⁶⁰ Idem (8-14/234). Datada de 27 de outubro de 1932.

empolgação dos revolucionários nortistas na defesa do Governo Provisório dava lugar a uma forte frustração política, ainda no mês de outubro de 1932. Com a confirmação da reorganização constitucional e com as negociações políticas entre Vargas e São Paulo – sinônimo da branda punição imposta aos rebeldes –, o importante papel do Norte na defesa do Governo Provisório e da centralização política parecia ter sido em vão. Era evidente que São Paulo já se reorganizava politicamente para concorrer nas eleições constituintes, apesar do exílio de suas principais lideranças e das queixas dos revolucionários nortistas.

A “paz definitiva”, a que se referiu Juraci Magalhães na epígrafe deste capítulo, não veio afinal. O projeto nortista, que vinha sendo construído desde a vitória de outubro de 30, estava virtualmente destruído com a confirmação das eleições, mesmo depois da vitória militar sobre o principal inimigo da região. Era necessário atualizá-lo diante do novo contexto. Uma situação que deixava os revolucionários nortistas desolados e sem saber, ainda, como agir. Juarez Távora capitaneou o início desse processo. Porém, ele não tinha mais a mesma liderança, o que, em grande parte, se devia a suas próprias escolhas. O Norte do imediato pós-30, coeso e liderado por ele, não resistiria à conjuntura iniciada após a guerra civil.

CAPÍTULO 7

O Norte “esbandalhado”

Realizou-se o grande pleito. Está cumprida a palavra do Governo Provisório, apesar de todas as descrenças e dos embaraços criados por uma paradoxal Revolução Constitucionalista, feita preventivamente para realizar uma constitucionalização já com data marcada. As notícias de todo o país informam que o pleito se realizou em completa ordem e plena liberdade – concorrência numerosa e entusiasmo. Antes assim.

Getúlio Vargas¹

Com essas palavras Getúlio Vargas registrou em seu diário a realização das eleições para Assembleia Nacional Constituinte, em 3 maio de 1933. Mesmo antes da guerra civil, o presidente mostrava-se disposto à realização do pleito e nem a esmagadora vitória sobre os rebeldes de São Paulo – momento propício para possíveis planos de protelar a constitucionalização – parece tê-lo estimulado a continuar com o regime discricionário, por mais que alguns de seus aliados lhe tenham feito essa insinuação.

Nos primeiros dias de fevereiro, Luís Aranha, irmão de Osvaldo Aranha e chefe de gabinete do ministro da Justiça, havia sugerido, nas palavras do presidente, que “após as eleições, se o resultado nos fosse favorável, eu deveria dissolver a Assembleia”. Mas, Vargas teria argumentado que, “marcada a eleição, ela deveria ser feita na época determinada” e que “parecia-me muito menos grave adiar por dois ou três meses uma eleição do que dar um golpe de estado, dissolvendo uma Assembleia. Que isto eu não faria. Boa ou má, teria de aguentá-la” (Vargas, 1995, vol 1: 184). Ou seja, para o presidente, a constitucionalização do país, a despeito da guerra da civil ou dos resultados eleitorais, era uma realidade que não seria mudada.

Na nova configuração de forças que surgiu no horizonte político nacional, o poder do Norte do imediato pós-30, como base de sustentação chave do Governo Provisório, chegava a seu fim. Como vimos ao longo dos capítulos anteriores, desde dezembro de 1931, quando Juarez Távora renunciou ao cargo de Delegado do Norte, a região liderada pelos chamados revolucionários e interventores nortistas dava seus primeiros sinais de esvaziamento. No contexto que antecedeu à guerra civil, esses personagens, em articulações próprias e distantes do governo federal, asseguraram a liderança política de Juarez. Nesse mesmo movimento, com a deflagração da luta

¹ (Vargas, 1995, vol 1: 208-209).

armada tentaram, em vão, reforçar o poder de seu líder, retomando a figura do “General do Norte” e apostando na formação de uma grande coluna militar, por ele liderada, que marcharia contra São Paulo. Essas iniciativas foram os últimos suspiros de articulações da região para manter e aumentar seu poder, embora, evidentemente, esses atores não o soubessem. Com o fim da Guerra de 1932 e a iminente constitucionalização do país, o Norte perdia seu grande projeto: a defesa acirrada da centralização política. Esse é, sem dúvida, o ponto principal que explica o “fim” do que se construiu como identidade do Norte, como região geopolítica, no imediato pós-30.

Com o processo de retorno ao regime constitucional, Vargas consolidava-se como o grande líder nacional, o que seria comprovado por sua eleição presidencial, em julho de 1934, por meio dos votos dos deputados constituintes. No mesmo contexto, a liderança e a mística da figura de Juarez Távora iam sendo perdidas e esquecidas gradativamente. Dessa forma, cada vez mais era desnecessária a presença de um intermediário entre o governo central e o Norte, fosse ele um “General” ou um “Vice-rei”. No entanto, esses dois movimentos não são, *a priori*, excludentes, já que a vitória de Vargas como grande líder nacional não precisava significar, necessariamente, a derrocada de Juarez e/ou da identidade política desse Norte revolucionário. O “fim” definitivo dessa identidade/projeto do Norte, por mais que tenha sido determinado pela constitucionalização do país, foi fruto de um processo político bem maior e mais complexo, envolvendo as trajetórias políticas e as escolhas dos mesmos personagens que ajudaram a construí-lo. Tal resultado não estava inscrito na derrota militar paulista, nem na ascensão inquestionável de Vargas. É justamente esse resultado que se pretende acompanhar neste capítulo.

7.1 Os princípios de defesa do Norte e da revolução de 30 diante da constitucionalização

Foi Juarez Távora que se encarregou da articulação política do Norte imediatamente após a guerra civil. Isso mostrava que sua liderança na região ainda era considerável e que as críticas dos revolucionários nortistas à aproximação entre o Governo Provisório e o derrotado estado de São Paulo, também se refletiam em seu posicionamento.

O primeiro passo dado por Juarez foi o envio, para os interventores e revolucionários nortistas, de vários “boletins informativos, onde analisa e propõe fórmulas de intervenção no momento político”. Neles fica evidente que “duas ordens de propostas estão presentes para o Norte”. Uma delas era a “retomada das articulações em prol da coesão política da região, tendo em vista a atuação na Constituinte”. A outra consistia na “preparação do terreno administrativo de forma a facilitar e talvez até assegurar o futuro espaço político do Norte” (Pandolfi, 1980: 360-361). Analisando as comunicações, fica evidente que a orientação política proposta por Juarez tinha o sentido de atualizar a ação do Norte diante do incontornável contexto de preparação para a Constituinte.

No boletim classificado como de número dois, lançado em 4 de novembro de 1932, Távora esclarecia que a “continuidade da obra revolucionária vai depender da futura Assembleia Constituinte e que esta será uma resultante imediata dos elementos eleitorais que se defrontarem no próximo prélio das urnas”. Assim, “desinteressar-se pela arregimentação eleitoral dos elementos que podem e devem vir [a] defender nossas ideias, no congresso constituinte, será um imperdoável erro de imprevidência”, podendo tal atitude causar a “destruição de toda a obra já realizada, com tantos sacrifícios”. Desse modo, “nenhum escrúpulo devem ter os interventores de incentivá-la, pois não vai nisso nenhum crime contra a coletividade, nem contradição insanável com a abstenção político-partidária em que tem primado os governos revolucionários do Norte”.

A justificativa para essa nova estratégia política era que “S. Paulo, com o seu povo fanatizado pelos prejuízos da mentalidade reacionária que o atirou à recente luta, e os partidos gaúchos, que lhe deram apoio, poderão arregimentar uma grande massa eleitoral infensa aos postulados mais salutarés da revolução de outubro e capaz de derrubá-los”. O Norte, para Juarez, “pode e deve fazer, nesse terreno, como já o fez na defesa pelas armas, o papel decisivo de árbitro da situação”, já que “o Brasil espera (...), diante dessa encruzilhada decisiva de seus destinos políticos”, que a região “se una cada vez mais e, por sua própria iniciativa, coordene todas as suas energias e reservas cívicas, para imprimir um rumo seguro à solução do seu problema constitucional”.²

Távora pregava amplamente a participação eleitoral do Norte no pleito constituinte, relacionando-o à própria salvação da revolução de 30 e do Brasil. Dessa

² Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1931.12.12 (105-106/626).

forma, atualizava o papel da região diante da nova arena de disputas políticas que se formava nacionalmente. Como Dulce Pandolfi (1980: 361) bem observa:

Diante da transformação da conjuntura, o absentismo político dominante no período anterior não mais se justificava, tendo que ser substituído por uma conduta de interferência efetiva nos mecanismos político-partidários. Não se tratava, entretanto, nem de autocrítica, nem de comportamento conflitante com a prática anterior, já que o desinteresse pela arregimentação eleitoral poderia acarretar a derrota maior dos ideais revolucionários. A garantia da continuidade estava dada não pela tática utilizada – necessariamente adaptável aos movimentos de conjuntura –, mas pelos objetivos últimos que orientavam a ação e que permaneciam os mesmo. Estes objetivos, fundamentalmente, eram, a nível mais amplo, a garantia da obra revolucionária e, a nível mais restrito, a retomada do espaço político do Norte.

A grande motivação para essa ressignificação de postura política era o fato inevitável de os adversários do Governo Provisório e do projeto centralizador também participarem da Constituinte, sendo agora necessário com eles negociar para buscar derrotá-los no voto, depois de tê-los vencido nas armas. Assim, não surpreende que Juarez tenha, na mesma comunicação, instruído ser “essa arregimentação (...) confiada a elementos moralmente idôneos e de prestígios efetivo nas localidades em que residam”, sendo “prescindível que hajam pegado em armas na defesa da revolução, [e] bastando que se comprometam efetivamente a se bater pelos princípios gerais defendidos pela revolução”.³ Ou seja, era necessário mobilizar todos os estados em seus mais distantes rincões através de alianças com antigos opositores, caso fosse necessário, desde que isso garantisse a vitória eleitoral.

O projeto político nortista para se estabilizar como o grande aliado do Governo Provisório, opondo-se às antigas elites políticas preponderantes na Primeira República, ganhava novo formato diante do contexto constitucional. Era necessário, ao contrário do que foi constantemente pregado e praticado antes da Guerra de 1932, participar ferrenhamente do jogo eleitoral, arregimentando eleitores através de acordos políticos diversos, inclusive com lideranças locais antes rechaçadas. Em outras palavras – utilizando uma expressão corrente e importante de crítica aos primeiros chefes estaduais civis nortistas, que teria justificado o processo de militarização das interventorias –, era necessário “fazer política”. Para tanto, era preciso aproximar-se dos grupos políticos estaduais, mesmo que estes não fossem ou tivessem sido, antes ou durante a guerra civil, tão fieis à revolução e ao Norte. O papel dos interventores no processo eleitoral era determinante e em todo o Brasil. Conforme Angela de Castro Gomes (1981: 31):

³ Idem (105-106/626).

Os interventores surgem como o elemento central para a garantia da consecução e do sucesso do projeto político. A esta nova figura da administração estadual era atribuída a tarefa de arregimentação e unificação das forças políticas estaduais, bem como a sua integração a nível federal. Portanto, mesmo o traçado de um partido político nacional não conseguia fugir, em suas bases de organização, do modelo regionalista de “fazer política”.

A orientação proposta por Juarez para atualizar a ação dos revolucionários nortistas no contexto constituinte possuía ainda uma última característica: eles deveriam engajar-se em um processo mais amplo de organização de um grande partido político nacional. Assim, no final do mesmo boletim, Juarez os convocava para o “próximo congresso revolucionário”, pois ele “poderá ter uma influência benéfica sobre a orientação do Governo Provisório até o fim de seu mandato”. “Convém”, em suas palavras, “que as interventorias do Norte o prestigiem e levem ao seu seio uma súpula das ideias capitais que julgam mereçam ser adotadas como norma geral da conduta do governo discricionário, a fim de tornar mais eficiente a sua atuação saneadora”. Isso porque “dele pode nascer, como espero, os lineamentos do partido revolucionário nacional, tendo como inspiração máxima o nacionalismo social”.⁴

Não apenas os revolucionários nortistas, mas também a ampla corrente tenentista vitoriosa no movimento de 30, teria que encarar o pleito. Nacionalmente, os antigos tenentes buscavam se organizar em partidos, proposta que não era nova, já que “nas diversas investidas tenentistas realizadas no sentido de aglutinar as forças revolucionárias, a ideia de se criar uma organização e caráter nacional sempre esteve presente”. São exemplos dessas iniciativas a Liga Nacional, a Legião de Outubro e o próprio Clube 3 de Outubro. Mesmo sem um caráter explicitamente partidário, todas essas organizações “deviam agir na defesa dos ideais revolucionários, obedecendo a um mesmo modelo organizacional: diversas sedes estaduais vinculadas a um único núcleo central”. No entanto, chegou-se ao momento de reorganização partidária “sem que essas variadas tentativas tenham conseguido vingar” como uma grande força nacional. (Pandolfi, 1980: 360)⁵.

Assim, como disse Juarez há pouco, a formação de um partido revolucionário nacional ainda era necessário para atuarem na Assembleia Constituinte. O evento para o qual convocava os revolucionários nortistas, chamado de I Congresso Nacional

⁴ Idem (105-106/626).

⁵ Além dessas experiências, cita a mesma autora, a iniciativa tenentista, também sem sucesso, da formação de uma agremiação nacional chamada União Socialista Brasileira, articulada no primeiro semestre de 1932.

Revolucionário, foi uma tentativa importante nesse sentido. Ocorrido entre os dias 15 e 25 de novembro de 1932 no Distrito Federal, dele participaram, incluído o Norte, 95 delegações. Como é fácil imaginar, as discussões foram intensas e divergentes, pois muitas dessas correntes – como aconteceu com os revolucionários nortistas – transformaram-se desde a vitória de 30 e as aproximações entre elas era muito complicada.⁶

Ao final do congresso, assim como previa Juarez, surgiu uma agremiação nacional revolucionária, chamada de Partido Socialista Brasileiro (PSB). No entanto, esse novo partido não significou uma vitória plena para o antigo Delegado do Norte. Batizada com um termo forte e carregado de sentidos para a esquerda, o “socialismo” adotado não fora unânime. Quanto a esse ponto, defendia Juarez, na imprensa do Distrito Federal, a “fórmula de uma República Social-Nacionalista”, que não tinha nada a ver com o fascismo nem com “as ideologias de quaisquer outros povos”. Nesses debates, houve uma clara disputa: de um lado, Juarez defendendo uma fórmula “social-brasileira”, enquanto outras correntes se batiam por uma organização “socialista brasileira”.⁷ A sutil diferença era fundamental, pois indica que o termo socialismo não era defendido por Juarez, como, aliás, o boletim acima citado deixa claro. No entanto, foi esse o nome dado ao partido. A decisão final que levou à escolha do nome é digna de nota:

A comissão coordenadora dos trabalhos pediu, então, que fosse posto em votação nominal o seu parecer, escolhendo a definição do Sr. Juarez Távora. Um orador, dos inscritos, conseguiu fazer-se ouvir. Fora a Biblioteca Nacional e consultara dezenas de dicionários, convencendo-se de que social não define uma corrente, um princípio, uma diretriz, uma ideologia política, baseada no socialismo. A palavra adequada deveria ser socialista, derivada de socialismo e não social, que vem de sociedade. A maioria absoluta dos congressistas também assim pensava. (...) [Um dos oradores defendeu então que] deveria ser adotada a definição de Juarez Távora, com o uso do vocábulo socialista, desaparecendo, portanto, a controvérsia.⁸

⁶ Como exemplo importante para entender esse ponto, basta citar que, segundo a imprensa carioca, em uma das suas sessões – com “debates prolongados e tumultuosos” – na qual se buscava a “definição da ideologia revolucionária” apresentaram suas proposições acerca do tema “o Sr. Castela Simões, que se orienta para a República Socialista-Cooperativista; o representante do Clube 3 de Outubro, de Santa Catarina, que se confessou nacionalista; o dr. César Xavier, por uma república sociocrática; o Sr. Dário Nogueira, pelos operários de Paranaguá, pelo socialismo que combata a ficção do ouro; o Sr. Manoel Rezende, para ‘Ação-Patria-Novista’, a favor do socialismo brasileiro; o dr. Tomas Marinho, pelo Ceará, por um socialismo-sindicalista-corporativista”, além de “outros oradores [que] manifestaram-se, firmando na maioria princípios socialistas-nacionalistas” e do “Sr. José Oiticica (...), como anárquico-sindicalista”. *Jornal Correio da Manhã*, 18 de novembro de 1932.

⁷ *Jornal Correio da Manhã*, 18 de novembro de 1932.

⁸ *Jornal Correio da Manhã*, 19 de novembro de 1932.

Percebe-se, assim, que mesmo sendo um dos principais líderes do encontro, Juarez perdeu o debate acerca dessa proposta, mesmo tendo conseguido aprovar alguns pontos do estatuto do PSB.⁹ Ao se lembrar, décadas depois, desse congresso, Távora reconhece a derrota e os prejuízos que seriam colhidos ainda no final do Governo Provisório:

A maioria do plenário optou, entretanto, pelo radicalismo socialista, desprezando a generalizada tendência moderada que já se esboçara nas organizações partidárias de vários estados – inclusive os do Norte do país – através da formação de partidos social-democráticos. (...) Minha decepção foi grande, diante desse desfecho. Maiores, porém, seriam minhas preocupações e desgostos posteriores. (...) [Pois permaneci ligado] à fundação do Partido Socialista, da qual, por injustificável tolerância, deixei-me construir, por algum tempo, uma espécie de presidente ou pai putativo... (...) Somente em começos de 1933, já no exercício do cargo de ministro da Agricultura, pude libertar-me dos encargos ligados àquele partido. Mas o fato de haver compartilhado, sem protestos, daquela estranha herança, deveria render-me, dois anos mais tarde, severas restrições e críticas do eleitorado católico do meu estado, o Ceará – durante campanha política de que ali participei, em favor do PSD estadual, na fase de reconstitucionalização do estado (Távora, 1976: 67).

Juarez continuou ligado ao PSB e, como reconheceu em suas memórias, seu preceito de atualizar o projeto nortista ligado a um partido nacional sofreu um forte abalo com essa agremiação. Como afirma Dulce Pandolfi, ainda que efetivamente criado, o PSB “não atinge os objetivos propostos pelo Congresso: além de pouco representativo não consegue impor-se nacionalmente” (1980: 365). Um dos fatores determinantes para o esvaziamento do PSB é explicado por Lima Cavalcanti, interventor pernambucano, já em 1933. Para ele, que divergia do PSB, tal partido, embora anunciado com alarde, estava condenado ao fracasso:

Esse núcleo está destinado [a] fracassar porquanto elementos mais representativos e interessantes já fazem parte do [Partido] Social Democrático [de] Pernambuco, cujo programa coincide [em] linhas gerais com programa [do] Partido Socialista. Além do mais, na grande convenção para sua fundação, [o] PSD está autorizado [a] articular-se [com o] partido nacional que represente verdadeiramente [a] opinião revolucionária no país.¹⁰

Desse modo, o surgimento do PSB trouxe mais problemas do que soluções para alguns estados do Norte, pois as unidades estaduais desse partido passaram a competir com as agremiações partidárias que estavam sendo organizadas pelos interventores. Um

⁹ Segundo Dulce Pandolfi (1980: 364), a aprovação de diversas propostas de Juarez no programa político do partido se deu graças aos prévios contatos realizados no Norte. Ainda sobre o PSB, Araújo Neto (2012: 41-46) analisa o manifesto da agremiação, e afirma que “o socialismo do novo partido (...) era explicitamente mais uma declaração de princípios e tendências que programático e sempre submetido à razão nacional e patriótica”.

¹⁰ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1931.12.12 (175-177/626). Datado de 4 de janeiro de 1933.

processo que estava em pleno curso nos estados e que tinha forte tradição vinda da Primeira República. É nesse momento, portanto, que interventores e revolucionários nortistas começam a criar suas agremiações, entre as quais o Partido Liberal do Pará, o Partido Republicano do Maranhão, o Partido Nacional Socialista do Piauí, o Partido Progressista da Paraíba e o Partido Social Democrático (PSD) do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e do Espírito Santo. Houve, assim, uma inversão na “ordem dos fatores” para a montagem do tão sonhado partido nacional revolucionário:

Seria fundamental que em cada estado do Norte se formasse apenas um partido dentro do espírito da revolução, condição que facilitaria uma posterior fusão dessas diversas agremiações em um único partido nacional. Embora a ordem dos fatores tenha sido alterada, a questão central permanecia a mesma. Se no momento político anterior a proposta era construir uma organização nacional, e a partir dela formar diversos núcleos partidários estaduais, na nova conjuntura tal proposta tornava-se ultrapassada. O momento pré-eleitoral exigia que as correntes revolucionárias de cada estado se aglutinassem imediatamente em partidos estaduais, e estes, num segundo momento, se integrariam em uma organização nacional (Pandolfi, 1980: 365).

Porém, como política não é matemática, nesse caso, a ordem dos fatores podia interferir no resultado final a ser alcançado. Isso porque, um segundo modelo de agremiação nacional, que não foi propriamente um partido nacional, mas uma grande coligação de partidos estaduais acabou surgindo. Ela foi denominada União Cívica Nacional (UCN), sendo lançada em fevereiro de 1933. Diferentemente do PSB, a UCN não concorria com os partidos estaduais criados pelos interventores e revolucionários nortistas, pois não previa a fundação de unidades estaduais. Ao contrário, os partidos dos estados se coligavam, visando formar uma ampla frente na Assembleia Nacional Constituinte. Juarez também participou da fundação da UCN e orientou os partidos socialistas estaduais, criados a partir do PSB original, a se filiarem àquela organização.¹¹ Ultrapassa, em muito, os objetivos deste trabalho, analisar com propriedade essas duas experiências partidárias nacionais, pois, tanto o PSB como a UCN foram bem maiores do que sua relação com o Norte, sendo a região apenas uma das facetas que os explicam e alimentam. Assim, mesmo sem aprofundar esse ponto, é

¹¹ Sobre esse ponto, ver jornal *Correio da Manhã*, 5 de março de 1933, no qual há um ofício assinado por Juarez e outras lideranças da UCN convocando o “Partido Socialista Brasileiro, seções de Alagoas, Maranhão, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal; Partido Socialista Fluminense; Partido Radical Socialista de Recife; Partido Radical Socialista de Teresina; Partido Radical Socialista de Belo Horizonte e Partido Social Democrático do Ceará” a filiarem-se a UCN.

possível inferir que, no Norte, a UCN teve relativo sucesso, já que dos 19 partidos filiados à UCN, 12 eram nortistas.¹²

Até esse momento, a atualização do projeto nortista diante do contexto constituinte era apenas parcialmente bem sucedida. Apesar da flagrante derrota de Juarez na formação do PSB, a UCN teve força e muitos interventores lideravam ferrenhamente o processo de arregimentação eleitoral em seus estados. É interessante notar, inclusive, que a UCN foi chamada de partido do Catete por alguns órgãos da imprensa, o que remete claramente a sua vocação situacionista de apoio a Vargas. Porém, vários interventores se abstiveram de participar do pleito eleitoral, pouco influenciando na organização partidária e contribuindo determinantemente para o fim da homogeneidade construída pelo Norte no período decorrido entre a vitória da Revolução de 30 até a guerra civil.

Esse último ponto é fundamental para que se entenda o término daquele projeto político do Norte construído no imediato pós-30. Mas, para analisá-lo, é fundamental entender uma importante reconfiguração no *locus* político de Juarez: sua nomeação para o Ministério da Agricultura. Ao contrário do que ele esperava ao assumir o cargo, sua gestão não reavivou a coesão nortista, mas contribuiu decididamente para corroê-la, bem como a seu prestígio na região.

7.2 O declínio político de Juarez no Norte: o herói perde seu pedestal

Assis Brasil foi nomeado ministro da Agricultura ainda em novembro de 1930, mas pouco se dedicou à pasta. Uma semana depois de tomar posse, licenciou-se do ministério e com a tensão política dos primeiros anos do Governo Provisório foi cada vez mais se distanciando do cargo. Foi o que ocorreu quando, por exemplo, ele se envolveu diretamente no apaziguamento da oposição gaúcha, durante a crise que antecedeu a Guerra de 1932. Ou seja, sua saída do ministério era incontornável, pois, além de ocupar a pasta e de afastar-se do centro político de poder para atuar no Rio

¹² A lista completa é “Partido Socialista Brasileiro e Partido Liberal Amazonense (AM); Partido Liberal (PA); Partido Socialista Brasileiro (MA); Partido Social Nacionalista (PI); Partido Liberal (MT); Partido Nacional Socialista e Partido Popular (RN); Partido Nacional (AL); Partido Republicano Progressistas (PB); Partido Social Democrático Pernambuco; Partido Social Democrático Ceará; Partido Social Democrático Bahia; Partido Social Democrático Paraná; Partido Liberal Santo-catarinense (SC); Partido Republicano Liberal (RS); Partido Republicano Social (GO); Partido Autonomista (DF); e Chapa Liberdade e Civismo (SE)” (Pandolfi, 1980: 422). A UCN, no entanto, funcionou efetivamente até a Constituinte, o que me leva a crer que a lista seja maior do que essa.

Grande do Sul, era, desde 1931, embaixador especial do Brasil na Argentina e membro da comissão responsável pela elaboração da lei eleitoral e pelo anteprojeto da Constituição.¹³

Em meados do primeiro semestre de 1932 começaram as especulações sobre seu substituto, sendo levantado o nome de Lima Cavalcanti, interventor pernambucano. O próprio “postulante” ao cargo escreveu a Juarez comentando sua possível saída e sugerindo o nome de seu possível sucessor: Jurandir Mamede. Ou seja, um militar revolucionário nortista e um de seus secretários de governo desde 1930. O que justificava a indicação feita por Lima Cavalcanti era a “continuidade administrativa e unidade ação Norte para [o] que Pernambuco tem contribuído decisivamente junto demais companheiros, como acaba [de] suceder agora diante [da] investida constitucionalista”.¹⁴

Além disso, tal indicação procurava barrar outra, já aventada para a interventoria pernambucana: João Alberto Lins de Barros. Mesmo sendo nortista e tendo participado do movimento de 1930, o ex-interventor paulista não era considerado um revolucionário nortista. Apesar da relevância de seu nome, esse possível sucessor estava há muito afastado do Norte, não tendo ajudado a construir seu projeto geopolítico de poder no pós-30. João Alberto era visto entre os revolucionários nortistas com um “alto espírito personalista [que] viria concorrer para estabelecer a ruptura daquela solidariedade e talvez provocar prejuízos irremediáveis”.¹⁵ Sua nomeação, por conseguinte, abalaria profundamente a homogeneidade nortista, conformada a duras penas por um complexo processo de depuração entre revolucionários nortistas civis e militares. Além disso, poderia rivalizar com a liderança de Juarez, preocupação que também havia naquele momento.

O debate não se encerrou aí, pois houve outras comunicações sobre o tema, até que, em 17 de junho, diante de “jornais [que] insistem referir meu nome [para o] Ministério Agricultura”, Lima Cavalcanti, convencido da necessidade de sua permanência em Pernambuco, ao lado dos companheiros que “sustentam coesão Norte”, declinou do cargo. Em sua justificativa ressaltou que “devemos colocar situação

¹³ Sobre a crise gaúcha pré-guerra e sua relação com o Norte, ver capítulo 4, item 4.3, e sobre a atuação de Assis Brasil até entregar a pasta em dezembro de 1932 ver seu verbete no DHBB – Cpdoc/FGV.

¹⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (6190-6196/7455). Datado de 1º de abril de 1932. Codificado.

¹⁵ Idem (6186-6189/7455). Datado de 1º de abril de 1932.

revolucionária Norte acima de tudo”.¹⁶ Ou seja, em pleno processo de polarização política nacional em torno do tema da centralização e constitucionalização, o bloco do Norte, conseguido com a militarização das interventorias, não poderia prescindir de um de seus mais fortes interventores. Contudo, isso não queria dizer que os revolucionários nortistas abrissem mão de tão importante Ministério, já que era necessário defender os interesses da região, contendo o avanço dos opositores no primeiro escalão do governo. Nesse sentido, João Punaro Bley, interventor capixaba, informou Juarez do telegrama enviado a Vargas sobre o caso do Ministério da Agricultura:

Acabo transmitir chefe governo seguinte telegrama: “permita vossencia em nome Norte, parte integrante corrente revolucionária que nenhuma compensação política pleiteou junto [ao] governo central, apesar [dos] grandes e inestimáveis serviços (...) e apoio leal e decisivo tem prestado horas mais difíceis patriótico governo vossencia, venha trazer meu protesto solidariedade (...) contra propalada imposição políticos frentes únicas [e com] sentido serem preenchidas pastas vagas ministérios pessoas confiança mesmo. Norte, que nas horas incertas da luta soube cumprir seu dever, sem negar direitos quem quer que seja, espera, confiante patriotismo vossencia saberá, mais uma vez, mostrar-se superior competições políticas resolvendo acordo altos interesses nação. Não estando Ministério Agricultura alheio vitais interesses econômicos [do] Norte, redimido politicagem nefasta, tem direito esperar seja direção mesmo entregue nortista identificado suas necessidades, uma vez não sendo possível contemplá-lo [com a] pasta [da] Justiça”.¹⁷

Como se vê, a pasta da Agricultura era pleiteada pelo Norte desde antes da guerra civil. A conquista desse Ministério teria, no entanto, que ser aliada à preservação da união da região ante o avanço constitucionalista. Durante a Guerra de 1932, o debate arrefeceu, retornando somente após a derrota dos paulistas, sem nenhuma decisão confirmada. O próximo indício do tema surgiu em 9 de novembro de 1932, quando Vargas registrou em seu diário: “o interventor do Paraná manifestou-me o desejo de que o ministro da Agricultura saísse daquele estado. Declarei-lhe não haver ainda resolvido sobre o nome a escolher, mas que ele, como interventor do estado, atendia com mais eficiência aos interesses deste do que um ministro da Agricultura” (Vargas, 1995, Vol 1: 150-151). Assim, pouco inclinado à sugestão, mostrou-se mais afeito a outra apresentada no dia 21 do mesmo mês:

A noite procurou-me o ministro da Viação (...). Perguntou-me ele o que havia sobre a nomeação de Juarez Távora para ministro da Agricultura, que se falava nisso, e que o próprio Juarez esperava ser convidado. Respondi-lhe que não havia tratado disso, mas que a hipótese era-me

¹⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.05.14. (93-94/172). Datado de 17 de junho de 1932. Ver também Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (6227-6230/7455).

¹⁷ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.05.14 (144-116/172). Datado de 22 de junho de 1932. Sobre a pasta da Justiça, Bley refere-se à nomeação do mineiro Francisco Campos após a renúncia do gaúcho Maurício Cardoso.

simpática. Supunha apenas que ele não aceitasse, dado o seu ponto de vista anterior. Respondeu-me que havia mudado muito após o casamento (Vargas, 1995, Vol 1: 155).

A relutância de Vargas em indicar o nome de Juarez Távora vinha de sua recusa ao Ministério da Viação e Obras Públicas em 1930. Assim, ao contrário do que disse José Américo – talvez com uma ponta de ironia –, não foi o casamento que o fez mudar de opinião, mas sua relação com os revolucionários nortistas. Naquele primeiro momento, sua recusa à pasta da Viação explicava-se por sua insistente e vitoriosa posição em conseguir um *locus* político para atuar junto ao Norte, concretizado com a criação da Delegacia. Mas, depois de optar pela extinção do órgão, achava-se apto a assumir uma pasta ministerial, por não ocupar cargo relevante na estrutura federal e, especialmente, pela posição dos interventores de terem o Ministério da Agricultura ocupado por um representante da região, sobretudo, diante das especulações envolvendo os possíveis substitutos de Assis Brasil. Assim, em outro contexto de relação política com o Norte e com o governo federal, a pasta da Agricultura poderia significar um fortalecimento de sua liderança no contexto Constituinte, além de, não menos importante, ser um Ministério que possuía grandes recursos, o que facilitaria sua ação junto às interventorias.

Desse modo, Vargas incumbiu José Américo do convite (Vargas, 1995, Vol 1: 158) e a 11 de dezembro de 1932, Juarez escreveu ao presidente, dizendo que o aceitava, “em princípio”, pois o condicionava a três pontos. Um era o aumento na verba destinada à pasta e sua autorização para uma remodelação burocrática na estrutura ministerial. Outro era o direito de ser criticado e criticar abertamente os atos do Governo Provisório e de outros ministérios, quando julgasse pertinente. Por fim, o ponto mais importante e do qual dependia seu aceite:

Para atender a situação especialíssima que se criara nos estados do Norte, após a vitória revolucionária de 1930, não trepidei, há dois anos passados, em renunciar, em plena aurora do atual governo, [a] uma pasta ministerial. Pois bem: é ainda por amor ao Norte, para solução de cujos problemas fundamentais desejo colaborar (...), que (...) estou disposto a aceitar, neste crepúsculo de governo discricionário, a pasta que v. ex. acaba de oferecer-me. E, para facilidade dessa cooperação, julgo indispensável que se evitem, o mais possível, modificações no atual quadro das interventorias nortistas, cujos governos, já inteiramente senhores de seus problemas mais relevantes, facilitarão, sem dúvida, grande parte de minha tarefa administrativa.¹⁸

Essa posição de Juarez revela que ele sabia que sua capacidade de ação na nomeação dos interventores estaria limitada, após ser nomeado ministro da Agricultura.

¹⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.12.09 (2-11/581).

Ele só aceitaria o ministério tendo a garantia de que a configuração política do Norte pós-militarização estivesse assegurada pelo Governo Provisório.¹⁹ Assim, o fato de tornar-se ministro não poderia implicar necessariamente no fim da união da região, nem atravancar sua relação com os interventores nortistas nomeados por sua indicação. Assumir o Ministério da Agricultura era, para Juarez, uma estratégia para garantir a força do Norte e assegurar sua liderança durante o contexto de elaboração da constituição. Não à toa, antes mesmo de escrever essa carta, comunicou-se com alguns interventores para ter essa garantia, entre eles, Punaro Bley, do Espírito Santo, Tasso Tinoco, de Alagoas, e Juraci Magalhães, da Bahia.²⁰

Ou seja, Juarez sabia que a articulação do projeto nortista estava fragilizada com a constitucionalização e aceitando o ministério comprometia-se com questões nacionais, o que certamente não incluía, ainda mais naquele momento, a possibilidade de indicar novos interventores para a região. Ou seja, reconhecia seu engessamento político da prerrogativa básica de ação que lhe conferiu o título de “Vice-rei”: a enorme autonomia para indicar novos interventores.²¹ Em contrapartida, a partir de 22 de dezembro de 1932, quando tomou posse, passou a gerir uma importante pasta ministerial para realizar o que chamou de sua “tarefa administrativa”. Assim, de modo semelhante à Delegacia Militar do Norte, a ação de Juarez dar-se-ia em dois sentidos: um político, no qual buscava continuar liderando os revolucionários nortistas no processo de constitucionalização; e outro, não menos importante, administrativo, utilizando a estrutura e as verbas ministeriais para estimular o desenvolvimento e união dos estados nortistas. No entanto, esses dois objetivos falharam, sepultando definitivamente sua liderança na região.

¹⁹ Em suas memórias, mesmo citando essa carta, Juarez faz uma avaliação diferente sobre os motivos que o levaram a aceitar o convite: “primeiro, colaborar ao lado de José Américo [na pasta da Viação e Obras Públicas], com os leais companheiros de revolução que, no Nordeste, enfrentavam os horrores de uma das secas mais cruéis, que já haviam flagelado essa região do país; e em segundo lugar, poder participar, como membro nato da Constituinte – cuja eleição já fora fixada para outubro (sic) de 1933 – da elaboração da futura Carta Constitucional” (Távora, 1976: 89).

²⁰ “Estou informado presidente pretende convidar-me pasta Agricultura. Convidado, só aceitarei cargo para colaborar governos Norte tarefa reconstrução revolucionária, indago se está disposto (sic) atuais interventores prometerem manter-se postos até fim período discricionário”. Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.12.09 (1/581). Datado de 9 de dezembro de 1932.

²¹ Vale lembrar, como mostramos anteriormente, que o termo “Vice-rei” – expressão de ataque político criado pela oposição – referia-se, essencialmente, a prática de Juarez indicar diretamente a Vargas os interventores nortistas, ao passo que a Delegacia Militar do Norte, órgão oficial, era bem maior que essa função, pois englobava também, e com enorme importância, a orientação política e administrativa das interventorias, quer inter-regional, quer junto ao Governo Provisório. Tal mudança foi percebida pela mesma imprensa que o batizou o “Vice-reinado”, pois passou a chamar Juarez, depois de sua nomeação como ministro, de “ex-Vice-Rei do Norte”. Ver, por exemplo, jornal *Diário Carioca*, 27 de janeiro de 1933, e jornal *A Manhã*, 31 de dezembro de 1932.

Sobre isso é importante que se ressalte alguns aspectos. O primeiro deles é que o declínio político de Juarez no Norte foi processual. Ou seja, ocorreu a partir da não efetivação da Divisão do Norte, durante a Guerra de 1932, o que acabaria sendo uma última iniciativa conjunta dos interventores, tendo em vista a maior projeção política de seu líder. O término pode ser datado do momento em que o ex-Delegado entrega a pasta da Agricultura, em julho de 1934, para concorrer às eleições em seu estado natal. Logo a seguir, ele, surpreendentemente, perde a eleição estadual cearense e acaba retornando à vida militar, em dezembro do mesmo ano.

Em segundo lugar, vale notar que, o enfraquecimento de seu papel como líder nortista não significava o fim da forte aliança entre o Norte e o Governo Provisório. Mas, no decorrer desse processo, houve circunstâncias concretas que contribuíram para tal afastamento, já que outros personagens políticos de destaque nacional passaram a concorrer para conseguir o apoio dessa região, visando os embates que seriam travados na Assembleia Constituinte. Assim, mesmo com Juarez permanecendo fiel ao presidente, ao passo que perdia seu prestígio político, cada vez mais os revolucionários nortistas, impelidos inicialmente pela constitucionalização, seguiram caminhos próprios afastados do ex-Delegado.

Dessa forma, as intenções políticas de Juarez no Ministério da Agricultura – o que será analisado com mais vagar – já ficavam claras em sua carta de aceite. Se Juarez tentou garantir que região ficasse imune à interferências externas (federal), não conseguiu que, internamente, mudanças acontecessem, mesmo que contrariando suas ordens, o que evidenciava a diminuição de sua liderança.

Conforme Dulce Pandolfi assevera, “os ‘revolucionários nortistas’, unidos inicialmente pela defesa do Estado ditatorial, assumem diante da constitucionalização os mais diversos comportamentos”. Segundo a autora, no grupo mais numeroso “acham-se os que encampam o processo de constitucionalização e, embora considerando-se um mal necessário, assumem, na prática, as medidas impostas pelo momento”. Esse será o caso, por exemplo, de Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães. Já outros mantêm-se numa “posição de neutralidade e distância, coerentes com a prática política desenvolvida anteriormente”, como fez Carneiro de Mendonça, interventor cearense.²² Um terceiro grupo de interventores percebe “a constitucionalização como um desvirtuamento da

²² Outros que seguiram a mesma orientação foram Seroa da Mota e Tasso Tinoco. Dulce Pandolfi cita que Augusto Maynard teve o mesmo posicionamento, mas, segundo seu verbete no DHBB – Cpdoc/FGV, este interventor tanto apoiou como fundou partidos nesse contexto.

Revolução de 30” e, por isso, faz a opção de abandonar a cena política, como exemplifica Herculino Cascardo, ex-interventor do Rio Grande do Norte. Por fim, lembra Pandolfi, há aqueles que “insistem em assumir a bandeira da ditadura militar”, destacando-se entre eles o general Manuel Rabelo, que assumiu no início de 1933 o comando da 7ª Região Militar de Recife (1980: 358-359).²³

Foi com esse quadro político diversificado que o novo ministro da Agricultura teve que pautar sua ação política, atualizando os pressupostos do projeto do Norte, para buscar, diante do momento de fragilidade trazido pelo processo eleitoral, manter a região forte e sob sua liderança. A postura de Juarez perante o caso de Herculino Cascardo é paradigmática nesse sentido. Ele foi um dos interventores que chegou ao Norte em pleno processo de militarização, mas não participou da guerra civil na função de interventor, pois se demitiu em fevereiro de 1932 alegando motivos pessoais. Cascardo era um revolucionário nortista de influência, e se tornou representante do estado potiguar junto ao Clube 3 de Outubro no Rio de Janeiro, instituição da qual pediu desligamento em fevereiro de 1933, desiludido com o processo constitucional. O agora ministro da Agricultura assim se posicionou diante da renúncia de Cascardo de suas funções no Clube 3 de Outubro:

Para impedir deserções como essa sua (...) planejadas por vários companheiros nossos, desejosos de abandonar posições oficiais, acabei aceitando, em situação extremamente difícil, o Ministério da Agricultura. Nem assim pude evitar a saída do Tasso Tinoco de Alagoas, e sabe Deus a luta tida para conservar Carneiro de Mendonça no Ceará e evitar a saída, em consequência, de Rogério Coimbra, do Amazonas, e Ari Parreiras do estado do Rio. (...) Ao critério das deserções isoladas ou em massa, eu tenho contraposto a da colaboração intensiva e extensiva que acabe nos dando influência decisiva nas deliberações de poder. Para tanto é, porém, indispensável que nos amoldemos num bloco compacto, perfeitamente orientado pelos mesmos princípios ideológicos identificados pelas mesmas normas de atuação prática. É isto, sobretudo, o que nos tem faltado.²⁴

É sintomático para o desmantelamento do bloco do Norte e da liderança de Juarez o fato que, de todos os interventores citados, apenas Ari Parreiras, um não nortista, tenha permanecido no cargo até o final do Governo Provisório. A ação de Juarez tentando preservar o interventor fluminense, assim como vinha fazendo no

²³ Sobre Rabelo, ex-interventor paulista, afirma Dulce que este militar “não era no pós-30 identificado como um revolucionário nortista. Entretanto, após a sua nomeação no início de 1933 para o cargo de comandante da 7ª Região Militar, seu prestígio político cresce nos estados nortistas, principalmente em Pernambuco” (Pandolfi, 1980: 421).

²⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1931.12.12 (291-293/626). Datado de 28 de fevereiro de 1933. A carta na qual Herculino Cascardo comunica Juarez de seu posicionamento, e também transcreve a missiva enviada ao Clube 3 de Outubro informando seu desligamento, está em Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1931.12.12 (254-256/626). Datado de 23 de fevereiro de 1933.

Norte, mostra que, mesmo no Ministério da Agricultura, ele não abriu mão de articular a região com um programa revolucionário nacional, concretizado em parte no PSB e, de modo mais efetivo, na UCN. É justamente por meio dessa agremiação que ele e muitos interventores procuraram se reagrupar no “bloco compacto” que citou. No entanto, esse objetivo ficava cada vez mais distante e difícil com as mudanças de interventores ocorridas após a guerra civil, o que, inegavelmente, contrariava seus planos e seu poder de liderança.

Essas substituições nas interventorias são momentos-chave para se perceber que Juarez Távora estava com seu poder político limitado. A saída de Tasso Tinoco foi a primeira delas, sendo seus desdobramentos determinantes para o enfraquecimento político de Juarez Távora e da aliança entre o Norte e o Governo Provisório. Além de ser a única substituição ocorrida na região entre o fim da Guerra de 1932 e o pleito de maio de 1933, o caso alagoano interferiu enormemente na coesão nortista e no projeto de atuação do Norte durante a constitucionalização, liderado pelo ministro da Agricultura.²⁵

Tasso Tinoco era um dos revolucionários nortistas que não se sentia contente com o processo eleitoral²⁶, o que já ajuda explicar sua saída da interventoria. No entanto, além disso, Vargas registra em seu diário outro motivo político determinante que contribuiu para a mudança de interventor em Alagoas: “recebi o major Távora, que tratou da exploração política que se pretendia fazer, sob o patrocínio do general Góis, para retirar o interventor de Alagoas” (Vargas, 1995, Vol 1: 153).²⁷ Ou seja, Góis Monteiro passou a intervir para a substituição de Tinoco, que fora nomeado com aval de Juarez, visando fortalecer-se politicamente em seu estado natal, certamente já visando os debates constituintes. A partir dessa iniciativa, Góis – que desde o início de 1933 era inspetor das regiões militares do Norte²⁸, cargo que o aproximava da região – buscou angariar apoio político no Norte, em um amplo processo que envolveu diversas forças políticas em todo o país. Sobre isso, afirma Angela de Castro Gomes:

²⁵ Vale registrar que Seroa da Mota em 2 de fevereiro de 1933 renunciou à interventoria maranhense por se opor à constitucionalização em curso, sendo o cargo ocupado interinamente pelo coronel Álvaro Jansen Saldanha. O novo interventor, Antônio Martins de Almeida, revolucionário nortista militar que era secretário geral da interventoria piauiense, só tomou posse em 29 de junho de 1933, ou seja, depois do pleito constitucional (Caldeira, 1981: 190-205). Não encontrei documentos no arquivo pessoal de Juarez Távora que mostrem sua ação nessa nomeação.

²⁶ Ver Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.06.16 (17-18/380). Datado de 24 de outubro de 1932.

²⁷ Registro de 16 de novembro de 1932.

²⁸ Segundo seu verbete do DHBB – Cpdoc/FGV, sua função compreendia “as guarnições sediadas no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo e todo o Norte-Nordeste”.

O período da constitucionalização, que se inaugura a partir dos meses finais de 1932, vai estabelecer uma série de alterações nas alianças do poder e, principalmente, estimular esforços de mobilização e organização política, tendo em vista a instalação dos trabalhos de uma Assembleia Nacional Constituinte (1981: 27).

Ou seja, à medida que os revolucionários nortistas foram se afastando da orientação de Juarez, a aliança entre o bloco do Norte e o Governo Provisório foi se enfraquecendo, pois passaram a concorrer com o antigo Delegado outras lideranças de destaque nacional, como é o caso do general Góis. Sua influência na região se estabelece antes mesmo de Juarez assumir o Ministério da Agricultura. Assim, comunicando a Vargas a saída de Tasso Tinoco, Juarez reconhece que buscou “um entendimento pessoal com o general Góis Monteiro a respeito de suas objeções sobre o atual governo de Alagoas”. Mas, continua, “infelizmente, dado uns tantos pontos de vista mais ou menos pessoais, em que se coloca o general Góis, não me parece viável uma conciliação entre ele e o interventor”. Uma declaração que revela a força política de Góis após a guerra civil.

Desse modo, com a inviável conciliação, a renúncia de Tinoco foi efetivada, tendo Juarez dito a Vargas que “decida a questão como lhe parece mais acertado (...), esperando que v. exa. me escuse a interferência tida nesse caso”.²⁹ Juarez optou por não intervir no caso alagoano, deixando a decisão nas mãos do presidente. Vale registrar que em nenhum momento pediu-lhe que procurasse Góis para a solução do episódio, por saber de suas pretensões políticas na região, mas o presidente conversou bastante com o general até a escolha do substituto, Francisco Afonso de Carvalho.³⁰ Essa substituição, fora da orientação de Juarez, trouxe para os revolucionários nortistas alagoanos uma consequência política determinante em suas trajetórias: eles perderam espaço político junto à interventoria e ao processo eleitoral.

Depois da chegada do novo interventor em Alagoas, Juarez passou a receber muitas queixas de revolucionários do estado. A maioria delas girava em torno de uma mesma questão: a política implementada por Afonso de Carvalho estava provocando o “aniquilamento da arregimentação partidária já iniciada (...), sob a bandeira do Partido

²⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.06.16 (20/380). Datado de 21 de novembro de 1932.

³⁰ Como exemplo das conversas envolvendo a substituição do interventor alagoano ver registros dos dias 2, 3, 8, 9, 14 e 22 de novembro de 1932 no diário de Vargas. Ainda sobre o caso, vale dizer que Vargas registrou em seu diário no dia 22 de dezembro do mesmo ano que “substituí o interventor do Amazonas”. No entanto, tal informação está errada, pois o interventor amazonense Rogério Coimbra ficou no cargo até setembro de 1933, como veremos. Certamente o presidente referia-se ao caso alagoano, pois foi por volta dessa data que nomeou Afonso de Carvalho.

Socialista”, agremiação formada pelos revolucionários nortistas alagoanos. Távora escreveu ao interventor, dizendo que “tenho me escusado a pronunciar-me em assuntos que escampam a minha alçada”, mas aconselhava “a todos que se aproximem confiantes do novo interventor e lhes deem, sem restrições, a sua colaboração”, pois estava certo que “ele lhes dará, em compensação, pelo menos a liberdade indispensável para que continuem a arregimentar-se”.³¹

Ou seja, pelas queixas enviadas, fica claro que os revolucionários nortistas alagoanos buscavam organizar-se em torno do Partido Socialista, criado em sintonia com a proposta de atualização do projeto nortista elaborada por Juarez, mas estavam sendo prejudicados por um novo processo de organização eleitoral promovido por um novo interventor que não participava de sua corrente, o que os enfraquecia para a disputa eleitoral. Cobram, desse modo, a interferência de Juarez no caso, reconhecendo ainda sua liderança política mesmo depois de extinta a Delegacia, mas fortalecida com o Ministério da Agricultura. A resposta de Afonso de Carvalho, no entanto, deixa claro que o poder de Juarez já não era o mesmo:

Quando convidado no Catete, acentuou-me o dr. Getúlio Vargas que as nomeações de interventor federal cabiam exclusivamente a s. excia. e que assim, como seu representante e pessoa de sua confiança, só para o chefe do governo deveria assumir compromissos e dar conta dos meus atos. Respondi que doutra forma não poderia aceitar o convite, com que me honrara, pois não me sujeitaria a vir para Alagoas em nome de facções ou pessoas. (...) Os amigos, que vão roubar o precioso tempo do ministro da Agricultura, desviando-lhe a atenção para tudo “que escapa a sua alçada” (...), que fiquem tranquilos. O Partido Nacional de Alagoas, ora formado em torno do seu novo interventor, com a maioria esmagadora do eleitorado, e com todo o prestígio da opinião pública, não é meu; é nosso, é da revolução.³²

Afonso de Carvalho mostrou determinadamente que sua nomeação não coube a Juarez, assim como não lhe devia satisfações políticas. O ex-Delegado não poderia interferir nos embates que ocorriam em Alagoas acerca do processo eleitoral. O interventor possuía outras ligações e compromissos políticos, em especial com Góis Monteiro, e afastou-se da “facção” dos revolucionários nortistas, desarticulando a agremiação que organizavam em nome de uma outra, o Partido Nacional de Alagoas. Esse partido elegeu todos os seus candidatos, dentre eles Manuel César de Góis de Monteiro, irmão do eminente general, que o ajudou a fundar essa agremiação, o que reforça os novos laços políticos da interventoria alagoana.

³¹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1931.12.12 (199/626). Datado de 27 de janeiro de 1933.

³² Idem (223-225/626). Datado de 8 de fevereiro de 1933.

Indubitavelmente Afonso de Carvalho não reconhecia a liderança de Juarez, mostrando ao ministro da Agricultura que sua “alçada” era outra. Távora, a partir desse embate, teve que reconhecer a limitação de sua liderança, o engessamento do raio de ação política imposta nesse momento e a presença de outra corrente política que buscava fortalecer-se no Norte. O bloco político nortista perdia sua homogeneidade e abria-se para a influência de outras lideranças políticas.

A última ação de Juarez antes da Constituinte – certamente influenciado pelo caso alagoano, pela organização partidária das oposições e pelo inegável desmantelamento que sua liderança sofria na região – foi a organização de um grande evento político a ser realizado no Norte, que buscava congregar os interventores, revolucionários nortistas e representantes dos partidos situacionistas estaduais. Tal iniciativa ficou conhecida como Congresso Revolucionário do Norte, e foi realizada, oficialmente, sob a chancela da UCN. Ele “tinha por objetivo principal não só articular as forças outubristas, mas tentar traçar uma orientação uniforme para as bancadas federais na futura Assembleia Nacional Constituinte” (Pandolfi, 1980: 367). Ou seja, Juarez queria reunir a região em torno de sua orientação no processo de constitucionalização. Além disso, outra motivação para o encontro era o fato do bloco do Norte não se sentir representado na comissão encarregada do anteprojeto constitucional, nem muito feliz com os resultados desse debate.³³

Esse encontro, como já deixa claro seu próprio nome, teve a peculiaridade de ser exclusivamente nortista. Mas, o fato de terem existido propostas alternativas para o formato do congresso mostra que reunir o Norte foi difícil e envolveu diferentes forças políticas nacionais e estaduais. O primeiro elemento que precisa ser esclarecido é que mesmo tendo o apoio da UCN, como oficialmente foi reconhecido, os arranjos para a realização do congresso evidenciam que essa agremiação, assim como o PSB, não atendia diretamente aos anseios de parte do Norte sob a liderança de Juarez. Ele mesmo esclarece aos interventores e revolucionários nortistas: “se a União Cívica, tal qual existe agora, não puder ou não quiser deliberar, façamos uma união menor, que ao

³³ Sobre o projeto constitucional e o Norte, disse Lima Cavalcanti: “Na organização comissão encarregada elaborar anteprojeto constituição verifica-se quase exclusão elementos nortistas (...). Parece injusto que Norte somente seja considerado quando Governo Provisório precisa soldados para sua defesa”. Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.01.00/1 (16/147). Datado de 8 de novembro de 1932. Sobre o próprio projeto, Juarez chegou a registrar, poucos dias antes da carta do interventor pernambucano, que “a comissão do anteprojeto constitucional saiu-nos um monstro, de cuja ‘desova’ nem posso imaginar venha a germinar... Pura confusão”. Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.06.16 (171/380). Datado de 2 de novembro de 1932.

menos nos oriente, a nós do Norte, para não chegarmos desorientados e dispersos ao recinto constitucional”.³⁴ O congresso era um indício de que um dos pilares da atualização do projeto nortista proposto por Juarez, qual seja, a ligação da região com uma bandeira revolucionária nacional visando intervir na Constituinte via PSB e UCN, dava sinais de fracasso.

Assim, tão logo a imprensa começou a noticiar o evento, foi divulgado que também dele participariam – além dos interventores e representantes dos partidos estaduais – José Américo de Almeida, João Alberto e Góis Monteiro, nomes ligados à UCN.³⁵ No entanto, com exceção do ministro da Viação, os outros dois presentes, como vimos, eram claros rivais de Juarez Távora no que se refere a liderar o Norte no pós-32. A força desses personagens refletia-se na escolha do próprio local:

O general Góis Monteiro que é contra a intromissão de militares na política deseja que a conferência se realize em Alagoas, uns puxam a brasa para a Paraíba, o Sr. Lima Cavalcanti faz questão fechada de que o local escolhido seja Recife e outros, procurando conciliar as coisas, apontam os “campos neutros” de Fortaleza e S. Luís.³⁶

A presença desses líderes nacionais – assim como a nomeação do interventor Afonso de Carvalho em Alagoas – evidencia o declínio do capital político de Juarez, estando o Norte sem uma liderança unificada e consolidada, ao contrário do que ocorrera nos tempos da Delegacia. Juraci Magalhães mostra isso claramente, ao escrever a Juarez, comentando que a escolha do local era uma “fútil discussão” que “implicará grave dano [na] coesão revolucionária [do] Norte e humilhante atestado [da] nossa falta orientação política”.³⁷ Evidentemente, a questão não era tão fútil, pois, as iniciativas de João Alberto e, principalmente, de Góis Monteiro para garantirem que o Congresso se realizasse em um estado inclinado à sua corrente, era uma tentativa de fortalecimento político, ante a figura de Juarez no Norte.

Com o correr dos dias, um a um esses nomes foram abrindo mão de participar do encontro, o que mostra que cada vez mais ele foi se configurando como um evento que buscava reaproximar Juarez dos revolucionários nortistas. Mesmo sem aprofundar muito sobre a não participação de outras lideranças ligadas à UCN e a escolha do local – principalmente pela escassez de fontes encontradas –, fica claro que a “humilhante”

³⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1931.12.12 (165-166/626). Sem data.

³⁵ Jornal *Correio da Manhã*, 29 de março de 1933.

³⁶ Jornal *Diário Carioca*, 6 de abril de 1933.

³⁷ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1931.12.12 (415-416/626). Datado de 12 de abril de 1933.

falta de consenso observada, refletia a existência de interesses divergentes envolvendo o Norte naquele momento. Enfim, o Congresso Revolucionário do Norte foi realizado em Recife entre 15 e 18 de abril de 1933.

A ausência de outras lideranças nacionais que concorriam com Juarez pode ser considerada uma vitória política sua, posto ter efetivamente agrupado um grande número de interventores e partidos estaduais nortistas, inclusive os de Alagoas. O Congresso tinha o objetivo de “traçar uma orientação uniforme” para a região na Constituinte, e o fato de Juarez tê-lo presidido mostra que tal “uniformidade” deveria se dar a partir de sua liderança. Vale lembrar que, por ser ministro da Agricultura, ele tinha direito de participar, mesmo que sem voto, dos trabalhos da Assembleia. Não por acaso, um dos resultados políticos do Congresso foi uma proposta “sugerindo ao chefe do governo que modifique a comissão constitucional, nela incluindo representantes dos partidos do Norte” (Pandolfi, 1980: 367), além de uma moção de apoio a Vargas:

Comunicando a v. ex. o encerramento do Congresso, o fazemos com vibração patriótica, traduzindo a solidariedade das populações e das forças políticas do Norte, Centro e Sul, à revolução que v. ex. tem mantido vitoriosa no sentido das suas justas reivindicações e no equilíbrio da ação serena e construtora.³⁸

Contudo, a futura atuação dos revolucionários nortistas na Constituinte demonstraria que o principal objetivo do encontro não seria alcançado. Ou seja, a consolidação de uma bancada da região, liderada por Juarez Távora, não se efetivaria. É claro que, logo após o Congresso isso era impossível de saber, embora já houvesse alguns claros sinais. Por isso, João Punaro Bley, lembrando décadas depois do evento, considera, já com os conhecimentos dos fatos futuros, que os trabalhos realizados “de nada valeram de vez que não foram levados em consideração nos trabalhos da Constituinte” (Bley, s/d: 168).³⁹ Outra observação que ratifica essa conclusão é que Juarez, em suas memórias, não cita tal encontro e nenhuma vez, nos três volumes de sua autobiografia, refere-se à UCN. Levando em conta a elaborada construção memorial

³⁸ Assinam a nota os interventores do Amazonas, do Piauí e do Rio de Janeiro representado por Juarez Távora, Magalhães Barata, Juraci Magalhães, João Punaro Bley, Bertino Dutra, Lima Cavalcanti, Afonso de Carvalho, interventor de Sergipe representado pelo comandante Teodoro Nascimento, Partido Socialista do Maranhão, Partido Progressista da Paraíba, Partido Socialista do Amazonas, Partido Liberal do Pará, Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte, Partido Nacional de Alagoas, e os PSD da Bahia, Espírito Santo, Ceará e Pernambuco. *Jornal Correio da Manhã*, 20 de abril de 1933.

³⁹ No arquivo de João Punaro Bley, depositado no Cpdoc – FGV, há um longo manuscrito biográfico do titular, sem data, no qual rememora sua vida. Arquivo João Punaro Bley – JPB d 0000.00.00/2.

que faz nesses livros, tais silêncios dizem muito acerca de uma possível desilusão com tamanho esforço.⁴⁰

Aliado a isso, o não comparecimento de alguns interventores ao Congresso do Norte deixam transparecer que a união da região, base fundamental de sua própria existência política, perdia sentido ante as oposições ao processo de reconstitucionalização do país. Carneiro de Mendonça, interventor cearense, no primeiro dia do encontro escreveu o seguinte telegrama a Juarez:

Você me merece tanto que eu pagaria meu afastamento [da] interventoria só para não ter [o] desprazer [de] desatender [a] seus desejos. (...) Entretanto estou certo você perdoará meu alheamento [da] Convenção respeitando meu ponto vista que embora possivelmente errado constitui questão [de] consciência com qual me sentiria mal se transigisse. Mesma razão impede minha interferência [na] conciliação [dos] partidos políticos.⁴¹

Em seu próprio estado de origem, Juarez não conseguiu a participação do interventor, nem a almejada conciliação entre as tendências políticas locais em um único partido. Outro personagem que não participou do encontro fez uma leitura política pertinente sobre o evento e seus resultados políticos. Dois dias depois de seu encerramento, José Américo de Almeida concedeu uma longa entrevista ao jornal *Diário Carioca*. Nela, disse o ministro da Viação que era “inteiramente estranho à Convenção revolucionária de Recife”, pois “essas assembleias políticas (...) [estavam] condenadas a falhar pela esterilidade dos debates ou pelas controvérsias espetaculares”. Por fim, lançou uma frase lapidar, que, sem dúvida, refletia bastante as expectativas políticas do momento acerca de um Norte unido em torno de Juarez Távora, através da coesão política de seus interventores e revolucionários:

Já estou enjoado de ouvir falar no Norte como uma fórmula genérica de nossa geografia. Ninguém se exprimiu com a mesma generalidade em relação ao Sul e ao Centro. Minas é Minas, S. Paulo é S. Paulo e o Rio Grande é o Rio Grande. (...) Adstrito a esse critério, tenho me manifestado sempre contra a ideia de formação de ‘bloco do Norte’ ou de qualquer organização que pareça antagônica com o sul.⁴²

⁴⁰ A única passagem que encontrei nas memórias de Juarez sobre o tema é a seguinte: “Somente quando se fixaram as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, e se abriu o alistamento eleitoral, para a realização das mesmas, participei, com meus colegas de Ministério, de entendimentos políticos visando a orientar os interventores federais nos Estados, para a tarefa indispensável da aglutinação dos elementos revolucionários, a fim de atuarem, efetivamente, na tarefa da constitucionalização do país” (Távora, 1976: 118).

⁴¹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1931.12.12 (446/626). Datado de 15 de abril de 1933.

⁴² Jornal *Diário Carioca*, 20 de abril de 1933.

Tais considerações, partindo de um dos, até então, maiores aliados de Juarez Távora (articulador importante do Norte no imediato pós-30 e personagem presente na escolha do novo ministro da Agricultura), mostram que o Congresso Revolucionário, de um lado, reaproximara Juarez de alguns interventores e revolucionários nortistas, mas, de outro, o afastara de aliados decisivos. Desse modo, fica evidente que a ação política de Juarez enquanto ministro da Agricultura não conseguiu reagrupar a região e seus revolucionários em torno de seu nome, o que abriu a possibilidade de outras lideranças nacionais passarem a interferir na política do Norte. A busca pelo fortalecimento da unidade nortista, que se esvaía diante constitucionalização, não deu o resultado esperado, deixando claro que aquele Norte do pós-30 chegava aos seus estertores.

Entre os novos interventores nomeados após a guerra civil, a situação de Juarez era mais difícil. Ficavam sob sua influência os interventores mais antigos, nomeados a partir de sua indicação ainda quando Delegado, e que pareciam permanecer seus aliados. Com esse grupo, sua “tarefa administrativa” como ministro talvez pudesse lhe garantir uma liderança expressiva, embora não mais exclusiva. Para isso, as vultosas verbas federais que dispunha eram fundamentais.

Assim, Augusto Maynard escreveu a Juarez falando que “foi intensa a minha alegria” ao saber de sua nomeação para a Agricultura, pois “irias ter na nova república um posto que te cabia, mais que a qualquer outro, por direito; seria atendido o reclamo de todo Norte, levado meses antes ao Governo Provisório, para obter um ministro nortista”. Não à toa, o interventor sergipano continua sua carta fazendo uma série de pedidos para seu estado.⁴³ Ou seja, por esse exemplo, dentre tantos outros, vê-se que a chegada de Juarez ao Ministério foi cercada de grandes expectativas por amplo grupo dos revolucionários nortistas, que viam no fato um apoio estratégico para suas administrações, como ocorrera quando Juarez fora Delegado.

No entanto, rapidamente tal avaliação mudou. Cerca de um ano depois, um dos mais importantes revolucionários nortistas mostrava desolação com os recursos enviados ao seu estado. Juraci Magalhães, em maio de 1934, escreveu uma carta a Vargas reclamando que:

A maioria dos ministros de estado era de meus amigos que tudo facilitavam para o bom desempenho de minha missão. Agora, porém, tudo é difícil para a Bahia (...). A realidade é que a

⁴³ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.12.09 (18-21/581). Datado de 10 de janeiro de 1933.

política de certos ministros não permite permanença à testa de alguns estados cidadãos que preferam fazer a política do chefe do governo.⁴⁴

Como vimos, não havia nenhum ministro mais ligado a Juraci do que Juarez, sendo essa carta, por mais que não o cite diretamente, uma crítica dura à sua administração na pasta da Agricultura. Nesse posto, o ex-Delegado não atendeu aos anseios e expectativas nortistas, que foram cada vez mais fazendo a “política do chefe do governo” e afastando-se do antigo herói e “general” revolucionário. Com tudo isso, o Norte entrava, definitivamente, em declínio político.

7.3 Getúlio Vargas em viagem ao Norte: o presidente e os revolucionários nortistas

Foi durante o processo de declínio político de Juarez Távora que ocorreram as tão esperadas eleições de 3 de maio de 1933. Os resultados no Norte deram conta que no Amazonas, Pará, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo as vitórias da situação estadual foram esmagadoras. O que ajuda a entendê-las é, de um lado, a força desses interventores – há longo tempo no poder ou não, como no caso de Afonso de Carvalho – e, de outro, as alianças que teceram junto às elites locais. Muitas delas, aliás, nem tão próximas dos revolucionários nortistas, o que fora estrategicamente estimulado por Juarez Távora.⁴⁵ Além disso, deve ser considerado o intenso e sistemático combate às oposições, que vinha sendo feito a partir da militarização das interventorias e potencializado durante a Guerra de 1932.

No Ceará e no Maranhão, estados nos quais os interventores abdicaram de participar do jogo eleitoral e não organizaram “seus” partidos, o resultado foi controverso. No primeiro, a situação fez quatro deputados e a oposição seis, algo bem ruim; enquanto no segundo a situação ficou com quatro cadeiras e a oposição com três, ou seja, venceu apertado. No entanto, em ambos os estados os partidos opositores eram contra os interventores e os revolucionários “locais”, bem mais do que o Governo Provisório. No Ceará, a Liga Eleitoral Católica, que conseguiu a maioria dos deputados, “não representava propriamente uma oposição ao interventor ou ao governo central, mas

⁴⁴ Arquivo Getúlio Vargas GV c 1934.05.30/1. Datado de 30 de maio de 1934.

⁴⁵ As palavras de Juraci Magalhães a Vargas, nesse sentido, são exemplares: “Fiz aparecer a gente que tem prestígio real, promovendo o afastamento dos intermediários parasitas. O ex-senador José Augusto, de passagem por aqui, disse a um amigo que minha ‘esperteza tinha dado a vitória, pois afastara os chefões para aproveitar os chefinhos’. Discordando apenas do qualificativo, foi, realmente, o que fiz”. Arquivo Getúlio Vargas GV c 1933.01.31/1. Datado de 31 de janeiro de 1933.

uma oposição ao grupo Távora, articulador do PSD” (Pandolfi, 1980: 369). No caso do Maranhão, o partido situacionista era o PSB maranhense, que não elegeu nenhum deputado. Os eleitos eram do Partido Republicano e da União Republicana Maranhense, que se apresentavam, abertamente, como aliados do governo federal.⁴⁶

No Rio Grande do Norte, o Partido Social Nacional, situacionista, conseguiu eleger apenas um deputado, numa disputa por quatro cadeiras. O grande vencedor do pleito foi o Partido Popular, de oposição. Segundo a análise do interventor Bertino Dutra o que explicava tal resultado era a conjuntura estadual, “que se colocava como uma das mais difíceis”, aliada à “falta de apoio do próprio governo central”. Isso permitiu o envolvimento de elementos da cúpula governista com os oposicionistas locais, o que era um “desprestígio à sua administração e contribuiria para o fortalecimento da oposição” (Mariz, 1984: 109).

Esses três resultados têm um importante ponto em comum. Como se vê pela bibliografia e já foi assinalado, tais oposições combatiam os situacionismos estaduais, desejando deslocá-los do poder, e não a Vargas. Assim, a aliança entre o Norte e Governo Provisório seguia outros caminhos, e a liderança de Juarez Távora e dos revolucionários nortistas ficava enfraquecida. O que é reforçado com a eleição no Acre, onde a situação não fez nenhum deputado, já que as duas cadeiras foram ocupadas por deputados oposicionistas. Ainda sobre a participação das oposições estaduais, é importante que se registre que elas se organizaram em todos os estados e conseguiram eleger ao menos um candidato, com exceção do Pará, da Paraíba e de Alagoas.

Ou seja, essas primeiras eleições após o movimento de 1930 mostram um quadro político bem mais competitivo, assinalando o aparecimento de partidos de oposição nos estados que lançavam e elegiam candidatos. Uma realidade distinta do cenário eleitoral da Primeira República, no qual as oposições se alojavam, como facções, dentro de um mesmo e único partido estadual.⁴⁷ Assim, do Espírito Santo ao Acre, estiveram em disputa 95 cadeiras para a Assembleia Nacional Constituinte. Destas – considerado os opositores cearenses, maranhenses e potiguares como potenciais aliados de Vargas,

⁴⁶ Sobre o caso maranhense, escreve Caldeira (1981: 192-193) que o Partido Republicano (4 deputados), definido por Pandolfi como de situação, enfrentava “a contradição de se constituir em força de oposição aos interventores – excetuando-se (...) a interventoria de Astolfo Serra [ou seja, antes da militarização do Norte] –, ao mesmo tempo em que se apresentava como aliado político do governo federal”. Já os partidários da União Republicana Maranhense (3 deputados), “com relação ao governo, mantinham (...) uma posição ambígua, dado que não se apresentavam como partido representativo deste [interventor], mas também não constituíam oposição de fato, quer ao governo estadual, quer ao governo federal”.

⁴⁷ As considerações sobre as disputas nesse pleito e o efetivo papel que as oposições tiveram em vários estados do país estão em Silva e Silva (2013).

mesmo que contrários aos interventores – foram eleitos, no Norte, 85 deputados que apoiavam o Governo Provisório, enquanto apenas dez se elegeram por agremiações que faziam oposição tanto no âmbito estadual como no federal.⁴⁸

Algumas considerações precisam ser feitas quanto a esses resultados. A primeira e mais evidente é que a bancada do Norte não era nada desprezível, pois representava, quantitativamente, cerca de 45% de todos os deputados eleitos nacionalmente. O Norte saía do pleito como uma força política considerável para se lutar dentro da Assembleia Nacional Constituinte. A segunda, como já foi dito, é que o resultado das eleições foi uma derrota para muitos dos partidos dos interventores, o que mostra o enfraquecimento dos revolucionários nortistas, construído a partir da liderança de Juarez Távora.

Por fim e mais complexo, a tendência eleitoral amplamente favorável ao Governo Provisório não era sinônimo de um apoio automático a Vargas, como se poderia imaginar. A Constituinte seria uma arena de disputas tão ou mais imprevisível, do que a das eleições, estando sujeita a negociações e a reconfigurações de forças diversas. Segundo Dulce Pandolfi: “a abertura do sistema (...) não era para o Governo Provisório um jogo de cartas marcadas: ele tanto poderia aumentar como diminuir suas bases de apoio. Apesar dos claros limites, a possibilidade de articulação das forças oposicionistas crescia. (...) O momento era de transição, de rearranjo de forças, e o Norte tenta articular-se para melhor aproveitar o novo espaço criado” (1980: 357).

Desse modo, essas três considerações são fundamentais para que se entenda a investida de outros personagens de destaque nacional sobre o Norte, em uma tentativa de cooptar a região para as disputas que seriam travadas na Constituinte. Quem nos apresenta esse “novo” fato político é o próprio presidente, que registrou em seu diário, em 19 de maio de 1933, os avisos que recebia sobre possíveis articulações dessa natureza.

Informou-me [Virgílio de Melo Franco] que João Alberto lhe dissera haver da parte dos interventores do Norte um movimento para afastar meu nome como candidato à presidência no período constitucional. Como Virgílio estranhasse isso, indagando qual o candidato, ele desviou a conversa, dizendo que não havia ainda candidato e que isso poderia mudar. À noite, João Alberto procurou-me (...) e, nessa ocasião, informou-me que iria ao Norte organizar um bloco

⁴⁸ A maioria dos dados foram retirados de Pandolfi (1980: 369). Silva e Silva (2013) apresentam dados divergentes dos de Dulce Pandolfi. Assim, para seguir com um critério uniforme, optei sempre pelos dados compilados por esta autora, me valendo de outra bibliografia para os dados não citados por ela, como nos casos acreano e capixaba. Os dados para o Acre estão em Silva e Silva (2013) e “Alberto Augusto Diniz”, “José Tomás da Cunha Vasconcelos” e “Partido Popular do Acre” In DHBB – Cpdoc/FGV; e os do Espírito Santo – que elegeram três deputados situacionistas e um de oposição – em Achiamé (2010: 228-231).

político, acompanhado do general Góis... Despachei com o ministro da Viação (...) [e] ele falou-me nesse movimento de arregimentação da política do Norte, manifestando-se contrário ao mesmo pelo caráter que poderia tomar de antagonismo com o Sul. (Vargas, 1995, Vol 1: 212)

No dia seguinte, o presidente tratou com o Antunes Maciel sobre “as manobras de João Alberto em favor da candidatura do general Góis à futura Presidência”. O ministro da Justiça registrou a movimentação e prometeu investigá-la: “ele concordou e disse que ia abordar o general”. Dias depois, Virgílio de Melo Franco voltou a prevenir Vargas sobre a questão e relatou que dois importantes líderes políticos do Norte pareciam ter aderido: “Previne-me [Virgílio] que, no Norte, há um trabalho contrário à minha candidatura, promovido pelo interventor de Pernambuco, e a que não é estranho Juarez”. A “trama”, para seu denunciante, ganhava força e adesões.

Mais de um mês depois, José Américo de Almeida – que desde o primeiro momento soube de tais iniciativas e mostrou-se contrário a elas –, voltou a prevenir Vargas “contra as manobras de João Alberto para a formação do bloco do Norte”. Apresentou ao presidente novas informações que tomavam um rumo surpreendente: “O ministro da Viação denuncia-me tentativas do capitão João Alberto para articular o Norte no sentido do predomínio político, dirigido por ele, de uma ditadura militar ou de uma organização fascista, juntamente com Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco”.⁴⁹ Ou seja, além da colaboração de um dos mais próximos aliados políticos de Vargas, que era Aranha, o próprio Virgílio, primeira pessoa a levar ao presidente tais articulações, era um dos envolvidos, ao menos aos olhos de José Américo.

Tudo muito esquisito, o que não é qualidade estranha à política, nem a Vargas. De fato, denúncias de conspirações e golpes aparecem muitas vezes no diário do presidente, durante o Governo Provisório, estando sempre marcadas por uma névoa de insinuações que as embaçam. Dependendo do interlocutor, um amigo que o alertara para o fato, poderia ser até um dos conspiradores. No entanto, importa anotar, essas são as primeiras denúncias envolvendo o Norte que aparecem no referido diário. Nelas havia a afirmação de que Góis Monteiro e João Alberto investiam politicamente no Norte e não apoiariam o nome de Vargas como candidato presidencial nas eleições da Constituinte, o que efetivamente aconteceria. Góis articulava, já nesse momento, seu próprio nome à presidência da República e queria conquistar o apoio do Norte. Afinal, ter conseguido um aliado na interventoria alagoana era um dos meios para esse intento. Isso fica mais

⁴⁹ Respectivamente, registros dos dias 20 de maio, 31 de maio e 1º de junho, 7 de julho e 20 e 21 de julho, todos do ano de 1933 (Vargas, 1995, Vol 1: 212; 215; 223; e 227).

preocupante quando se percebe que as advertências a Vargas, acerca do possível rompimento da aliança da região com seu governo e candidatura, ocorreram depois do pleito de 3 de maio. Ou seja, no momento em que já era evidente o declínio político da liderança de Juarez na região e o enfraquecimento político de diversos revolucionários nortistas, seus fiéis aliados em 1932, em seus estados. O ex-Delegado, inclusive, na única vez em que é citado, aparece como sabedor das movimentações e, para os denunciadores, não se mostrava contrário a elas.

É nesse contexto que sai uma nota oficial, lançada pelo Palácio do Catete em 20 de agosto de 1933, marcando definitivamente a instalação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte para 15 de novembro de 1933. Na mesma nota é divulgada a informação de uma viagem a ser feita por Vargas. Algo surpreendente para um presidente que não gostava de viajar: “O chefe do governo participou que, cumprindo antigo compromisso, várias vezes adiado, fará uma viagem aos estados do Norte, visitando-os, em rápida excursão”.⁵⁰ Tal anúncio aparece de modo repentino na imprensa do Distrito Federal, que o justifica como resultante da insistência de convites feitos por alguns interventores e por José Américo de Almeida. De fato, a ideia de uma viagem do presidente ao Norte não era nova⁵¹, mas, a relação entre esses dois eventos é bem maior do que a coincidência de figurarem em um mesmo comunicado. A viagem ao Norte era, essencialmente, uma iniciativa política de Vargas. Dela, pode-se suspeitar, parecia depender, em muito, sua eleição presidencial; nesse sentido, o presidente estava em campanha. Ela se deu, não à toa, em um momento-chave:

Os meses que transcorreram das eleições, em maio, até a instalação da Assembleia, em novembro, são plenos de contatos e movimentações visando a montagem de uma solução que, garantindo a segurança futura do príncipe [chefe do governo], não descontentasse, ao menos, a grande maioria das correntes políticas que participariam da Assembleia. Tais articulações mobilizam os ministros do governo e principalmente os interventores (Gomes, 1981: 34).

No caso do Norte, o próprio presidente partiu para a região buscando aproximar-se de suas lideranças e evitar que outros aspirantes à presidência – principalmente Góis

⁵⁰ Jornal *Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1933.

⁵¹ Dulce Pandolfi (1980: 356) afirma que o anúncio da viagem do presidente se deu no primeiro semestre de 1932, durante a viagem de Juarez ao Norte, mas encontrei um comunicado sobre a ida de Vargas à região datado de novembro de 1931, no qual o ainda Delegado dizia não ter sido a data ainda determinada. Ver Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (7381/7455). Já para Juarez, em suas memórias, “constituía essa viagem uma homenagem e um estímulo do presidente Getúlio Vargas aos seus leais colaboradores do Norte e do Nordeste – não só na vitória revolucionária de 1930, como na defesa de seu governo, contra a revolução paulista de 1932” (Távora, 1976: 106).

Monteiro – deles se aproximassem. Algo que atesta o peso da bancada nortista, demonstrando que, para Vargas, a viagem significava a possibilidade de ganhar votos (Pandolfi, 1980: 372). Uma viagem que era um esforço em vários sentidos, sobretudo se considerarmos que o presidente ainda se recuperava de um grave acidente de automóvel.⁵²

Ao contrário do que dizia a nota oficial, a viagem não foi curta: Vargas esteve no Norte entre os dias 22 de agosto e 5 de outubro, visitando os estados do Espírito Santo até o Pará, e só não seguindo até o Amazonas, como era programado.⁵³ Acompanhado por grande número de jornalistas, que mandavam para os periódicos cariocas e de outros estados, como São Paulo, minuciosos relatos desses dias, Vargas, apesar de ter ficado na região menos tempo, fez um percurso semelhante àquele feito por Juarez cerca um ano antes. O presidente visitou, além das capitais, muitas cidades do interior, participando de inúmeras inaugurações, cerimônias, banquetes e homenagens.⁵⁴ A principal questão que mobilizou esses eventos não poderia ser outra senão a eleição do novo presidente da República. Uma notícia publicada em um jornal do Rio demonstra a sutileza com que a candidatura de Vargas era então tratada:

O interventor no Maranhão também quis destacar-se por uma fala ao Sr. Getúlio Vargas. Estando muito lá em cima, quase no extremo do setentrião, e tendo a viagem do Sr. Getúlio Vargas começado cá de baixo, foi-lhe preciso dizer qualquer coisa de novo, qualquer coisa, pelo menos, que se não parecesse com o já dito e redito pelos outros interventores. Logo lhe surgiu (...) uma dificuldade. Como tratar da escolha do futuro presidente da república? Tornar a levantar a candidatura do atual chefe do Governo Provisório seria banalíssimo... assim, no fim da viagem. Silenciar sobre o assunto constituiria talvez uma imprudência. O digno interventor descobriu então uma fórmula conciliante (sic). Ele disse que lhe não cabia apresentar candidatos, uma vez que não era chefe de nenhum partido; mas, se lhe coubesse esse feito, lembraria o nome do Sr. Getúlio Vargas. Desse modo, apresentou, sem apresentar, ou vice-versa, não apresentou, apresentando.⁵⁵

⁵² Além das dores, Vargas levou seu diário, no qual registrou nos primeiros dias da viagem: “Quanto a mim, ainda não refeito do desastre da estrada de Petrópolis, com os pés e pernas inchados pela movimentação excessiva, trôpego, esquecido das coisas, sem aquela segurança antiga, apesar do coro de louvores, começo a duvidar de mim, a pensar que o melhor seria recolher-me a um retiro silencioso para descansar”. Registro dos dias 27 e 28 de agosto de 1933 (Vargas, 1995, Vol 1: 235).

⁵³ “Em virtude de telegrama do ministro do Exterior comunicando a designação do dia de chegada do presidente Justo, e da necessidade de regresso urgente para exame dos tratados, programa de festejos etc., ficou resolvido o regresso no dia seguinte, desistindo-se da visita ao Amazonas e à Fundação Ford” (Vargas, 1995, Vol 1: 235). Registro dos dias 27 a 29 de setembro de 1933. Getúlio se refere à visita do presidente argentino Agustín Pedro Justo, que esteve no Brasil entre 7 e 13 de outubro de 1933.

⁵⁴ Na imprensa do Distrito Federal houve ampla cobertura dessa viagem. Tanto o *Correio da Manhã* quanto o *Diário Carioca* enviaram correspondente que diariamente publicavam matérias tratando do tema.

⁵⁵ Jornal *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1933.

Em todos os estados do Norte por onde passou, a candidatura de Vargas à presidência foi lançada, quer pelos interventores, quer pelos partidos situacionistas.⁵⁶ É importante que se diga que “apesar de estar sendo acertada desde antes da própria instalação da Assembleia”, ela “não se afirmava com a facilidade que se poderia imaginar”. Isso, pois, segundo Angela de Castro Gomes, “de fato, não era uma eleição ‘garantida’ e, até os últimos instantes, Vargas teve que utilizar toda a sua habilidade política de articular e barganhar para manter-se no poder” (1981: 50). Ir ao Norte, nesse contexto, era fortalecer-se através de articulações e negociações para as disputas que ainda teriam que ser travadas com diversas correntes nacionais, até sua confirmação constitucional na presidência. Desde dezembro de 1932, quando Magalhães Barata, interventor paraense, lançou “precipitadamente, mas sem caráter oficial, o nome de Vargas”, até a confirmação oficial de sua candidatura em 21 de abril de 1934 (Gomes, 1981: 48), o presidente não participou de nenhum outro evento político de tamanha magnitude como sua longa viagem ao Norte. A importância dessa viagem fica mais evidente quando se analisa os nomes que o acompanharam nesses 44 dias.

A comitiva presidencial era formada por três personagens nortistas respeitáveis, para região e para o Governo Provisório: José Américo, Góis Monteiro e Juarez Távora. Para os jornais, que tentavam entender essa formação, o ministro da Viação ia “mostrar os açudes”, enquanto o general seguia “para repousar das entrevistas”, pois Góis já se mostrava como ministro da “Imprensa”, visto as inúmeras entrevistas que dava sobre a Constituinte, levantando a hipótese de sua candidatura. Assim, a ida de José Américo de Almeida – aliado importante de Vargas, mas que já declarara publicamente seu afastamento dos revolucionários nortistas – teria um cunho mais administrativo. O ministro da Viação, que chegara ao cargo indicado por Juarez Távora, atuou determinantemente no combate às secas, com verbas e obras, tendo alcançado grande prestígio, o que seria determinante para sua trajetória política nos anos seguintes.⁵⁷

Já para os outros dois nortistas, as justificativas eram mais políticas. A ida de Góis Monteiro ao Norte ao lado de Vargas visava prejudicar uma possível candidatura do general. A viagem, além restringir seu contato com a imprensa do Distrito Federal, enfraquecia suas articulações com a região, em função da presença do presidente em contato direto com os interventores e deputados eleitos. Mas, perguntava-se, e “o Sr.

⁵⁶ Ver, dentre outros exemplos, jornal *Correio da Manhã*, dias 1, 3 e 7 de setembro de 1933; e jornal *Diário Carioca*, dias 30 de agosto e 1, 3, 9 e 14 de setembro de 1933.

⁵⁷ Ver “José Américo de Almeida” in DHBB – Cpdoc/FGV.

Juarez Távora, que há muito deixou de ser o Vice-rei do Norte?” O que fazia na comitiva? As motivações para sua presença, ainda segundo a imprensa, não eram técnicas, já que havia um “avultado número de inspeções que estão realizando e vão realizar naquela parte do país os técnicos da pasta”. O que explicava a presença de Juarez era justamente a dúvida levantada sobre sua partida: “Não tivesse sido Vice-rei...”.⁵⁸

Juarez Távora, mesmo sem ser mais o Vice-rei, como dizia o jornal, era a garantia de proximidade com os revolucionários nortistas que ainda o apoiavam. Não se tratava, portanto, de reavivar a liderança de Juarez, mas de ressaltar que, apesar do seu declínio político, seu apoio a Vargas permanecia fundamental, mesmo na nova conjuntura. Em outras palavras: se Góis poderia ser a ameaça futura, Juarez era a segurança do apoio construído no passado.

Desse modo, enquanto a candidatura de Vargas ganhava força no Norte, o ministro da Agricultura via sua liderança esvaír-se na região. A nomeação de Nelson de Melo como interventor do Amazonas mostra isso com evidência. Alguns revolucionários nortistas amazonenses – eleitos deputados constituintes – escreveram para Juarez lamentando a “impugnação nome digníssimo escolhido” por eles e indicado ao ministro da Agricultura para assumir o governo do estado. Tal caso, reclamavam, mostrava que “amigo esqueceu promessas feitas [de] apoio nosso indicado”. Em sua resposta, Juarez era enfático:

Não esqueci promessa sincera desinteressadamente feita aí, [mas o] presidente nenhuma consulta ou comunicação me fez sobre escolha capitão Nelson Melo (...). É preciso (...) amigos não esqueçam já não sou Delegado Norte para atribuir umas tantas iniciativas evidentemente já me não cabem.⁵⁹

Assim, como ocorrera em Alagoas, os revolucionários nortistas ainda requeriam a liderança de Juarez, principalmente para a nomeação dos interventores. O ministro da Agricultura, como já imaginara ao assumir esse cargo, não interferiu na escolha desse novo interventor. Com uma agravante nesse caso, pois, tudo indica que ele quis intervir, como prometera, mas não conseguiu. Pela primeira vez desde a vitória de 1930, um interventor no Norte era escolhido sem Juarez Távora ser, ao menos, consultado ou informado pelo presidente. A partir desse momento, o ex-Delegado, definitivamente,

⁵⁸ Jornal *Diário Carioca*, 24 de setembro de 1933.

⁵⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.06.16 (53-57/380). Dados de 12 de setembro de 1933. Nelson de Melo, gaúcho, era um revolucionário militar que atuava na interventoria pernambucana.

não intervinha mais na nomeação dos interventores. Houve apenas uma exceção, que confirma a regra: o caso cearense. Nesse estado, havia mais que um interesse político em jogo, por tratar-se da terra natal de Juarez.⁶⁰

Outro indicador que revela o declínio da liderança incontestada de Juarez foi a passagem da comitiva presidencial pelo Ceará. Em suas memórias, ele relembra com evidente mágoa:

Em Fortaleza, capital do meu estado natal, e cujo interventor era um velho amigo e companheiro de lutas revolucionárias, desde idos de julho de 1922 (...) fui recebido com frieza pelos meios oficiais. Se não fora uma ligeira referência ao meu nome, feita pelo presidente Vargas em discurso pronunciado durante o banquete que lhe fora oferecido pela interventoria – ninguém teria notícia de minha presença ali. Cálculo político, ou simples ressentimento bairrista, por não haver eu podido dar, ao Ceará, como ministro da Agricultura, mais do que a penúria orçamentária do Ministério me permitiu dar aos demais estados do Nordeste... (Távora, 1976: 107).

Nessa construção memorial, realizada décadas depois, mais do que ratificar que sua administração no Ministério da Agricultura não foi satisfatória para o Norte, ele ressalta as dificuldades políticas que passou a sofrer, sobretudo nos estados onde os resultados eleitorais não foram favoráveis aos partidos situacionistas. Távora, em suas memórias, reconhece que a passagem de Vargas pelo Norte, entre as eleições e o início da Constituinte, foi decisiva para que ele deixasse de ser “notado” na região.

A comparação é pertinente. Antes da Guerra de 1932, fazendo às vezes de “olhos e ouvidos” de Vargas, o “Vice-rei” esteve na região combatendo o avanço do constitucionalismo, sendo recebido com grandes manifestações públicas. Mas, quando foi a vez do próprio “rei” ir à região fazer-se ver e ouvir, às vésperas da Assembleia Nacional Constituinte, que decidiria, inclusive, quem seria o novo presidente da república, ele se transformava em um fantasma. Com toda a simbologia dessa viagem – “a primeira vez na história do Brasil [que] um chefe de estado se deslocava por tanto tempo e de forma tão extensa para aquela região” (Pandolfi, 1980: 372) –, Vargas aproximava-se definitivamente dos interventores do Norte, que foram indicados, em sua ampla maioria, pelo próprio Távora. Se a liderança política de Juarez vinha se

⁶⁰ Houve no Norte mais quatro substituições de interventores. No Maranhão Antônio Martins de Almeida substituiu Seroa da Mota em junho de 1933; no Rio Grande do Norte, Mario Leopoldo Câmara substituiu Bertino Dutra em julho de 1933; em Alagoas, Osmar Loureiro de Farias substituiu Afonso de Carvalho em maio de 1934; e no Ceará, Felipe Moreira Lima substituiu Carneiro de Mendonça em agosto de 1934. Apenas para o último caso, que será analisado nas considerações finais, encontrei fontes nos arquivos pesquisados, o que ajuda a mostrar que as nomeações dos interventores nortistas não passavam mais por Juarez Távora.

enfraquecendo, não se recuperando com a aceitação da pasta da Agricultura, tal declínio tornou-se público com a viagem de Vargas ao Norte.

Dessa forma, enquanto o ex-Delegado colhia dissabores políticos e reconhecia seu distanciamento dos interventores nortistas, Vargas cada vez mais travava acordos com essas lideranças estaduais. Tal aproximação política envolvia verbas e promessas para região. Segundo a imprensa, durante a viagem, Vargas prometia “dragagens de rios, portos fluviais, barragens, estradas de rodagem”, “campos experimentais de cana e de algodão, agências bancárias, ensino técnico” e até universidade, tudo com “dinheiro a rodo... da Caixa Econômica”, conforme o *Diário Carioca* noticia com fina ironia:

Um dos partidos políticos cearenses já pôs na estrada o Rei Mago com a mirra da candidatura presidencial, que é a sua antecipada oferenda ao Sr. Getúlio Vargas. Não importa que o cearense chegue muito atrás do capixaba, do baiano, do sergipano, do alagoano, do pernambucano. Cada um quer chover no molhado, com o olho na Caixa Econômica. Eis aí, estamos em plena festa do Norte. Anda por lá o “manda chuva nacional”. A seca deve ter recuado diante das nuvens cheias de promessas d’água... Venha o Sr. Getúlio Vargas com uma grande provisão de bom humor desse Norte fácil e simples. Aqui encontrará de volta, aquela eterna conspiraçõzinha que não espreme nem sai de cima... uma conspiraçõzinha inoperante, que não sabe bem o que quer, mas também sonha vagamente com a Caixa Econômica...⁶¹

Com a viagem de Vargas, o Norte mostrava-se, novamente, como um grande e potencial aliado de Vargas, diante das oposições que se articulavam nos estados, mesmo sem muita força. A ampla distribuição de verbas era prerrogativa do presidente e ele soube usar esse elemento muito bem. As lideranças políticas da região e os próprios revolucionários nortistas foram se aproximando cada vez mais de Vargas, levando com eles suas bancadas constituintes. Esse processo não pode ser explicado apenas por interesses econômicos, que, claro, são sempre políticos também. A aliança entre Vargas e o Norte fortaleceu-se, porque desde novembro de 1930 suas bases no Norte vinham sendo construídas, o que, de certa forma, tornava o presidente um candidato bem palatável no contexto constituinte.

Os efeitos da viagem de Vargas ao Norte na Constituinte ficam mais evidentes na pena ácida do Barão de Itararé, que publicou em seu jornal algumas palavras de “G.G. Túlio Vargas” durante sua “excursão ditatorial”:

“– É tão forte a emoção que me causou o setentrião brasileiro que tenciono, depois de terminado o período do meu mandato constitucional na presidência da república, fazer uma nova viagem a estas hospitaleiras plagas” – afirmou discricionariamente o ditador. E depois de uma breve pausa acrescentou: “– Mas desta vez virei como simples peregrino, humilde, a pé, através do sertão,

⁶¹ Jornal *Diário Carioca*, 9 de setembro de 1933.

descalço, com uma vela de sebo na mão, enfeitada, com um patriótico tópe de fita verde e amarelo, para, dessa forma, como um penitente, pagar as promessas que venho fazendo desde que cheguei ao Espírito Santo”.⁶²

Para o jornalista e humorista, a viagem de Vargas ao Norte já o fazia presidente constitucional. Certamente não apenas por causa das promessas feitas na região, mas pelo forte apoio político que conseguiu para seu intento. Não é possível analisar todo o desenrolar político da Assembleia Nacional Constituinte, processo complexo e denso, apesar de compacto no tempo, em parte estudado.⁶³ Mas, inegavelmente, o Norte foi um dos principais aliados do presidente. Constata-se, por exemplo, que foi essa região geopolítica que compôs dois instrumentos que buscaram assegurar o controle de Vargas sobre os trabalhos constitucionais. Na mesa diretora da Casa, dos seus seis membros, quatro eram nortistas. Além disso, com a renúncia de Osvaldo Aranha do Ministério da Fazenda e da liderança da maioria da Assembleia, quem assume esse posto foi um deputado nortista, o baiano Medeiros Neto.

Com o desenrolar das sessões, obviamente muitos debates foram travados e, neles, os deputados do Norte, quer de oposição quer de situação, tiveram posicionamentos diversos. Nesse processo, Juarez – que “dentre os ministros, é aquele que mais ativamente participa da Constituinte com seus discursos e com a presença nas reuniões da minoria parlamentar” (Gomes, 1981: 62) – buscou liderar as bancadas nortistas, como mostra Lima Cavalcanti ao escrever para diversos interventores da região:

Para assegurar conquistas revolucionárias, bem como defender pontos [de] vista prometidos [pelo] movimento 1930 (...), promovi aproximação bancada pernambucana com Juarez afim [de] obter maior harmonia [de] ação. Como, entretanto, julgo indispensável concurso de todos (...) que se interessam sincera [e] verdadeiramente pelos destinos país, quero sugerir-lhe igual aproximação da bancada desse estado (...). Saliento não se trata de interesses regionais, mas nacionais, em benefício [da] obra revolucionária.⁶⁴

Chama a atenção nessa mensagem o fato do interventor pernambucano argumentar junto a seus colegas, que os interesses que deveriam uni-los não eram regionais, mas nacionais. Mesmo se considerarmos que essa é uma forma de

⁶² Jornal *A Manhã*, 29 de setembro de 1933.

⁶³ Sobre o desenrolar da Assembleia Constituinte e seus diversos “confrontos e compromissos”, ver Gomes (1981: 8-75). Para os posicionamentos das principais correntes nacionais, ver os trabalhos reunidos em Gomes (1980).

⁶⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.01.00/1 (43/147). Datado de 23 de novembro de 1933. Enviado para Magalhães Barata, Landri Sales, Martins Almeida, Mario Câmara, deputado Francisco Veras, Afonso de Carvalho, Augusto Maynard, Juraci Magalhães e Punaro Bley.

argumentação política, necessária em função dos objetivos de uma Constituinte, ela indica que foi preciso um esforço sistemático para manter o Norte mobilizado e unido em torno do que se definia como questões de seu interesse. Assim, compreende-se melhor o papel que Juarez procurou desempenhar, como líder do Norte na Assembleia, destoando, inclusive, da atuação de todos os outros ministros.⁶⁵

Nesse contexto, mesmo tendo apoiado a indicação do novo líder da maioria, o ministro da Agricultura queixou-se a Juraci Magalhães. Para Juarez ele não correspondia à confiança e franqueza que lhe dedicava, pondo-o a “par [de] meu esforço [para] coordenar ação companheiros [do] Norte e pequenas bancadas [em] torno [dos] ideias essenciais revolução”.⁶⁶ Portanto, é razoável afirmar que as bancadas nortistas chegaram ao final da Constituinte do mesmo modo que a pernambucana, um estado no qual o partido situacionista conseguiu 15 das 17 cadeiras em disputa, ou seja, uma situação confortável para uma ação conjunta bem sucedida. Mas, como Dulce Pandolfi (1980: 411) observa:

Seria difícil afirmarmos que Pernambuco, ao final dos trabalhos constitucionais, tivesse permanecido fiel aos compromissos inicialmente assumidos. Tendo ingressado na Assembleia com uma posição unida e coesa, a representação pernambucana passa a enfrentar sérias divergências internas chegando ao final dos trabalhos constitucionais inteiramente cindida.

Contudo, mesmo com as inegáveis disputas e rompimentos no interior das bancadas nortistas, um dia depois da promulgação da Constituição, em 17 de julho de 1934, Vargas foi eleito presidente constitucional com 175 votos. Destes, grande parte veio exatamente do Norte por ele visitado. Vale registrar ainda que Góis Monteiro conseguiu apenas quatro votos, o que evidencia como sua candidatura foi se esvaziando até o pleito.⁶⁷

Dois dias antes da eleição de Vargas, Juarez entregou sua pasta, pois, como disse em sua carta de renúncia, “segundo tudo indica, dentro de 48 horas, v. ex. estará eleito

⁶⁵ A ação de Juarez na Assembleia Constituinte, em debate, principalmente, com a bancada pernambucana, está em Pandolfi (1980: 391-418). Das propostas defendidas por Juarez, nem todas foram aceitas pela Assembleia e incorporadas à Constituição. Ao menos uma delas teve resultado efetivo: a que resultou no Código de Minas e Águas. Para tanto, Juarez articulou-se com vários interventores pedindo a alguns deles que mostrassem “interesse junto representante esse estado (...) sentido ser dado merecido apoio”. Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.12.09 (373/581). Datado de 28 de fevereiro de 1934.

⁶⁶ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.01.00/1 (76/147). Datado de abril/junho de 1934.

⁶⁷ Segundo Angela de Castro Gomes, Góis Monteiro esteve envolvido em um movimento conspiratório não concretizado contra Vargas a partir de março de 1934. Para conseguir contornar essa situação, o presidente teve como principais “informantes” Juraci Magalhães e Flores da Cunha. Sobre ele ver Gomes (1981: 47-56).

presidente constitucional da segunda república”. Ele então considerava “encerrada a missão que v. ex. houve por bem confiar-me de dirigir a pasta da Agricultura na vigência do Governo Provisório”.⁶⁸ A avaliação final de sua gestão e os benefícios trazidos aos revolucionários nortistas ficou a cargo de um dos mais importantes líderes e aliados do ministro demissionário, Juraci Magalhães, pouco depois.

Passado um ano após a entrega da pasta, Juarez – depois de ter retornado à vida militar e se afastado das atividades políticas diretamente ligadas ao governo Vargas – escreveu a Juraci para tratar da política nacional. O ex-ministro convidava o amigo para articulações semelhantes às aquelas que tentara organizar no Norte após a guerra civil: “espero que vocês (...) terão o bom senso de organizar enquanto é tempo (...) um verdadeiro partido nacional, (...) [com] força bastante para salvar o regime da subversão com que o ameaçam as duas correntes nacionais já em campo – a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora”.⁶⁹ Em sua resposta, o agora governador baiano eleito mostrava respeito e amizade ao antigo líder, que o fizera ingressar na vida pública, mas dava-lhe uma bem fundamentada resposta negativa:

Sou incapaz de lhe fazer recriminações. Coloco minha estima por você em plano muito elevado, mas não me furto [a] dizer-lhe que considero a amizade, pessoal ou política, um sentimento nitidamente bi-lateral. Daí minha dedicação ao presidente Getúlio que tudo fez por facilitar meu trabalho administrativo e político na Bahia. De minha parte também lhe tiro as pedras que posso do caminho. Você já não pensa assim. No Ministério, nunca procurou atender a seus amigos. Comigo mesmo você deve estar lembrado quantas vezes me queixei do despreço dado por você a pedidos razoabilíssimos. Sempre o apoliticismo invocado para não atender. Entre nós há amizade sólida que desafia essas nonadas. Com os outros políticos já não acontece o mesmo. Desatendidos sempre, desapareceram os laços precários de solidariedade que os prendiam a você. Este é um argumento que você precisa levar em conta. (...) Reconquiste seus amigos. O Landri, Veras, Varonil, etc, todos esses bons companheiros poderão ajudá-lo. Mas não se esqueça da bi-lateralidade dos deveres de amizade. Todos lhe estimam, mas ficaram escabriados com você.⁷⁰

A atuação de Juarez enquanto ministro da Agricultura não só não conseguiu manter unido o Norte, como contribuiu significativamente para seu desmantelamento. É difícil afirmar com precisão o que levou Juarez a não atender aos pedidos vindos do Norte enquanto ministro, menos ainda se tais recusas advinham de impossibilidades ou despreços, como são sentidas, segundo Juraci Magalhães. O mais perto que podemos chegar de uma resposta quanto a essa questão, está em suas memórias. Nelas, o ex-ministro explica que sua atuação como “agente do poder público”, nesse momento, “se

⁶⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.12.09 (480/581). Datado de 15 de julho de 1934.

⁶⁹ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.06.03 (594-596/819). Datado de 26 de junho de 1935.

⁷⁰ Idem (603-605/819). Datado de 8 de agosto de 1935.

processara dentro de um rigoroso critério de equidistância político-partidária”, pois era “inviável extirpar os erros e omissões do regime passado, cuidando, ao mesmo tempo, de fazer proselitismo político”. Por isso, “nem, mesmo, na repartição regional dos míseros recursos de que dispunha, como ministro da Agricultura, cedi ao impulso natural de favorecer à região nordestina e, em particular, ao estado do Ceará – pobre e sofrida terra do meu berço” (Távora, 1976: 117-118). Ou seja, fica claro, nessa construção memorial, que Juarez via no atendimento aos pedidos dos interventores nortistas um “proselitismo” dispensável, enquanto o favorecimento político do Norte era entendido, por eles, como uma ação “bi-lateral” absolutamente necessária; uma resposta à fidelidade que lhe dedicavam.

Mas o que motivou Juarez a buscar essa “equidistância político-partidária”? Teria ele percebido que sua liderança vinha se esgotando na região, sendo em vão utilizar-se da pasta para reaproximar-se do Norte? No Ministério da Agricultura, teria Juarez pensado ser a hora de investir em outros estados para conseguir acordos com outras correntes nacionais? Ou ainda, os interventores e revolucionários nortistas não levaram em conta as limitações da verba do ministério? São perguntas para as quais não é possível dar respostas acabadas. De todo modo, a despeito das possibilidades aventadas, o esperado apoio que viria do Ministério não ocorreu, desfazendo-se os “laços precários de solidariedade” que reconheciam Juarez como elemento agregador da identidade política dos revolucionários nortistas.

A “bi-lateralidade” política, outrora configurada na relação entre líder e liderados durante sua estada na Delegacia do Norte, bem como durante a crise que culmina na Guerra de 1932, a despeito dos desgastes então sofridos, não se repetiu entre o ministro da Agricultura e os mais antigos chefes dos executivos estaduais nortistas. O Norte do imediato pós-30 não existia mais, como constatava o arguto político que era Juraci Magalhães:

Pertenço a um partido que prestigia o presidente Getúlio e qualquer agitação prematura redundaria em prejuízo ou enfraquecimento do governo. Além disso, o “futuro a Deus pertence”. Vejo constrangido que nosso Norte está esbandalhado.⁷¹

O Norte dos revolucionários nortistas, não por acaso, chegava ao fim juntamente com o Governo Provisório. Seu declínio irremediável se deu em um momento

⁷¹ Idem (606/819). Datado de 31 de agosto de 1935.

historicamente datado: a conjuntura constitucional que acabava com o projeto de centralização política, defendido desde 1930. A atualização desse projeto, articulada por Juarez, não deu frutos, diante das transformações ocorridas na região com a confirmação da Constituinte. Com a nova organização partidária, as oposições conseguiram consideráveis vitórias em alguns estados, desbancando o poder conquistado por vários dos revolucionários nortistas. Tal poder foi abalado, até mesmo nos estados onde o partido do interventor fez ampla maioria. Mesmo nesses casos, as atuações de suas bancadas foram diversas e, na maioria das vezes, não seguiram uniformemente as orientações de Juarez na Constituinte.

Assim, o processo constitucional – e todos os campos de ação política abertos com ele – marcou a perda da gloriosa e indiscutível liderança política de Juarez Távora na região. Nesse novo contexto, abriram-se possibilidades para as investidas de outros postulantes a tal papel, em especial, Góis Monteiro. No entanto, foi Vargas que, habilmente, tanto política como economicamente, passou a ocupar essa posição, elegendo-se presidente constitucional com amplo apoio da região.

O Norte liderado por Juarez Távora não existia mais. Os revolucionários nortistas que ajudaram a construí-lo seguiram caminhos diversos, aproximando-se e afastando-se entre si. Ou seja, foram articulando novas alianças, bem ao modo do dito popular repetido por Juraci: o “futuro a Deus pertence”. Do Vice-rei, sobrou muito pouco do capital político e simbólico que outrora o elevou à categoria de um dos heróis nacionais da Revolução de 30. A queda era grande, mas o pior ainda estava por acontecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deixe-se o major Juarez Távora esbravejar em seco contra o que, no fundo, não é, senão o desespero de haver perdido o Vice-reinado do Norte e a donataria da capitania do Ceará.

*Correio da Manhã*¹

Derrubada a Primeira República, o Norte do imediato pós-30 começou a ganhar forma, sendo espaço e objeto de luta dos revolucionários nortistas. Essa identidade geopolítica é fundamental para compreender o Norte aqui analisado, assim como elemento central que deu sentido às ações desses personagens. Muitos deles foram tenentes na década de 1920, mas, na nova conjuntura, reconfiguraram os antigos ideais. De opositores e revoltosos ao *establishment*, passaram a ocupar os principais cargos políticos e militares do Estado, em especial as interventorias e as chefias de guarnições militares nortistas, com o intuito de defender essa região. Mais do que uma questão geográfica, o que unia os revolucionários nortistas era a construção de um projeto político que beneficiaria o Norte, bem como o reconhecimento da liderança de Juarez Távora para capitaneá-lo. Távora, que começou a afirmar-se como líder de caráter militar, antes e durante o movimento de 30, com sua vitória, ganha uma enorme força política, que se manteria durante o Governo Provisório.

Juarez foi o fio condutor da narrativa aqui apresentada, embora esta tese não busque biografá-lo, e sim realizar uma análise histórica de conjuntura na qual, evidentemente, ele se destacou. Por isso mesmo, a narrativa se encerra acompanhando seus últimos passos no Governo Provisório, mais especificamente na campanha eleitoral estadual cearense, que encerraria o ciclo de nomeação de interventores inaugurado em outubro de 1930. Além disso, os meses que decorrem entre julho e dezembro de 1934 revisitam aspectos interessantes do líder nortista dos primeiros anos do Governo Provisório, e fazem um verdadeiro balanço da atuação política de Juarez Távora naqueles anos.

Tudo começa com a saída de Carneiro de Mendonça da interventoria cearense. Desde março de 1934 a renúncia do interventor já era certa, restando apenas ser consumada. A partir desse mês, abriu-se uma disputa política: o PSD cearense pleiteia um interventor ligado a esse partido, enquanto a LEC busca um nome que tivesse a mesma postura política do anterior ocupante do cargo. Ou seja, uma decantada

¹ Jornal *Correio da Manhã*, 27 de novembro de 1934.

neutralidade política quanto aos assuntos eleitorais do estado. Como vimos, o posicionamento dos interventores ajuda a entender o processo de constitucionalização em curso, pois, seus recursos para defender os interesses de seus respectivos partidos fica visível no resultado das urnas. Carneiro de Mendonça, sem dúvida, ao abster-se de participar do jogo eleitoral, contribuiu para a vitória da LEC no pleito federal de 1933 no Ceará. Além disso, sua postura nesse processo mostrou que a unidade política da região, uma de suas características fundamentais, acabara. Isso porque ficou igualmente evidente que o interventor cearense foi um dos vários revolucionários nortistas que adotou um posicionamento contrário às orientações de Juarez, enfraquecendo sua liderança, inclusive, em seu próprio estado.

Sobre o caso, Vargas comentou: “tereí ainda de desgostar a uma das facções da bancada cearense (...). Impossível um candidato de conciliação: os católicos querem um neutro; os democráticos querem um simpático; Juarez está interessadíssimo no caso, e isto é o que mais me embaraça a solução” (Vargas, 1995, vol 1: 309).² Naquele momento crucial, Juarez lutava pela indicação de um aliado, apresentando ao presidente vários nomes de substitutos, função principal do antigo vice-rei. Vargas, mais uma vez, mostrava que os tempos eram outros: “Recebi (...) o dr. Mário Guedes, indicado pelo Juarez para interventor do Ceará. Não quis aceitar. Foi muito judicioso nas suas apreciações” (Vargas, 1995, vol 1: 311).³

Távora não tinha mais a mesma força política junto ao governo federal e nem era visto como um importante aliado. Uma situação bem distinta de quando começou a Guerra de 1932. Durante esse conflito, para o qual partiram do Norte milhares de soldados, Juarez foi um dos mais estratégicos aliados do Governo Provisório e um símbolo da resistência a São Paulo na região, tanto política quanto militar.

A demora do presidente para nomear um novo interventor cearense se relacionava às complexas relações que mantinha com a Assembleia Nacional Constituinte e com as diversas forças que a compunham. No Ceará, tanto a LEC quanto o PSD apoiavam Vargas, e nomear um interventor antes de ele próprio eleger-se presidente da República poderia criar problemas com um desses partidos. Confirmada sua vitória em julho de 1934, o agora presidente constitucional do país precisava tomar uma decisão. Vargas, portanto, soube adiar a disputa entre os partidos cearenses e manobrar Juarez Távora. Antes de se eleger, prometera a interventoria a Juarez, mas,

² Registro de 23 e 24 de julho de 1934.

³ Registro de 29 de julho de 1934.

depois de eleito, voltou atrás em sua decisão. Quem nos conta é o próprio Juarez em carta a Vargas:

V. ex. (...) impugnou os nomes de uma lista tríplice que lhe apresentei [para a interventoria do Ceará], por considerá-los fracos ou facciosos. (...) V. Ex. arranjava, entretanto, jeito de impor-me uma provação maior – ser seu interventor, numa situação qual a que está criada. Preferi, contudo, para ver se lograva resolver, de vez, o caso, aceitar a prebenda da interventoria, desistindo, em vista disso, da presidência do Banco Rural, que já anuíra em aceitar, por escrito. No mesmo dia, à noite, v. ex. me comunicava que, havendo dúvidas quanto à sua competência para nomear interventores, ficava em suspenso a solução combinada; e, dois dias depois, me fez sentir que, dependendo tal solução de “referendum” da Câmara, esta criara embaraços à minha designação, por ser eu interessado na política partidária do estado...⁴

Em síntese, Vargas dispensava Juarez, a despeito do longo apoio que ele lhe deu durante todo o Governo Provisório. O antigo líder nortista estava longe de ser a mesma figura que ocupara a Delegacia Militar do Norte. Um homem tão poderoso que, mesmo depois da extinção desse órgão, sua força política continuava considerável. Tanto que o próprio presidente pediu ao recém-demissionário, que fizesse uma viagem de inspeção ao Norte no primeiro semestre de 1932, às vésperas da guerra civil. Essa viagem mobilizou a região para um combate à campanha do constitucionalismo paulista e deu o passo inicial para que se possa entender o enorme número de voluntários nortistas alistados durante a guerra. Quer dizer, o envolvimento do Norte com o projeto centralizador de Vargas e sua oposição à ameaça política e militar que São Paulo simbolizava, desde antes do movimento de 30.

A atitude de Vargas foi um golpe para Juarez, que não aceitava a ideia de que a iniciativa de “confiar-me, sem restrições, o governo de minha terra” fosse encarada como um “faccionismo imperdoável”.⁵ A “solução” veio em agosto de 1934, com a nomeação do coronel Filipe Moreira Lima, um dos vários nomes apresentados por Juarez nos meses anteriores. O novo interventor era um militar paraibano que, desde o início da carreira, afastou-se do Norte, mas que participara dos movimentos tenentistas da década de 1920 e da fundação do PSB, em novembro de 1932. Ou seja, mesmo não sendo a primeira escolha de Juarez, Moreira Lima não estava distante politicamente dele.

Assim, resolvida essa questão, Juarez Távora continuou em sua investida na política cearense. Realmente abriu mão da presidência do Banco Nacional de Crédito Rural, criado por ele próprio quando ministro da Agricultura. Seu alvo era a

⁴ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.06.03 (194-196/819). Datado de 2 de agosto de 1934.

⁵ Idem (594-596/819). Carta de Juarez Távora para Juraci Magalhães. Datado de 26 de junho de 1935.

reconstitucionalização do estado do Ceará. Décadas depois relativiza essa atitude, dizendo que foi “arrastado a participar, pessoalmente, da campanha eleitoral” cearense, creditando-a a seu irmão, Fernandes Távora, a responsabilidade de trazê-lo para esse combate, ao lado de amigos e parentes (Távora, 1976: 117-120).

De fato, os irmãos foram companheiros fiéis quando um era Delegado e outro interventor cearense. Como procurei demonstrar, a queda de Fernandes Távora do poder foi exemplar e determinante para a militarização das interventorias do Norte, em meados de 1931. Exemplar porque sintetizou, como nenhum outro episódio, a crise que envolvia as guarnições militares e os executivos estaduais. Também evidenciou o papel central de Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca, auxiliares de Juarez na Delegacia, nesse processo. Determinante, porque foi a mais difícil das substituições de um interventor, tendo Juarez jogado o próprio cargo como moeda de troca para a permanência do seu irmão. Entretanto, por pressão dos revolucionários nortistas, base essencial de seu poder político, teve que ceder. Substituído Fernandes Távora, o processo caminhou sem percalços de grande vulto, sendo a militarização completada e o Norte estabilizado politicamente como o grande aliado do Governo Provisório no processo de centralização política e no combate ao constitucionalismo.

Em meados de agosto de 1934, o ex-ministro da Agricultura desembarcou no Ceará, e logo foi lançado candidato a governador. Na verdade, os votos que buscava captar não eram diretamente para ele, pois esse pleito, assim como no âmbito federal, seria indireto. Ou seja, seriam os deputados eleitos para a Assembleia Legislativa estadual que votariam e elegeriam o novo governante cearense. Em suas memórias, Juarez diz que os membros do PSD cometeram o “grave erro tático” de lançar sua candidatura, já que ele não se considerava o melhor nome. Mas, “embora não me houvesse comprometido a assumir o governo, na hipótese de conseguirmos eleger a maioria daquela assembleia”, participou da “campanha com todas as forças de que dispunha”. Ainda seguindo sua autobiografia, a empreitada foi disputada e nela passou a sofrer intensos ataques da oposição católica da LEC. Foi acusado de “socialista”, pois atuara na formação do PSB, e seus comícios foram taxados como propagadores da “palavra do diabo”, em contraponto a “palavra de Deus” dos candidatos lecionistas (Távora, 1976: 121-123).

Muitas décadas depois, Juarez credita o jogo eleitoral cearense de 1934 a uma disputa definida, essencialmente, em termos político-religiosos. De fato, a LEC era uma

agremiação forte, em muito devido à tradição da Igreja católica no estado. Ela dispunha, entre outros elementos, de fortes círculos operários e de um jornal de grande circulação, ambos de desde a Primeira República. No entanto, outro aspecto fundamental marcou a disputa e a própria trajetória política de Juarez: ele foi amplamente acusado de utilizar-se da máquina estadual em favor dos candidatos do PSD, apoiado por Moreira Lima, visando sua eleição para o governo estadual.

Desse modo, de fins de agosto até dezembro de 1934, a imprensa carioca passou a atacar intensamente Juarez Távora, devido a sua atuação nas eleições cearenses, praticamente com a mesma velocidade e intensidade de quando foi exaltado por sua participação na Revolução de 30. Para esses veículos, “o major Juarez está no Ceará fazendo a política do seu partido”, chegando “ao ponto de investir contra ele próprio”, pois “é o capitão revolucionário Juarez Távora contra o major político Juarez Távora” como mostravam suas atitudes, já que “o bravo cearense se deixou prender pelos tentáculos da política e das paixões partidárias”.⁶

A desilusão política com Juarez era baseada em uma comparação com o passado recente: “O Sr. Juarez Távora, nos fins de outubro de 1930, era considerado um dos maiores brasileiros, havendo mesmo quem tivesse a lembrança de promovê-lo a generalíssimo ‘hors-concours’, posto somente conquistado por Deodoro”. Naquele momento glorioso, “a popularidade do bravo major Távora” era incomparável. Mas “seu desprestígio decresceu na razão direta do tempo de sua permanência no poder, seja como vice-rei do Norte ou como ministro da Agricultura”.⁷ Ou seja, toda força política que conquistara no imediato pós-30 e que fora fator fundamental para a formação do Norte e da identidade de revolucionários nortistas, esvaía-se ante as eleições. Exemplos incontestes desse grande capital político foram as articulações que fez junto a Vargas para a instituição da Delegacia Militar do Norte e os movimentos visando sua promoção a general, lembrados pela imprensa, para atacá-lo duramente.

Em suma, nesse momento, a figura de Juarez estava sendo reconstruída como a de um “massacrador das liberdades públicas”⁸; “um politiquero deselegante”⁹; uma “esperança fanada”, que sofrera a “dura lição dos tempos”. Assim, caso continuasse na política, iria “imitar seus predecessores, os republicanos históricos, sempre eloquentes,

⁶ Jornal *Diário Carioca*, 15 de setembro de 1934.

⁷ Jornal *Diário Carioca*, 12 de outubro de 1934.

⁸ Jornal *Diário Carioca*, 12 de outubro de 1934.

⁹ Jornal *Diário Carioca*, 16 de outubro de 1934.

mas inúteis, à porta dos cafés...”.¹⁰ Não cabe aqui averiguar com profundidade tais questões, mas a LEC, antes da votação, requereu à Justiça Eleitoral um *habeas-corpus* que lhe garantisse liberdade de manifestação e de alistamento de eleitores, no que foi atendida.¹¹

Outro fato importante alimentou essa intensa campanha da imprensa contra Juarez. Ainda quando ministro da Agricultura, ele fizera uma ampla reforma na pasta, reorganizando-a, criando novos departamentos e afastando muitos funcionários. Américo Novaes, um desses funcionários colocado em disponibilidade, achando-se injustiçado, assassinou a punhaladas Oscar de Siqueira Viana, chefe de gabinete de Juarez, na porta do Ministério da Agricultura, em 21 de setembro de 1934, em plena campanha eleitoral cearense. Fatídica coincidência, pois, desde que os primeiros afastamentos foram anunciados, a imprensa foi contra e criticou o ministro. Com o novo acontecimento, os jornais não tiveram dúvida em afirmar que “não é menor, nessa dolorosa tragédia, a responsabilidade do Sr. Juarez Távora!”, já que ele “não quis (...) voltar atrás, como exigia o mais elementar critério de justiça”. Na verdade, noticiavam, desejava apenas “abrir vagas para a inclusão de amigos, afilhados e apaniguados” no ministério.¹²

Realizadas as eleições estaduais no Ceará, em 14 de outubro de 1934, a LEC elegeu 17 deputados contra 13 do PSD. O resultado contrário a Juarez foi considerado fruto de seus próprios “processos políticos de truculência, mediocridade e de mesquinha intolerância”, sendo o antigo Delegado o “caso de mais rápida e ruidosa queda política que o país conheceu”. Apesar de “nos primeiros dias do regime discricionário” tenha havido “quem quisesse proclamá-lo generalíssimo e até imperador”, sua derrota nas eleições cearenses era “como ‘canto do cisne’”, e não se “podia imaginar outro pior e mais triste” fim.¹³ A avaliação era que “o Sr. Lima Cavalcanti e o capitão Juraci Magalhães foram os únicos que se salvaram do furacão revolucionário que soprou pelo Norte do país”.¹⁴ Ou seja, apenas os interventores mais fortes e já com ampla e declarada aproximação política com Getúlio Vargas não sofreram os respingos de tamanha crítica e derrota.

¹⁰ Jornal *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1934.

¹¹ Sobre a campanha eleitoral cearense de 1934, ver Souza (1982: 80-89).

¹² Respectivamente, jornal *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1934, e jornal *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1934.

¹³ Jornal *Diário Carioca*, 28 de outubro de 1934.

¹⁴ Jornal *Diário Carioca*, 18 de novembro de 1934.

Se a liderança do Norte foi perdida gradativamente desde 1932, a derrota nas eleições cearenses destruiu irremediavelmente o capital político e simbólico de Juarez Távora, conseguido pelo papel militar que teve na derrubada da Primeira República. Seu heroísmo militar foi desmantelado por sua investida política nas eleições estaduais cearenses de 1934. Em uma matéria do *Correio da Manhã* – sugestivamente intitulada “Meu ídolo bichou...” –, a categoria de herói militar de Juarez é resgatada com um sentido oposto àquele dos primeiros meses após a vitória de 30:

O Sr. Juarez está perdendo a eleição do Ceará, na sua terra natal, no estado que o idolatrava, e para quem ele só estava abaixo de Deus pelo fato de usar farda. (...) O Sr. Juarez foi mais querido e respeitado do que Napoleão ao voltar de suas grandes batalhas, mas caiu desastrosamente nos cenários político e administrativo. Quando o ilustre militar regressar tristonho às fileiras, sentirá ainda sobre si o olhar frio dos companheiros que ele desprezou nas horas de delírio, nos dias em que os foguetes subirem para anunciar a Deus que outro Messias nascera!...¹⁵

No mesmo dia, o *Diário Carioca* anunciava que “o major Juarez chorará em vão sobre as ruínas do seu passado, trazendo sobre os ombros a sua túnica esfarrapada de apóstolo e dentro do coração o desalento e a miragem morta de um sonho que não se realizou. O major regressa do seu Waterloo...”¹⁶

Era o fim do herói do imediato pós-30, um dos nomes mais fortes de todo o Governo Provisório e líder incontestado do Norte. Juarez Távora regressou para a vida militar, colocando sua dedicação à política em segundo plano, até a década de 1950. Muitos daqueles que construíram e esposaram a identidade política de revolucionários nortistas seguiram caminhos diversos. Muitos se afastaram do antigo líder, a partir dos postos de comando – quer militar ou político – que assumiram graças ao poder político de Juarez. Mas, como os caminhos da política são sinuosos e cheios de desvios, muitos dos revolucionários nortistas da década de 1930 ainda se reencontrariam politicamente com o antigo líder.

Um fato decisivo para que se possa entender a nova realocação desses personagens no tabuleiro político nacional foi o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. No dia seguinte à instauração do novo regime, Fernandes Távora, o velho Manduca, escreveu ao irmão Juá, como sempre fizera, comentando a grande mudança que se anunciava:

¹⁵ Jornal *Correio da Manhã*, 20 de outubro de 1934.

¹⁶ Jornal *Diário Carioca*, 20 de outubro de 1934.

Recebemos ontem à tarde a notícia do golpe de estado e decretação da nova Constituição. Não me causou surpresa mais essa rasteira do Getúlio (...). Pelo que ouvi no rádio e publicaram os jornais hoje, a nova constituição nada mais fez do que sublimar as prerrogativas já excessivas do Executivo, com o aniquilamento completo do Legislativo e diminuição incontestável do Judiciário. (...) O Congresso que tudo concedeu ao Getúlio, inclusive sucessivos e desnecessários estados de guerra, bem mereceu os insultos com que o mimoseou o ditador. (...) Como a quelque chose malheur est bon, o golpe getuliano serviu para reduzir às justas proporções o Carlos [de Lima Cavalcanti] e o Juraci [Magalhães]. Getúlio triturou, afinal, o último tenente, resta saber quanto tempo levará para mastigar os generais. (...) Que foi você fazer no Guanabara nas vésperas do golpe de estado? Estou quase certo de que o Getúlio quis dar a entender ao público e, sobretudo, aos militares moços que a tal Constituição e mesmo as mudanças de regime teriam sido feitas de acordo com o chefe dos tenentes... Getúlio é diabólico em todos os seus planos...¹⁷

Nessa arguta análise de Fernandes Távora, diversas questões do período são comentadas, em especial o ressentimento que marcou os interventores substituídos durante o processo de militarização e como Juarez, pelo menos aos olhos de seus aliados e parentes, ainda tinha alguma influência militar depois de sua derrocada política. Merece destaque também uma ausência: a categoria nativa de revolucionários nortistas não é utilizada, retomando-se o termo “tenentes”, que nessa época já era corrente e muito difundido. De fato, poucos voltariam a usar tal categoria, talvez porque resgatá-la pudesse rememorar o apoio concedido a Vargas e por ele descartado, quando considerado desnecessário.

O presidente, que se fazia chefe de um Estado de exceção, tornava-se o maior símbolo a ser combatido nos próximos anos por muitos daqueles que o ajudaram a se consolidar no poder, nos momentos mais críticos e incertos de sua chegada ao Palácio do Catete. Além de Juarez Távora, Juraci Magalhães, Lima Cavalcanti, Carneiro de Mendonça, Fernandes Távora, Delso Mendes da Fonseca e Jurandir Bizarria Mamede, entre outros, tornaram-se lideranças de oposição a Vargas e sua herança no período de 1945 a 1964. Muitos deles ingressaram na União Democrática Nacional (UDN) ou, quando militares, aproximaram-se desse partido, sempre em articulações golpistas. Sem dúvida, o grande reencontro político entre eles se deu na campanha presidencial de 1955, quando foram apoiar o nome de Juarez Távora, lançado pelo Partido Democrata Cristão (PDC), em coligação com a UDN, como candidato à presidência da República.

Durante a campanha, Juarez utilizou diversos materiais de publicidade para propagandear seu slogan: “a revolução pelo voto”. Um deles era uma pequena história em quadrinhos, que contava sua vida: “Juarez Távora, o tenente de cabelos brancos”. Quando o seu envolvimento no movimento de 30 é narrado, é resgatado um dos termos

¹⁷ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.06.03 (793-795/819). Datado de 11 de novembro de 1937.

mais fortes e críticos que carregou durante décadas, agora tentando dar-lhe um sentido positivo. Logo abaixo de um desenho do candidato – no qual era retratado segurando um fuzil, fardado com trajes militares, em pé, firme, e com um olhar contemplativo e sério para o horizonte – está a seguinte legenda:

Juarez Távora foi o chefe militar do Norte. Da Paraíba, as tropas rebeldes sob seu comando, foram tomando o Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Piauí, estendendo-se mais tarde até o Maranhão. Também marcharam sobre Alagoas, Sergipe e Bahia. Juarez a tudo provia, tudo previa. As vitórias se sucediam. É daí o cognome que lhe adveio de “Vice-Rei do Norte”.¹⁸

A categoria vice-rei é então ressignificada com um sentido valorativo positivo, completamente oposto àquele de quando foi cunhada e amplamente difundida, em inícios dos anos 30. O Vice-reinado da República do pós-30, mesmo com os mais divergentes sentidos, acompanharia seu soberano nos principais momentos em que incursionou pela política brasileira.

¹⁸ Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1954.01.02 (681-692/784).

ANEXOS

	1930		1931					1932					1933					1934					1935														
	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
AC	Francisco de Assis Vasconcelos (Sem Informação)																										José M B Castelo Branco Sobrinho (RN)		Manuel Martiniano do Prado (S.I.)								
AL	Hermílio de Freitas Melro (SE)				Luís Albuquerque (AL)		Tasso Tinoco (RJ)				Francisco Afonso de Carvalho (AL)					Osman Loureiro de Farias (AL)																					
AM	Álvaro Botelho Maia (AM)				Antonio Rogério Coimbra (PE)										Nelson Melo (RS)																						
BA	Leopoldo Amaral (PA)		Arhur Neiva (BA)			Juraci Magalhães (CE)																															
CE	Fernandes Távora (CE)					Carneiro de Mendonça (RJ)															Felipe Moreira Lima (PB)																
ES	João Punaro Bley (MG)																																				
MA	*	**	Astolfo Serra (MA)			Serroa da Mota (BA)							Antonio Martins de Almeida (S.I.)																								
PA	Magalhães Barata (PA)																																				
PB	Antenor Navarro (PB)								Gratuliano Brito (PB)																												
PE	Lima Cavalcanti (PE)																																				
PI	Humberto A Leão (PI)		Lemos Cunha (S.I.)		Landri Sales (CE)																																
RN	Irineu Joffily (PB)		Aluísio de Andrade Moura (RN)			Herculino Cascardo (RJ)					Bertino Dutra da Silva (BA)					Mario Leopoldo Pereira da Câmara (RN)																					
SE	***		Augusto Maynard Gomes (SE)																																		

Legenda

	Civil
	Militar
	Governador eleito
	"estrangeiros"

* José Luso Torres (MA)

** José Maria dos Reis Perdigão (MA)

*** José Calasans (SE)

TABELA DE EMBARQUES DE TROPAS ESTADOS NORTISTAS¹		
DATA DE SAÍDA	DESCRIÇÃO	CONTINGENTE²
ALAGOAS		
14/jul	20º BC	470
24/jul	1º Contingente força pública	204*
27/jul	Voluntários alistados Exército	650
18/ago	1º Batalhão provisório força estadual	528
9/set***	Batalhão provisório da força pública*	350*
25/set	Novo contingente de voluntários	547
AMAZONAS		
3/ago	27º BC	359
4/set*	Contingente amazonense*	100
BAHIA		
12/jul	19º BC e praças e oficiais da 6ª R.M.	422*
20/jul	Batalhão Polícia	622*
28/jul	Batalhão Polícia e contingente voluntários e reservistas	668
3/ago	Soldados baianos	476
6/ago	Companhia 19º BC	150
7/ago	Companhia 19º BC	350
29/ago	6º Batalhão infantaria polícia	530
17/set	Componentes 19º BC e contingente para completar efetivo	650
23/set	2º Escalão do 19º BC*	492 *
CEARÁ		
1/ago	23º BC	726**
15/ago	1º Batalhão provisório	568**
13/set	2º e 3º Batalhões provisórios	1024**
16/set	2º Escalão do 23º BC	350**
30/set	Contingente provisório	303**
ESPIRITO SANTO		
11/jul	3º BC	300
16/jul	2º Batalhão da força pública	408
31/jul	1º Batalhão da força pública	430*
21/ago	Contingente de praças do 3º BC	150
18/set	Unidade da força militar	225
MARANHÃO		
30/jul***	24º BC*	S.I.
4/ago *	24º BC*	S.I.
17/ago	Voluntários força pública	156
9/set	Voluntários força pública	170
27/set	Voluntários força pública	150

¹ A tabela foi produzida tendo como base o fundo Gabinete Civil da Presidência da República, que apresenta muitas lacunas, em especial quanto ao número de soldados e oficiais. Busquei na imprensa carioca os dados que faltavam e constatei que aquele fundo não apresentava algumas tropas que saíram do Norte. Nesse confronto de fontes, os números encontrados divergiam em muitas ocasiões, tanto se comparados ao Gabinete Civil quanto nas matérias sobre a organização, embarque e trânsito das próprias tropas. Dessa forma, optei, metodologicamente, por sempre privilegiar os dados apresentados naquele fundo e, quando havia informações apenas na imprensa, foram priorizados os dados apresentados nas matérias sobre o desembarque na tropa no Rio de Janeiro.

² Somados os números de soldados, praças, oficiais e voluntários.

* Informação retirada do jornal carioca *Correio da Manhã*, vários dias.

** Informação retirada de Lopes (2009).

*** Data de chegada no Rio de Janeiro, retirada do *Correio da Manhã*, pois a data da partida não foi encontrada no fundo Gabinete Civil da Presidência da República.

PARÁ		
1/ago	26° B.C.	573*
11/set	1° Batalhão auxiliar força pública	458
19/ago***	Voluntários e reservistas de Belém*	250*
22/ago*	Contingente do 26° BC*	217*
PARAÍBA		
23/jul***	22° BC*	372 *
27/jul***	1ª Bateria do 1º grupo de montanha*	S.I.
27/jul***	Companhia polícia Paraíba*	150*
29/jul	Duas companhias de polícia, um batalhão provisório e um contingente de voluntários do 22° BC	889
7/ago	Batalhão provisório	529*
15/ago	Praças polícia paraibana	155*
21/ago	Contingente força pública	191*
1/set	Contingente	150*
22/set	Contingente	120*
PERNAMBUCO		
12/jul	21° BC	386*
20/jul	1° Batalhão brigada militar	776*
22/jul*	Tropa da 7ª Região Militar*	129*
25/jul	2° Contingente brigada militar	517
26/jul***	Tropa da 7ª Região Militar *	389*
27/jul	Contingente reservistas e voluntários incorporados na brigada militar	750
6/ago	Contingente	1258
10/ago*	21° BC voluntários*	113*
25/ago*	Tropa da 7ª Região Militar*	85*
30/ago	8° BC provisório da brigada militar	561
8/set	3° BC brigada militar	580
PIAUI		
26/jul	1° Corpo força pública	400
6/ago	25° BC	400
15/ago	Contingente força pública	494
3/set	Contingente	500
RIO GRANDE DO NORTE		
21/jul***	29° BC*	421*
27/jul***	Companhia da polícia*	125*
29/jul	Contingente	338
13/ago	BC provisório	547
31/ago	Contingente voluntários	208
15/set*	4° Batalhão da milícia revolucionária e um contingente do 29° BC*	383*
SERGIPE		
13/jul	28° BC	250*
20/jul	Combatentes sergipanos	614
27/jul	Contingente sergipano	140
14/ago	Primeiro escalão de reforço ao batalhão da força pública	S.I.
2/set	Contingente	102

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves. et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ABREU, Marcelo Santos de. **Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)**. Tese de doutorado em História Social: UFRJ, 2010.
- ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 15, número 28, 1995.
- _____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. **O socialismo tenentista: trajetória, experiência e proposta de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930**. Tese de doutoramento em História Econômica. USP, 2012.
- ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In. **Enciclopédia Einaudi**. Volume 5. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A representação política. Elementos para uma teoria do campo político*. In. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **As Interventorias estaduais no Maranhão – Um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30**. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1981.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARONE, Edgar. **O Tenentismo: Acontecimentos – Personagens – Programas**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador e Forças Armadas e Política, 1930-1945*. In. CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. In. CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. *Juarez Távora e a modernização pelo alto*. In. CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. *Vargas e os Militares*. In. Pandolfi, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

CASTRO, Celso. *A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil*. In. Gomes, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: justiça, poder e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)**. Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

CONNIFF, Michael L.. *Os Tenentes no Poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30*. In. FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FÉLIX, Loiva Otero. *A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha*. In. FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

FERNANDES, Aníbal. **Pernambuco no tempo do “vice-rei”....** Schmidt Editor, 1934.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes e SARMENTO, Carlos Eduardo. *A República brasileira: pactos e rupturas*. In. GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC/FGV, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Correspondência familiar e rede de sociabilidades*. In. GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

FRAIZ, Priscila. “A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

FREITAS, Alexandra Cerqueira. **Alcance e limites do movimento tenentista na Bahia: a conspiração revolucionária de 1930**. Dissertação de mestrado em História: UFBA, 2010.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. “A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Perón”. **Revista de História (UNESP)**, vol. 16, 1997.

_____. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

_____. *Confronto e Compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)*. In. Fausto, Boris (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. 3º Volume - Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981.

_____. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In. GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *Introdução*. In. GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

_____. *Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais*. In. GOMES, Angela de Castro. **Minas e o fundamento do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

_____. *O Ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual*. In. GOMES, Angela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

_____. *Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas*. In. GOMES, Angela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2009.

_____; LOBO, Lúcia Lahmeyer e COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. *Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização*. In. GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

HÉBRAD, Jean. *Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: a escrita pessoal e seus suportes*. In. MIGNOT, Ana Christina V., BASTOS, Maria Helena C. e CUNHA, Maria Teresa Santos C.. **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres Editora, 2000.

HEYMANN, Luciana. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 19, 1997.

HILTON, Stanley. **A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *História dos conceitos e história social*. In. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. **Revista Estudos Históricos**, vol. 5, n.10, 1992.

KRAAY, Hendrik. “Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial”. **Diálogos, Revista do Departamento de História – UEM, Universidade Estadual de Maringá**. Paraná. Volume 3, Número 3, 1999.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. *Tenentismo e crises políticas na Primeira República*. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil**

Republicano – O tempo do liberalismo excludente. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Le GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In. Le GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOPES, Raimundo Helio. “Acordos firmados e estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932”. **Revista Mosaico. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - Cpdoc/FGV**. Número 5, Ano 3, 2011. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/>.

_____. “Contra os inimigos da pátria”. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 7, Número 82, 2012.

_____. **Os Batalhões Provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)**. Dissertação de mestrado em História Social: UFC, 2009.

LOVE, Joseph L.. *A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)*. In. MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) – a grande transação**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, 1930-1934**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984.

McCANN, Frank D.. *O serviço militar obrigatório*. In. McCANN, Frank D. **A Nação Armada – ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Editora Guararapes: Recife, 1982.

_____. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MICELI, Sergio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 34, 2004.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- OLIVEIRA, Walter Pinto de. **Memórias de uma revolta esquecida: o Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932**. Dissertação de mestrado em História Social da Amazônia: UFPA, 2012.
- PANDOLFI, Dulce e GRZYNSZPAN, Mário. **Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.
- PANDOLFI, Dulce. *A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político*. In. GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- _____. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo**. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PRESTES, Anita Leocadia. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** São Paulo: Paz e Terra, 1999. Drummond, 1986.
- PROCHASSON, Christophe. ““Atenção: verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROJAS, Carlos Antônio. *La biografía como gênero historiográfico*. In. SCHMIDT, Benito (org.). **O biográfico: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- SAMPAIO, Consuelo. **Poder e Representação. O Legislativo da Bahia Na Segunda Republica, 1930-1937**. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992.
- SANT’ANA, Luís Henrique Silva. Os olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932). Dissertação de mestrado em História: UFBA, 2010.
- SILVA, Estevão Alves da e SILVA, Thiago Nascimento da. “Eleições no Brasil antes de 1945: os casos de 1933 e 1934”. Trabalho apresentado no III seminário Discente da Pós-graduação em Ciência Política da USP. Mimeo, 2013.

- SILVA, Hélio. **1931 – Os tenentes no poder**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **1932: a guerra paulista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.
- SILVA, José Calasans Brandão da. **A Revolução de 1930 na Bahia – Documentos e Estudos**. Mestrado em Ciências Sociais da FFCH. Universidade Federal da Bahia, 1980.
- SOUZA, Francisca Simão de. **Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930 – 1935)**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1982.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos do Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- VISCARDI, Cláudia. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- WEINSTEIN, Barbara. “Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932”. **Esboços – Revista do programa de pós-graduação em história da UFSC**. Volume 13, Número 16, 2006.

FONTES PESQUISADAS

Arquivos pesquisados

Arquivo Pessoal Juarez Távora – Cpdoc/FGV

Arquivo Pessoal Getúlio Vargas – Cpdoc/FGV

Arquivo Pessoal Juraci Magalhães – Cpdoc/FGV

Arquivo Pessoal Osvaldo Aranha – Cpdoc/FGV

Arquivo Pessoal Luís Vergara – Cpdoc/FGV

Arquivo Pessoal João Punaro Bley – Cpdoc/FGV

Gabinete Civil da Presidência da República – Arquivo Nacional

Memórias e Depoimentos

BARATA, Agildo. **Vida de um Revolucionário – Memórias**. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1962.

CARNEIRO, Nelson de Sousa. **XXII de agosto! O movimento constitucionalista na Bahia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

FIGUEIREDO, Euclides. **Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1977.

FONSECA, Delso Mendes da. **Delso Mendes da Fonseca (1975-76)**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1979.

FONTOURA, João Neves. **Acuso!**. Rio de Janeiro, 1933.

MAGALHÃES, Juraci. **Juraci Magalhães – minhas memórias provisórias: depoimento prestado ao CPDOC**. Coordenação de Alzira Alves de Abreu, Eduardo Raposo Vasconcelos e Paulo César Farah. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas – memórias Vol. 1 – Da planície à borda do Altiplano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

_____. **Uma vida e muitas lutas – memórias Vol. 2 – A caminhada no Altiplano**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

_____. **Uma vida e muitas lutas – memórias Vol. 3 – Voltando à planície**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

VARGAS, Getúlio. **Diário**. Volume 1. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

Jornais

Correio da Manhã – RJ

Diário Carioca – RJ

A Manhã – RJ

O Jornal – RJ